UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS ORIENTAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS JUDAICOS E ÁRABES

THAIS ROCHA DA SILVA

Construtos de gênero no Egito Ptolomaico: uma proposta de leitura das cartas gregas e demóticas

VERSÃO CORRIGIDA
São Paulo
2013

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS ORIENTAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS JUDAICOS E ÁRABES

THAIS ROCHA DA SILVA

Construtos de gênero no Egito Ptolomaico:
Uma proposta de leitura das cartas gregas e demóticas

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Letras.
Área de Concentração:
Estudos Judaicos e Árabes
Orientador:
Prof. Dr. Antonio Brancaglion Jr.

São Paulo
2013

Nome: SILVA, T. R.

Título: Construtos de gênero no Egito Ptolomaico: Uma proposta de leitura das cartas gregas e demóticas

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Letras.

Área de Concentração:

Estudos Judaicos e Árabes

Orientador:

Prof. Dr. Antonio Brancaglion Jr.

Aprovado em:

Banca Examinadora:

Prof. Dr._____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura:_____

Prof. Dr._____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura:_____

Prof. Dr._____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura:_____

Agradecimentos

Esta dissertação é a demonstração de que um trabalho acadêmico não se faz só, ao contrário do que se diz e do que se acredita. A realização desse mestrado, sem bolsa, com diversas mudanças de casa e centenas de alunos se deu graças à colaboração genuína e generosa de muitos que participaram direta ou indiretamente deste processo.

Agradeço aos meus pais, Walter e Flavia pela companhia amorosa, iluminada, que trouxe alegria, confiança e fortaleza interior para prosseguir, sobretudo quando as portas pareciam todas fechadas. Ao meu pai, por inspirar tanto, por me ensinar a correr atrás do “sim”, porque os “nãos” da vida já estavam dados. Aos meus irmãos, Gustavo e Clara, testemunhas importantes, presentes, que souberam manter os “Momentos Preciosos” da nossa família, ainda que estivéssemos distantes. Vocês todos são todos o meu Farol.

Ao Prof. Antonio Brancaglion Jr. meu orientador e Mestre há muito o que agradecer. São 15 anos de presença constante na minha formação e de diversos testemunhos de amizade. É uma honra ser iniciada nos estudos sobre o Egito antigo por ele. Agradeço a confiança e o encorajamento de sempre.

Agradeço a Marly Shibata por trazer a suavidade e a serenidade em momentos decisivos. Seu carinho e cuidado foram imprescindíveis.

Na Universidade de São Paulo, minha casa, agradeço aos Professores do Programa de Estudos Judaicos e Árabes, em especial à Profa. Safa Jubran por todo o suporte, atenção e amizade sempre. Aos Profs. Mamede Jarouche e Miguel Attié Filho, pelas contribuições sempre generosas. À Profa. Arlene Clemesha por incentivar o trabalho coletivo, pelos comentários no Exame de Qualificação, mas principalmente pela confiança, respeito e pela amizade que nasceu com esse trabalho. À Profa. Heloísa Buarque de Almeida por ter me guiado nos estudos de gênero desde o início desta pesquisa. Suas aulas e os comentários em diversos momentos do trabalho foram importantes para manter o rumo e prosseguir no diálogo com a antropologia, o que certamente determinou novo curso da pesquisa e me abriu portas lá fora.

Agradeço aos funcionários do Departamento de Letras Orientais da FFLCH/USP pelo auxílio e suporte. À Ana, ao Sandro, e ao time de ouro da Copiadora Aquários do Dpto. de História, agradeço pelos anos de amizade e todo o suporte desde o primeiro dia da minha graduação.

É na produção de um trabalho acadêmico que se descobre amizades. Aos amigos do Núcleo Edward Said e a Crítica ao Orientalismo, Isabelle Somma, Marina Soares, Ximena León Contrera, Nathalia Novaes, Thais de Godoy e Carol Cruxen agradeço os comentários, o companheirismo e as oportunidades de aprendizado. Agradeço a Carlos Ogawa pelas críticas pontuais em trechos da dissertação. A Cíntia Prates Facuri por colaborar com a edição de alguns dos hieroglifos, comentários nas traduções do inglês e por compartilhar comigo momentos importantes ao longo do processo com a sua amizade. A Cíntia Gama, pela presença certa nos momentos decisivos. Leandra Yunis, João Vilhena, Gisele Gasparello, Ada Fischer, Luisa Mattas, Silvana Santiago, Lucia Storto, por dividirem os dilemas das salas de aula e me lembrarem da alegria.

Meus agradecimento aos companheiros e mestres do dojang David Kerr, André Conchon e à turma do Taekwondo que garantiu tranquilidade, paz de espírito e a manutenção do “espírito guerreiro”. Aos amigos do CEMPE, pelo suporte incondicional em tudo! Aos amigos do MIRR, por não me deixarem esquecer do lado lúdico da vida.

É preciso agradecer aos amigos e mestres de fora do Brasil. Minha experiência rica na preparação do projeto em Chicago se deve sobretudo à paciência e disponibilidade de Foy Scalf, responsável pela biblioteca do Oriental Institute da University of Chicago, que soube orientar e auxiliar. Agradeço à Profa. Janet Johnson, da mesma instituição, pelos comentários e pelo encorajamento desde o primeiro momento, no esforço de trazer os estudos de gênero aos textos demóticos e não deixar que o tema se esvazie na disciplina. Sua inspiração foi essencial. À Dra. Alexandra O’Brien por ter me recebido em Nova York e ter apontado caminhos importantes na elaboração do projeto. Agradeço também à Profa. Emilly Teeter pela recepção no Instituto e pela disponibilidade em auxiliar.

A Inglaterra foi minha casa em grande parte da redação desse texto. O país reúne o paraíso em bibliotecas e museus, mas é preciso salientar a generosidade de tantos profissionais.

Na University College London (UCL), meus agradecimentos vão aos seguintes pesquisadores: Ao Prof. Richard Bussmann que abriu as portas do Departamento de Arqueologia, pelo interesse em debater o trabalho em diversas etapas e por ter me garantido o acesso às biblioteca da instituição; seus questionamentos sobre esse trabalho foram decisivos no debate com a teoria antropológica. Ao Prof. Stephen Quirke, do Petrie Museum, pela receptividade, por despender atenção ao tema da pesquisa, pelas inúmeras sugestões de leitura, as quais levarão anos para serem cumpridas, e comentários que acrescentaram muito a essa dissertação. Ao Prof. David Wengrow pelas sugestões e comentários no capítulo sobre o orientalismo e pelo estímulo. A Dra. Debbie Challis pelas sugestões nas discussões sobre o gênero no Egito ptolomaico. Ao Prof. John Tait devo minha insistência no demótico. Sinto-me honrada por iniciar-me na escrita demótica por ele. Suas aulas, com enorme paciência, foram um exemplo de generosidade. Sou muito grata pelo seu interesse e dedicação genuínos em acompanhar de perto este trabalho desde 2011. Sou ainda imensamente grata ao Departamento de Antropologia da UCL, por abrirem diálogo com o mundo antigo e apontarem caminhos relevantes para a discussão da teoria antropológica nessa dissertação. Agradeço ao Prof. Daniel Miller pelas conversas estimulantes na problematização das cartas antigas com as mídias modernas, e por todas as suas sugestões de leitura. Ao Prof. Christopher Tilley por estimular o debate com a antropologia e encorajar a parceria de egiptólogos e antropólogos.

Em Oxford, agradeço ao Prof. John Baines, pela excelência em gentileza e generosidade ao acompanhar o desenvolvimento da dissertação, com comentários, sugestões e por ter aberto o Departamento do Oriental Studies. À Profa. Elizabeth Frood pela recepção carinhosa, encorajamento e por suas contribuições no debate sobre auto-representação e em diversos trechos do trabalho. Ao Prof. Mark Smith e ao Prof. Andreas Winkler por discutirem o demótico com uma não demoticista, deixando as portas sempre abertas.

Em Cambridge, sou muito grata à Profa. Dama Marilyn Strathern por ter me recebido duas vezes e pelo seu esforço em ler trechos do trabalho, ainda que em português. Seus comentários e sugestões foram importantes na construção dos trechos sobre o gênero. Agradeço o seu encorajamento em trazer o debate feminista para a Egiptologia

No British Museum agradeço a Dra. Susanne Woodhouse, responsável pela biblioteca do Ancient Egypt and Sudan Department no British Museum. O seu acolhimento me permitiu usufruir da incrível estrutura da Sala de Estudos, das Kitchen Talks e da convivência com o acervo e a equipe do Departamento. Sou muito grata pela amizade e por ter ajudado a sentir-me em casa, num ambiente que parecia em princípio, muito hostil. Agradeço ao Prof. Richard Parkinson, figura iluminada, pelo interesse e acompanhamento constantes, por discutir a organização dos conteúdos da dissertação em diversos momentos, e pelos cafés sempre tão empolgantes. Sou grata pela sua generosidade, mas principalmente por me lembrar que é possível fazer Egiptologia foras das fronteiras do Império e que essa ciência, em última instância, deve falar das pessoas.

Agradeço a toda equipe da Egypt Exploration Society (EES) em Londres, em especial a Chris Naunton, pela ajuda e suporte sempre, incondicionais.

Agradeço aos meus professores de hieroglifo, Profa. Joan Kyffin da EES e ao Prof. José R-Pérez-Accino, da Universidad Complutense de Madrid.

Agradeço ao Prof. Mark Depauw, da KU Leuven pelos comentários e a disponibilidade do diálogo. Ao Prof. Herbert Verret, da mesma instituição, por me auxiliar com as fontes e o manuseio do Unicode.

Agradeço à Dra. Clarissa Rahmeier por ler e discutir o trecho sobre os usos do conceito de agência no trabalho e o incentivo de sempre. Ao Prof. Ronaldo Gurgel Pereira, pela nova amizade, pela leitura e comentários nos capítulos sobre os estudos demóticos e o helenismo. Agradeço o incentivo e toda a ajuda (imprescindível) com as transliterações e traduções das cartas demóticas ao final do trabalho. À Dra. Joana Clímaco pelas observações e sugestões no texto sobre Cleópatra VII.

À Filó, Liz e ao Fredinho, que terminou seu reinado curto lá em casa em 2011, obrigada pelo carinho e pela companhia madrugadas a dentro. As interrupções por vocês caminharem no teclado foram essenciais. À Maragareth Oliveira, a Neta, por ser tão companheira sempre.

Por fim, é preciso agradecer ao Juliano, o meu amor, pelo suporte, incentivo, pelas leituras e inúmeros comentários críticos. O seu companheirismo, alegria, cuidado e a sua amorosidade demonstraram que o *Nosso* está além das minhas pobres teorizações sobre o gênero. Obrigada por me ensinar.

Ao Juliano, por *El Nuestro*.

Entonces vi un papel de un color indefinido (es probable que en su origen haya sido verde, pero ahora tenía unas manchas oscuras, con la tinta corrida por viejas humedades para siempre resecas). Hasta ese momento no recordaba en absoluto su existencia, pero en cuanto lo vi reconocí la carta de Isabel. Pocas cartas nos hemos escrito Isabel y yo. En realidad, no hubo motivo, ya que no tuvimos largas separaciones. La carta estaba fechada en Tacuarembó, el 17 de octubre de 1935. Me sentí un poco extraño al enfrentarme a aquellos caracteres delgados, de largas y perfiladas colas, en los que era posible reconocer una persona y también una época. Era evidente que no había sido escrita con una estilográfica, sino con una de aquellas plumas cucharita que, no bien se las obligaba a escribir, sabían quejarse sordamente y hasta escupir a su alrededor gotitas casi invisibles de tinta violeta.

(...)

Sin embargo, era legítimo, era honesto, era cierto. Es curioso que con la relectura de esta carta haya vuelto a encontrar el rostro de Isabel, ese rostro que, a pesar de todos mis olvidos, estaba en mi memoria. Y lo hallé a partir de esos "tú", de esos "puedes", de esos "tienes", porque Isabel nunca hablaba de "vos", y no por convicción sino meramente por costumbre, quizá por manía. Leí esos "tú" y en seguida pude reconstruir la boca que los decía. Y en Isabel la boca era lo más importante de su rostro. La carta es como ella era: un poco caótica, en permanente vaivén del optimismo al pesimismo y viceversa, siempre alrededor del amor en la cama, llena de temores, movediza. Pobre Isabel.

(Mario Benedetti, *La tregua*)

RESUMO

Parte significativa da historiografia sobre o Egito antigo ainda tem usado os termos “gênero” e “mulheres” como sinônimos. O estudo das cartas gregas e demóticas foi feito em grande parte com foco nas análises formais dos textos e na filologia. São raros os estudos de epistolografia que privilegiam o aspecto relacional e social das fontes. Se, por um lado, os autores interessados no gênero no Egito usam as cartas como um documento que pode dar acesso às mulheres, a historiografia sobre essas cartas parece negligenciar as mulheres e o gênero como temas relevantes.

No período ptolomaico, as relações entre homens e mulheres foram constituídas por processos intrínsecos e específicos que operavam diferentes categorias de gênero simultaneamente, combinando uma multiplicidade de tradições e valores, muito além de nossas percepções do que é masculino e feminino, ou “grego” e “egípcio”.

A proposta da dissertação é analisar a historiografia sobre gênero no Egito ptolomaico e como ela se apropriou de determinados grupos de papiros, em especial as cartas. A discussão sobre os estudos de gênero com base na epistolografia grega e demótica do Egito ptolomaico articula diferentes disciplinas que expõe os enquadramentos teóricos enviesados de leitura das cartas.

Palavras-chave: Estudos de Gênero, Antropologia, Mulheres, Egito Helenístico, Cartas, Papiros.

ABSTRACT

A significant part of the historiography on ancient Egypt has used the terms “gender” and “women” synonymously. The study of Greek and demotic letters focused mainly on formal textual analysis and philology, disregarding the understanding that letters are relational sources..

Studies of epistolography rarely emphasize the relational and social aspects of sources. If, on one hand, authors interested in gender in Egypt use letters as documents that can give access to the understanding about women in the period, the historiography of these letters appears to neglect women and gender issues as relevant. In the Ptolemaic period, relations between men and women were constituted by intrinsic and specific processes that operated different gender categories simultaneously, combining a multiplicity of traditions and values, far beyond our perceptions of what is masculine and feminine, or is “Greek” and “Egyptian”.

The purpose of the dissertation is to analyze the historiography of gender in Ptolemaic Egypt and how it has appropriated certain groups of papyri, especially the letters. The discussion about gender studies based on Greek and demotic epistolography of Ptolemaic Egypt articulates different disciplines which exposes the biased theoretical frameworks imposed to the interpretation of letters.

Keywords: Gender Studies, Anthropology, Women, Hellenistic Egypt, Letters, Papyri.

Sumário

Introdução 30

1. **Introdução aos estudos demóticos** 45
1.1. O demótico 50
1.2.Uma breve história do demótico. 55
1.2. Os estudos e a organização do campo de pesquisa. 61
1.3. A relevância do demótico para a Egiptologia e para o mundo antigo. 64

2. **A Egiptologia e o Orientalismo: problemas de uma parceria** 66
2.1. Definições e Problemas. 69
2.2. A Egiptologia nasce com a civilização. 74
2.2.1.O Império Britânico do Egito. 80
2.3. Orientalismo, política e Egiptologia: um tripé pouco estável para o Egito antigo. 91

3. **Questões de gênero no Egito antigo.** 95
3.1. Mulheres e Gênero no Egito Faraônico. 99
3.2. A natureza do gênero. 107
3.3. O caso de Cleópatra VII. 127

4. **O Egito Ptolomaico** 139
4.1. O Período Ptolomaico: definição e problemas de cronologia. 140
4.2. A presença grega no Egito. 148
4.3. Os Ptolomeus. 150
4.4. O Egito foi helenizado? 155
4.5. O mundo das polaridades: fontes e o problema do gênero. 160

5. **O que gostaríamos que o passado nos escrevesse. As cartas como fontes.** 167
5.1. Problemas metodológicos. 169

5.1.1. Cartas e agência. 173
5.2. As cartas no Egito antigo. 181
5.2.1. Material e Tipologia. 188
5.3. Quem lê e quem escreve? Discussões sobre o letramento no Egito Antigo. 191

6. As cartas e o problema do gênero. Por que as mulheres têm que escrever? 201
6.1. Escrevendo no mundo greco-romano. 210

7. As cartas demóticas e a construção de um viés de gênero no Egito Ptolomaico. 220
7.1. As cartas demóticas. 220
7.1.1. Datação do material. 235
7.1.2. Os correspondentes. 236
7.2. As cartas *de* mulheres e *para* mulheres. 240

Considerações Finais 246

Cartas gregas e demóticas 255

Bibliografia 290

LISTAS

Lista de Papiros

P. Cair. Zenon 1. 59028 259
P.Cair.Zen.3. 59408 260
P.Col.Zen. 1. 6 261
P.Lond.7. 1976 262
SB 22. 15276 263
BGU 6. 1300 264
P. Bad. 4. 48 265
P. Münch. 3. 57 266
UPZ 1. 59 267
UPZ 1. 148 268
BGU 4 1204 269
BGU 4 1206 270
BGU 4 1207 271
BGU 16. 2665 272
P. Qasr Ibrim Dem.1 274
P. Saqqara 71/2 145 H.S. 276
P. Berlim 13.538 (=P. Äg. Handschr. 12 descr.) 279
P. Carlsberg 428 282
P. Carlsberg 429 283
P. Berlim 23544 284
P. Berlim P. 15607 285
P. Louvre E. 7855 287

Lista de Ilustrações

FIG.1. Pedra de Roseta. Egito, Período Ptolomaico. 47

FIG.2. Possível reconstrução da Pedra de Roseta. 49

FIG.3. Exemplo de um texto demótico. Contrato e recibo da taxa de venda. Demótico e Grego, 103 a.C., Tebas. 51

FIG.4. Relevo da porta de entrada do Oriental Institute. 89

FIG.5. Capa do The Crisis (volume 1 issue 5, March 1911), com a ilustração de um faraó negro. W. E. B. DuBois. 88

FIG.6. Medalha de comemoração da publicação da Description de l'Égypte, 1826, desenhada por J. J. Barre. 94

FIG.7. Nut e Geb. Greenfield Papyrus, Livro dos Mortos de Nesitanebtashru. c. 950 a.C.British Museum. 114

Fig.8. Long, Edwin. *The Eastern Favorite*. 1880. 133

FIG.9. Delacroix, E. *Cleopatra and the Peasant.* 134

FIG.10. Modelo de preparação dos papiros. 189

FIG.11. Série de cartões postais Reading Women. 204

FIG.12. Retrato da múmia de Hermíone Grammatike, Hawara, 40-50 d.C. Girton College, Cambridge University. 212

FIG.13. Pintura do padeiro Terentius Neo e sua esposa. Casa de Terentius Neo, Pompeia, 50-79 d.C. 213

FIG.14. Detalhe da Tumba de Menna. Tebas. 216

FIG.15. Esquema de confecção das folhas de papiro. 227

FIG.16. Modelos de cartas em demótico: a) formato alto e b) formato largo. 228

FIG.17. Esquema de dobra das cartas em formato alto. 228

FIG.18. Esquema de dobra das cartas em formato largo. 230

Lista de Tabelas

TAB.1. Diferenças das escritas egípcias. 52

TAB.2. A escrita e as fontes. 54

TAB. 3. Fases da Língua Egípcia. 56

TAB.4. Termos relacionados à ideia de corpo. 124

TAB.5. As s 3 esferas dos marcadores de identidade. 122

TAB.6. Categorias do status de publicação das cartas demóticas. 222

TAB.7. Procedência das cartas demóticas de Norte a Sul do Egito. 226

TAB.8. Classificação das cartas com base nas fórmulas iniciais. 232

TAB.9. Aspectos do endereço interno das cartas e seus paralelos com outras tradições. 235

TAB.10. Esquema de vários tipos de dígrafos em demótico. 239

Lista de Gráficos

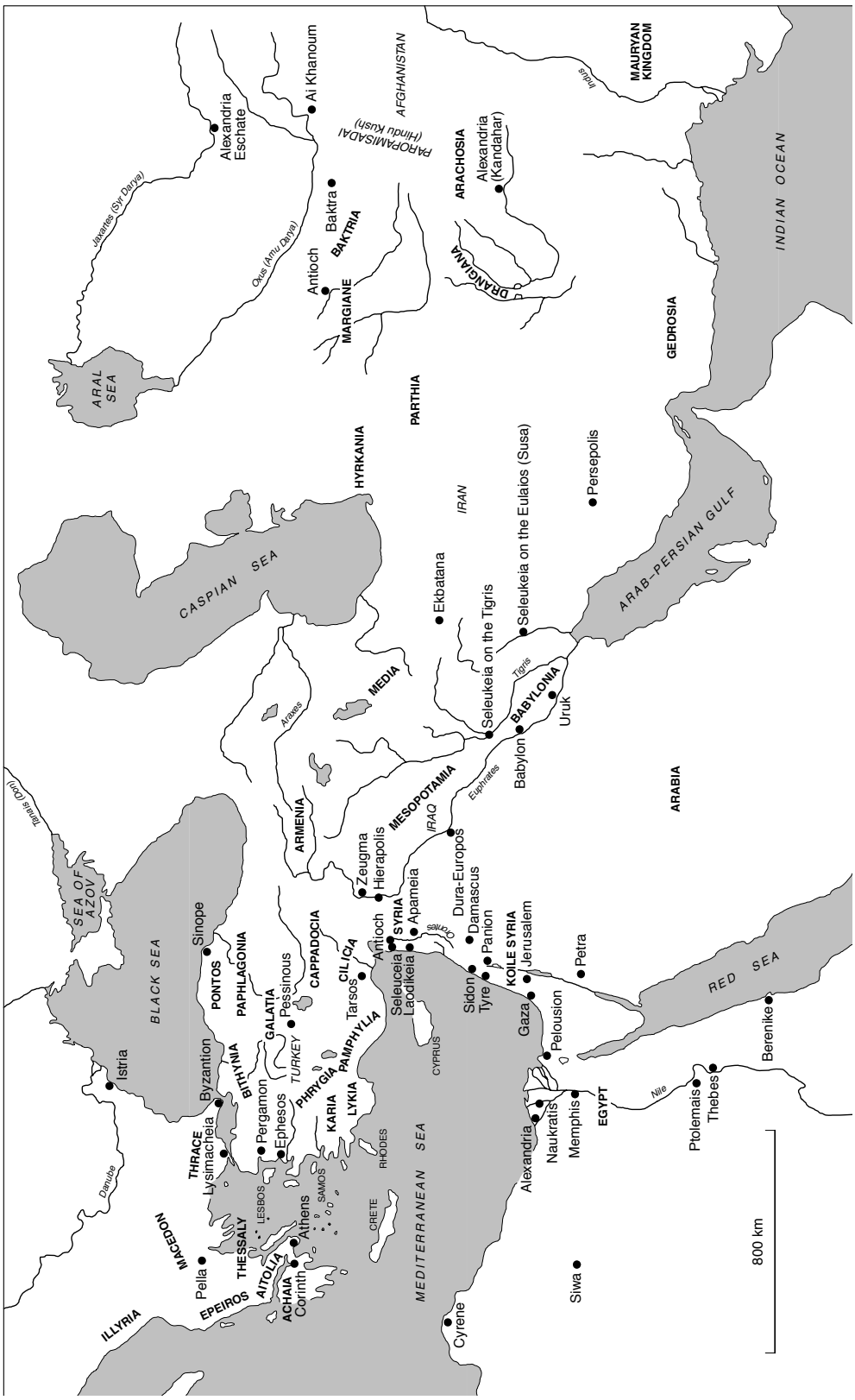
GRAF.1. Produção de trabalhos sobre Gênero/Mulheres/Feminino no *Enchoria.* 36

GRAF.2. Produção de trabalhos sobre Gênero/Mulheres/Feminino e Cartas no *Enchoria.* 38

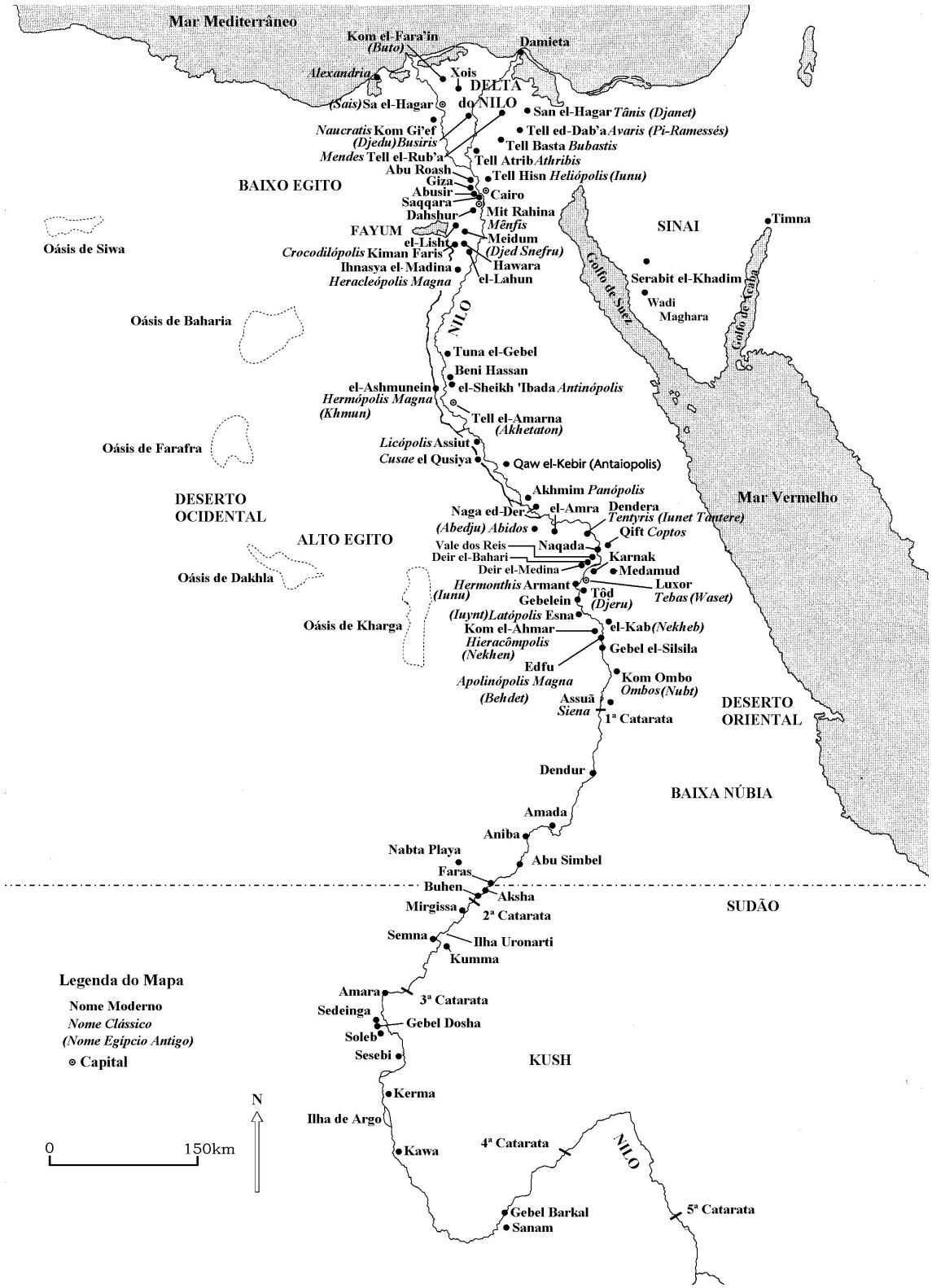
GRAF.3. Cartas de acordo com o sítio arqueológico. 225

Lista de símbolos para as transliterações dos textos em demótico 257

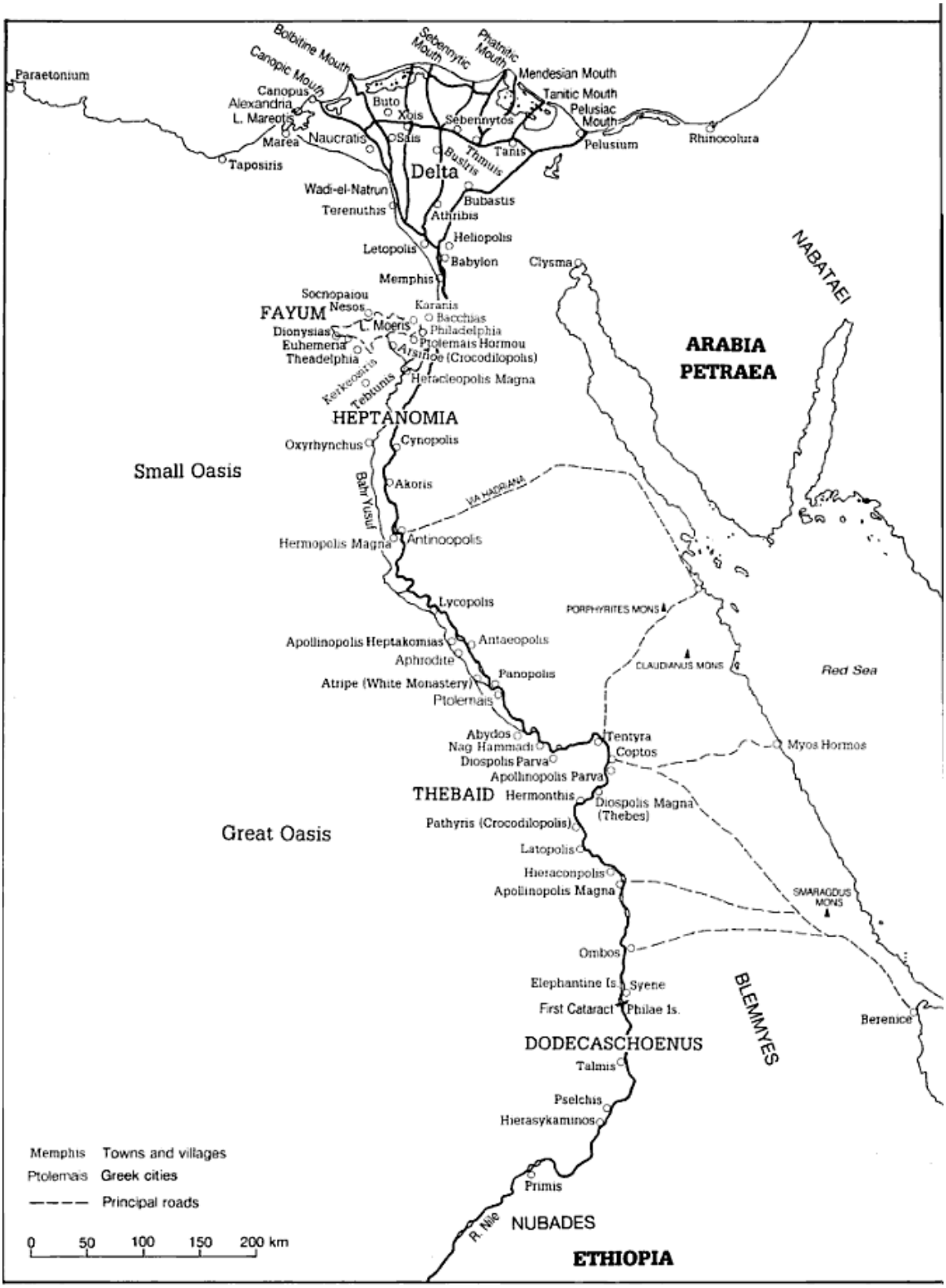
Mapa 1. O Mundo Helenístico



Mapa 2. O Egito Antigo

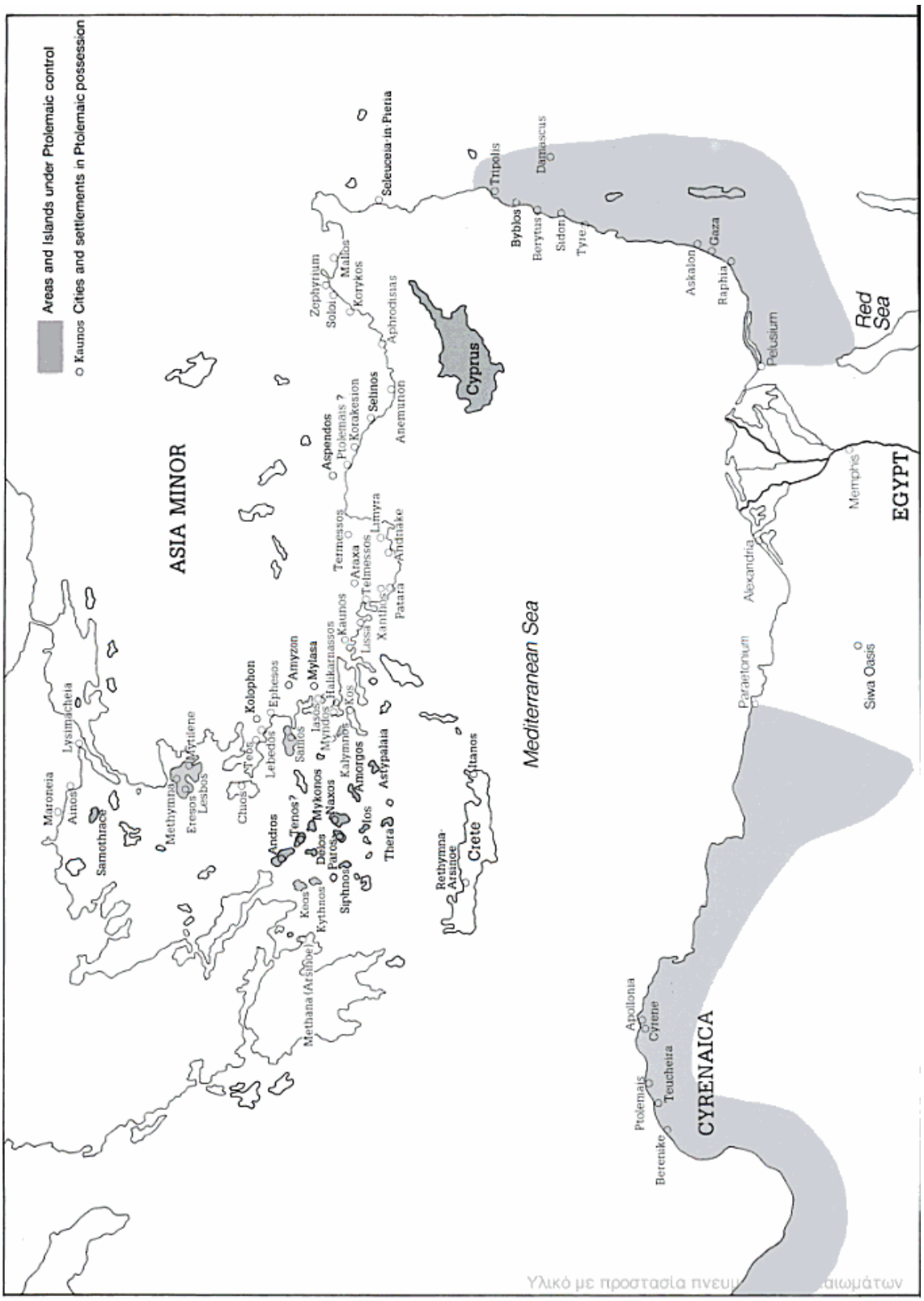


Mapa 3. O Egito Ptolomaico



Mapa retirado de Bowman (1996).

Mapa 4. Área Controlada pelos Ptolomeus



Mapa retirado de Bowman (1996).

Cronologia Geral *

Pré-Dinástico	5500-3050 a.C.
Dinástico Inicial (Thinita ou Arcaico)	2920-2649 a.C.
I Dinastia	2920-2770 a.C.
II Dinastia	2770-2649 a.C.
ANTIGO IMPÉRIO (Império Menfita)	**2575-2134 a.C.**
III Dinastia	2649-2575 a.C.
IV Dinastia	2575-2465 a.C.
V Dinastia	2465-2323 a.C.
VI Dinastia	2323-2150 a.C.
PRIMEIRO PERÍODO INTERMEDIÁRIO	**2134-2040 a.C.**
VII e VIII Dinastias	2150-2134 a.C.
IX e X Dinastias (Heracleopolitanas)	2134-2040 a.C.
XI Dinastia (início)	2134-2040 a.C.
MÉDIO IMPÉRIO (I IMPÉRIO TEBANO)	**2040-1640 a.C**
XI Dinastia (final)	2061-1991 a.C.
XII Dinastia	1991-1783 a.C.
SEGUNDO PERÍODO INTERMEDIÁRIO	**1640-1532 a.C.**
XIII Dinastia	1784-1650 a.C.
XIV Dinastia	1720-1665 a.C.
XV Dinastia (Hicsos)	1668-1560 a.C.
XVI Dinastia (Hicsos)	1665-1565 a.C.
XVII Dinastia	1640-1550 a.C.
NOVO IMPÉRIO (II IMPÉRIO TEBANO)	**1550-1070 a.C.**
XVIII Dinastia	1550-1307 a.C.
XIX Dinastia	1307-1196 a.C.
XX Dinastia	1196-1070 a.C.
TERCEIRO PERÍODO INTERMEDIÁRIO	**1070-712 a.C.**

Reis-Sacerdotes Tebanos	1080-945 a.C.
XXI Dinastia (Tanita)	1070-946 a.C.
XXII Dinastia (Tanita/Bubástida/Líbia)	946-712 a.C.
XXIII Dinastia (Líbios)	ca. 828-665 a.C.
XXIV Dinastia (Saíta)	718-685 a.C.
XXV Dinastia (Núbios e Kushitas)	767-656 a.C.
PERÍODO SAÍTA	**664-525 a.C.**
XXVI Dinastia	664-525 a.C.
PERÍODO TARDIO (BAIXA ÉPOCA)	**525-332 a.C.**
XXVII Dinastia (I Período Persa)	525-404 a.C.
XXVIII Dinastia	404-399 a.C.
XXIX Dinastia	399-380 a.C.
XXX Dinastia	380-343 a.C.
RECONQUISTA PERSA (II Período Persa)	**343-332 a.C.**
PERÍODO GRECO-ROMANO	**332 a.C.- 395 A.D.**
REIS MACEDÔNIOS	332-305 a.C.
PERÍODO PTOLOMAICO	**305-31 a.C.**
PERÍODO ROMANO	**30 a.C.-395 A.D.**
PERÍODO BIZANTINO	**395-640**
PERÍODO ISLÃMICO	**640-1250**
Conquista do Egito por ʿAmr Ibn al-ʿAš	640-642
Fundação do Cairo	641
Califado Omíada (Umayya)	661
Califado Abássida (al-Abbas)	750
Dinastia Tulunida (Ibn Tulun)	868-905
Retomada Abássida	905
Dinastia Ikhshidida	935-969

Dinastia Fatimida	969-1171
Saladino	1164
Dinastia Ayyubida	1171-1250
PERÍODO MAMELUCO	**1250-1497**
Dinastia Mameluca Bahrita	1250-1390
Dinastia Mameluca Buída	1382-1517
PERÍODO OTOMANO	**1517-1805**
Expedição Napoleônica	1798-1801
PERÍODO MODERNO	**1805- até o presente**
Reinado de Muhammad Ali	1805-1848
Inauguração do Canal de Suez	1869
D. Pedro II visita o Egito	1876/77
Ocupação Britânica	1882
Independência Egípcia	1952
Queda do Regime Mubarak	2011

* A cronologia egípcia é motivo de controvérsia entre os autores, por isso as datas aproximadas. Esta foi elaborada a partir do trabalho do Prof. Dr. Antonio Brancaglion Jr.

Cronologia - Período Ptolomaico e Período Romano **

Dinastia Ptolomaica	306/5-30 a.C.
Ptolomeu I Sóter - com Berenice I	306-282
Batalha de Ipsos	301
Ptolomeu II Filadelfo (com Arsínoe II, desde 270/268)	282-246
Ptolomeu III Evergeta I - com Berenice II	246-221
Decreto de Canopo	238
Ptolomeu IV Filopátor - com Arsínoe III	221-104
Batalha de Raphia	217
Revolta na Tebaida, faraós locais - Haronnophris e Chaonnophris	106-186
Ptolomeu V Epifânio - com Cleópatra I	204-180
Batalha de Panion	200
Decreto de Mênfis (Pedra de Roseta)	196
Ptolomeu VI Filométor e Cleópatra I	180-177
Ptolomeu VI e Cleópatra II	177-170
Ptolomeu VI, Ptolomeu VIII e Cleópatra II	170-164
Antíoco IV invade o Egito	170-168
Ptolomeu VIII Evergeta	164-163
Ptolomeu VI e Cleópatra II	163-145
Ptolomeu VIII	145-116
Cleópatra III e Ptolomeu IX Sóter II (“Lathyros”)	116-107
Cleópatra III e Ptolomeu X, Alexandre I	107-101
Ptolomeu X e Berenice III	101-88
Ptolomeu IX Sóter II	88-80
Ptolomeu XII Neo Dioniso (“Auletes”)	80-58
Berenice IV	58-55
Ptolomeu XII	55-51

Cleópatra VII Filopátor e Ptolomeu XIII	51-47
Júlio César no Egito	48-47
Cleópatra VII e Ptolomeu XIV	47-44
Cleópatra VII e Ptolomeu XV (“Cesário”)	44-30
Marco Antonio no Egito	41-30
Batalha de Ácio	31
Egito: província romana	**30 a.C - 395 d.C.**
Otávio	30-27 a.C.
Revolta na Tebaida	**29 a.C.**
Dinastia Júlio-Claudia	**27 a.C. - 68 a.C.**
Augusto (antes Otávio)	27 a.C.-14 d.C.
Tibério	14-37
Caio (Calígula)	37-41
Revolta em Alexandria: gregos atacam os judeus	38
Cláudio	41-54
Nero	54-68
Dinastia Flávia	**69-96**
Vespasiano	69-79
Tito	79-81
Domiciano	81-96
Dinastia Antonina	**96-192**
Nerva	96-98
Trajano	98-117
Revolta Judaica no Egito	115-117
Adriano	117-138
Adriano visita o Egito	130
Antonino Pio	138-161

Marco Aurélio	161-180
Marco Aurélio e Lúcio Vero	161-161
Peste Antonina no Egito	167 -c. 179
Revolta dos *Boukoloi* no Delta	172-175
Cômodo	180-192
Dinastia Severa	**193-235**
Pertinax e Dídio Juliano	193-235
Septímio Severo	193-211
Septímio Severo visita o Egito	200-201
Clódio Albino e Pescênio Níger	193-194
Caracala e Geta	211-212
Caracala	211-217
***Constitutio Antoniniana* (concessão de cidadania)**	**212**
Mácrino	217-218
Antonino (Heliogábalo)	218-222
Severo Alexandre	222-235
Maximino, o Trácio	235-238
Gordiano I e Gordiano II (África), Balbino e Pupieno (Itália)	238
Gordiano III	238-244
Filipe, o Árabe	244-249
Décio	249-251
Perseguição de Décio aos cristãos	250
Treboniano Galo	251-253
Emiliano	253
Valeriano e Galieno	253-260
Galieno	253-268
Póstumo	260-268
Cláudio II, o Gótico	268-270
Quintilo	270

Egito é invadido por Palmira e controlado pela rainha Zenóbia	270-272
Aureliano	270-275
Tácito	275-276
Probo	276-282
Caro	282-283
Carino e Numeriano	283-284
Diocleciano e a Tetrarquia	284-305

Império do Ocidente	
Maximiano Augusto	287-305
Constâncio César	293-305
Constâncio Augusto	305-306
Severo César (306-307 Augusto)	305-306

Império do Oriente	
Diocleciano Augusto	284-305
Galério César	293-305
Galério Augusto	293-305
Maximinio César (309-313 Augusto)	305-309
Diocleciano no Egito	298
Grande Perseguição	303-313
Magêncio (Itália)	306-312
Constantino I Augusto	307-337
Licínio Augusto	308-324
Domício Alexandre (África)	308-311
Governo conjunto de Constantino I e Licínio	313-324
Constantino I (governante único)	324-337
Constantino II	337-361
Constâncio II	337-361

Constante	340-350
Magnêncio	350-353
Galo César	351-354
Juliano César	355-361
Juliano Augusto	360-363
Juliano (governante único)	361-363
Joviano (governante único)	363-364
Valentiano	364-375
Valente	364-378
Graciano	375-383
Teodósio I	379-395
Valentiano II	375-392
Máximo	383-388
Eugênio	392-394
Teodósio I (governante único)	394-395
Divisão do Império entre Oriente e Ocidente	**395**

** A cronologia tem as datas aproximadas. Esta foi elaborada a partir de Vasques (2005).

Introdução

(...) so rather than trying to prove the point with data, I shall make data with it.

(Strathern, 2004: XXI)

I fell sorry for the professional whenever they find another confusing skull, something that belonged to the wrong sort of people, or whenever they find statues or artifacts that confuse them - for they'll talk about the odd but they won't talk about the impossible, which is where I fell sorry for them, for as soon as something becomes impossible, it slipslides out of belief entirely, whether it's true or not.

(Neil Gaiman, *American Gods*)

Os estudos de gênero no mundo antigo devem o seu desenvolvimento e consolidação como campo de pesquisa às fontes clássicas. Até hoje são ainda herdeiros diretos da História das Mulheres, com mais ou menos referências à sua progenitora. O Egito foi excluído do campo e, em parte, também da chamada História Ocidental, mesmo os períodos tardios. A abordagem historiográfica acerca das questões do gênero está ao mesmo tempo isolada e defasada. O estudo do Egito antigo ainda é sinônimo das pesquisas concentradas em períodos anteriores ao domínio de Alexandre, o que está relacionado à formação da Egiptologia como uma disciplina orientalista, mas também a fatores históricos que consagraram o seu isolamento das demais áreas, demonstrando também que os egiptólogos se tornaram possessivos com seu campo de estudo.

O desenvolvimento dos estudos de gênero numa disciplina que é excluída, mas ao mesmo tempo exclusiva, carrega o peso de uma solidão acadêmica quase sufocante. Nesse sentido, parte dos egiptólogos se conformou com uma abordagem sobre "mulheres", excessivamente descritiva e parcialmente deslumbrada. A figura generalizada da "mulher egípcia", cujo paradigma foi por muito tempo a representação de Cleópatra VII, seja pelas fontes gregas, seja mais recentemente pelo cinema, ficou marcada na historiografia sobre o gênero, sobretudo no começo do século XXI. Os pesquisadores se empenham em afirmar o lugar da mulher egípcia numa sociedade mais igualitária, distinta do mundo greco-romano, em que as demarcações de gênero, ao serem tratadas de forma simplificada, apontam

para uma exclusão das mulheres das esferas de poder. Assim, aquilo que é entendido por relações de gênero no Egito antigo tem como marca principal a polarização: Egito *vs.* mundo greco-romano (=Oriente *vs.* Ocidente), mulheres *vs.* homens. Nesse jogo de polarizações, o gênero positiva o que é negado na realidade ocidental, estabelecendo um jogo de forças que ao mesmo traz o Egito para o debate, através da figura feminina (e das mulheres), mas nesse movimento, nega e afasta tanto o Egito, como as mulheres. Trata-se de uma positividade que mascara juízos de valor sobre as mulheres - e sobre o Egito, traduzindo-os como “excêntricos”.

Nessa linha, outras dicotomias se desdobram e podem ser identificadas no modo como os períodos tardios vem sendo estudados. O caso do Egito ptolomaico é interessante porque ele agrega essas dicotomias no mesmo tempo e espaço. Se delimitarmos a discussão ao problema do gênero, a polarização entre “mulheres” e “homens” ganha outras nuanças, podendo se desdobrar quase *ad infinitum* nos problemas de identidade, da língua, da alfabetização, das representações iconográficas, do plano jurídico, etc.. O chamado Egito helenístico tem os seus alicerces fundados na ideia de mundo polarizado, o que revela, em última instância, uma visão da História ainda marcada pelo ideal hegeliano de progresso.

A proposta da dissertação é verificar em que medida a historiografia sobre o gênero no Egito ptolomaico se apropriou de determinados grupos de papiros e excluiu outros, a fim de endossar o modo como concebe as relações entre os indivíduos. Dito de outro modo, a visão pré-estabelecida dos egiptólogos e papirologistas sobre o que é gênero e sua apropriação das teorias feministas, determinou o modo como certos papiros foram valorizados e escolhidos. Os papiros são “feminilizados” ou “masculinizados” dependendo do que se quer dizer. Podem ser colocados para explicitar a relação entre os indivíduos, ou apenas como exemplos que ilustram determinados modelos já estabelecidos de gênero. Portanto, uma análise da produção em torno das cartas (em grego e em demótico) favorece a exposição desse tipo de abordagem, ao mesmo tempo abre possibilidades para repensar modelos teóricos já consagrados. Observando a produção historiográfica sobre as mulheres e o “gênero”, entre os egiptólogos, nota-se que essas escolhas estão

relacionadas a três problemas centrais, os quais busco explorar ao longo desse trabalho.

O primeiro deles é o *status* dos estudos demóticos dentro da papirologia. Os papiros em demótico são ainda classificados como um grupo menor. Devido ao enorme número de traduções do material em grego desde o início do domínio macedônico no Egito, os textos em demótico ficaram em segundo plano, seja por uma dificuldade com a escrita, seja pela negligência e desinteresse dos pesquisadores. De fato, o chamado período helenístico no Egito chegou a nós sobretudo pelos textos gregos, o que dá a falsa impressão, numa leitura ligeira, de que pouco se produziu em demótico. O renascimento dos estudos demóticos na segunda metade do século XX apresentou uma enorme quantidade de traduções, mas não se tratava de trazer um "novo Egito", contrariando as expectativas de alguns. Contratos, cartas, textos literários e mesmo grafites tem apresentado um Egito amplo, fora dos enquadramentos mais tradicionais projetados pelo Egito Faraônico e pelos helenistas que em vão tentaram colocar molduras helenizantes no seu objeto de estudo. Essa área, ainda vista com olhos assustados pelos colegas egiptólogos, luta contra o isolamento e promete trazer um Egito que pode desestabilizar as molduras teóricas tradicionais, mas não chega ainda a desconstrui-las.

O segundo problema está no modo como o Egito ptolomaico foi estudado em suas formulações teóricas. A tese da helenização do Egito, embora já problematizada, ainda vigora na produção historiográfica que relega o Egito pós-Alexandre aos centros helenistas de pesquisa no mundo. Essa característica institucional do trabalho acadêmico em relação ao Egito demonstra que para além da fragmentação e compartimentação da história egípcia, há um enquadramento arbitrário que determina o que vai ser estudado, e de que forma isso será realizado. Os helenistas, ao estudarem o Egito sob o prisma grego, não identificam permanências e transformações do Egito pré-macedônico, o qual fica nas mãos dos egiptólogos de formação. Um dos efeitos dessa fragmentação é justamente o processo de seleção e estudo das fontes, que ao final, pouco modifica os antigos padrões.

Sob a ótica da Egiptologia tradicional, dedicada ao chamado período faraônico, os períodos tardios “descaracterizam” as tradições anteriores. Cria-se a ideia de um Egito “antigo” que será de responsabilidade apenas dos egiptólogos. Esse Egito “puro”, “eterno” é desmontado ao discutirmos o surgimento da Egiptologia e o seu processo de institucionalização como disciplina orientalista. Nesse eixo, atrelado portanto à discussão sobre a helenização, está imbricado o debate sobre o orientalismo. O reconhecimento da tensão entre esses dois eixos teórico-metodológicos, simultaneamente, apresenta o Egito ptolomaico quase como o rei nu, que acredita estar vestido ricamente.

O terceiro aspecto é a discussão sobre o gênero e a teoria feminista, desenvolvidos dentro do debate antropológico. O gênero apropriado pela Egiptologia é datado. Uma espécie de História das Mulheres moribunda e que entrava em conflito com as próprias fontes egípcias. Portanto, o modo de se apropriar das fontes, utilizando-se do gênero como instrumento teórico, tornou-se sinônimo de estudos sobre mulheres e temas “femininos”, reduzindo a complexidade dessas definições e estabelecendo uma visão polarizada e anacrônica da vida desses grupos.

Este trabalho tem um risco inerente à sua proposta, podendo incorrer no equívoco (ou descuido) de repetir, mais uma vez, a abordagem polarizada, seja para discutir o problema da helenização do Egito, seja para pensar a questão do gênero. E creio que aqui a formulação stratherniana sobre os *fresh gaps* (STRATHERN, 2004, p. xxii) pode ser encorajadora. A produção historiográfica a respeito das relações de gênero no Egito ptolomaico, a partir das cartas, é ou nula, ou muito pobre. Nesse sentido, o esforço dessa dissertação não é o de *provar* que os pesquisadores tiveram abordagens equivocadas, ou limitadas, o que seria deveras pretensioso para uma dissertação de mestrado, mas um exercício de extrapolar e pensar as diferenças colocadas nessas polarizações.

A documentação epistolográfica estudada à luz do gênero e da História das Mulheres consagrou as dicotomias entre “feminino” e “masculino” no mundo ocidental e serviu bem às primeiras feministas que desejavam afirmar o lugar das mulheres e suas habilidades de ler e escrever. Do mesmo modo,

reforçou a ideia de que as cartas podem ser textos “privados” e que nos garantem acesso direto às mulheres.

O trabalho de Marilyn Strathern *Partial Connections,* inspira a correr novos riscos. Seus apontamentos para a problematização da teoria antropológica são um convite a repensar o modo como fazemos pesquisa. O modelo fractal (STRATHERN, 2004) indica que o modelo “pergunta-resposta”, não necessariamente responde às questões formuladas pelos pesquisadores, mas ao contrário, confina a resposta em vez de deixar a possibilidade para novas questões.

Se a História Antiga pode ser útil para repensar as categorias da própria História, o Egito pode ser um catalisador desse processo. Os debates sobre o orientalismo, o afrocentrismo e mesmo a teoria feminista não devem ser colocados para o Egito, no sentido de uma aplicação teórica simples. É justamente porque o Egito evoca essas discussões (inclusive sobre o gênero) que as demais áreas devem se aproximar dos egiptólogos.

> “Se as mulheres são o mesmo problema em todas as sociedades, tem algo que deve ser respondido tanto em termos do que são as sociedades como do que são as relações entre os sexos.”
>
> (STRATHERN, 2006, p. 70).

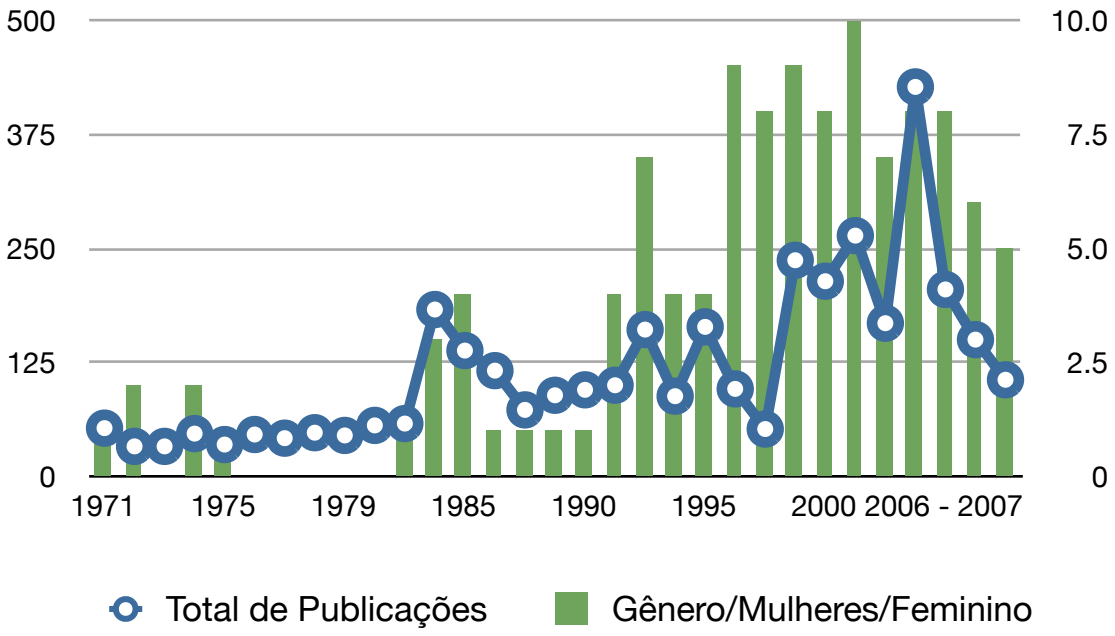
No que diz respeito à abordagem sobre o gênero, os textos demóticos não apresentaram nenhuma novidade. As abordagens, ainda submetidas a uma pauta feminista que buscava na história evidências de uma emancipação das mulheres, quase um matriarcado disfarçado, por meio da leitura e traduções de contratos de propriedade, herança, casamento e divórcio, letramento, etc.. Eram novos textos com velhas questões. Contudo, muitos egiptólogos, empurrados pelas fontes contra o paredão feminista, precisaram rever as fontes e as teorias apresentadas pelas feministas e pelo gênero. Mas houve a cisão.

O desencontro entre os dois campos terminou com a acusação de que a Egiptologia não gostava de teorias, nem de temas novos, e as feministas não se interessam pelo Egito. Fato é que a antropologia e o feminismo pouco dialogaram com o passado egípcio e poucos estudos sobre a cultura árabe e

muçulmana no Egito não chegam nem no começo do calendário d.C., muito menos ao a.C.. Mas para além das querelas é preciso pensar nas propostas que ficaram pelo caminho. E penso que essa dissertação é uma tentativa de colocar as várias partes em diálogo, não para haver consenso, mas para demonstrar que é justamente pela suposta incompatibilidade que é preciso dialogar.

As cartas em demótico constituem um bom interlocutor para esse desafio. Talvez seja meu desejo de que a metáfora do diálogo, materializado na escrita aconteça entre aqueles que estão impossibilitados de conversar presencialmente.

A epistolografia demótica serviu para afirmar a habilidade das mulheres de ler e escrever em demótico. Nem mais, nem menos. A partir da análise da produção bibliográfica apresentada e organizada no *Enchoria*, jornal dedicado aos estudos demóticos e coptas, podemos ver que a produção sobre “gênero” não é pequena (GRAF. 1). Contudo, sua representatividade fica restrita a categorias já postuladas pelos estudos feministas e pelos estudos de gênero e as categorias “mulheres”, “feminino”, se misturam e são genéricas. Os temas centrais são o casamento, propriedade de terras, transferência de herança e propriedade, divórcio, a representatividade jurídica legal e família. Todas pulverizadas ao longo dos anos. Se por imposição das fontes ou por imposição teórica, a ideia sobre relações de gênero ainda parecia limitada.



GRAF.1. Produção de trabalhos sobre Gênero/Mulheres/Feminino no *Enchoria.*

A obra de Mark Depauw (2006) é um marco entre os demoticistas. Seu trabalho sistematiza a produção das cartas com uma análise minuciosa dos textos, em papiros e óstracos, apresentando tanto a listagem dos textos conhecidos, como o seu *status* de pesquisa e publicação. A obra, que por esses motivos já merece destaque, apresenta uma discussão metodológica sobre as classificações e a escolha dos textos que se encaixam nas categorias propostas.

A preocupação primordial de Depauw não é discutir o gênero ou o papel das mulheres, mas de pensar os desafios do letramento em demótico e o tipo de relação que os correspondentes estabeleciam entre si, o que é sistematizado pela análise das fórmulas epistolográficas e pela preocupação filológica. O que chama a atenção, contudo, é que nessa obra fundamental sobre as cartas egípcias produzidas em demótico, o autor se refere a um número muito pequeno de cartas endereçadas a mulheres ou produzidas por elas. A surpresa não se deve ao número pequeno de textos em demótico, mas ao fato de que essa amostragem mínima, senão insignificante, foi utilizada para afirmar o letramento feminino em demótico, mas ignorado para pensar as relações de gênero. Cruzando esses dados com a literatura sobre as mulheres

no Egito antigo e, principalmente no Egito helenístico, a escrita das cartas é apresentada como um tipo documento “especial”:

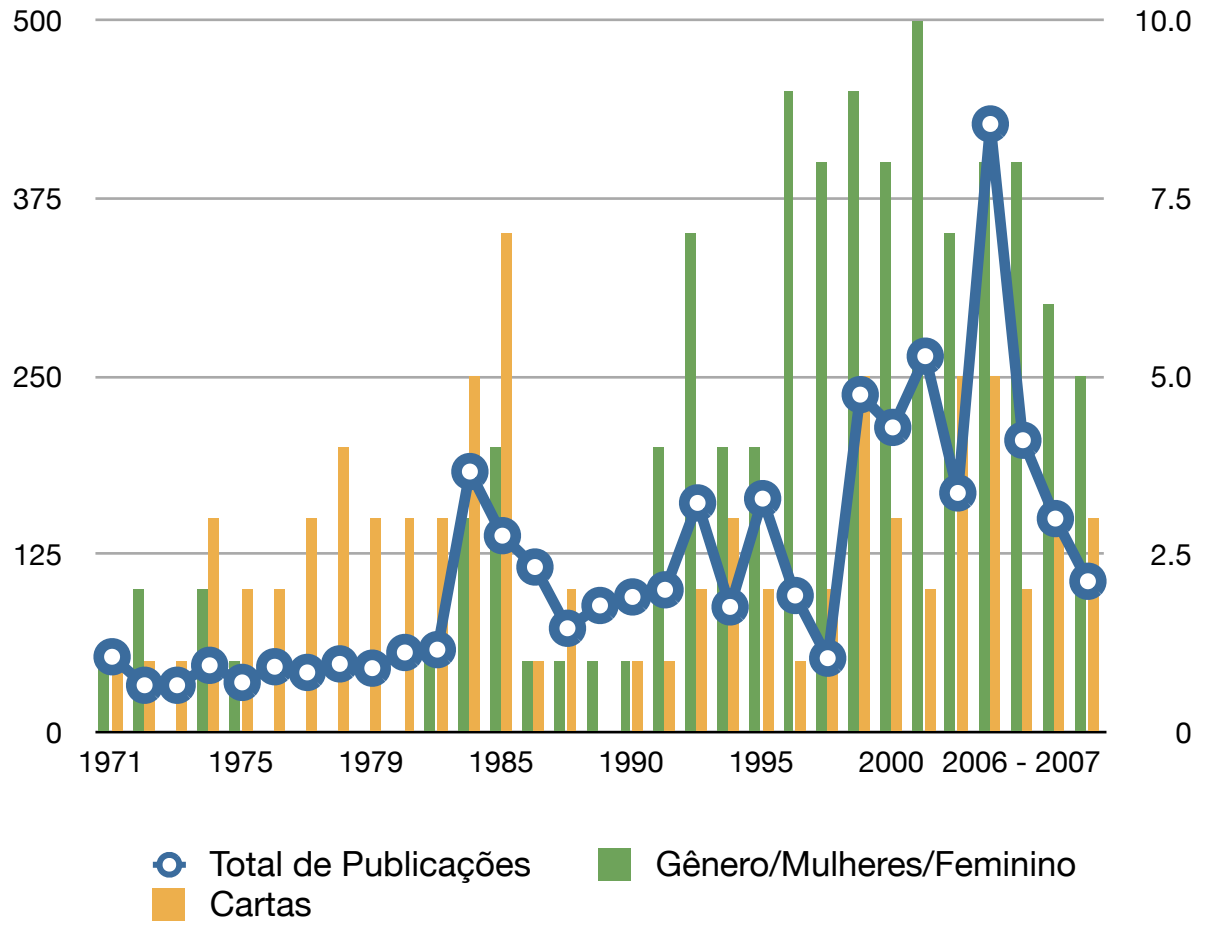
> (…) as cartas são o único gênero no qual as mulheres estão definitivamente se expressando em seu próprio favor e não através de um homem que controla a representação do seus pensamentos[1].
>
> (BAGNALL e CRIBIORE, 2006, p. 10)

Tomando a afirmação de Bagnall e Cribiore, a carta é, por excelência, o texto que nos leva às mulheres, sem intermediações masculinas de qualquer tipo e, portanto, um documento privilegiado por uma literatura interessada nas questões de gênero. O texto, obra de referência sobre as cartas de mulheres no período helenístico, não leva em conta os textos demóticos, mas apresenta textos coptas, por exemplo.

Observando a produção bibliográfica dos demoticistas sobre as cartas (ver GRAF.2), notamos outro tipo de relação com os textos demóticos. Não há de fato, menção ao tema do gênero. Ao contrário, os estudos das cartas praticamente não falavam das mulheres, seja por assumir que o número de mulheres habilitadas a ler e escrever em demótico era insignificante, ou mesmo que essa era uma questão sem relevância para a área, *já que as mulheres não sabiam demótico.* É importante notar que o volume de traduções de cartas não acompanha a produção sobre o gênero no material demótico. Esse tipo de formulação, apoiado certamente num tipo de enquadramento de mundo enviesado pelo gênero, impediu que as cartas fossem vistas, em demótico, como um documento que problematizasse as relações de gênero propriamente ditas e, além disso, auxiliasse a reformular as proposições teóricas implementadas entre os egiptólogos e demoticistas.

---

[1] “the letters are the only genre in which women are definitely expressing themselves on their own behalf and not through a male who controls the representation of their thought.”



GRAF. 2. Produção de trabalhos sobre Gênero/Mulheres/Feminino e Cartas no *Enchoria.*

Há correspondências de homens e sua forma não é muito distinta das mulheres ao escrever. Do ponto de vista formal, não há distinções significativas para essas evidências. Portanto, há uma questão inicial, em que medida podemos atribuir às cartas um discurso de gênero? Até que ponto a ideia de que as cartas, atribuídas como fontes "privadas", não são associadas diretamente ao "universo feminino"? Aparentemente, há uma projeção de um ideal burguês de reclusão, privacidade, de um mundo íntimo e secreto que não necessariamente, pertence ao "feminino" na sociedade ptolomaica, entendida nesse contexto como "grega".

No quadro de documentos egípcios, há diversos tipos de cartas, para os mortos, para os deuses, cartas oficiais, etc.. Em outras palavras, é preciso definir o que se entendia por "carta" e seus contextos específicos. Num momento de transformação após o domínio macedônico, esses documentos sofrem algum tipo de alteração? Mais ainda, como articular a relação das

cartas com os indivíduos? A pessoa que escreve é necessariamente quem envia? Quem lê é o destinatário? Ou há intermediários? Em que medida esses intermediários interferem na prática de enviar mensagens? Como as relações de gênero podem ser identificadas a partir dessa documentação? Se a auto-representação pode ser identificada em outros textos egípcios, é possível dizer o mesmo em relação às cartas? O número de cartas em grego é significativamente maior do que os textos em demótico.

No período ptolomaico, as cartas em demótico, escritas por mulheres, chega a menos de 1% do total (DEPAUW, 2006). É interessante notar que em períodos anteriores da história egípcia, como na época ramessida, a proliferação de cartas escritas por mulheres é muito maior. Na vila de Deir el-Medina, por exemplo, das 470 cartas encontradas, quase 6% foram escritas por mulheres (BAGNALL e CRIBIORE, 2006, p. 15).

O que os autores dedicados ao gênero não perceberam é que os assuntos dos textos selecionados para positivar as mulheres na sociedade egípcia ptolomaica eram do mesmo tipo do material em grego. As cartas gregas do mesmo período, mais numerosas, apresentam temas relacionados ao cotidiano, falando da família, dos negócios, etc. Portanto, a equação ficava disposta de modo a afirmar que poucas mulheres liam em demótico, por se tratar de uma escrita mais difícil que a grega, e que o Egito vivia um processo intenso de helenização.

Tal formulação esvaziou uma análise mais cuidadosa do material em demótico. Observando as diversas categorias em torno da ideia egípcia de “carta”, percebemos que há uma série de outros textos epistolográficos que mencionam mulheres. Mas mais do que isso, eles fazem referência *às relações* entre homens e mulheres, e colocam as categorias egípcias (títulos, etc.) em contextos específicos de preces e pedidos aos deuses. Espantosamente, esse material, que é por definição um material relacional, não foi estudado pelos pesquisadores interessados no gênero no Egito antigo.

Tal negligência pode ser, a princípio entendida como uma mera falta de conhecimento dos textos. Mas os papiros não representam especificamente um discurso de gênero. Mas é o discurso sobre o gênero que se apropria dos

papiros. E é nessa aparente ausência de dados que o tema do gênero surge como algo potente a ser estudado.

É preciso considerar que a habilidade de ler não pressupõe a de escrever. Havia serviçais (no caso das elites) que se encarregavam desse tipo de atividade, mesmo que o destinatário soubesse ler. No caso dos grupos menos abastados, era comum o uso de outras pessoas para ler e escrever. Se isso é fato, como inserir essa documentação no debate sobre uma identidade de gênero? Se as cartas tinham uma circulação maior do que entre dois indivíduos (o remetente e o destinatário), como afirmar que elas expressam uma voz feminina numa sociedade masculina? Portanto, se as cartas - em grego ou demótico - não diferem entre si, em forma e conteúdo, por critérios de gênero, elas não servem para "falar de mulheres". É notável que os pesquisadores dedicados ao tema das cartas tenham falado pouco (ou nada) sobre o gênero, quando o contrário não aconteceu.

A partir dessas questões a dissertação se organizou em sete capítulos. O capítulo 1, dedicado aos estudos demóticos pretende apresentar as peculiaridades da pesquisa desse campo, dentro da papirologia e da Egiptologia. Compreender o modo como essa disciplina se desenvolveu nos últimos anos pode auxiliar no entendimento do modo pelo qual os pesquisadores se apropriaram dos papiros, dentro de um modelo de gênero e de sociedade. Mais ainda, acredito que é importante oferecer a novos estudantes brasileiros ferramentas que incentivem novas pesquisas nesse campo no país. Num momento em que a Egiptologia se encontra numa fase de transformação dentro da Inglaterra, costurar discussões de outras áreas com os textos demóticos me parece essencial a fim de garantir que os papiros não fiquem relegados a meras ilustrações, imateriais e imersas em discussões filológicas.

O capítulo 2 é uma tentativa de situar o desenvolvimento da Egiptologia como disciplina orientalista e, em certa medida, problematizar o seu isolamento das demais áreas do mundo antigo. Apesar da problemática apresentada por Said ter recebido críticas desde a publicação de *Orientalismo*, o tema volta num momento em que presenciamos a Primavera Árabe e o Egito é palco de transformações políticas e sociais. A tensão entre o mundo ocidental e oriental

ressurge na cobertura da mídia sobre a Irmandade Muçulmana e na divulgação quase que diária nas redes sociais e fóruns de discussão de egiptologia sobre os riscos e a destruição de sítios arqueológicos. O Egito, antigo, eterno, parece ameaçado agora em seus últimos resquícios de domínio europeu. Nesse sentido, mais do que discutir as questões relativas aos problemas contemporâneos do Egito, o tema do orientalismo se mostra relevante. De fato, a Egiptologia não deixa de ser uma disciplina política, politizada, que atualmente manifesta com toda sua força os discursos divergentes sobre o tema. Em suma, quem tem posse do Egito? De seu passado? Em que medida podemos retirar o modo como estudamos (e aprendemos sobre) o Egito, de sua história?

Não acusaria a comunidade científica dos egiptólogos de ser orientalista. Há nuanças nessa denominação que precisam ser apontadas. Um estudo vertical do mundo egípcio na antiguidade só é possível porque há sistematização e esforço. E a isso precisamos ser gratos. Mas não ingênuos.

O capítulo 3 traz um balanço da produção historiográfica sobre o gênero no Egito antigo e de que forma isso pode ter impactado o estudo do período helenístico. Nesse momento da dissertação, procuro apontar as contribuições que a teoria antropológica trouxe para o debate sobre o gênero e quais os aspectos que a Egiptologia pode atentar. A apresentação das inúmeras lacunas que acompanham o trabalho dos egiptólogos pretende demonstrar, paralelamente, que a sociedade egípcia traz novas configurações de gênero que nos são estranhas, senão “bizarras”. A elaboração de uma iconografia complexa tanto na escrita como nas imagens funerárias e religiosas permitem pensar o tema do gênero para além das polaridades apresentadas até então pela História das Mulheres, convidando os pesquisadores para um aprofundamento nas teorias que envolvem o gênero como possível enquadramento teórico.

O capítulo 4 aparece para concluir a discussão em torno das balizas teóricas que até então deram sentido à pesquisa. O problema do helenismo no Egito não é para pensar se o Egito foi ou não helenizado, mas para apontar de que maneira os documentos do período foram contaminados com esse tipo de valoração. Nesse sentido, repensar as dimensões cronológicas que

encapsulam os papiros se torna fundamental para reposicionar a papirologia interessada no material demótico. Problematizar as dimensões espaciais e temporais que cercam o Egito e as fontes pode abrir caminhos não para que as diferenças sejam aqui apenas apresentadas, mas sim discutir a sua própria constituição. É a ideia de que se pode ser também as várias coisas, para além de modelos dicotômicos que não dão conta de expressar elementos de identidade, sejam eles egípcios, sejam gregos.

No capítulo 5 proponho tratar das cartas como fontes históricas no mundo egípcio. Mais do que pensar a enorme e interminável discussão sobre o tratamento de textos pela História, interessa-me apresentar a complexidade dessas fontes para esse contexto em especial, notadamente pela sua diversidade. As possibilidades para a definição de uma carta egípcia não se esgotam com o advento do domínio macedônico, ao contrário, se multiplicam, porque adicionam à tradição egípcia epistolográfica novos modos de escrever e de pensar a própria existência da comunicação por escrito, diversificando os registros escritos, vocabulário e, evidentemente, a participação dos correspondentes, sejam homens ou mulheres. Assim, discussões em torno do letramento se tornam relevantes para pensar um possível discurso de gênero na documentação, ou na historiografia. A tentativa de pensar o problema da agência, do mesmo modo, busca recuperar o tratamento material e relacional para as fontes, sobretudo levando em conta o contexto egípcio que vê na escrita mais do que um simples registro cotidiano de atividades. Para se entender o material epistolográfico é preciso extrapolar as leituras amarradas exclusivamente no texto e a antropologia pode trazer contribuições para reposicionar o papel dos correspondentes.

A partir daí, o capítulo 6 busca uma costura com a teoria feminista que investigou as cartas como um tipo de documento “feminino”, ou típico das mulheres. Nessa etapa da pesquisa procuro discutir em que medida uma literatura feminista se apropriou das cartas para assegurar às mulheres um papel de relevância e identidade própria na história. Para além de negar ou afirmar o letramento das mulheres, vale perceber de que maneira os estudos de gênero podem se utilizar dessas discussões e apontar para construções precisas de relação entre os indivíduos envolvidos na correspondência. Mais

do que identificar marcadores de gênero nas cartas, é importante ver a relação se constituindo por intermédio do material escrito, dando materialidade a um diálogo que não expressa individualidades - no sentido contemporâneo do termo - mas acessa diversos outros aspectos que inscrevem esses indivíduos no meio em que vivem.

O capítulo 7, dedicado especialmente às cartas demóticas, é uma tentativa de discutir a relevância dessa documentação para os estudos de gênero, aproveitando o trabalho minucioso apresentado por Mark Depauw. Além de apresentar brevemente o tema, pretendo demonstrar que as cartas em demótico permitem novos caminhos para pensar o tema do gênero e a própria natureza da comunicação por escrito, num contexto de transformação social em que a simultaneidade de referências culturais era comum e não eram excludentes. As cartas em demótico são relevantes para pensar o tema do helenismo pelo intercâmbio de termos gregos e egípcios nos textos produzidos por escribas, serviçais e pessoas expostas a dois sistemas linguísticos. Essas fontes ainda não foram estudadas sob o aspecto social e podem incorporar discussões apresentadas nos capítulos 5 e 6. Contudo, mais do que importar teorias, a epistolografia demótica pode extrapolar as possibilidades para pensar as relações de gênero num contexto que ainda nos convida a pensar o mundo de forma polarizada. O desafio é sair desses modelos e, quiçá, abraçar a proposta stratherniana.

Ao final do trabalho, apresento as cartas em grego e em demótico que foram mais utilizadas para as pensar discussões nesse trabalho. Os textos traduzidos por mim não pretendem apresentar um trabalho filológico ou mesmo discutir os pormenores de sua tradução. Primordialmente, trata-se de apresentar esses textos e disponibiliza-los em língua portuguesa. Num segundo momento, não são as cartas *per se* que me interessam. Mas como nos apropriamos desse material para assegurar e comprovar determinadas elaborações sobre as relações entre os indivíduos. Em outras palavras, porque a escolha de determinadas cartas em detrimento de outras pode revelar sobre os modos pelos quais os egiptólogos, papirologistas, helenistas, etc. entendem, apropriam-se e formulam modelos e teorias sobre o gênero no Egito ptolomaico.

É possível que esse trabalho tenha se limitado apenas à descrição do que fizeram e fazem os pesquisadores. Talvez o meu projeto tenha sido ambicioso, ou mesmo ingênuo. O tripé de apoio dessa pesquisa: o gênero, o orientalismo e o helenismo, e as cartas, foram estudados em profundidade, mas separadamente. Verticalizaram-se tanto que ao se desdobrar em outros estudos, não dialogaram mais. Espero que essa dissertação abra caminhos para que esse diálogo se dê com mais constância e que ao final, nos lembremos que escrevemos sobre pessoas. Que possamos humanizar mais a aridez do silêncio.

Capítulo 1

Introdução aos estudos demóticos

Que maravilhoso livro poderia ser escrito narrando a vida e as aventuras de uma palavra! Sem dúvida uma palavra recebeu várias impressões dos eventos para os quais foi usada; dependendo dos lugares em que foi usada, uma palavra despertou diferentes tipos de impressão em diferentes pessoas; mas não é ainda mais grandioso considerar uma palacra em seu triplo aspecto de alma, corpo e movimento?

(Louis Lambert de Balzac *apud* Said, *Orientalismo*)

Os estudos da língua egípcia não estão dissociados da compreensão de sua história. Mais do que repetir o óbvio, no caso egípcio, a língua, combinando sistemas diferentes, oferece a possibilidade de ver o mundo pelos olhos egípcios. E digo "ver" no sentido mais concreto do termo, uma vez que a iconografia está presente na escrita, conferindo uma outra compreensão da simbologia presente. O estudo dos textos egípcios, portanto, não pode ser igualado ao de outras civilizações do Mediterrâneo, não por uma maior ou menor complexidade linguística, mas pela combinação de diferentes *modos de ver* e associar os significados do mundo traduzidos em textos.

O egípcio antigo e seu último estágio - o copta[2] - representa um conjunto de famílias linguísticas chamadas afro-asiáticas e hamito-semitas. A primeira compreende as línguas faladas na região leste do Mediterrâneo, em que se insere o egípcio antigo, e que possui algumas características comuns: a presença de raízes bi ou triconsonantais, um sistema vocálico limitado a vogais como "a", "i", "u", um sufixo feminino "- at", entre outros mais específicos (WOODARD, 2004). Esse tipo de compreensão - e classificação - só foi possível graças ao advento da filologia que, no século XIX, ganhou um estatuto de ciência exata entre as humanidades. Mais do que sistematizar a história e o desenvolvimento das línguas, os filólogos tinham uma obsessão taxonômica.

O grupo dos orientalistas em geral, com uma formação linguística sólida, fazia suas descrições do Oriente baseada em seu acesso aos textos antigos. Tais

---

[2] Sobre o desenvolvimento da língua egípcia, ver TAB.3.

descrições, no entanto, não deixaram de apresentar um juízo de valor no modo de apresentar esse material. A aparência de exatidão se perde quando historicizamos o modo pelo qual o acesso a esses textos ocorreu. O caso do Egito é particularmente instigante, pois a tradução da Pedra de Roseta, colocada como marco fundador da Egiptologia, está imersa numa disputa imperialista e que iria determinar o modo de se fazer Egiptologia até os dias de hoje. O posicionamento dos estudos demóticos, e a respectiva seleção de fontes dentro da disciplina são consequência desse processo.

A Pedra de Roseta, atualmente no British Museum, foi acidentalmente descoberta por Boussard (ou Bouchard), um oficial francês, na região próxima a Rashid, ou Roseta, no Delta Ocidental. Com a derrota de Napoleão para a Inglaterra e a conquista de Alexandria, a pedra passou para mãos inglesas[3]. A pedra chegou em Portsmouth em 1802 e ficou nas salas da *Society of Antiquities of London* até ser enviada para o British Museum. Em abril desse mesmo ano, o Rev. S. Weston leu a parte grega do documento numa sessão pública. Pouco depois, em julho, 4 cópias foram distribuídas aos grandes centros de estudo da Inglaterra, Cambridge, Oxford, Dublin e Edimburgo num esforço para se traduzir o texto. Feita em granito negro, a pedra contém 14 linhas em hieróglifos, 32 linhas em demótico, e 54 em grego[4]. As inscrições da Pedra de Roseta formam uma versão de um decreto feito pelos sacerdotes de Mênfis estacelecendo que Ptolomeu V era o novo governante do Egito. A Pedra data aproximadamente entre 197 e 196 a.C.

O texto recebeu atenção de diversos pesquisadores[5] e muitos absurdos foram escritos em relação ao deciframento. No entanto, os trabalhos de Champollion e Thomas Young foram determinantes para o entendimento dos hieróglifos e para o demótico. Mais ainda, isso consagrou a clássica disputa entre França e Inglaterra não apenas pelo mérito do deciframento, mas pela “paternidade” da Egiptologia.

---

[3] O Tratado de Capitulação, artigo XVI, dizia que todas as peças coletadas no Egito, que já estavam prontas para a viagem a Paris deveriam ser entregues aos ingleses. O Gen. Hutchinson foi o responsável pelo embarque do material à Inglaterra.

[4] Para maiores detalhes sobre os estudos sobre a Pedra de Roseta, ver BUDGE (1925); RAY (2008); PARKINSON (1999).

[5] Sobre as tentativas de deciframento antes de Champollion, ver IVERSEN (1972).

FIG.1. Pedra de Roseta. Egito, Período Ptolomaico, 196 a.C. British Museum[6].

Apesar de toda a fama ter sido endereçada a Champollion, Thomas Young foi importante para que o sucesso francês fosse atingido. Young era médico de formação, mas seu conhecimento de línguas antigas veio desde muito cedo. Aos 14 anos já tinha domínio de diversos idiomas, incluindo o grego, latim, caldeu, persa, hebraico, turco, isso sem contar as línguas modernas. Seus conhecimentos linguísticos foram fundamentais para, por exemplo, estabelecer que os egípcios combinavam sinais alfabéticos e não alfabéticos nos textos.

Seu primeiro trabalho não foi com a Pedra de Roseta, mas com um fragmento de papiro trazido por W. Rose Broughtone, e foi com este texto que realizou progressos significativos no entendimento do egípcio antigo. Young identificou que os cartuchos continham os nomes da realeza e, com isso, conseguiu traduzir os nomes de Ptolomeu e de Berenice, reconhecendo o sinal feminino final e a letra “t”.

---

[6] Imagem disponível no endereço http://www.britishmuseum.org/explore/highlights/highlight_objects/aes/t/the_rosetta_stone.aspx. Acesso em 5 de abril de 2012.

Dos 13 sinais na lista, 6 estavam corretos, 3 parcialmente corretos e 4 errados; depois acrescentou o sinal para “f” além de outros, também tendo descoberto os numerais e o modo de se representar o plural (RAY, 2008; PARKINSON, 1999). O médico se dedicou à formação da *Egyptian Society,* subordinada à *Royal Society of Literature*, a fim de garantir a publicação das inscrições egípcias e passou a se dedicar ao demótico anos mais tarde (REDFORD, 2001; BIERBRIER, 1995, p. 455).

Champollion identificou o sistema de fonemas e diversos sinais correspondentes ao copta. Em 1824 foi responsável pela publicação do *Précis du système hiéroglyphique des anciens égyptiens,* com 450 palavras e, posteriormente a criação de uma gramática e um dicionário (REDFORD, 2001). Apesar das narrativas do deciframento enfatizarem o hieroglifo, o demótico teve um papel importante nesse processo, o qual foi reconhecido, embora tal reconhecimento ainda não tenha alavancado o campo de pesquisa.

O fascínio despertado nas pessoas por conta dos hieroglifos, dificultou o processo de transliteração e tradução do demótico, bem como o estabelecimento de uma sintaxe. Na verdade, não se tratava apenas de decifrar o significado dos sinais, mas a língua em toda sua complexidade. O fato de o Egito antigo ganhar popularidade pelos objetos monumentais e pelo exotismo da língua, associados a um orientalismo[7] dos pesquisadores, colocou o demótico fora do centro das atenções. Como veremos adiante, a formação da Egiptologia como ciência especializada não se dá sem a participação popular. O gradual isolamento dos egiptólogos e demais desdobramentos da especialização contribuíram para que os textos demóticos não constasse na lista de prioridades de uma Egiptologia - e de um “Egito” - emergentes. A estagnação nos estudos demóticos só viria a ser superada na década de 1970.

---

[7] Tomo por referência aqui a ideia de Edward Said (1990). *Orientalismo* nesse contexto preciso é a ideia de um Egito místico, com uma escrita exótica e misteriosa. Esse tipo de visão *a priori* de todo o material egípcio e a construção de um *Egito* segundo valores ocidentais, será explorado no capítulo 3, a seguir.

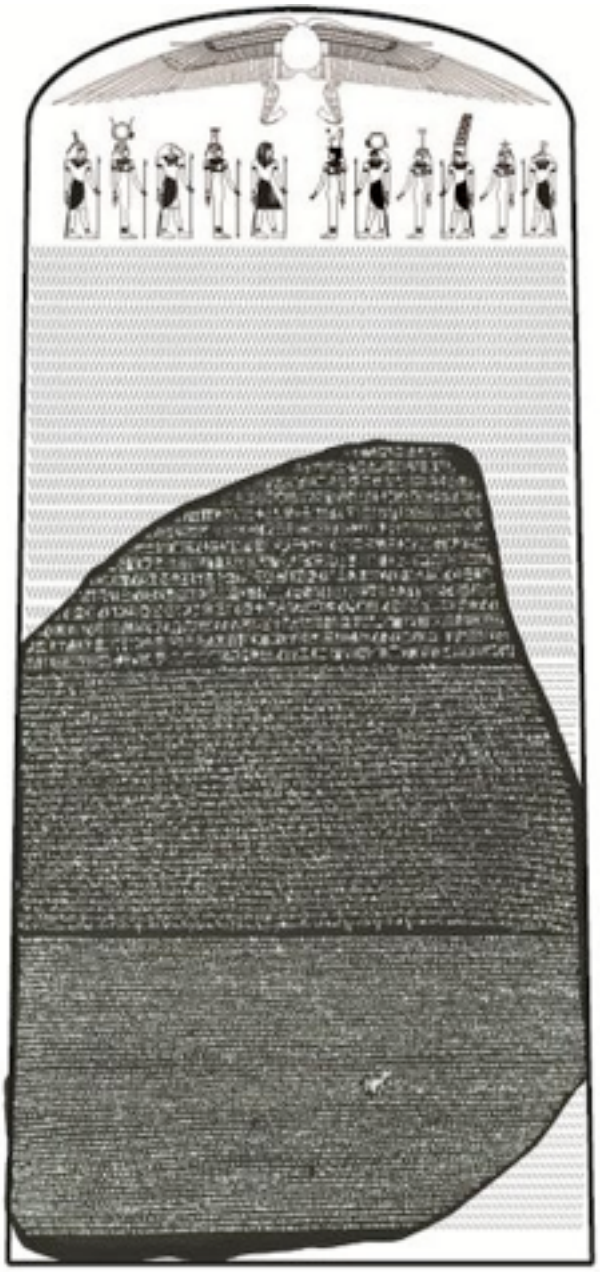


FIG. 2. Possível reconstrução da Pedra de Roseta. (In: RAY, 2008, p. 2).

No entanto, muito antes, o hieroglifo (ou hieróglifo) já tinha provocado estranhamento na Antiguidade[8], identificados nos relatos de Heródoto e Horapolo. Apesar de posterior, o texto de Horapolo, que viveu em Alexandria no século V d.C., se tornou referência para os estudos da língua egípcia durante toda a Idade Média e Idade Moderna. Seu trabalho, no Livro I traz um grande número de sinais com suas respectivas explicações. Entretanto, o livro parece ser escrito por dois autores

[8] Refiro-me nesse caso à divisão didática, tradicional em que o período da Antiguidade vai do surgimento da escrita até 476 d.C, quando há a “queda” do Império Romano do Ocidente.

diferentes (BOAS, 1993, p. 17). No século XV sua obra foi adquirida por Cristoforo Bundelmonti, mas o texto só foi publicado pela primeira vez em 1505, junto às fábulas de Esopo. Nos anos seguintes a obra de Horapolo chegaria ao número expressivo de 30 traduções e reedições, o que pode explicar em parte a visão renascentista sobre os egípcios. O texto contém referências gregas e greco-romanas, de modo que é possível identificar tradições distintas da egípcia (BOAS, 1993, p. 17). Os equívocos cometidos não eram conhecidos no século XVI e XVII e só seriam identificados muito depois.

Os relatos de Heródoto são muito anteriores e, apesar de discutíveis, nos deram informações sobre dois tipos de escrita: a sagrada e a demótica (II, 36), traduzida como "escrita popular". Contudo, examinando a história da língua egípcia, sobretudo após o período saíta, veremos que os egípcios tinham uma visão diferente a respeito.

1.1. O demótico

Demótico é o tipo de escrita cursiva desenvolvida pelos egípcios (REDFORD, 2001, p. 210). O termo utilizado por Heródoto, δημοτικά, foi apropriado e difundido com uma forma de escrita popular, não sagrada. Os egípcios se referiam ao demótico como $sḫ\ n\ šꜥ.t$, "letras", ou "escrita das letras"[9]. O demótico se tornou a escrita corrente para assuntos ligados ao cotidiano. No entanto, a escrita demótica abarca praticamente todas as categorias de textos egípcios, tais como contratos, cartas, etc, com excessão das poesias amorosas. O primeiro texto em demótico é do século VII a.C., mas seu uso em grande escala acontece somente no período ptolomaico.

O termo *demótico* foi consagrado no mundo contemporâneo graças ao deciframento da Pedra de Roseta, e passou a ser utilizado pelos egiptólogos depois de Champollion. Muitos pesquisadores do século XIX se referiam a *enchorial* para se referir a esse tipo de caractere. Não se trata de uma *outra* língua, nem de uma

[9] Redford traduz como "document writing" (2001, p. 210)

“língua do povo”[10], vulgar, ou simplesmente de uma escrita cursiva dos hieróglifos. O demótico tem uma gramática diferenciada, que se desenvolveu a partir do egípcio tardio, marcando uma transição para o copta, posteriormente.

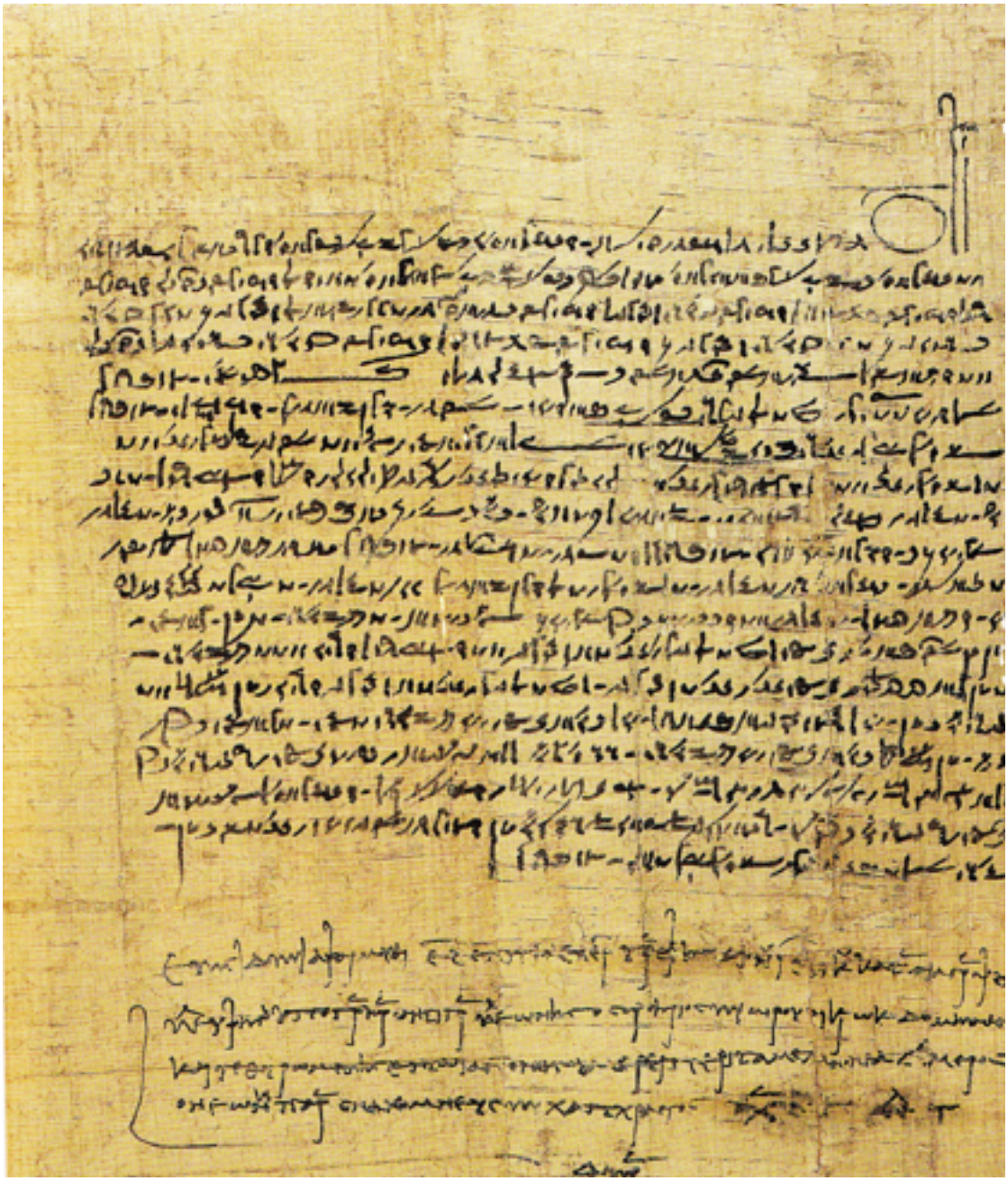


FIG. 3. Exemplo de um texto demótico. Contrato e recibo da taxa de venda. Demótico e Grego, 103 a.C., Tebas.

[10] Há um grande debate na Egiptologia sobre o acesso da população à escrita e mesmo sobre o nível de alfabetização. Discutirei isso adiante. A principal referência é BAINES e EYRE (1989), BAINES (1983).

O demótico, como o egípcio, possui sinais que correspondem a um, dois ou a três sons, portanto não se trata de uma escrita alfabética como a grega.

Hieróglifo	Hierático	Demótico
sš (n) mdw - ntr		*sš (n) šr. t*
ιερογλυφική	ιερατική	δημοτικά
3000-664 a.C.	2500-664 a.C.	664 a.C. - declínio no Período Romano

TAB.1.Diferenças das escritas egípcias.

A escrita demótica pode ser considerada uma das muitas variações dialetais do hierático, oriunda da região de Sais. No entanto, pelo fato de o demótico apresentar variações na construção de palavras e frases, tanto no uso dos sinais, como da gramática, não podemos reduzi-lo também a uma mera simplificação do hierático (SHORE, 1972, p. 144). Conforme indica Depauw (1997), é possível identificar em fontes gregas referências ao demótico em oposição ao hieroglifo. Heródoto (2, 36; V séc. a.C.), Diodoro (1, 81 e 3,3; I séc. a.C) e Heliodoro (Ethiop. 4, 8; III e IV séc. a.C.) apresentam distinções para isso (ver Tab.2).

Tais fontes não distinguem propriamente o hierático e o hieróglifo, tomados como “sagrados” ou “sacerdotais” em oposição ao demótico, que seria “popular”. Ainda no mundo antigo, Clemente de Alexandria (*Stromateis* 5, 4, 20-21; II e III séc. d.C.)[11] já diferenciava três tipos de escrita egípcia: ἱερογλυφική, ἱερατική, ἐπιστολογραφική. Em Porfírio (*Vit. Pythag.* 12, III séc. d.C) vemos γράμματα-ἐπιστολογράφικά-ἱερογλυφικά/συμβόλικά. (DEPAUW, 1997, p. 19). Outros registros como o Decreto de Canopo (238 a.C.), a Pedra de Roseta (196 a.C.), P.gr.Tebt. II 291 (162 a.C) apresentam uma clara distinção entre a escrita “dos gregos” e a “dos

[11] Budge (1925) apresenta os trecho em grego a partir da p. 129.

egípcios”. Para os gregos, no entanto, a escrita demótica era considerada “nativa”, “nacional”. Entre os próprios egípcios havia uma diferenciação dos tipos de escrita, conforme se pode observar a seguir.

Fontes	Hierático/ Hieróglifo	Demótico	Grego
Heródoto	ιερά	δημοτικά	-
Diodoro (I)	ιερά	κοινοτέραν ἔχοντα τὴν μάθησιν	-
Diodoro (III)	ιερά καλούμενα	δημώδη προσαγορευόμενα	-
Heliodoro	ιερατικά		-
Clemente de Alexandria	ιερογλυφική/ ιερατική	δημοτικά ἐπιστολοραφική	-
Porfírio	ιερογλυφικά/ συμβολικά	ἐπιστολοραφικά	
Canopo: Grego	ιερά	αἰγύπτια	Ἑλληνικά
Roseta: Grego	ιερά	ἐνχώρια	Ἑλληνικά
P. g. Tebt. 2	ιερατικά	αἰγύπτια	-
Canopo: Hieróglifo	*sš (n) pr- ꜥnḫ*	*sš (n) šꜥ. t*	*sš n ḥ3w-nbwt*
Roseta: Hieróglifo	*sš (n) mdw - nṯr*	*sš (n) šꜥ. t*	*sš n ḥ3w-nbwt*
Canopo: Demótico	*sḫ (n) pr- ꜥnḫ*	*sḫ (n) šꜥ. t*	*sḫ (n)*
Roseta: Demótico	*sḫ (n) mdw - nṯr*	*sḫ (n) šꜥ. t*	*sḫ (n)*

TAB. 2. A escrita e as fontes (In: DEPAUW, 1997, p. 19)

1.2. Uma breve história do demótico.

Desde finais da XX dinastia (período Ramessida), é possível identificar variações na escrita hierática que, durante o III Período Intermediário, se consolidaram entre o Alto e Baixo Egito. Não se sabe com exatidão quando o demótico surgiu devido à escassez das fontes[12], mas sabe-se que foi posterior à XXI dinastia. Como sua existência chegou há quase 1000 anos, é de se esperar que essa escrita tenha sofrido variações nos sinais, na gramática e também nos seus usos. Sabemos que por volta de 1070 a.C. o Alto e o Baixo Egito começam a produzir escritas diferentes.

No Alto Egito, nesse período, surge o *hierático anormal,* uma variação mais cursiva do hierático, daí muitos sugerirem "hierático cursivo", ou "hierático cursivo tardio", comparado com o hieróglifo ou mesmo o hierático tradicional. Em relação ao Baixo Egito, não se sabe como se deu a transição para o demótico, nem mesmo consegue-se compreender como se deu esse processo de transição. Os textos mais antigos que parecem fazer referência ao uso do demótico (P. Ryl. 1 e 2, Estela do Louvre C 101) são do reinado de Psamético (664-610 a.C.), o primeiro faraó da XXVI dinastia, que governa a partir de Sais no Delta.

EL-Aguizy (1992), ao examinar as estelas do Serapeum, reavaliou a historiografia sobre as origens do demótico. No Alto Egito é possível identificar o processo de simplificação gradual do hieroglifo, motivado por fatores históricos. No Baixo Egito, é possível que o hierático tenha sofrido transformações semelhantes, mas se caracterizando num tipo de hierático específico, distinto da outra região do país. É possível ainda que se tenha desenvolvido dois tipos de hierático na região do Baixo Egito. A primeira versão parece ter sido excessivamente cursiva para o uso cotidiano, já a segunda, mais próxima do hierático original, desenvolveu o Demótico Inicial através de um processo gradual de simplificação dos sinais bem desenhados do hierático. El Aguizy ainda afirma em suas conclusões que o demótico não parece ter diferenças de grafia entre o as regiões do Egito, já que deriva de um mesmo padrão de simplificação.

---

[12] Sobre a discussão acerca das origens do demótico ver VLEEMING (1981), p. 31-48.

FASES DA LÍNGUA E DA ESCRITA NO EGITO

γρα′μματα ιερογλυφιχα′ - "Escrita (pelas) Sagradas Incisões"
γρα′μματα ιερατιχα′ - **"**Escrita Sacerdotal"
γρα′μματα δημοτιχα′ - "Escrita Popular"

Língua		**Escrita**	**Data**
Egípcio Arcaico		Hieroglífica	I e II dinastias
Egípcio Antigo		Hieroglífica Hierática	 Final da III din.
Egípcio Médio ou Clássico	Egípcio	Hieroglífica Hierática	Final do I Período Intermediário a primeira metade da XVIII dinastia
Neo-egípcio	de	Hieroglífica Hierática Hierático Anormal (Tebas)	XVIII/XIX din. ao final da XXV din. XXI-XXII a XXV-XXVI din.
Demótico Antigo	Tradição	Hieroglífica Hierática Demótico Demótico Saítico Persa	 XXVI a XXX dinastias
Demótico Ptolomaico		Ptlomaico Antigo Ptolomaico Tardio	
Demótico Romano		Demótico Romano	

Última Inscrição Hierogífica	394 d.C.
Última Inscrição Hierática	III século d.C.
Última Inscrição Demótica	452-3 d.C. (Philae)

Desaparecem quando a língua falada começa a ser escrita - Copta

Pré-Copta	Final da XXVI dinastia
Copta Pré-Arcaico	Início do Ptolomaico
Copta Arcaico	I século d.C.
Copta	III/IV séculos d.C. XI/XIV séculos d.C.

Com o Período Islâmico o árabe torna-se a língua e a escrita oficial 640

TAB. 3. Fases da Língua Egípcia.[13]

Não pretendo aqui realizar uma discussão filológica sobre as origens e os problemas que envolvem o desenvolvimento do demótico como sistema de escrita, inclusive por limites de formação. O ponto é ressaltar a complexidade do debate em torno das fontes e a dificuldade que envolve a pesquisa a partir desse material. A

[13] Tabela gentilmente cedida e elaborada pelo Prof. Dr. Antonio Brancaglion Jr.

identificação precisa dos sinais nem sempre é possível, não apenas pelo estado de conservação dos textos, mas também pelas diferentes grafias - nem sempre habilidosas - de quem redigia o material. Por ser uma escrita mais cursiva, muitos sinais ficam confusos e obscuros pela mão livre do escriba.

No que concerne o uso do demótico, em seu período mais inicial (650-400 a.C.), correspondente aos domínios saíta e persa, as fontes se restringem a documentos administrativos, legais e comerciais. Nos séculos subsequentes, sobretudo o IV século a.C., o demótico parece ganhar importância entre a população, possivelmente por ser um tipo de escrita anteriormente vinculada à administração. Nos primeiros anos do domínio lágida, no período ptolomaico, o demótico aparece em diversos tipos de fontes. No entanto, a chegada dos gregos compromete a permanência desse tipo de escrita. Tal comprometimento não se deu pelo fato de que o grego era uma escrita alfabética, em oposição ao egípcio, como se acreditou por alguns anos (DEPAUW, 1997), sendo portanto mais fácil de aprender. Ora, se a grande maioria da população já conhecia o egípcio como língua falada e a escrita não era uma habilidade comum a todos, essa teoria não se sustenta. Ao mesmo tempo, se tal dificuldade tivesse existido, seria por parte de escribas gregos, e não egípcios.

Durante o período ptolomaico, em que o demótico se popularizou como escrita, uma parte dos documentos era produzida em duas línguas, principalmente os contratos. Os tribunais em demótico funcionavam normalmente e os gregos poderiam recorrer a eles se assim o desejassem. O decreto de 146 a.C "recomendava" o registo em grego de documentos produzidos em demótico para que pudessem ser arquivados, do contrário eles não seriam. O decreto de Anistia de 118 a.C, de Ptolomeu VIII Evergeta II, reduziu um pouco da autoridade dos tribunais gregos em relação aos tribunais egípcios[14]. Há muitas divergências sobre o uso do demótico e do grego na documentação legal ptolomaica (principalmente MANNING, 2001, 2003, 2004; JOHNSON, 1992, 1994; CLARYSSE, 1985, 1992). O caso dos contratos é interessante para verificar ainda que as instituições do período reconheciam documentos escritos em grego e em demótico. Tal simultaneidade se justifica, por outro lado, pelo fato de que a administração local não era necessariamente grega, mas uma versão do documento era enviada a Alexandria e,

[14] Sobre os tribunais e as interações entre egípcios e gregos, ver PEREIRA, 2005.

portanto referendada pela administração central. Ao mesmo tempo, isso indica que o demótico permaneceu em seu uso original no domínio saíta como uma escrita da administração real.

Poderia-se argumentar que o demótico foi mantido para marcar uma certa identidade egípcia nas práticas cotidianas, que não eram necessariamente afetadas pela administração macedônica. Contudo, não podemos trabalhar com essas polaridades simplistas no Egito ptolomaico. Nem sempre um documento escrito em grego era de fato *grego* e o mesmo ocorria com os textos em demótico. Essa visão simplificada da sociedade egípcia contribuiu para que o demótico ficasse em segundo plano também pelos papirologistas que defendiam a helenização do Egito.

É preciso tomar cuidado com a ideia de que o grego parece ser mais fácil que o egípcio e que, por ser uma escrita alfabética, teria trazido vantagens para o processo de helenização. Esse tipo de abordagem, defendida também por Goody (2003), é insustentável quando observamos os documentos produzidos em papiros. Na documentação demótica do período ptolomaico, há o intercâmbio de termos egípcios em textos gregos (possivelmente escritos por escribas egípcios), e também o contrário. Clarysse (1993) fez uma análise desse intercâmbio demonstrando de que modo o Egito ptolomaico se constituiu gradativamente, como um país bilingue. Os escribas egípcios parecem não ter adotado as terminações gregas nos nomes egípcios (CLARYSSE, 1993, p. 198) e adaptado um grande número de partículas do grego ao modo egípcio de escrever. Assim, a helenização dos escribas egípcios deixou marcas também de uma "egipcianização" do grego utilizado pelos Ptolomeus. Para além do fator linguístico, a adoção de equipamentos de escrita distintos (a caneta de junco e o pincel) marca esse intercâmbio. É bem provável que os gregos tenham aprendido demótico para se aproximarem dos conhecimentos médicos dos egípcios, conforme atesta uma carta em que um grego é parabenizado por aprender demótico[15]. Acredita-se que apenas uma minoria de 10% falava grego (CLARYSSE, 1995, p. 1), minoria esta que governou o país por 300 anos, deixando marcas importantes na vida social. Não se trata, portanto, apenas da mudança de um registro linguístico.

---

[15] RÉMONDON, R. *Problémes du bilinguisme dans l'Égypte lagide (UPZ I, 148).* In: CdÉ 39 (1964), pp. 126-146. Para outras referências sobre o tema, ver DEPAUW, 1997. O papiro foi traduzido por Bagnall e Cribiore (2006) e também encontra-se no fim deste trabalho.

No caso específico das cartas, como veremos adiante, o problema passa a ser de outra ordem. O número de cartas em demótico é menor do que as cartas gregas, mas possivelmente porque grande parte delas se refira a assuntos administrativos entre os altos oficiais. Os textos propriamente em demótico não são distintos dos gregos nem relação aos conteúdos (DEPAUW, 2006), o que derrubaria a ideia de que os textos demóticos são utilizados para assuntos “privados” e os gregos para os “públicos” e oficiais.

Durante o período romano é possível ver o progressivo desuso do demótico. Textos administrativos e jurídicos passam a ser mais raros, depois os literários (menos relevantes para a vida pública) até que no século V d.C. se encontram ainda em grafites no Templo de Philae (Graff. Philae 365). Os motivos para a diminuição dos textos não são claros. Lewis (1993) apresenta um contraste significativo na quantidade de documentos disponíveis no período ptolomaico (600) e no período romano (por volta de 60)[16].

> Papirologistas preocupados com documentos gregos têm tradicionalmente visto o desaparecimento do demótico como um caso de "um sistema em grande parte não-alfabéticos, de difícil aprendizado e confinado quase exclusivamente aos sacerdotes e escribas profissionais, [sendo] autorizado a cair no esquecimento, para o qual foi dirigido por muito tempo". Precisão à parte, esta "explicação" não menciona a etiologia, a menos que esteja implícita na referência à natureza da escrita e suas associações profissionais[17].
>
> (LEWIS, 1993, p. 277)

Esse processo precisa levar em conta outros aspectos da vida social no Egito Romano, como o desprezo dos romanos em relação aos seus hábitos “bárbaros”[18],

---

[16] O autor evidentemente leva em conta a presença significativa de óstracos encontrados no III século d.C., dos grafites e da produção literária no Alto Egito no mesmo período em demótico. É importante lembrar que ainda há um grande número de papiros demóticos não traduzidos e publicados.

[17] “Papyrologists concerned with Greek documents have traditionally viewed the disappearance of Demotic as a case of 'a largely non-alphabetic system, difficult to acquire and confined almost exclusively to priests and professional scribes, [being] allowed to slip into the oblivion toward which it had been headed for a long time'. Accuracy aside, this 'explanation' does not touch on etiology, unless it be implied in the reference to the nature of the script and to its professional associations.”

[18] Lewis relembra o esforço de Otaviano em sua propaganda anti-Cleópatra (p. 281).

mas sobretudo as mudanças na administração. Os romanos parecem ter diminuído as verbas para os templos egípcios, reduzindo significativamente o poder dos sacerdotes que eram os principais responsáveis pela manutenção da escrita nativa.

> A reorganização da administração romana do Egito negou a tais documentos o reconhecimento ou status, que já haviam tido. Em outras palavras, a documentação demótica era uma vítima da anexação romana do Egito. (...) os documentos demóticos não apenas murcharam e desaparecem com a idade, foram mortos de fome[19].
>
> (LEWIS, 1993, p. 277)

Todavia, mais do que discorrer sobre a história do demótico, o aspecto relevante para essa dissertação é salientar que a partir de 330 a.C. até a conquista árabe, o Egito se tornara um país bilingue[20].

Se o Egito durante o período ptolomaico adota múltiplos registros escritos dependendo do tipo de texto, é de se imaginar que outras questões possam ser investigadas a partir daí. As relações sociais (tomadas aqui num âmbito mais geral) e a maneira como egípcios e gregos se relacionavam podem ser vistas pelas apropriações da língua e da escrita. Entretanto, antes de fazer esse percurso acredito ser relevante discutir de que modo o campo do demoticismo se constituiu no século XX. A formalização desse campo de pesquisa afetou o modo como esses documentos foram escolhidos e estudados nos últimos anos e, evidentemente, todas as leituras a partir de então não fogem à regra.

---

[19] “Roman reorganization of the administration of Egypt denied such documents the recognition, or status, they had previously enjoyed. In other words, Demotic documentation was a victim, or casualty, of the Roman annexation of Egypt. (...) the Demotic document did not just wither and fade with age, it was starved to death”

[20] Refiro-me aqui ao fato de que no período ptolomaico, pelo menos duas línguas distintas faziam parte do cotidiano do país. Não estou afirmando que toda a população egípcia tinha pleno domínio dos dois idiomas, situação relegada a uma pequena minoria.

1.2. Os estudos e a organização do campo de pesquisa.

O orientalista sueco J.D. Äkerblad foi o primeiro a estudar o trecho demótico da Pedra de Roseta, mas ainda entendia o demótico como uma escrita alfabética. Thomas Young foi o primeiro a sugerir que os hieróglifos poderiam ser uma escrita alfabética e não-alfabética e que o demótico derivava destes sinais. Champollion fez alguns progressos comparando o demótico e o copta, chegando a decifrar alguns dos sinais, mas os progressos no demótico só foram realizados no início do século XX.

Houve tentativas de se estruturar uma gramática demótica. O pesquisador irlandês E. Hincks publicou em 1833 *The Enchorial Language of Egypt*[21] e em 1848 Henri Brugsch publica em Berlim o *Scritpura Aegyptiorum demotica e papyris* com grande impacto nos estudos da área. Somente em 1925 Spiegelberg lança *Demotische Grammatik* formalizando o campo de estudos do demótico.

O crescimento dos estudos coptas colaborou para reposicionar o demótico na história das escritas egípcias. Entre os alemães, principalmente, em finais do século XIX e início do XX, o demótico foi situado entre o egípcio tardio e o copta, como uma escrita de transição.

As gramáticas demóticas ainda estão em desenvolvimento e não pretendo nesse trabalho desenvolver todo o debate sobre os problemas e limites de cada gramática[22]. Vale mencionar aqui que Francis Ll. Griffith (1862–1934) analisou cuidadosamente a construção gramatical do demótico na obra *Stories of the High Priests of Memphis* (1900) sobre os papiros mágicos de Leiden e Londres e *Catalogue of the Demotic Papyri in the Rysland Library at Manchester* (1909) (com Sir Herbert Thompson). Um outro pesquisador digno de nota foi F. Lexa em *Grammaire Démotique* em sete partes com grande detalhamento chegando a 1228 páginas quando publicadas entre 1949 e 1951. Mais recentemente, Edda Breschiani publicou *Nozioni elementari di grammatica demotica*[23] e Janet Johnson, *Thus Wrote*

---

[21] Dublin University Review 3, 1833; ver também Journal de la Societé orientale d'Allemagne III, 1849, p. 263.

[22] Para o mapeamento do desenvolvimento das gramáticas ver DEPAUW, 1997. O autor traz as principais referências para o campo da filologia demótica.

[23] In: *Testi e documenti per lo studio dell'antichità. Vol. XXIX*. Istituto editoriale Cisalpino, Milan/Varese, 1969.

Onchsheshonqy - An Introductory Grammar of Demotic. No entanto, esses estudos ainda estão distantes de formalizar um estudo gramatical do demótico, como se tem no egípcio médio, por exemplo. O texto de Johnson se preocupa com um tipo de demótico tardio, do período romano, em que parte dos sinais é grafada de forma distinta do período ptolomaico. O trabalho de Robert Simpson *Demotic Grammar in the Ptolemaic sacerdotal decrees* também segue a mesma abordagem. As gramáticas demóticas enfrentam a grande dificuldade de não abarcar todos os períodos, além de se defrontarem com mudanças ortográficas que são difíceis de padronizar.

No campo dos dicionários, temos o *Demotisches Glossar* de W. Erichsen, com cópia feita a mão pelo autor. A Universidade de Chicago tem realizado um trabalho gigantesco com o *Demotic Dictionary,* de fato um dicionário, que está disponibilizado no *site* da instituição[24].

Desde a década de 1970, o número de demoticistas tem crescido e importantes centros tem se desenvolvido na Europa e nos EUA, como é o caso de Copenhagen, Leiden, Oxford, Chicago, Michigan. Parece, a princípio, que os grandes centros têm surgido proporcionais às coleções de papiros. No entanto, é inegável a contribuição germânica nesse campo.

Dentro do campo da papirologia, os demoticistas são os mais organizados. Os textos em geral são divididos de acordo com a coleção em que estão preservados (*BGU*, *PRyl. dem.*, *P.Lille dem.* etc) ou com os arquivos (P.Petaus, PTor. Amenothes, etc.), o que ocorre também com os papiros gregos. Os textos demóticos tendem a ser publicados por tipo, como cartas, contratos de propriedade, etc. A justificativa para isso segundo. W. Clarysse (1994) é o fato de que as fórmulas iniciais se repetem nos textos, facilitando a leitura e a identificação dos conteúdos.

As bibliografias existem de forma sistemática, sobretudo no periódico *Enchoria,* especializado em demótico e copta. A série apresenta não apenas a referência das publicações dos últimos anos, mas um pequeno comentário sobre elas (*Demotische Literaturübersicht*). *Demotische Studien* é outro periódico que existe desde 1901, criada por Spielgeberg, com os oito primeiros volumes editados por ele. A série é retomada a partir de 1988, por K.Th Zauzich. O *Studia Demotica* tem publicado

---

[24] http://oi.uchicago.edu/research/pubs/catalog/cdd/ Acesso em 28 de junho de 2011.

desde 1987 em Leiden e trazido textos e análises sobre coleções e grupos de papiros. O *Papyrologica Lugduno-Batava* segue a mesma linha do anterior.

Outras ferramentas de trabalho são usadas pelos papirologistas, como *Check-list of demotic text: editions and re-editions,* organizada por S.P. Vleeming e A.A. den Brinker, Leiden, 1993. Pestman elaborou a *Chronologie égyptienne d'aprés les textes démotiques,* em P.L.Bat 15 (1967), com uma lista de papiros demóticos em ordem cronológica. Apesar de ser uma lista antiga, é útil aos papirologistas até hoje.

A internet tem colaborado enormemente com os demoticistas, permitindo que a comunidade torne-se mais internacional, ainda que o número de pesquisadores seja ainda pequeno, comparativamente com outras áreas da papirologia e da Egiptologia[25]. O portal *Trimegistus* tem a listagem dos papiros em demótico, indicando o status das publicações (fotografia, transcrição, tradução) e as referências bibliográficas, incorporadas pelo Enchoria. O *Trimegistus* apresenta também o Demotische Literaturübersicht atualizado, permitindo que os pesquisadores atualizem também a bibliografia sobre o tema:

- *Demotic Dictionary Project :* http://oi.uchicago.edu/research/projects/dem/
- *Special Collections Library at the Duke University*: http://scriptorium.lib.duke.edu/papyrus/texts/homepage.html
- Checklist of Editions of Greek, Latin, Demotic and Coptic Papyri, Ostraca and Tablets: http://scriptorium.lib.duke.edu/papyrus/texts/clist.html
- *Carsten Niebuhr Institute* em Copenhagen: http://www.iki.ku.dk/cni/papcoll/pap_dem.htm
- *Demotische Wortliste*: http://www.dwl.aegyptologie.lmu.de/index.php
- *Demotic egyptian transliteration and Unicode*: http://socrates.berkeley.edu/~pinax/demotic.html[26]
- Coleção da Universidade de Copenhagen: http://pcarlsberg.ku.dk/inventory/demotic/

[25] Os dados são do último Congresso Internacional de Demótico em 2011, realizado em Oxford. http://www.orinst.ox.ac.uk/conferences/11th_demotic_congress/index.html

[26] Todos os endereços foram checados no dia 28 de junho de 2011.

1.3. A relevância do demótico para a Egiptologia e para o mundo antigo:

Ainda dentro do campo da Egiptologia, o advento do demótico trouxe inúmeras contribuições. Evidências como esta têm colaborado para o estudo da literatura, da medicina, da religião e mesmo dos textos escolares (TAIT, 1992). Apesar da organização dos demoticistas, muitos textos demóticos estão sem tradução e ainda estão por serem publicados. Isso se deve ainda ao pequeno número de demoticistas no mundo e também a impossibilidade de se criarem softwares que permitam a leitura e a transcrição dos textos demóticos, como ocorre com os hieroglifos, para difundir a pesquisa. Parte significativa das publicações oferece cópias manuscritas feitas pelos tradutores, poucas fotografias e muitas transliterações. Para além das dificuldades da escrita, esse material ainda está numa espécie de limbo. Não pertence nem aos egiptólogos, nem aos classicistas. Mesmo nos grandes centros de papirologia, a divisão tradicional acadêmica ainda permanece: a separação entre documentos egípcios (em hieroglifo e hierático) e os gregos. Muito recentemente isso tem se transformado, sobretudo em Copenhagen, onde o encorajamento para uma múltipla formação é maior, mas ainda é cedo para se notar os resultados. Deste modo, os estudos demóticos parecem órfãos. Boa parte da documentação estudada até agora ficou restrita a contratos de propriedade e casamentos.

A escolha dessas fontes é um outro tema que merece atenção e não me parece gratuito o interesse pelos temas econômicos e jurídicos[27]. No caso dos estudos de gênero, por exemplo, a documentação tem sido utilizada para demonstrar que as mulheres no Egito ptolomaico tinham de fato direitos e uma maior participação social, em oposição às mulheres “gregas”. Esse tipo de seleção e abordagem podem ser justificadas pelas necessidades de boa parte de uma sociedade ocidental pós-feminismo, em que o processo de emancipação feminino é entendido segundo critérios econômicos e jurídicos.[28]

O período ptolomaico ainda tem sido estudado majoritariamente através da documentação grega, já que se trata do processo de “helenização” (visto aqui como universal e homogêneo) do Egito. Como afirmam Bowman e Wolf (1994, p. 8):

---

[27] A papirologia começa com o estudo dos textos jurídicos e econômicos, desdobrando-se para outros materiais posteriormente.

[28] Refiro-me aqui especificamente ao Reino Unido, EUA e França, onde essa literatura foi produzida, apoiada no movimento feminista do início do século XX, da década de 1960 e nos estudos de gênero.

> A sobrevivência e a importância de diferentes línguas para além da grega e latina pode ser sub-representada na ciência moderna, porque, por exemplo, os papiros gregos do Egito ptolomaico foram muito bem servidos por papirologistas gregos, enquanto que o número muito menor de demoticistas não foi capaz de fazer justiça a um corpus de papiros em demótico, que é muito maior do que a amostragem publicada sugere[29].

O uso da documentação demótica pode incorrer em outro extremo, uma positividade excessiva que tende a ver os documentos gregos como desnecessários ou pouco relevantes. Assim, documentos, pessoas, *gregos* e *egípcios* caem numa polaridade artificial, que não corresponde à realidade do Egito, mas muito mais à nossa separação entre classicistas e orientalistas. Isso sem contar, evidentemente, no modelo de pesquisa acadêmica que segmenta excessivamente algumas áreas, tornando o diálogo muitas vezes impossível. No caso dos estudos demóticos, os pesquisadores tem tomado nos últimos anos posturas mais solidárias e críticas em relação ao seus processos de investigação. Comparativamente, esse campo da papirologia, por assim dizer, tem a vantagem de poder aprender com os erros de papirologistas gregos e mesmo dos egiptólogos.

A proposta desse trabalho, portanto, está apoiada nessa investigação. Em que medida as pesquisas com os textos demóticos moldaram determinados saberes sobre as relações de gênero, ou os demoticistas foram influenciados por visões contemporâneas (e limitadas) do debate sobre o gênero? Mais ainda, de que modo os estudos demóticos releva determinado grupos de documentos, cunhando verdades sobre o período ptolomaico. Um exame crítico desse itens pode reposicionar as discussões relativas ao gênero, às construções em torno do feminino e das mulheres, retirando paradigmas que submeteram esses estudos a um “tema menor” entre demoticistas e egiptólogos.

---

[29] “The survival and the importance of languages other than Greek and Latin may be under-represented in modern scholarship because, for instance, the Greek papyri from Ptolemaic Egypt have been very well served by Greek papyrologists whilst the far smaller number of demoticists has not been able to do justice to a corpus of demotic papyri which is very much larger than the published sample would suggest”

Capítulo 2

A Egiptologia e o Orientalismo: problemas de uma parceria

> *O Oriente foi orientalizado não só porque se descobriu que ele era 'oriental' em todos aqueles aspectos considerados como lugares-comuns por um europeu médio do século XIX, mas também porque poderia ser - isto é, permitia ser, feito* oriental.
>
> (*Orientalismo,* Edward Said*)*

> *I flunked a test today, but I don't mind. It's not denial. I'm just selective about the reality I accept.*
>
> (*Calvin and Hobbes*, Bill Watterson)

> *Quando desapareceu a confiança em que as coisas aparecem como realmente são, o conceito de verdade enquanto revelação tornou-se duvidoso e, com ele, a fé incondicional em um Deus revelado. A noção de "teoria" mudou de significado. Não mais significou um sistema de verdades razoavelmente conectadas que, enquanto verdades, não foram construídas mas dadas à razão e aos sentidos. Tornou-se, ao invés disso, a teoria científica moderna, que é uma hipótese de trabalho que muda conforme os resultados que produz e que depende, para sua validade, não do que "revela", mas do fato de funcionar.*
>
> (Hannah Arendt, Entre o Passado e o Futuro)

A fascinação que o Egito antigo desperta não vem de hoje e se manifesta por muitos meios, alguns com mais ou menos apelo científico, esotérico, religioso e outros. Seus (en)cantos são observados, analisados e discutidos desde as primeiras ocupações no vale do Nilo, há mais de 10.000 anos sem, necessariamente, constituir uma ciência sistemática, com metodologia e atuação próprias até o século XVIII.

A Egiptologia hoje representa o conjunto de saberes *científicos* sobre as populações do vale do Nilo e, um pouco menos, sobre a sua própria historiografia, sistematizando e analisando dados, com prática de campo e metodologia específicas (REDFORD, 2001, p. 448). Diferentemente de outras civilizações da Antiguidade, todavia, o Egito antigo mobiliza mais outras áreas para além das ciências humanas e sociais: há estudos e trabalhos minuciosos na medicina, química, arquitetura, etc. Ao mesmo tempo, no quadro complexo do mundo antigo, o Egito foi a única civilização que vingou um nome próprio para a *sua* ciência, diferentemente dos estudos clássicos, ou para os mais genéricos especialistas em

"oriente antigo". [30] Os estudos sobre o Egito antigo ganharam um lugar de destaque no consumo popular e no universo acadêmico, universos indissociáveis para a constituição de um "Egito antigo" que pudesse fazer sentido - por oposição ou identificação - ao modo de pensar europeu no século XIX.

É notável o paradoxo entre a popularidade que o Egito exerce e o isolamento teórico-metodológico dos egiptólogos, cristalizado ainda no séc. XIX. Esse paradoxo parece revelar o olhar orientalista em ambos os aspectos. De um lado o orientalismo acadêmico que congela, taxonomiza, seleciona e, de outro, no imaginário popular, a consolidação do oriente misterioso, exótico, luxurioso (SAID, 1990; LEMAIRE, 2008), quase uma projeção inconsciente do *Ocidente* (KUBERSKI, 1989).

O Prof. Antonio Brancaglion Jr., certa vez, numa conversa, dizia que cada um tem o seu "Egito da infância" e que esse mundo (imaginário) poderia nos dizer muito sobre a Egiptologia e as suas escolhas "científicas". É preciso, por outro lado, observar a trajetória dessa ciência, sua infância, onde uma série de saberes sobre o Egito foram constituídos, paralelamente com a formulação de uma metodologia específica que, por muito tempo determinou - e ainda determina - os modos sobre os quais as fontes são analisadas.

Uma vez que no Egito antigo há muitos "Egitos": o árabe muçulmano, o dos haréns, o romano, o grego, o faraônico, é preciso situar historicamente o processo pelo qual cada um dos "Egitos" é elaborado. Dito de outro modo, ao se referir à antiguidade do Egito, estamos nos referindo especificamente à sua cronologia? Ou deve-se acrescer também todo um imaginário congelado, fantasioso, moldado em elaborações anacrônicas? Ou ainda, de que modo uma categoria temporal substitui outras e as legitima?

Para essa e outras questões a respeito do Egito e de suas apropriações, o tema do orientalismo se torna central. Mais do que colocar toda a formação da Egiptologia no cerne da produção orientalista, reduzindo o seu campo a um "modo de ver" o Oriente, é preciso identificar os diversos orientalismos envolvidos, seus desenvolvimentos e desdobramentos para além do universo acadêmico. Sua permanência pode ser atestada ainda hoje na mídia e na produção de bens de consumo. Do mesmo modo, o mundo acadêmico ainda revela cristalizações de um

---

[30] Sabemos da existência da assiriologia, dos estudos bíblicos, etc, mas essas denominações, mesmo na academia ainda são generalizações, diferentemente do que acontece ao Egito dos egiptólogos, constituindo um saber especializado e hermético.

Egito monolítico. Um antigo professor, nos meus tempos de graduação insistia para que eu desistisse da Egiptologia. Não havia, segundo ele, razões para que um brasileiro se dedicasse a esse tema, com “tanta coisa para se estudar no Brasil”. Para além de sua formação francesa nos estudos clássicos, vale lembrar que ainda grande parte do material egípcio antigo se encontra soterrado, isso sem mencionar coleções não estudadas, materiais nunca publicados, amontoados nos museus de toda a Europa. Do mesmo modo, durante o período em Londres, a pergunta espantada de alguns “por que alguém no Brasil estudaria o Egito antigo?”. Esse tipo de visão revela não apenas a permanência do orientalismo descrito e problematizado por Said, mas ainda a ideia de que determinados saberes são situados histórica e geograficamente. De outro modo, o que legitima a produção de conhecimento sobre um *outro*? De que modo essa autorização é mediada pelos agentes?

Nesse escopo, a investigação sobre o Orientalismo adquire um estatuto fundamental para a compreensão dos múltiplos vieses em torno das fontes egípcias. Não se trata, por outro lado, de lançar mão de um “deteminismo orientalista”, mas reposicionar algumas escolhas dos pesquisadores e, mais ainda, dilatar as possibilidades de interpretação das fontes, sobretudo no caso do material sobre o gênero. Mais ainda, como disse Richard Parkinson numa conversa, há vantagens em se fazer Egiptologia fora das fronteiras do Império.

A compreensão de qualquer orientalismo deve ser feita, assim, a partir da constituição dos impérios europeus atrelados à expansão de uma visão eurocêntrica. A Egiptologia do século XIX, tida aqui como uma ciência sistematizada e institucionalizada, nasce no contexto da disputa entre França e Inglaterra pelo Egito e por tudo aquilo que ele representava em termos políticos, econômicos, mas também para a legitimação de um império.

Em linhas gerais, os autores concordam que a criação de instituições orientalistas no século XIX tinha propósitos políticos e uma abordagem evolucionista. Porém, é preciso ir além dessas constatações. A produção do conhecimento sobre o mundo antigo, não apenas no Egito, foi baseada num processo de legitimação dos impérios europeus. O modo pelo qual se dá a articulação entre tempo (a “Antiguidade[31]”) e espaço (o *Oriente* ou o *Ocidente*) na

[31] Ver nota 8.

seleção e posicionamento das fontes deixa transparecer o limite do fazer histórico, não para invalidar o que foi produzido, mas para questionar o modo pelo qual esses saberes ganham estatutos de verdade e se popularizam ainda hoje.

A Egiptologia não é ainda uma ciência dos egípcios, mas de franceses, ingleses, alemães, belgas, italianos. Mesmo os norte-americanos ainda se esforçam para deslocar o eixo da Europa, calcados numa tradição semelhante à inglesa. Há uma *ciência sobre o Egito* mas não *para o Egito.* Said reforça, nessa linha, que se desenvolveu um mito a partir de dois tipos de superioridade cultural: a do Ocidente sobre o Oriente e, por extensão, a do antigo Oriente sobre o moderno. O Egito do mundo antigo é convenientemente destacado do mundo islâmico e, mais ainda, fica excluído de qualquer participação no ensino ou na administração da própria arqueologia até início do século XX (JEFFREYS, 2003). Embora hoje o Egito tenha o controle das escavações e das pesquisas no país, mesmo com o processo revolucionário de 2011, o número de egípcios que se deslocam para a França, Inglaterra e mesmo a Alemanha é significativo. Mais ainda, El Daly (2005, p. 4) demonstra como no início do século XX, as autoridades coloniais ensinavam História da Europa e negligenciavam qualquer participação de um passado árabe. O impacto disso foi que a formação da grande maioria dos intelectuais egípcios não teve nenhum tipo de informação ou vínculo com seu passado islâmico. De que maneira, portanto, a *nossa* produção de conhecimento *sobre eles* (os "egípcios) não os excluiu até pouco tempo da possibilidade de assumirem seu lugar de sujeito em sua própria história? Mais do que ser o *Outro silencioso,* nas palavras de Edward Said, é a ideia de contribuição, a elaboração de um *thelos* que está em jogo nessa apropriação do passado.

A fim de compreender essas múltiplas articulações que o interesse pelo Egito antigo e a Egiptologia possuem, é preciso situar suas instituições no jogo orientalista: a fascinação e a repulsa, a seleção, a omissão e o enquadramento teórico.

2.1. Definições e Problemas

A obra de Eward Said *Orientalismo* recebeu muitas críticas depois de sua primeira publicação em 1978. Dentre elas, foi acusada de ser excessivamente

engajada, uma apologia ao islã e aos árabes, uma crítica atrelando a prática política ao conhecimento (SAID, 2001). A discussão política inaugurada por Said não pode ser ignorada, mas é preciso levar em conta que há outros "orientalismos". Mesmo o Orientalismo de Said não pode ser tomado como único e monolítico, como afirmam alguns de seus críticos (MARCHAND, 2009). É preciso compreender algumas diferenças cruciais das definições - e percepções - do Orientalismo e, mais ainda, contextualizar o seu desenvolvimento. Se assumimos a afirmação de Said de que "o orientalismo não é uma *fantasia avoada* (grifo meu) da Europa sobre o Oriente, mas sim um corpo criado de teoria e prática em que houve, por muitas gerações um grande investimento material" (SAID, 1990, p.18), situamos *parte* da formação da Egiptologia, mas corremos o risco de ignorar todo um passado que também contribuiu para que esse investimento tomasse a forma que tomou no século XIX.

O Orientalismo, por outro lado, não está reduzido à obra de Said. A polarização entre Oriente e Ocidente pode ser levada aos tempos de Heródoto, percorrendo a Idade Média com as Cruzadas e a expansão islâmica. Todo esse processo despertou o interesse de estudiosos que desenvolveram diferentes visões sobre o Oriente e as suas relações com o mundo "ocidental". Esse conjunto de conhecimentos permitiu que reflexões pudessem se verticalizar através da produção de autores que pensam o problema na política contemporânea, muitos numa linha crítica à obra saidiana. Autores como Immanuel Wallerstein (2007), Robert Irwin, (2007), Maxime Rodinson (1980) e Albert Hourani (1967) se tornam particularmente interessantes na constituição do debate sobre a formação da disciplina e seus desdobramentos políticos.

O charme que o Orientalismo confere a figuras como Lawrence da Arábia, Richard Burton não esconde um projeto político de conquista, mas oferece o risco de uma sedução precipitada. O Oriente não é uma entidade monolítica, ahistórica, ele não pode ser vítima da *fossilização paradigmática* (SAID, 2001, p. 66) desenvolvida (e mantida ainda hoje) de uma racionalidade europeia. A construção de *Oriente* precede a Europa, como afirma Hourani (1967) e chega a períodos muito mais remotos. No caso específico dos egípcios, outros povos além dos gregos os viam com admiração e estranheza. Para os gregos, o Egito era um repositório de conhecimento mais do que um poder militar ameaçador[32].

---

[32] Sobre essa questão, ver capítulo 5.

Assumindo que *Orientalismo,* de acordo com algumas das acepções de Said, é primeiramente, o resultado da pesquisa que fazem os orientalistas – associado a uma disciplina, é preciso verificar de que modo essa disciplina se desenvolveu. Ela não se deu do mesmo modo e na mesma velocidade nos diversos países que se debruçaram sobre o Oriente. O caso dos alemães é o mais notável. Criticado por não mencionar o Orientalismo alemão, Said negligencia assim parte do jogo que polariza, mas sedimenta as principais estratégias da prática orientalista: a admiração pelos gregos e a constituição de uma identificação racial, cultural e mesmo ideológica.

> Parecia claro que, excluindo os alemães - assim como os russos, holandeses, gregos e italianos - Said estava envolvido em uma espécie deliberada de baralho empilhado: concentrando-se exclusivamente no que foi produzido pela literatura e pela academia francesa e britânica durante o apogeu do imperialismo, ele era capaz de concluir que "orientalismo" era um produto do império[33]
>
> (MARCHAND, 2009, p. xix)

Num segundo momento, Said trata do orientalismo como um estilo de pensamento, com características específicas que ressaltam o modo de pensar a diferença entre o “nós” e os “outros”. Finalmente, se refere a uma instituição criada para lidar com o Oriente, uma maneira de preparar a dominação.

O Egito antigo pode servir aos três tipos de orientalismo mencionados por Said. A criação de uma disciplina contribuiu para que o Egito fosse fixado num passado e apropriado, seletivamente, pela academia. Ao mesmo tempo, a preparação para a dominação se encaixa com práticas imperialistas de França e Inglaterra, que disputaram o território no século XIX. Entretanto, é o segundo aspecto que merece uma atenção maior.

O “estilo de pensamento” que rege o jogo das alteridades constitui os demais tipos de orientalismo. A obra de Said é relevante por analisar esse jogo, por atrela-lo a uma prática política, na constituição e reprodução desses imaginários, mas ela fica

---

[33] It seemed clear that by excluding the Germans - as well the Russians, Dutch, Greeks and Italians - Said was engaging in a deliberate sort of deck-stacking: focusing exclusively on French and British literature and scholarship produced during the high imperial age, he was able to conclude that “orientalism” was a product of empire.”

sim, restrita ao universo anglo-francês. Curiosamente, não por acaso, são esses dois locais que vão enraizar instituições ligadas a pesquisas no Egito antigo. Nessa linha, Said é preciso ao demonstrar o modo como tais instituições se apropriaram da história do Oriente, criando um *thelos* civilizacional que confirma *ad eternum* a soberania Ocidental.

Para os alemães, por outro lado, a criação da Egiptologia se dá por caminhos distintos da prática imperialista inglesa e francesa. Desde o século XVII, os alemães viviam simultaneamente o renascimento neoclássico e oriental. Graças a isso, a polarização entre Oriente e Ocidente foi mais flexível, com o reconhecimento de seus defeitos e virtudes: o Oriente era a terra da simplicidade, de líderes carismáticos, da autonomia cultural; o local onde se produzia bens de consumo luxuosos como a seda, os perfumes e jóias, além de contos e poesia. Ao mesmo tempo era o local dos excessos: a luxúria, a sensualidade decadente e os exércitos mais bárbaros. Já os gregos, tinham o paganismo, a homossexualidade, fraqueza militar e a democracia (MARCHAND, 2009, p. 54).

Evidentemente a Egiptologia se desenvolveu em outros locais com significativa importância e repercussão acadêmica. Porém, situar sua formação nos seus três grandes centros auxilia a uma leitura mais crítica da historiografia dedicada aos papiros e ao gênero. Os modelos de civilização atribuídos por França, Inglaterra e Alemanha ao Egito antigo modelaram leituras específicas das fontes, como veremos adiante.

Durante o século XVII o Egito antigo foi apropriado na linha do Iluminismo radical, sobretudo na França (BERNAL, 1987, p. 161) e os linguistas não eram os únicos a colocar o Egito como foco principal. Havia uma tradição no século XVIII de trabalhos sobre mitologia, estabelecendo uma linha contínua entre os deuses egípcios, gregos, romanos e a tradição renascentista. (BERNAL, 1987, p. 171). Uma vez que havia difundida a ideia de que os gregos importaram muitas coisas do Egito, entre os séculos XV e XVII os egípcios representaram uma fonte de autoridade e, portanto, de modernidade, inovação.

A ideia de uma história progressiva, evolutiva não é oriunda do século XIX. A tradição cristã já em finais da Antiguidade trazia embutida em sua doutrina o elemento do progresso. No século XVI isso ganhou um novo formato, descolado do discurso religioso e atrelado às práticas econômicas, pois os indivíduos tomaram

contato com uma série de novidades que os “antigos” desconheciam, como o açúcar, o papel, a imprensa, a pólvora, etc., muitas das quais vieram para a Europa com as expedições marítimas ao Oriente (BERNAL, 1987). A ideia de modernidade e progresso estabelecem relações de hierarquia com o passado, sobretudo com a criação da ideia de “antiguidade” e “clássico”[34]. Essa operação denota uma apropriação da História violenta, pois extirpa fatos e pontos de vista em detrimento de outros convenientes à justificação do progresso e, evidentemente, do progresso liderado pelo eurocentrismo.

Do mesmo modo, vale pensar que o orientalismo colabora com a construção e desconstrução da identidade ocidental, mas num processo de longa duração. O orientalismo não nasce no século XVIII, com o início da expansão imperialista, mas instrumentaliza a política de conquista da época. Nas palavras de Said, o Orientalismo deixou de fora a própria história que, uma vez reprimida, retornou *a posteriori* com críticas e ataques ao orientalismo como uma ciência do imperialismo (2001, p. 66).

A nomenclatura à própria periodização já é indicadora de uma formulação teleológica da história do Egito (*faraônico, helenístico...*) e, mais ainda, de uma apropriação que destaca justamente o que é dialético e paradoxal: o Egito é ao mesmo tempo o antigo e o moderno, o universal e o particular. Ele opera temporalidades distintas não apenas na pesquisa acadêmica, mas também no imaginário das pessoas. Sua escrita, arquitetura e mesmo as técnicas de mumificação colocaram esse exotismo balizado pelo paradoxo temporal e espacial. Acostumamo-nos a olhar fotografias das pirâmides e das paisagens (exóticas) do Egito, das ruínas do tempo dos faraós e filtramos tudo o que há de moderno nelas. Suprimimos o presente árabe e nos esquecemos que, em si, o suporte para nosso imaginar - a fotografia - é moderno. É a introdução de um paradigma de progresso que corrobora para o posicionamento do Egito antigo nas ciências humanas, aqui dentro de uma tradição herdeira do cristianismo. É a sua antiguidade que, transformada em credibilidade, o isola.

Nessa linha cabe repensar em que medida a Egiptologia cristaliza uma visão sobre os egípcios que, uma vez “etiquetada”, corrompe outras possibilidades de

---

[34] Dilthey (1949) desenvolve essa discussão para a proposta hermenêutica alemã e a relação com a história. Não pretendo desenvolver esse tópico, mas apontar que determinados paradigmas históricos não são dados.

investigação histórica, confirmando a ideia de que o Egito - assim como o “Oriente” - é o *Outro silencioso*, para usar novamente a expressão de Said (1990), que só pode ter o seu lugar na história **se** essa for a história do ocidente. [35]

O fato de boa parte dos egiptólogos e de alguns orientalistas do mundo antigo estarem ainda subordinados à tradição filológica e literária em seus departamentos oferece indícios de que a especialização, associada a um certo isolamento, segundo Irwin (2007), são necessários à formação da disciplina. Por outro lado, é esse mesmo isolamento que pode ter provocado a ausência de diálogo e uma postura auto-suficiente na área.

2.2. A Egiptologia nasce com a civilização

A dominação de Alexandre, o helenismo e, posteriormente, a conquista romana foram inseridos como marcos significativos na história do Egito, representando momentos de ruptura, traduzidos no vocábulo historiográfico como sinônimos de *progresso e evolução:* helenização, romanização e cristianização. Paradoxalmente, de algum modo esse mesmo progresso corrompeu as tradições nativas, egípcias de um tempo muito antigo.

Simultaneamente ao estabelecimento desses marcos, entre o período nebuloso da cristianização e o advento do Islã no Egito - sobre o qual a produção acadêmica é escassa - a islamização é associada ao período de *crise, decadência, rompimento.* (UCKO e CHAMPION, 2003) Não pretendo traçar um quadro evolutivo dessa produção neste trabalho, mas pontuar que essas escolhas não são gratuitas.

É importante notar que a Egiptologia propriamente dita não trata dos períodos “não-egípcios”. Atualmente a disciplina *Egiptologia* tem um significado preciso nas ciências humanas: o estudo das populações do Vale do Nilo de 3000 a 330 a.C., podendo se estender no máximo ao primeiro século da era cristã, com o domínio romano. A “pré-história” egípcia não é uma área conferida aos egiptólogos, mas um pouco (e talvez) aos antropólogos, devido ao seu caráter excessivamente “primitivo”. Alguns especialistas ainda afirmam que a Egiptologia deve ter seu limite temporal no

---

[35] Vale notar nos livros didáticos de História, ainda hoje, do Ensino Fundamental e Médio, em que o Egito é mencionado, em sua grande maioria, nos estudos do mundo antigo. Sua história “acaba” com a invasão islâmica. Do mesmo modo, o conteúdo tratado ainda se constrói sobre seu exotismo: pirâmides, múmias, deuses com cabeças de animais e a sua “contribuição” para o mundo “ocidental”.

ano 1000 a.C. quando as populações indígenas ainda governavam a região e não haviam sido corrompidas por estrangeiros (JEFFREYS, 2003, p.4), apontando para uma essencialização dos egípcios.

Assume-se (e não por acaso) que a Egiptologia tem seu nascimento com a expedição napoleônica ao Egito. Os saberes acerca desse povo ganham estatuto científico a partir de então, financiadas pelo interesse do Estado e, notadamente nesse caso, pelo próprio estadista. Para além da desconsideração dos saberes locais, das produções anteriores, se torna evidente o elemento de identificação, de uma construção histórica, teleológica da *civilização.*

Há muitas especulações sobre os interesses de Napoleão no Egito, inclusive sua ligação com a maçonaria que, já no século XVII entendia que o Egito era responsável pela sabedoria antiga e representava a fonte da civilização europeia. (BERNAL, 1987). Sem dúvida as atenções de Napoleão pelo Egito também tiveram motivos particulares. A campanha posterior à Itália reforça essa combinação de exercícios militares, coleta de tesouros e uma forte imposição cultural ao vizinho *bárbaro* num projeto civilizacional, imperialista (JEFFREYS, 2003, p. 3). Quando o Instituto do Cairo foi criado em 1798, os generais tinham livre acesso a ele, a começar pela chefia do local. Posteriormente, a *Description de L'Égypte*, publicada em 1809, foi a primeira obra de caráter científico sobre o Egito, abarcando toda a fauna, flora, geografia e com um forte aspecto "antiquarizante" dos vestígios materiais deixados pelas populações pregressas[36]. Não por acaso esses aspectos eram tão necessários no contexto de conquista territorial, de apropriação cultural.

As disputas entre França e Inglaterra pelos territórios ultramarinos podem ser datadas desde 1600. Em finais do século XVIII, com a perda das colônias americanas era essencial aos ingleses garantirem outras fontes de riqueza, apesar de já possuírem a maior delas na Ásia, a India. Entre 1774 e 1798, o governo francês havia recebido diversas propostas de diplomatas e políticos para invadir o Egito. Nas palavras de um conselheiro de Luís XVI, o "Egito não pertence a ninguém" (*apud* BERNAL, 1987). O território egípcio era uma passagem segura para a expansão de qualquer império europeu na África e na Ásia.

---

[36] Cabe lembrar que a ideia de antiquário remonta ao Renascimento e até mesmo a Varrão. A própria noção de folclore nacional deriva dessa visão, portanto, não se trata de algo *exclusivo* do Egito.

O grupo de aproximadamente 151 intelectuais franceses e 50.000 soldados fizeram parte da investida francesa ao Egito. Astrônomos, matemáticos, naturalistas, engenheiros, botânicos, artistas e até mesmo poetas e músicos fizeram parte da equipe e do projeto iluminista de catalogação, classificação, conferindo um certo *glamour* ao projeto também violento de conquista, compatibilizando conceitos e percepções sobre *civilização.*

Por outro lado, uma vez que o Egito antigo ocupou um lugar de destaque e de origem para o modelo de civilização, a própria história do Egito adquiriu contornos europeus: a fundação de um Estado faraônico, com a unificação das duas terras, sob um único governante, por exemplo, traz semelhanças com o modelo dos impérios europeus no século XIX[37]. Atualmente, os pesquisadores notaram que, apesar da unificação, o Egito não era homogêneo como se imaginava. Também têm discutido em que medida essa unificação política não é um artifício construído possivelmente pelos próprios egípcios.

O Egito foi parte do Império Turco desde o século XVI, embora os turcos tenham governado o Egito por intermédio dos mamelucos, que controlavam a região desde o século XIII. A palavra "mameluco" significa "o possuído"; eram uma antiga casta de escravos que se tornou uma força especial de elite islâmica, ascetas ligados ao islamismo ortodoxo e ficaram no poder no Egito por quase 500 anos. Quando da invasão napoleônica em 1798, o domínio mameluco e turco foram fortemente atingidos, o qual manipulou as divisões étnicas e religiosas na sociedade egípcia. Em 1808, após o saque francês e a interferência britânica, o poder foi dado pelos ingleses a Mohamed Ali, o general albanês que anos depois se tornou independente dos turcos. Esse processo político trouxe uma onda de modernização ao Egito, com territórios para além mar (BERNAL, 1987, p. 246).

A Guerra de Independência Grega em 1821 deu a Mohamed Ali governos em Creta e na região do Peloponeso, conhecidos como *pashaliks.* O longo conflito não foi suficiente para colocar a Europa ao lado dos gregos e expandir o sentimento de identificação com o mundo grego antigo. Entretanto, foi o crescimento do exército egípcio que fez com que os europeus ficassem ao lado dos turcos, triangulando o jogo imperialista entre Europa, Ásia e África, com o receio da ascensão de um poder

---

[37] Ainda hoje parte dos egiptólogos utiliza a denominação Antigo, Médio e Novo Império ao se referir à cronologia egípcia.

africano (BERNAL, 1987). O domínio mameluco no território, visto então como *opressor,* acabara por evocar uma relação direta entre Napoleão e Alexandre que, no contexto específico do século XIX, ganha novos sentidos: a libertação do Egito pelo helenismo (como sinônimo de conhecimento e civilização em oposição ao antigo domínio persa) tem os mesmos propósitos e princípios revolucionários iluministas e republicanos, *franceses.*

O interesse anterior, exclusivamente "antiquário", dos relatos de Pococke, Nodern, Soninni (UCKO e CHAMPION, 2003) no renascimento, se transformaram, ganhando contornos cada vez mais ideológicos, nacionais. Por outro lado, não se pode atribuir ao orientalismo, aqui no sentido exclusivo da construção sobre o exotismo oriental, a responsabilidade absoluta na formação da Egiptologia.

O Romantismo parece ser o responsável pela exclusão do Egito e pela escolha da Grécia como o berço da civilização ocidental, o que reforça o silêncio atribuído à sua história. Curiosamente, é a mesma Alemanha romântica que consolida uma forte tradição de egiptólogos. Os alemães possuíam o "discurso sobre o Oriente", assim como a imagem sobre o Oriente, mas não era um orientalismo "single" (MARCHAND, 2009). Nesse sentido, não se pode homogeneizar um discurso sobre o Oriente uma vez que os próprios europeus do século XIX não reconheciam "a Europa", singular e totalizante. Em meio ao crescente nacionalismo, reconheciam-se como uma pluralidade de grupos sociais, étnicos, etc.

O questionamento sobre o orientalismo alemão contribui para pensar o processo da transformação da "imagem" sobre o Oriente (e o Egito) num "discurso". Os alemães, diferentemente dos franceses e ingleses, não possuiam territórios no Oriente e, apesar da ausência de domínios, eram os líderes das pesquisas orientalistas na metade do século XIX. Suas instituições eram mais organizadas e souberam desenvolver as antigas propostas do Romantismo: poesia folclórica, línguas originais e revelações universais (MARCHAND, 2009).

Os alemães tiveram uma relação mais intensa com o mundo otomano e a Terra Santa. A polarização do mundo ocidental (tecnologia, ciência, economia e política) do mundo oriental (espiritual) foi exacerbado pelos orientalistas alemães, sobretudo por defenderem que as características espirituais eram a representação de um essencialismo cultural (MARCHAND, 2009, p. xxvi). Sua relação com o Oriente não pode ser enquadrada no mesmo modelo do orientalismo de ingleses e franceses. No

caso específico do *Orientalistik*, a tradição cristã e secular desempenharam papéis importantes na constituição das identidades "ocidental" e "oriental" (MARCHAND, 2009, p. 55).

Há uma sintonia entre os pensamentos desses classicistas e orientalistas com o pensamento do final do Iluminismo: a nobreza do selvagem, a unidade primordial de todas as religiões, a estupidez das superstições. A elite intelectual alemã encontra aí uma ideia de renascimento nacional alemão, que não tinha necessariamente laços políticos, mas cultural. O mundo antigo servia portanto de modelo para uma remodelagem do destino alemão (MARCHAND, 2009).

Não por acaso, os grandes centros orientalistas são os locais onde o protestantismo tem mais força: Bonn, Göttingen, Berlin and Tübingen. Bernal (1987) defende, por exemplo, que durante o período da Reforma Protestante, o distanciamento dos textos latinos e a aproximação com os textos gregos pode ter influenciado a observação de determinadas semelhanças entre o idioma alemão e grego posteriormente. A Igreja Protestante contribuiu no desenvolvimento orientalista, sem o dogmatismo religioso, com uma forte interferência da burguesia intelectual. Um outro mérito do protestantismo foi o de abrir caminho para a filologia, uma vez que estudantes de teologia eram estimulados a lerem os textos no idioma original, a qual os classicistas começaram a definir como *Wissenschaft* e *Bildung* (MARCHAND, 2009, p. 58). Nesse contexto, os alemães desenvolveram uma relação com o Oriente inicialmente fora das ambições políticas[38], que com o passar do tempo se modificaram, sobretudo entre os anos de 1880-1914, em que seu papel se torna essencial para o projeto de expansão do império alemão. Houve um aumento significativo das coleções de objetos nos museus e particulares.

Cabe destacar que as referências ao orientalismo alemão oferecem poucos dados sobre os estudos demóticos (MOSER, 2006; IRWIN, 2007). Apesar de reconhecerem o esforço dos primeiros egiptólogos alemães e sua contribuição à filologia, o demótico é praticamente silenciado. Parte da explicação poderia advir do fato de que o demótico se desenvolve tardiamente no Egito e, por isso não faria parte do Egito "clássico", faraônico. Ao mesmo tempo, os alemães desenvolvem

---

[38] Inicialmente os orientalistas alemães eram missionários, ainda apegados à tradição católica. No meio intelectual eram tratados com desdém pelos seus pares, sobretudo porque sua atuação estava atrelada a um projeto de evangelização. Ao mesmo tempo, foram acusados de serem superficiais no conhecimento das populações locais. *Cf.* MARCHAND (2009), p.334

uma extensa bibliografia sobre o helenismo no Egito, demonstrando que o problema não está na eleição de um período em detrimento de outro. Como compreender, portanto, a relação entre a apologia ao helenismo e a negligência do demótico na análise do orientalismo alemão?

O orientalismo do século XIX também atrelou uma série de questões raciais, demonstrando que o tema vai além das humanidades. Debates em torno da miscigenação, degeneração, etc, muito engajadas no discurso nacionalista dos impérios, acabaram por inflamar as antigas identidades em detrimento das novas, o que justifica a obsessão por estudar e descobrir origens. Eliot Smith, um anatomista no século XIX, se envolveu com as questões raciais e foi responsável pela ideia difusionista. Suas propostas foram recebidas com entusiasmo pelo público inglês: tinham pontos em comum com o Imperialismo e com o fato de que os egípcios não eram africanos (BERNAL, 1987).

Nesse período, também se dá a ascensão da arqueologia, elevada ao estatuto de ciência. Observando-se a história da pesquisa arqueológica, os primeiros trabalhos foram marcados pela necessidade de estabelecimento de vínculos civilizacionais (JEFFREYS, 2003, p.8). Ao mesmo tempo, curiosamente, a arqueologia é uma ciência cujo pressuposto é a destruição dos vestígios originais deixados, seguidos de uma reordenação dessas informações com um novo contexto de interpretação. Não parece coincidência que ela tenha se desenvolvido no neocolonialismo europeu cujos propósitos são bastante similares. Os trabalhos arqueológicos no Egito, por exemplo, foram feitos no Alto Egito, em detrimento da região do Delta, que foi mais ocupada pelos europeus e que sofreu maiores ocorrências de industrialização, o que não é explicado somente pela preservação do material.[39]

O mundo antigo e suas “civilizações” ganham novo posicionamento na linha evolutiva da humanidade, muitas associadas a questões de influência climática. Nesse escopo, o Oriente passa a sublocar níveis do subdesenvolvimento, de uma

---

[39] Tradicionalmente os egiptólogos atribuem o foco das pesquisas no Alto Egito e do contexto funerário em razão de um benefício climático. Cf. Kathryn Bard: *The best preserved archaeological sites from ancient Egypt are the temples and tombs located beyond the floodplain in the very dry low desert. In Upper Egypt sandstone temples from the New Kingdom and later are much better preserved than earlier mud-brick or stone temples, which were frequently dismantled so that new structures could be built in the same sacred space. Temples built of fine limestone, especially in the Delta, were often recycled, either for construction or to make lime.* (p. 10)

glória perdida que precisa ser restabelecida agora na modelagem “moderna” da civilização europeia - entendida aqui como inglesa, francesa, alemã...

O novo mosaico do Oriente é preenchido pelo advento de uma visão de história hegeliana [40]. Isso contribuiu para afastar o Egito do paradigma do progresso, em que as ciências e a sabedoria foram superadas por suas superstições e despotismo (BERNAL, 1987, p. 213). A realeza (*kingship*) foi marginalizada na teoria neo-evolucionária dos anos 1960-80 e a ideia de um distanciamento entre a democracia (grega) e os impérios (oriente) finalmente se consolidou: “igualdade e justiça eram um presente do governante, não um direito dos governados (...)” (WENGROW, In: JEFFREYS, 2003, p.189).

2.2.1. O Império Britânico do Egito.

A conquista inglesa no Egito depois da vitória sobre Napoleão, traria outras disputas, uma entre os museus do Louvre e o British Museum pela posse das grandes coleções; a outra, entre Champolion ou Young pelo posto de fundador da Egiptologia[41]. O jogo imperialista, pós Tratado de Versalhes, representa essas disputas no nível da ciência, da aquisição de credibilidade e legitimidade na apropriação de um *outro,* que é assim posicionado a fim de garantir sua posse. O Egito, portanto, vai novamente para o marco zero da civilização, reposicionado na linha do tempo conforme a nova conveniência dos grandes impérios, sacramentando a linha teleológica da nova visão da História.

As três grandes escolas da Egiptologia tinham nos primeiros anos uma preocupação em adquirir coleções para seus museus, identificando nesses museus a construção de uma história dos grandes personagens, civilizações em que o mundo antigo explicava e orientava a compreensão dessa trajetória histórica, cujo fim eram os impérios do século XIX. Todas elas investigam o aspecto exótico e monumental do Egito, a ideia de sobreviver ao tempo era essencial a esses impérios, a eternidade egípcia e a sua preocupação com a sobrevivência após a morte. No caso britânico, e do British Museum, especialmente, a necessidade de

---

[40] O historicismo alemão, sobretudo nas figuras de Ranke, Hegel, Dilthey. Para esse grupo, a história humana é história que culmina no domínio europeu. O tema será explorado no capítulo 4. Sobre isso ver SAID (2001), p. 72.

[41] Ver o capítulo sobre a história do demótico e da tradução dos hieroglifos.

uma narrativa que corrobore para esse *thelos* do Império inglês é fundamental. Sua longa tradição isolacionista antes de conquistar o planeta praticamente obrigou que a narrativa construída do museu justificasse a superioridade britânica no mundo: as peças dispostas na exposição corporificam essa *narrativa* histórica transformando-a em *verdade* legitimada pela *ciência* histórica.

A Egiptologia inglesa, sobretudo depois da figura de Flinders Petrie (1853 – 1942), estabeleceu as principais normas para a pesquisa no Egito antigo. Ao mesmo tempo, cuidou de garantir um modo de representar o Egito que fortalece a prática orientalista, como objeto de consumo para além das fronteiras estabelecidas pela academia. Havia - e ainda há - a ideia de que se conhece “muito bem” o Egito. Tal conhecimento se deu mais pela popularização do Egito do que pela divulgação acadêmica. Nisso o Orientalismo tem um papel crucial por selecionar (e criar) uma série de elementos que disponibilizem “características” da região: pirâmides, obeliscos e esfinges. Essa iconografia foi transmitida pelas artes decorativas e reforçada pelo “Egyptian Revival” com a exposição de Napoleão.

O paradoxo do isolamento dos egiptólogos e a popularidade do Egito antigo pode se explicar em parte pelas práticas orientalistas já discutidas aqui. O interesse popular está atrelado ao seu exotismo, seus mistérios e às narrativas bíblicas. Todavia, não se pode negligenciar o processo de formação dos grandes museus, em especial o British Museum, em que a representação do Egito antigo foi o instrumento, superficial e bidimensional, definindo uma visão mais palpável, concreta do Egito antigo, para um público maior (MOSER, 2006, p. 7), se deslocando da espiritualização proposta pelo Romantismo alemão e o excesso de academicismo dos franceses.

Entre 1759-80 a Egiptologia não estava vinculada a instituições, nem profissionalizada. Os museus ainda eram gabinetes de curiosidades, servindo apenas como suporte e ilustração do conhecimento. A Itália foi a precursora dessa prática, graças ao desenvolvimento dos humanistas no renascimento. Os alemães desenvolveram os *Kunst* e *Wonderkammern*, gabinetes de curiosidades com objetos de história natural e arte, principalmente. Italianos e alemães ainda estavam baseados num modelo de coleções reais e na metade do séc. XVII se iniciaram algumas coleções “didáticas”. Essas coleções estavam baseadas em objetos de

história natural, zoologia, mas sobretudo coisas relacionadas com questões medicinais (MOSER, 2006).

A Inglaterra, através do British Museum, reconhece o Egito não pela sua “true worth” e o incorpora unindo dois aspectos antagônicos da representação do Egito antigo: a curiosidade popular e os documentos históricos para os acadêmicos (MOSER, 2006, p. 217). Ainda de acordo com Moser, o processo de criação do museu está atrelado à criação de um “novo” Egito antigo, de modo que é preciso levar em conta o processo de aquisição da coleção, os modos de exposição e a recepção do público.

No início do século XIX o conhecimento dos europeus sobre o Egito antigo era superficial e muito fantasioso, o que comprometia a formação (e definição) de uma “boa coleção”. Os critérios não eram muito claros e pareciam estar mais associados ao projeto exibicionista do imperialismo. Ao mesmo tempo, as artes ganham novos contornos dentro de um mundo burguês em ascensão, em que os aspectos estéticos passam a ser mais importantes e valorizados dentro de um novo modelo de consumo. Nesse contexto, a arte grega e romana foi muito promovida pelos alemães. Intelectuais como Schiller, Goethe, entre outros valorizaram e retomaram o mundo greco-romano que tinha em suas representações um realismo maior e mais agradável aos olhos. Do mesmo modo, a literatura, a música passaram a ter elementos que distinguisse socialmente quem tinha acesso - e portanto, pertencia, a determinado grupo social.

Num período em que movimentos sociais ganhavam força na sociedade europeia e a ordem burguesa era contestada, era importante que se tivesse uma justificativa histórica para determinar hierarquias e relações de poder. O mundo greco-romano foi paulatinamente lapidado pela burguesia dominante, com direito a importações da antropologia, apoiadas no darwinismo social e numa leitura evolucionista. Nesse contexto, a apropriação do Egito antigo, seu consumo, o crescimento da Egitomania e a institucionalização da Egiptologia consagram um orientalismo específico ao Egito antigo.

A obra de Moser (2006) faz uma análise sobre como a formação do British Museum corrobora para a formação da Egiptologia. A transformação ocorrida na disposição das galerias organiza e ordena uma nova hierarquia de civilizações, antes separadas segundo uma estética clássica, ao tom da arquitetura do museu,

mas posteriormente, numa ordem cronológica (p. 221). Como a base das vitrines e das salas era uma tentativa de imitar os templos gregos, o aspecto exótico, “bizarro” e mesmo monstruoso dos objetos egípcios destoavam muito e ficavam ressaltados. Por conta disso, a recepção foi considerada bipolar (p.224) mas nunca de indiferença. Uma vez que nesse momento os objetos eram classificados como “objetos de arte” e arqueologia ainda não possuía autonomia e voz de comando nos museus, ficava evidente a discrepância dos “modelos” estéticos. As peças egípcias, quando comparadas às gregas e romanas, adquiriam um *status* de inferioridade, com um juízo de valor que apontava a sofisticação greco-romana em oposição à simplicidade egípcia.

Os objetos no museu adquirem gradativamente uma visão progressista e evolucionista. Para piorar a situação, ironicamente, grande parte do material egípcio provinha do contexto funerário, o que até hoje contribui para a ideia de que os egípcios eram obcecados com a morte, lhes conferindo um aspecto funesto e místico. (MOSER, 2006, p. 225)[42]. A norma de observação da arte era através das lentes greco-romanas, recuperadas no renascimento, no neoclassicismo, etc. (LEMAIRE, 2008). Assim, a identificação com determinado tipo de consumo de arte contribuiu para marcar elementos de distinção social: o púbico habilitado a reconhecer nos objetos gregos e romanos o repertório por detrás dele demonstrava ter conhecimento e, portanto, determinado *status* social. Para Moser, ao *outro* público, que não detinha essas condições, os objetos egípcios serviam como o primo pobre no consumo da arte. Entretanto, me parece que se projetou nessa prática uma tentativa de pertencer ao grupo dos letrados e bem nascidos. Se o conhecimento sobre o Egito antigo era insuficiente num modo geral, não importava muito o que era dito diante dos objetos, desde que o discurso tivesse um tom de espetáculo. Como afirma Said, o Oriente se transformou no século XIX no local do espetáculo, onde as projeções do Ocidente ganhavam vida sem comprometer o *status quo* europeu.

---

[42] Vale lembrar que no século XIX fenômenos e estudos ligados ao mundo do espíritos ganham espaço entre os intelectuais, mas também se popularizam, como o Espiritismo de Allan Kardec, por exemplo. A crença na vida pós-morte dos egípcios reforça o aspecto exótico se comparado com uma crença cristã. Muitos trabalhos de escavação no Egito foram realizados com auxílio de médiuns.

Assim,

> Através de suas diversas manifestações sobre o Egito antigo, o museu fez esta civilização antiga"domínio de todos". Apresentado como o primo pobre da Grécia e de Roma, em vez de um acontecimento cultural distinto na história da humanidade, o Egito antigo foi caracterizado por não possuir qualquer enquadramento acadêmico que salvaguardaram a interpretação da arte clássica[43].
>
> (MOSER, 2006, p. 233)

A curiosidade, a fantasia e o espetáculo passam a ditar as normas de observação, da comparação e também do saber. Nas palavras de Moser, a curiosidade "é um escapismo que não exige nada do observador - nenhum conhecimento especial era requisitado e nenhuma resposta especial era esperada" (p. 224-225). A multidão de curiosos invade o Egito até hoje. Parte desse excesso de fama - e popularidade - pode justificar o isolamento dos egiptólogos, que são procurados em todo mundo pelas muitas reencarnações de Cleópatra, Tutankhamon, Ramesses, mas de nenhum camponês.

Uma vez que o British Museum foi o primeiro a adquirir uma coleção significativa (em quantidade e qualidade), o modo de representar o Egito se desenvolveu em paralelo à Egiptologia, numa relação simbiótica. O material egípcio se transforma na "montruosidade colossal"[44] (MOSER, 2006, p. 225), do mesmo modo que o Império Britânico.

> Aqui, as vitrines podem ser vistas como servindo a uma agenda política mais ampla de construção do Oriente em termos de sua oposição ao Ocidente. Antiguidades egípcias foram apropriadas como uma ferramenta para avaliar as conquistas da sociedade ocidental e, nesse sentido, eram uma maneira útil de dar sentido ao presente. Embora o uso do Egito antigo como um contraste heurístico à Grécia antiga corresponda mais à perspectiva teórica do orientalismo, a representação do antigo Egito no museu também pode ser vista como

---

[43] "Through its various manifestations of Ancient Egypt, the museum made this ancient civlization "everybody's domain". Presented as the poor cousin to Greece and Rome rather than a distinctive cultural event in the history of humanity; ancient Egypt was characterized as not possessing any of the scholarly barriers that safeguarded the interpretation of classical art."

[44] awkward because of their size, peculiar because of their unique artistic style, and monstruous because of their subject matter (MOSER, 2006, p. 225)

> constituidora de um estereótipo orientalista desta cultura, como um símbolo da alteridade ou como veículo para auto-apresentação[45].
>
> (MOSER, 2006, p. 231-232)

O museu criou uma representação poderosa do Egito antes da pesquisa egiptológica se estabelecer, contaminando as visões do Egito na própria academia, com reflexos até os dias de hoje, sobretudo na escolha de documentos a serem estudados, como veremos mais adiante.

> O poder da exposição inicial sobre antigo Egito no museu é evidenciado pelo fato de que seu legado seja mantido nas representações atuais, e se parece natural que ainda continuem a expressar admiração sobre as curiosidades maravilhosas, monstruosidades colossais, obras monumentais, e esquisitices acessíveis, isso é porque espera-se que as representações tenham nos instruído a fazê-lo.[46].
>
> (MOSER, 2006, p. 233)

A aquisição de coleções egípcias em outros museus, mesmo nos Estados Unidos, como o *Art Institute of Chicago*, *Museum of Fine Arts*, *Metropolitan Museum*, tiveram suas coleções egípcias formadas a partir de expedições, e seguiram a montagem das galerias de modo semelhante ao do British Museum. Mesmo em países que não possuem língua inglesa, seguiram os mesmos passos. Seguia-se a ideia de que aquilo que não era documentado, estudado pela Europa permanecia "perdido" e que só teria seu reconhecimento **através** dos europeus (SAID, 2001, p. 72).

Todo o processo ocorrido no século XIX colocou o Egito antigo num estado de paralisia. A ciência se tornou de poucos - e cada vez mais poucos - não por ser uma

---

[45] "Here the displays can be seen as serving a wider political agenda of constructing the East in terms of its opposition to the West. Egyptian antiquities were appropriated as a tool for evaluating the achievements of western society and in this sense they were a useful way of making sense of the present. While the use of ancient Egypt as a heuristic contrast to the ancient Greece broadly corresponds with the theoretical perspective of Orientalism, the museum's representation of ancient Egypt can also be seen as constituting an Orientalist stereotyping of this culture as a symbol of alterity or as vehicle for self-presentation".

[46] "The power of museum's early exhibition on Ancient Egypt is evidenced by the fact that their legacy is maintened in current representations, and if it seems natural we still continue to express awe at the wondrous curiosities, colossal monstruosities, monumental masterpieces, and accessible oddities, this is because we are expected to - the representations have instructed us to do so."

disciplina difícil apenas em suas exigências instrumentais e pré-requisitos. Sem desprezar as dificuldades próprias da disciplina - que são muitas - o caso é identificar a estruturação de uma linha divisória de classe. Não é comum ver egiptólogos fora dos círculos mais privilegiados na Europa e mesmo no Egito, seu caráter elitista tem tido poucas modificações.

A escola americana, notadamente a University of Chicago, apesar do maior envolvimento com a antropologia no século XX, reproduziu os mesmos paradigmas dos europeus. James Breasted foi o primeiro egiptólogo americano reconhecido no século XIX, fundando o *Oriental Institute* em 1891 juntamente à universidade. O trecho a seguir ilustra o modo de apropriação do Egito antigo:

> Breasted idealizou o estabelecimento de um instituto especial dedicado a traçar o **progresso** do homem antigo em direção à **civilização**, muito antes das civilizações clássicas (...) [47]

Somado a isso, o relevo colocado na entrada do Oriental Institute reforça o papel que o Egito tem na cultura ocidental, o intermediário das *contribuições* que o "Oriente" fez ao "Ocidente".

[47] Cf. https://oi.uchicago.edu/research/history/, 26 de julho de 2010, às 15:30.

FIG. 4. Relevo da porta de entrada do Oriental Institute. University of Chicago.[48]

Apesar da inserção da pesquisa nas mesmas linhas de franceses e ingleses (também os belgas e alemães), os norte-americanos foram atingidos posteriormente pelo afrocentrismo já em finais de 1960. Essa tendência, ainda que com nuanças orientalistas, foi submetida a um viés muito mais político: a África negra conferia ao Egito uma outra particularidade no quadro do mundo antigo. Essa questão foi motivada em parte pelo movimento negro norte-americano e todo o debate em torno da raça, também associado ao gênero e às classes sociais.

O precursor do afrocentrismo egípcio, Cheikh Anta Diop (1923-1986), um físico de formação francesa que se dedicou também às humanidades, retomou uma discussão apresentada ainda em finais do século XIX sobre a diáspora negra e a origem da humanidade no continente africano (ver FIG. 5). Sua afirmação de que o Egito antigo era uma civilização negra (DIOP, 1974, p. xiv) reitera a origem negra da civilização, tirando-a da posição de receptora e devedora do mundo branco “ocidental”. O autor apresenta no início de seu texto argumentos científicos da época que confirmam sua tese.

As ideias de conquistar novamente a consciência africana e pensar uma nação negra estão evidentemente relacionadas com os movimentos de independência no

[48] Courtesy of the Oriental Institute of the University of Chicago.

continente e sua nova agenda política no mundo pós-guerra e nos movimentos de descolonização. Contudo, Diop demonstra como, já na Antiguidade, as fontes gregas faziam referência aos egípcios de “pele escura” (DIOP, 1974, p. 1-3), apelando para o testemunho ocular dos autores (p.2). A problematização acerca do nome dado pelos próprios egípcios K$mt,$ “terra negra”, ao seu país enfatiza, segundo ele, a referência a uma civilização negra. O termo kmt indica, para alguns pesquisadores, a terra úmida e fertilizada pelo Nilo, mas foi entendida como uma referência à população [49]. Nessa linha, Diop questiona:

> O que nós não compreendemos, portanto, é como foi possível criar uma raça branca de *Kmt:* hamito, negro, ébano, etc. (mesmo em egípcio)
>
> (...)
>
> Por outro lado, (Ham) é tornado branco quando se busca a origem da civilização, porque ele está habitando o primeiro país civilizado do mundo. Então, a idéia de hamitas oriental e ocidental é concebida - nada mais do que uma invenção conveniente para privar os negros de vantagem moral da civilização egípcia, e de outras civilizações africanas, (...)[50].
>
> (1974, p. 9)

A obra de Diop abriu precedentes na academia moderna de investigar o Egito sob o prisma das populações africanas, que foi abraçado por pesquisadores importantes e entrou na agenda de militantes. Contudo, não é contemplado nessas obras a historicidade do termo “negro” (black), sobretudo ao se tratar das fontes antigas. A ideia de um passado “negro” simplesmente inverte a polarização da narrativa hierárquica. O peso da visão moderna, escravista, que certamente permeia

---

[49] Diop (1974, p. 7-9) recupera nesse contexto a narrativa bíblica e a referência a Ham, ou Kam, em hebraico que significa “negro”, “quente”.

[50] What we cannot understand however, is how it has been possible to make a white race of Kmt: Hamite, black, ebony, etc. (even in Egyptian).
(...)
On the other hand, (Ham) is whitened whenever one seeks the origin of civilization, because there he is inhabiting the first civilized country in the world. So, the idea of Eastern and Western Hamites is conceived - nothing more than a convenient invention to deprive Blacks of moral advantage of Egyptian civilization, and of other African civilizations, (...).

nossa produção acadêmica atual não pode ser projetada anacronicamente, seja de forma positiva ou negativa.

THE CRISIS

A RECORD OF THE DARKER RACES

Volume One MARCH, 1911 Number Five

Edited by W. E. BURGHARDT DU BOIS, with the co-operation of Oswald Garrison Villard, J. Max Barbey, Charles Edward Russell, Kelly Miller, W. S. Braithwaite and M. D. Maclean.

Egyptian Portrait of One of the Black Kings of the Upper Nile, Ra-Maat-Neb, Builder of Pyramid No. 17. (After Lepsius.)

PUBLISHED MONTHLY BY THE

National Association for the Advancement of Colored People

AT TWENTY VESEY STREET NEW YORK CITY

ONE DOLLAR A YEAR TEN CENTS A COPY

FIG. 5. Capa do *The Crisis* (volume 1 issue 5, March 1911), com a ilustração de um faraó negro. W. E. B. DuBois.[51]

Tal linha de pensamento foi retomada por Martin Bernal na polêmica obra *Black Athena* (1987). Se por um lado, seu trabalho contribuiu para que os gregos saíssem do pedestal erigido pela academia dos séculos XVIII e XIX, também recebeu uma série de críticas pertinentes. Entre elas, o uso demasiado da obra de Heródoto, (LEFKOWITZ, 1996, p. 13), além de não reconhecer que o corpus Hermeticus o qual

[51] Imagem disponível em http://en.wikipedia.org/wiki/File:Bois.jpg. Acesso em 12 de agosto de 2012.

afirma ser egípcio, foi escrito em grego, pelos gregos, no II século d.C, apresentando algo já helenizado como *puramente* egípcio (LEFKOWITZ, 1996, p. 17). Bernal se empenha em demonstrar que as construções em torno da ideia de desenvolvimento civilizacional ocorrem num sistema de cooperação, quase um "orientalismo às avessas" em que *um Oriente* (o dele) substitui os gregos no pedestal da civilização.

Poderia-se atribuir a isso uma certa "generosidade" da academia ao considerar a África como pertencente ao processo histórico ocidental. Entretanto, é preciso sair de uma visão monolítica da África negra[52] e levar em conta que, no caso específico do Egito antigo, ele não ocupou, como querem muitos pesquisadores adeptos do afrocentrismo, um lugar especial, em mais de 3000 anos de história (BAINES, In: LEFKOWITZ, 1996, p. 21), diante de seus vizinhos. Se o afrocentrismo coloca a origem de toda a civilização na África, contribuindo para uma revisão de paradigmas que, ou excluem ou relegam à África a situação de "contribuidor", falha ao pressupor que toda a África *era negra*, inclusive os egípcios. Paralelamente, reforça um mito de auto-identificação e auto-enobrecimento: essa fabricação cria uma confiança para que os grupos marginalizados possam sair da periferia e pertencer ao "grupo dominante" (LEFKOWITZ, 1996, p. 21; UCKO e CHAMPION, 2003). Nessa linha, a obra de Bernal e os seus seguidores caem, segundo John Baines (*apud* LEFKOWITZ, 1996), numa abordagem evolucionista, já que as civilizações orientais são mais antigas que as clássicas. Ao mesmo tempo, assume uma postura difusionista e negligencia toda uma pesquisa sobre a região da Núbia, por exemplo.

De modo geral, a Egiptologia tem nos seus estudos ainda modelos coloniais que mantiveram os egípcios fora do estudo do seu próprio passado por tanto tempo e, além disso, negaram ou negligenciaram a relevância de dados etnológicos do Egito moderno ou mesmo medieval para a sociedade do período faraônico (JEFFREYS, 2003; UCKO e CHAMPION, 2003).

A contribuição das áreas do conhecimento nas ciências humanas caminha para o oposto do que se fazia no século XIX. O orientalista desse período era um especialista também apoiado em generalizações. Isso permite atualmente substituir

---

[52] Do mesmo que o movimento feminista nos anos 60, a tentativa de se criar categorias para legitimar uma lutra política torna nublada outras nuanças. No caso da África, é preciso levar em conta seus processos históricos intrínsecos, sem a interferência "branca": as disputas e diferenças entre os povos que habitam a região, por exemplo, sem mencionar o problema da escravidão. É preciso cautela na apropriação de um discurso político na teoria histórica, a fim de evitar anacronismos que paralizam a pesquisa ao invés de fazê-la avançar na compreensão das multiplicidades.

o Egito mitológico, eterno, à medida em que se identifica que cada período tem sua unicidade, sua historicidade genuína. A compartimentação da Egiptologia é um efeito tardio do Orientalismo e, muito recentemente, o desenvolvimento dos estudos demóticos e coptas têm obrigado os especialistas a se voltarem (mais uma vez) para Grécia e Roma, bem como aos vizinhos “orientais”. (ROWLANDSON, In: JEFFREYS, 2003, p. 150). A excessiva especialização, por outro lado, torna ainda os centros de estudo espaços quase incomunicáveis, cada qual fechado em sua lógica e vocabulário próprios, muitas vezes deixando que a tradição seja barreira eterna para qualquer inovação, conservando nas mãos dos mesmos centros de excelência a autoridade do que dizer e como dizer sobre o Egito.

2.3. Orientalismo, política e Egiptologia: um tripé pouco estável para o Egito antigo.

A aquisição de peças egípcias e do território, durante o século XIX, e uma boa parte do século XX, deixaram complicadores políticos até hoje. Ao mesmo tempo, a posição que o Egito assume nas relações internacionais vem determinando a presença do Egito antigo na história do Ocidente.

Walis Budge descreveu a sua atividade de obtenção de peças com a ajuda de egípcios. Relatava como o cônsul britânico em Luxor, Mustafa Aghar o ajudou dizendo que ele era “devotado à Inglaterra, e queria fazer o British Museum o melhor do mundo”. Balfour numa declaração à Câmara dos Comuns afirmava

> Nós conhecemos a civilização do Egito melhor do que conhecemos qualquer outro país. Nós conhecemos seu passado tão bem, o conhecemos tão intimamente; nós sabemos mais sobre ele.
>
> (SCHAM, In: JEFFREYS, 2003, p. 173)

Tais relatos demonstram como jogo imperialista com as elites locais se configura claramente nesses acordos. Também indicam a apropriação de um conhecimento que já pertence aos britânicos, sua autoridade em lidar com isso. O Egito, de fato, faz parte da *experiência ocidental europeia* (SAID, 1990, p. 13), o fato de estar *lá* não implica um afastamento, mas a legitimidade da apropriação.

Ao mesmo tempo, essas afirmações reforçariam a discussão de Said em *Cultura e Imperialismo* ao afirmar que “o imperialismo ocidental e o nacionalismo terceiro-mundista alimentam-se mutuamente (...)”. No caso do Egito é evidente já que após a independência, as dificuldades do trabalho arqueológico aumentaram significativamente na região. Cada expedição era interpretada (ou ainda é, em certa medida) como um novo saque ao passado egípcio. Paralelamente, toda a dificuldade de preservação e conservação dos objetos, dos museus é motivo de acirradas discussões entre os especialistas.

Uma vez que o Egito hoje *representa para ambos a conexão entre o oriente e o ocidente, como uma evocação das grandes civilizações que precederam aquelas desenvolvidas na Europa*, (SCHAM, In: JEFFREYS, 2003, p. 176) se pode perceber que sua posição no mundo antigo vem se modificando, e mesmo a Egiptologia tem buscado outras referências de pesquisa, agora também, com a participação dos próprios egípcios. Um caso interessante para se observar isso é a relação do Egito com os estudos bíblicos, que sempre suscitam manifestações calorosas quando se afirma, por exemplo, a inexistência da escravidão no Egito e, por esse motivo, o discurso judaico de subjugação e toda a narrativa do Êxodo cai por terra.

A paz de Camp David entre o Egito e Israel deu uma nova configuração à relação do Egito com o passado ocidental (aqui claramente entendido como ocidental judaico-cristão) e obviamente, com os vizinhos árabes. Nesse sentido, as discussões étnicas tomam outras formas: os egípcios não são árabes, judeus, africanos, são *egípcios.* Mas a ideia do que *é um egípcio* ainda é disforme e mutável, reposicionando a essencialização conforme a conveniência histórica e política.

O acordo entre Israel e o Egito isolou a população egípcia do mundo árabe e trouxe para a Egiptologia uma outra cristalização de que de fato os egípcios não têm uma história relacionada com os árabes, mas com os judeus. A sede da Liga Árabe foi transferida para a Tunísia e em 1981 Sadat foi assassinado por um radical muçulmano pela traição com a paz a Israel. [53]

Nessa linha, a demonização da historiografia até os anos 70 em relação à religião egípcia, por exemplo, dá lugar a um Egito mais “místico”, “misterioso”. O

---

[53] Mustafa Abu al-Yazid, que também assassinou Benazir Bhuto. Era líder da Al-Qaeda no Afeganistão.

mistério parecia conveniente à política. Os egípcios não eram mais vistos como os opressores dos hebreus[54], mas uma população exótica, desenvolvida. Aqui esse *orientalismo às avessas* traz o Egito "de volta ao *Ocidente*": um dos pontos do acordo de Camp David foi a *tutmania,* a exposição sobre Tutankhamon nos EUA, com mais de 8 milhões de visitantes.[55] Por outro lado, a ideia de que os árabes são agora *outros,* mesmo em relação aos egípcios, fica mais evidente na historiografia pós anos 70.

A questão do Êxodo e da escravidão dos hebreus, que hoje é resolvida entre os egiptólogos, não parece resolvida *do outro lado.* É possível que o isolamento entre essas duas áreas seja um "acordo de cavalheiros" com origens nos acordos políticos contemporâneos. Não parece coincidência que haja uma proliferação de documentários da TV a cabo e textos de divulgação científica sobre a ausência de "culpa" dos egípcios em relação aos judeus na história do êxodo: um esforço exaustivo de mostrar "outras interpretações" sobre o texto bíblico.

Por outro lado, os estudos na área da filosofia, como, por exemplo, a relação entre o pensamento egípcio do período faraônico com a *Falsafa* árabe parecem desconectados. O marco da helenização é muito mais referendado do que qualquer participação (para não dizer *contribuição*) genuinamente árabe. O Egito antigo não é sequer mencionado nos estudos da *Falsafa* e os árabes, muitas vezes desacreditados sendo apenas receptores da filosofia grega. [56]

Assim o Egito atende a dois modelos políticos e sociais opostos, mas que convivem harmoniosamente, sem a existência de qualquer contradição entre eles: o antigo e o moderno, o império e a liberdade são parte do mesmo cenário da antiguidade.

A domesticação - ou compatibilização - do Egito, também no nível político, pode ser visto na medalha de comemoração da publicação da *Description de l'Égypt*e (1809–1828) desenhada por J. J. Barre. O Egito é personificado na deusa Hathor

---

[54] Sobre a questão da relação do Egito com o cristianismo e os hebreus, ver UCKO e CHAMPION, 2003.

[55] A exposição, organizada pelo Metropolitan Museum of Art em Nova York *The treasures of Tutankhamun* foi de novembro de 1976 a abril de 1979.

[56] Aqui pensando na filosofia *entre* os árabes, cf. Filho, 2002.

(associada à sexualidade, música e à dança) desvelada pelo homem romano[57]. A feminilização do Egito, e do Oriente, de acordo com Said, reforça o aspecto da submissão, do efeito colonizador. A desqualificação (aqui com atributos de gênero) legitima o processo de apropriação: a mulher é mimetizada na figura de um Oriente, caótico, desequilibrado, perigoso e sedutor. Precisa, portanto, de regulação, ordem e equilíbrio[58].

FIG. 6. Medalha de comemoração da publicação da *Description de l'Égypt*e, 1826, desenhada por J. J. Barre. (WENGROW In: JEFFREYS, 2003, fig. 12:1, p.182).

De fato, a Egiptologia não existe fora da política (UCKO e CHAMPION, 2003; SAID, 2001) Toda a construção e remodelação teórico-metodológicas só podem ser entendidas (e quem sabe, perdoadas) com o entendimento das limitações políticas a que somos atrelados na produção científica. Se é que é possível fazer a história fora dela, sobretudo, no caso do Oriente.

---

[57] Outro exemplo dessa domesticação é a Egiptomania em que diversos elementos egípcios foram adaptados ao gosto europeu e a objetos de decoração de interiores.

[58] O trabalho de Lemaire (2008) faz uma análise do processo de apropriação do Oriente na arte ocidental, discutindo a traietória da orientalização.

Capítulo 3
Questões de gênero no Egito antigo.

If you are well-to-do and establish your household,
Be gracious to your wife in accordance with what is fair.
Feed her well, put clothes on her back;
Ointment is the balm for her body.
Rejoice her heart all the days of your life,
For she is a profitable field for her lord.
Do not condemn her,
But keep her far away from power; control her,
For her eye is quick and sharp.
Watch her (carefully),
For thus you will cause her to remain long in your house.
If you are too strict with her, there will be tears.
She offers sexual favors in return for her upkeep,
And what she asks is that her desire be fulfilled.

(Máximas de Ptah-Hotep *apud* Simpson, 2003: 160)

For Rome, who had never condescended to fear any nation or people, did in her time fear two human beings; one was Hannibal, and the other was a woman.

(W.W.Tarn. Cambride Ancient History, 1934)

Os estudos sobre o gênero e as mulheres no Egito Antigo possui algumas particularidades. A primeira, talvez mais óbvia é que a herança das feministas impactou diretamente o campo, trazendo alguns equívocos que, entre outras razões, levaram ao desprestígio desse tema. O segundo aspecto é que parte do material tinha o intuito de promover a divulgação científica e a popularização da Egiptologia, tornando-se, em certa medida, impreciso e até mesmo sensacionalista. O "outro lado" da disciplina, conhecido por seu rigor e método, era - e ainda é - inacessível tanto ao grande público, como a parte da comunidade acadêmica, notadamente os não-egiptólogos, o que aprofundou o distanciamento da Egiptologia com outras ciências humanas. Nesse escopo, temas ligados à mulher, ao feminino colocavam as egípcias como mulheres extraordinárias, exóticas e poderosas, o que garantia o apelo popular[59]. Ao mesmo tempo, essa mesma visão estimulou uma pesquisa

[59] Nessa linha ver os trabalhos de Ashton e, mais recentemente *Cleópatra, uma vida* de Stacy Schiff. É notável que este último trabalho tenha estado entre os livros mais vendidos de 2011, apontado pelo New York Times. Ver: http://www.nytimes.com/2010/11/02/books/02book.html?pagewanted=all e http://www.nytimes.com/2010/10/17/magazine/17fob-q4-t.html (acesso em 6 de abril de 2012)

acadêmica mais especializada que também manteve, nessa mesma linha de investigação, a estranheza e o isolamento da mulher e do feminino entre os egiptólogos.

Para além das questões que envolvem o orientalismo, as quais já foram discutidas, é preciso entender de que modo os egiptólogos se apropriaram do debate feminista e dos estudos de gênero. É preciso separar metodologicamente estes estudos sobre as mulheres dos estudos promovidos pelo viés do feminismo e do gênero. Estudar as mulheres no Egito não era sinônimo de qualquer engajamento, ao contrário, era a expressão muitas vezes de ideais imperialistas e ocidentais. O Egito, assim como o *Oriente* foram feminilizados pela comunidade acadêmica.

As mulheres não constituem, portanto, um tema novo na Egiptologia. O fato de autores gregos e romanos já terem dado destaque especial às mulheres nas fontes não permitiu que a comunidade acadêmica negligenciasse a questão. Nas palavras de Wilfong, "as mulheres ocupavam uma posição única, visível e autônoma no Egito, e isso era considerado uma característica distintiva do Egito nos tempos antigos"[60] (2007, p.206). Assim, não seria forçoso dizer que parte da razão do Egito "entrar" para a história ocidental (entendida aqui na sua base judaico-cristã europeia) se deve às mulheres. Mas elas eram visíveis para quem? Não teriam gregos, romanos e as feministas visto *demais* as mulheres no Egito?

O interesse dos egiptólogos sobre as mulheres, na abordagem oriunda do debate feminista e, posteriormente do gênero, só ocorre em meados da década de 1970. A pouca atenção dada pelas teóricas feministas ao tema no Egito se deve entre outras coisas, a uma identificação da sociedade ocidental com o mundo grego e romano e que servia ao ideal unificador feminista da opressão universal das mulheres. A região da Síria-Palestina, por outro lado, ganhou visibilidade graças aos estudos bíblicos, seguindo os mesmos pressupostos (O'Brien, 1999). É importante dizer que a despeito de diferenças entre franceses e o grupo anglo-americano na trajetória de pesquisas sobre mulheres e a relação entre os sexos, quando se trata do mundo antigo elas são pouco perceptíveis.

---

[60] "women occupy a uniquely visible and autonomous position in Egypt, and this was considered a distinctive characteristic of Egypt in ancient times"

Foi a escola anglo-americana que explorou o tema das mulheres e das diferenças sexuais na linha das discussões de gênero. O curioso é que, paralelamente ao desenvolvimento do debate entre feministas e antropólogos nos anos 1980, a Egiptologia se ausentava dele. Tal afastamento, se intencional ou não, colocou os estudos sobre mulheres, sexualidade e gênero no fim da fila de prioridades dos egiptólogos décadas depois. Falar desses temas passaria ser um "problema menor" dentro de assuntos "mais relevantes" sobre a sociedade egípcia.

O diálogo da Egiptologia com outras áreas do conhecimento é recente e não homogêneo. Parte da explicação se deve à lista de requisitos necessários à formação dos egiptólogos, que inclui o conhecimento de línguas (antigas e modernas) e uma vasta cronologia recheada de fatos e regras deixando pouco tempo para teorias ou mesmo a auto-crítica disciplinar (Graves-Brown, 2008: xviii). Parte dos egiptólogos ainda transita numa comunidade acadêmica bastante conservadora, de modo que parcerias teóricas com outras disciplinas ainda são vistas como "alternativas" e marginais.

Apesar dos avanços da pesquisa acadêmica na década de 1970 e de parcerias bem sucedidas com a antropologia e a história das mentalidades (PANTEL In: DUBY e PERROT, 1990, p. 592), o gênero, a sexualidade, e o estudo das mulheres, ainda são vistos sob um duplo exotismo. Cabe notar que a coletânea de Georges Duby e Michelle Perrot sobre a história das mulheres no Ocidente exclui o Egito antigo. Para além da discussão se o Egito pertence ou não ao Ocidente, chama a atenção que nem mesmo o Egito helenizado ou o romano sejam incluídos no texto. O foco privilegiado no mundo greco-romano, "clássico", reforça não apenas esse duplo exotismo, mas também os critérios e processos de seleção pelos quais (a história d)o Egito tem seu pertencimento autorizado no ocidente europeu.

Dessa forma, pretendo identificar quais abordagens do debate feminista foram utilizadas pelos egiptólogos e em que nível se deu essa apropriação. Do mesmo modo, o termo "gênero" foi incorporado à Egiptologia quase como uma herança direta da História das Mulheres. Os modelos de investigação vieram, a princípio, importados de outros lugares do mundo antigo, sobretudo os estudos sobre as

mulheres gregas[61] e foram desmontados gradativamente com um exame mais cuidadoso da documentação egípcia. Do mesmo modo, é importante recuperar algumas das principais discussões em torno do tema do gênero, relevantes no debate feminista, as quais poderiam contribuir para o alargamento de perspectivas entre os egiptólogos. Não se trata de uma revisão bibliográfica, mas de um esforço de demonstrar que essa parceria pode trazer benefícios mútuos.

Apesar das muitas críticas, a Egiptologia possui vantagens que precisam ser evidenciadas. Graves-Brown (2008, p. x) afirma que, justamente pelo fato de ser uma disciplina tão particular, barrou muitos "ismos" das primeiras feministas, sobretudo ideias de uma opressão universal das mulheres, já que as fontes demonstram que as mulheres egípcias, por outro lado, tinham um estatuto legal diferenciado se comparadas às suas vizinhas do Mediterrâneo. Contudo, esse mesmo feminismo impôs um modo de se estudar as mulheres que impediu o alargamento de modelos teóricos na disciplina. Dito de outro modo, a Egiptologia, através da filologia e da história da arte, mostrou que nem sempre os egípcios se encaixavam no que queriam as feministas (GRAVES-BROWN, 2008), mas também têm demonstrado como a teoria feminista (anterior à década de 1980) condenou o gênero entre os egiptólogos.

Assim, os estudos de gênero no Egito possuem especificidades que precisam ser incluídas em pautas mais amplas, não contempladas pelas disciplinas que tradicionalmente se ocupam nem do gênero, nem do Egito. O desenvolvimento de uma arqueologia feminista nos anos 1990 colocou na ordem do dia o tema da mulher e do gênero a partir de fontes materiais, retirando o foco da epigrafia, da filologia e da literatura. Ao mesmo tempo, produziu um profundo revisionismo teórico-metodológico, o qual não foi adotado por toda a comunidade egiptológica.

---

[61] Grande parte desses estudos foi realizado com a documentação proveniente de Atenas. O modelo ateniense foi generalizado para todo o mundo grego, provocando distorções nas fontes. Esse modelo, por outro lado, serviu bem à causa feminista como expressão da reclusão e exclusão política das mulheres. Novas pesquisas e recentes revisões de traduções conferiram uma abordagem menos radical dessas evidências.

O caso com a antropologia é um dos mais notáveis. Antropologia e Egiptologia tem, a princípio, pressupostos muito distintos[62]. A primeira tende a privilegiar o método comparativo, associado a uma "observação participante", enquanto os egiptólogos, além de não terem o privilégio de conviver com seus nativos, se ocupam primordialmente de ressaltar a particularidade dos antigos egípcios frente às demais populações do Mediterrâneo. A comparação do Egito com outras sociedades do mundo antigo oferece quase sempre um exclusivismo orgulhoso. O exagero dessas incompatibilidades pode tornar visível o que Strathern chamou de *fresh gaps*[63] (2004), dando espaço a novas perguntas. Com a crise pós-moderna dos anos 1980 e o exercício (quase interminável) de autocrítica metodológica, antropólogos permitiram um flerte maior com a Egiptologia e novas questões sobre a relação passado-presente revigoram as pesquisas (MEEKS, 1979; TRIGGER In: LUSTIG, 1997; STRATHERN, 2004).

3.1. Mulheres e Gênero no Egito Faraônico

As obras de referências, como dicionários e enciclopédias sobre o Egito faraônico em geral apresentam o verbete "mulheres" os quais vem acompanhados de outras indicações a verbetes relacionados, como família, sexualidade, nascimento, erótica, casamento, divórcio. As fontes utilizadas para essas análises são a documentação funerária e os textos.

No Lexikon der Ägyptologie (1975) o verbete *Frau* inicia com uma diferenciação marcada entre as mulheres egípcias e gregas: a entrada do helenismo no Egito confinou a mulher no gineceu, chamando-a de incapaz. Essa polarização reforça a alteridade das egípcias e o lugar do Egito "fora dos padrões" de entendimento dos historiadores. A mulher egípcia era uma "pessoa" com toda força do termo: dona de

---

[62] Há outras correntes da antropologia que, do mesmo modo que os egiptólogos, privilegiam o particular. No entanto, é sobre a ideia de investigar um *outro,* que permitiu aos antropólogos desenvolverem uma metodologia particular, bem como toda uma discussão teórica, a qual impactou outras áreas das humanidades, sobretudo a pesquisa histórica.

[63] "If at each juncture something more is generated than something more acts as a kind of "remainder", material that is left over, for it goes beyond the original answer to the question to encapsulate or subdivide the position (the question-answer set) by further questions requiring further answers. It opens fresh gaps in our understanding" (Strathern, 2004: XXII).

títulos, de direitos, propriedades, bens, respeito, etc. Apesar de possuir igualdade jurídica em relação ao homem, *ainda é mulher* (itálico meu) (p.280).

O trabalho de Redford (2001) segue a mesma linha da divisão dos verbetes. No entanto, sua análise é um pouco mais cuidadosa, afirmando de antemão que a categoria “mulheres” não é uniforme. A ideia de “classe” é um critério determinante para a constituição da sua análise, sobretudo pela disponibilidade da documentação - sabemos que grande parte das fontes egípcias, sobretudo as do contexto funerário pertencem aos grupos mais abastados. O texto divide as mulheres em três grandes categorias: as mulheres da realeza, a elite, e as mulheres que não pertenciam a esses dois grupos, colocadas na categoria “não-elite”. Um outro problema assinalado por Redford é o fato da documentação deixada pelos egípcios ter sido produzida por homens, com exceção de poucas cartas. De acordo com essas fontes, o lugar de maior atuação e autoridade da mulher era a casa, expressando muito provavelmente um ponto de vista masculino.

Em ambos os textos, é predominante o caráter descritivo, além de organizar a situação das mulheres em torno de seus títulos, atividades, estatuto legal (casamento, divórcio, propriedades). Nesse aspecto, os temas adjacentes são em geral sexualidade, vestimenta, beleza, crianças, família real e claro, a vida das rainhas. Redford reconhece que as fontes podem expressar um ideal das elites sobre o papel e o lugar das mulheres, embora seja difícil identificar o alcance desses ideais nas práticas sociais. De modo geral chama a atenção a escolha dos temas relacionados às mulheres e ao feminino, muito semelhantes às capas das revistas femininas contemporâneas: casa, sexo, atividades profissionais, moda e beleza.

Tal organização dos tópicos se repete praticamente em toda a bibliografia sobre mulheres (e depois sobre o gênero) no Egito Antigo, bem como sobre a Antiguidade. Vale questionar a organização desse saberes sobre o feminino, as mulheres e o gênero: são as fontes que determinam essas categorias de análise ou a leitura dessas mesmas fontes (inclusive sua escolha) é submetida ao viés contemporâneo de como se deve tratar os “assuntos de mulheres”? Apesar da aparente tautologia da questão, onde o reconhecimento do anacronismo pelos historiadores é óbvio, é preciso indicar aqui de que modo essas construções sobre as mulheres e o gênero impactam os estudos do tema no Egito antigo. Em outras palavras, *como* a apropriação das fontes é feita de modo a *adequar* o debate

contemporâneo em torno desses temas. Isso me parece mais relevante do que simplesmente descrever o modo como as mulheres viviam no Egito antigo.

É preciso ainda lembrar de que modo a Egiptologia se constituiu como um saber nas ciências humanas, num contexto particular do imperialismo e da construção de alteridades. Nesse sentido, o estranhamento inicial de que as mulheres e a sociedade egípcia em geral, eram “diferentes” (quase opostas) se comparadas com a sociedade vitoriana inglesa, se deslocou hoje para um processo de identificação com o “nosso” modo de viver ocidental. As mulheres egípcias, sua emancipação, seu poder e autoridade são colocados de modo a legitimar em muitos casos, a posição social das mulheres nos dias de hoje, sobretudo na sociedade inglesa e norte-americana, em que o tema foi desenvolvido desde meados dos anos 1970. Não se é de estranhar assim, a semelhança das questões relacionadas à família, ao poderio econômico, ao divórcio e à política nas pesquisas.

Em linhas gerais, é a década de 1990 que concentrou a produção acadêmica de língua inglesa com os trabalhos de Watterson (1991), Robins (1993), Tyldesley (1994, 1996, 1998), Sweeney (1993), Capel e Markoe (1997), Wilfong (1999), Lesko (1999), Roth (1999). Algumas dessas obras tiveram grande apelo popular, privilegiando a filologia e a história da arte, mas não constituindo um estudo tipicamente *feminista*, nem mesmo com quaisquer preocupações teóricas muito profundas. As discussões de ordem metodológica restringiram-se mais à maneira de inserir novas descobertas arqueológicas. Os autores desse período trataram o gênero como sinônimo de “mulheres”, inclusive os que tratavam da sexualidade (O’CONNOR, 1997; ROBINS, 1996; MESKELL, 1999 e 2000) confirmando os estereótipos das feministas ou mesmo dos primeiros egiptólogos.

O esforço de desnaturalizar as questões em torno das diferenças sexuais não deixou escapar alguns vieses. O Egito faraônico parece ter concentrado mais trabalhos em torno da sexualidade com uma abordagem foucaultiana evidente (PINCH, 1983; MANNICHE,1987; DE ARAÚJO, 1995; MONTSERRAT, 1996; MESKELL, 1999, 2000a, 2000b; TOIVARI-VIITALA, 2001). Todavia, a análise ficou restrita à sexualidade feminina. Isso ocorreu tanto nos estudos sobre o corpo (MESKELL, 2000) como em outras áreas. A sexualidade parecia, por muito tempo, ser um “assunto de mulheres”, repetindo, talvez com uma intenção oposta, aquilo a que esbravejavam as feministas mais radicais.

Uma das marcas da Egiptologia sempre foi o estudo da religião, um enquadramento no qual as mulheres e o gênero encontraram seu espaço de atenção em temas como a representação das deusas, a relação da realeza feminina com as divindades e mesmo a participação das mulheres nas atividades religiosas. Ainda no campo dos estudos das mulheres e do gênero, egiptólogos se dedicaram ao estudo de outras atividades das mulheres como as dançarinas, musicistas, amas, além dos espaços dedicados ao feminino, como os haréns[64]. Uma série de estudos dedicados a temas "clássicos" envolvem as mulheres, como fertilidade, nascimento, menstruação, cuidados com a casa, etc.

A arte egípcia se dedicou a estabelecer o *status* social da mulher, hierarquias de gênero e às características e formas de representação de homens e mulheres em esculturas e pinturas. No âmbito da literatura, o interesse dos pesquisadores se voltou sobretudo à capacidade de leitura e escrita das mulheres, o quanto elas tinham acesso a isso ou não quando comparadas aos homens[65]. As mulheres que poderiam ser boas ou más, oscilavam entre esses estereótipos nas máximas, nos contos, e mesmo na poesia (DIELEMAN, 1998), mas sem avançar muito além de uma descrição.

As pesquisas no âmbito jurídico e econômico ficaram voltadas mais aos períodos tardios, em especial o helenístico. Nesse período se observou uma mudança do estatuto das mulheres (e também dos homens) já que, apesar da administração territorial ser grega, muitas práticas nativas de períodos anteriores permaneceram. Os períodos grego e romano foram privilegiados pelos estudos de aspectos étnicos, jurídicos e o velho dilema continuidade-ruptura dos historiadores. A tradução crescente de papiros gregos e demóticos tem revelado outros aspectos da sociedade como a participação feminina na administração de bens, contratos de propriedade e casamento, divórcio, herança e disputas judiciais (JOHNSON, 1994,

---

[64] Não confundir com o harém árabe. O trabalho de Del Nord (1981) apresenta os principais problemas referentes ao termo $ḥnr$ e suas diferentes interpretações. Sobre isso também ver MERNISSI (2001).

[65] Acredita-se que não mais que 1% da sociedade egípcia tinha acesso à leitura e à escrita. No caso específico das mulheres, é provável que, entre as elites, parte delas soubesse ler, mas não escrever. Esse tema ainda é inconclusivo entre os pesquisadores e o debate está em aberto, como indicam BAINES e EYRE, (1989), SWEENEY (2001), VERHOOGT (2009), BAGNALL e CRIBIORE (2006), e mais especificamente sobre a educação das mulheres no período greco-romano, CRIBIORE (2001).

1999, 2003; PESTMAN, 1961; ROWLANDSON, 1998; ROBINS, 1993; TOIVARI-VIITALA, 1998).

Pesquisas a respeito da sexualidade masculina tendem a ressaltar a questão religiosa, com seus símbolos de fertilidade, como o caso do deus Min, além das metáforas em torno da virilidade do faraó, essencial para a manutenção da fertilidade do Egito (BAINES, 2001b). Nesse sentido, as referências sexuais e de fertilidade não são atributos exclusivos das mulheres ou das deusas. Os trabalhos em torno do homossexualismo masculino são raros (PARKINSON,1995; MONTSERRAT, 1996; DOWSON, 2008) enquanto a homossexualidade feminina, por outro lado, é mencionada mais no período greco-romano (FOX, 1985; TOIVARI-VIITALA, 2001; WILFONG, 2002), mas ainda discretamente. De acordo com Parkinson (*apud* GRAVES-BROWN, 2008), os estudos sobre as mulheres e o gênero parecem ter criado uma visão de masculinidade monolítica, oposta a uma feminilidade construída, contestada.

Assim, os enquadramentos político, econômico e mesmo jurídico (também nos estudos da sexualidade) deram pouco espaço para outras percepções a respeito do gênero. O irônico é que os egiptólogos ligados ao tema do gênero são - quase involuntariamente - empurrados pelas suas fontes a (re)pensar suas categorias de análise e enquadramentos teórico-metodológicos, embora muitos tenham resistido, e ainda resistem a isso. Apesar de ter substituído a categoria “mulheres” no esforço de desnaturalização, *gênero* motivou as pesquisas em torno das relações entre os “sexos”, privilegiando as mulheres *em relação aos homens,* mas não o contrário. Não se trataria, então de uma inversão da mesma polaridade? Chama a atenção que algumas dessas publicações se dêem ao trabalho de conceituar *gênero* no início das análises, recuperam uma discussão que desloca o conceito de um determinismo biológico, mas não foge de uma abordagem dicotômica e mesmo biologizante. Parece ainda ser prioridade dos autores “dar” às mulheres visibilidade, voz, espaço, e categorias como feminino, masculino, homens e mulheres se tornam assim, auto-evidentes, monolíticas. Assim, a História das Mulheres se repete, mas travestida de gênero.

Muitos textos poderiam ser analisados aqui para demonstrar essas incongruências, mas alguns são particularmente interessantes, na medida em que

representam para a historiografia em questão um salto qualitativo na discussão metodológica.

O trabalho de Gay Robins *Women in Ancient Egypt* (1993) tem uma abordagem atrelada à história da arte, pensando a construção imagética dos corpos femininos e masculinos. Seu trabalho se tornou a grande referência para os estudos sobre as mulheres e o gênero no Egito Antigo. Embora reconheça o debate feminista e a contribuição da antropologia, o texto também é descritivo e mantém os mesmos temas: mulheres da realeza, casamento, poder, fertilidade, nascimento, família e espaço doméstico, posição econômica e legal das mulheres, religião e aspectos funerários. É interessante destacar a justificativa para sua obra: as mulheres representavam, pelo menos, metade da população egípcia e, apesar disso, não estavam devidamente representadas no cenário público, dominado por uma burocracia masculina e também por uma comunidade acadêmica que entende as atividades dos homens como norma. Para além do debate em torno de dados quantitativos sobre a a população egípcia - o censo só foi introduzido na época romana - fica claro aqui, o que Strathern (2006) destacou sobre a abordagem feminista: a sociedade é um espaço de conflito entre homens e mulheres, onde as mulheres são oprimidas e impedidas de participar das decisões.

A leitura de Robins sobre as mulheres egípcias ainda é fundamentada pelo aspecto biológico. Questões em torno da fertilidade e da regulação da sexualidade feminina parecem predominar na maior parte da obra. As mulheres são o que são pelas suas condições *naturais,* elas são autorizadas a participar ou não de determinadas atividades pela sua *natureza,* tomada aqui como uma categoria absoluta, imutável e monolítica. A Egiptologia, apesar de reconhecer e exemplificar a relação dos egípcios com a natureza, desenvolveram pouco uma discussão sobre *como* essa natureza é concebida. Dito de outro modo, o que era *natural* para os egípcios? Tal questionamento pode ser estendido à “natureza feminina”: observando as figuras das deusas, no caso Taueret, temos a combinação de fêmeas furiosas da natureza: o crocodilo, a leoa, o hipopótamo. De que modo os egípcios associavam esses animais a uma ideia em torno da maternidade?

Apesar de Robins não se dedicar a essas questões, o mérito de seu trabalho é apresentar a multiplicidade das fontes, com o cuidado de explicitar particularidades do material analisado. Sua análise, apesar de não contemplar os debates mais

atuais em torno do problema do gênero, privilegia o método comparativo das fontes em diferentes períodos, oferecendo possibilidades para futuras investigações, sobretudo na combinação das fontes materiais e textuais.

O trabalho de Terry Wilfong é dedicado ao período copta, mas demonstra uma preocupação teórica mais evidente. Seu texto *Gender and Sexuality* (2007) contempla algumas linhas gerais do debate feminista e do tema do gênero, apontando para o fato de *gênero* ser tomado como sinônimo de *sexo,* no sentido biológico, um eufemismo para a categoria “mulheres”. Do mesmo modo, o autor faz uma pequena revisão bibliográfica que pretende apresentar os principais enfoques da produção acadêmica e também algumas das suas lacunas. Utiliza o trabalho de Scott (1988) para assinalar a relação da categoria gênero com outros fatores, tais como classe, *status*, raça, etnicidade, idade. Assume que o Egito antigo era uma *gendered society* (2007, p.205), devido à presença de diversos marcadores de gênero na língua e na cultura material, onde é possível identificar detalhes nítidos para o sexo biológico e diversos marcadores de gênero como roupas, penteados, acessórios, atributos de ocupações, código de gênero para cores. É a complexidade do assunto, segundo Wilfong, que deixa o desenvolvimento do assunto restrito às mulheres. Parece-me, ao contrário, que há uma herança do movimento feminista difícil de se desprender.

Apesar de ser uma sociedade dominada por homens, afirma, os estudos sobre o masculino são escassos e estes também são constrangidos por outros fatores como classe, etnia e idade. Os estudos sobre as mulheres, por outro lado, indicam que seu *status* era assegurado pela relação de parentesco que tinha com um homem (mãe, esposa, irmã, filha, etc.). Nessa linha, o privilégio dado às mulheres da elite apresenta uma amostragem muito pequena comparada com a população do Egito, criando a falsa aparência de uma significativa representatividade.

De modo geral, Wilfong reforça que as fontes egípcias apresentam o ideal da família nuclear. As máximas e outros textos literários e funerários identificam a necessidade da constituição de uma família através do casamento e da produção de filhos. O arquétipo da maternidade aparece em diversos documentos, sobretudo nos papiros médicos e mágicos em que uma das preocupações é facilitar a procriação.

Wilfong desenvolve ainda uma discussão - ainda que superficial - sobre a relação do gênero com a sexualidade: “Há, porém, algumas divergências se havia

categorias antigas comparáveis de identidade com base na sexualidade, particularmente em relação ao gênero.[66]" (2007, p.212) e "em seu sentido mais básico, como o conjunto de construções sociais relativas, decorrentes e impostas ao sexo biológico"[67]. A ideia de um sexo dual (hermafrodita) é importada para o Egito com a helenização. Até o período ptolomaico e romano, o gênero nas representações funerárias são ambíguos e pode haver a combinação de atributos de ambos, uma vez que a representação do morto é idealizada. Com o helenismo e a romanização, os mortos passam a receber títulos como de Hathor e Osiris.

Lynn Meskell ficou muito em evidência na década de 1990. Seu trabalho procurou uma abordagem mais ligada às teorias antropológicas, com um claro enfoque no debate feminista e da arqueologia pós-processual. Formada pela antropologia social britânica, a autora se preocupou na articulação de dois universos teóricos muito distantes[68]. Hoje na universidade de Stanford, abandonou o tema e e voltou para antropologia. Seus trabalhos sobre o gênero e as mulheres no Egito, sobretudo na Vila de Deir el-Medina foi muito criticado pela comunidade. Acusada de anacronismo e de pouca acuidade na análise das fontes, sua obra, de certo modo foi responsável - para alguns - pela marginalização dos estudos de gênero e das mulheres nos últimos dez anos entre os egiptólogos.

As teses de doutoramento produzidas sobre gênero no Egito antigo, nas décadas de 1990 e 2000 na Universidade de Chicago, por exemplo, utilizam esses autores para balizar a discussão. No Reino Unido, o tema perdeu a força e a produção ficou concentrada - ainda que reduzida - entre os norte americanos. De acordo com Saleh (2006), atualmente foco é compreender "como o gênero foi definido no Antigo Egito, como os papéis de gênero, relações e categorias da

---

[66]" "There is however some disagreement over whether there were comparable ancient categories of identity based on sexuality, particularly as related to gender"

[67] "in its most basic sense, as the set of social constructions relating to, arising from and imposed upon biological sex

[68] Os departamentos de arqueologia e antropologia na UCL em Londres dividem o mesmo quarteirão, mas a parceria nos trabalhos é praticamente inexistente. O mesmo ocorre na Universidade de Chicago em que o centro de Gender Studies se localiza na mesma rua do Oriental Institute e os profissionais não desenvolvem nenhum tipo de pesquisa conjunta. Em conversas com profissionais de ambas as instituições ficou claro que, apesar de saberem da possibilidade de uma parceria, ela não tem se mostrado relevante a ponto de se tornar efeitiva.

sociedade do Antigo Egito eram e como o entendimento dos egípcios sobre o gênero se desenvolveu ao longo do tempo[69] (WILFONG, 1997, p.11).

A aparente incompatibilidade dos dois campos e a teimosia dos egiptólogos em manter os mesmos temas se deve ao que as fontes deixaram ou a uma limitada compreensão do debate em torno do gênero? A coletânea de Graves-Brown, produto de um seminário na universidade de Swansea reconhece a aproximação com a antropologia e os avanços metodológicos em relação ao material egípcio, mas os pressupostos teóricos são suficientes para modificar o modo de se estudar o gênero? A obra reúne textos que se dedicam a revisar trabalhos produzidos anteriormente, demonstrando que o conhecimento e a apropriação das discussões teóricas podem oferecer novas conclusões sobre as fontes. Estudos sobre masculinidade, homoerotismo e mesmo das mulheres são feitos pautados no movimento *queer*, na pesquisa sobre os corpos e em novas perspectivas fornecidas pela filologia e a teoria da linguagem De que modo seria possível uma investigação sobre o gênero a partir de pressupostos novos? Trata-se de simplesmente adequar as discussões teóricas em torno do gênero e adapta-las ao Egito? Ou são as fontes egípcias que devem ditar as novas regras do jogo? E em que medida isso não desestrutura a própria ideia de *gênero* como um discurso?

3.2. A natureza do Gênero

> *If the study of women in antiquity is to contribute substantively to feminist scholarship or women's studies, it will be in the investigation of the origins and propagation of Western culture, and that will require 'directing discussion toward history, society, culture' , not the single text or author at all.*
>
> (Rabinowitz, 1935, p. 3)

Os estudos sobre o feminino e as mulheres têm ganhado outros contornos após a introdução do conceito de *gênero*. Entre as décadas de 1960 e 1970, quando o movimento feminista se desdobrou em outros movimentos, a historiografia, sobretudo a anglo-americana, se dedicou ao tema com uma abordagem adequada às lutas políticas e reivindicatórias do feminismo. Apesar deste impulso, a historiografia estaria longe de avançar nos estudos relativos à Antiguidade.

---

[69] "how gender was defined in Ancient Egypt, what gender roles, relations, and categories in Ancient Egyptian society were, and how Egyptian understandings of gender developed over time"

A chamada “identidade coletiva” dada às mulheres estacionou os estudos por um bom tempo, reduzindo o objeto em uma essência única, sem dar conta das tensões sociais das diferenças. Ora, a antropologia aqui contribuiu muito para dar conta das múltiplas identidades (diferenças políticas, classe, raça, etnia, sexualidade, etc.), colocando na pauta a velha discussão da totalidade e do particular. Entretanto, a sexualidade ainda parece ser o eixo privilegiado, onde a mulher é concebida como *rebelde* ou *vítima,* ou ambas as coisas, cuja ação se limita a *aceitar* ou *negar*, raramente vista como alguém capaz de criar (SOIHET, 1997, p. 299). Os trabalhos a respeito da masculinidade, ou mesmo sobre a sexualidade masculina são mais recentes e ainda isolados numa dicussão que fica infelizmente, muitas vezes, restrita aos temas da homossexualidade.

A própria História das Mulheres, hoje bastante difundida e discutida, já apresenta alguns progressos no que se refere à abordagem exclusivista da mulher na História, relativizando grupos femininos em seus diferentes níveis sociais, períodos, etc. Trata-se, evidentemente, de uma herança da História Cultural e Social, preocupada com identidades coletivas, pluralizando os objetos de investigação histórica (SOIHET, 1997). É a História Cultural e das Mentalidades (herdeiras diretas dos Annales) que impulsionaram os estudos em direção ao feminino, com maior força nos anos 1960 na França e Inglaterra, porém com linhas metodológicas e conceituais distintas.

A definição de gênero passa pela construção da identidade (JORDANOVA, 1989), pelas diferenças sociais, pelas relações humanas, (SCOTT, 1988) no caso, homens e mulheres, e por todos os níveis que permeiam estas relações (instituições, estruturas, práticas cotidianas, rituais especializados). Trata-se, nas palavras de Joan Scott, de *um jeito de organizar o mundo* (SCOTT, 1988, p.1), de um modo de organização social das diferenças sexuais. É no cerne desta definição que os problemas da historiografia podem ser delineados.

Uma porção representativa dos especialistas dedicados ao estudo das mulheres na Antiguidade são mulheres ligadas a diversas áreas do conhecimento. Sem cair em determinismos reducionistas, tal fato pode ser relevante na identificação de alguns pressupostos teórico-metodológicos com tendências feministas. Tal evidência pode ser considerada um processo de identificação?

O trabalho de Scott (1988) foi e ainda é referência nos estudos de gênero entre os historiadores (SMITH, 2003). Sua obra, embora sobre a sociedade capitalista industrial, trouxe conceitos importantes para uma nova abordagem dentro da problemática da mulher. Falar de mulher, como se fala de homem, é apenas inverter o viés da mesma polarização reducionista de uma história do sujeito. Pressupor que a mulher tem uma história única, exclusiva, "independente" do homem, como pretendiam alguns estudos feministas no início do século XX é reduzir o campo da discussão.

Scott entende que gênero é um modo de significar as relações de poder no Ocidente, e não um campo exclusivo. Nesse contexto, o gênero permite um modo de decodificar e compreender as conexões complexas das várias formas de interação humana (1988, p. 1069-1070). Assim, o gênero não está desconectado da política que também o determina.

O tratamento dado exclusivamente às mulheres é, de certa forma, uma maneira de confirmar a sua relação marginal e particularizada com os sujeitos (homens), recém estabelecidos como dominantes e universais. O ponto é investigar *como* as hierarquias se estabelecem, se constroem, e é aqui que o gênero, por ser mais analítico, começa a ganhar terreno na história social. Todavia, *gênero* muitas vezes só maquiou abordagens unilaterais e dicotômicas. Há, por outro lado, um efeito funcionalista na abordagem do gênero, enraizado na biologia, que perpetua a ideia de esferas separadas. Apesar de gênero denotar o aspecto social das relações entre os sexos, não fala sobre como essas relações são constituídas, como são, como funcionam e como se modificam (SCOTT, 1988, p. 1057). O ponto para a pesquisa histórica seria o de desestabilizar as noções fixas e enraizadas, que confere às representações binárias um caráter ahistórico (Idem).

A antropologia cooperou com o debate feminista na medida em que destituiu algumas verdades universais através de uma extensa pesquisa etnográfica. O reconhecimento de limites da categoria "mulher" e "mulheres" colocou em pauta o debate em torno das definições de natureza e cultura. Essa discussão clássica entre os antropólogos foi tomada com propostas políticas por parte das feministas que contribuíram com a desconstrução dessas categorias. A parceria entre o feminismo e a antropologia, apesar de ser a princípio um campo minado (STRATHERN, 2006), abriu outros caminhos para o tema do gênero.

A discussão em torno da ideia de natureza é relevante na medida em que permitiu desvelar os modelos dicotômicos da cultura ocidental. Da mesma forma, modelos como “sociedade *vs*. indivíduo”, “homens *vs*. mulheres”, “patrões *vs.* empregados”, “público *vs.* privado”, etc., foram admitidas e reconhecidas como inadequadas em determinados contextos. A integração de metodologias entre antropólogos e historiadores precisa ser encorajada, não de forma unilateral. Perspectivas diacrônicas e sincrônicas podem ser combinadas levando em conta que os fenômenos sociais tem continuidades e rupturas para além dos nomes que possuem (ROHDEN, 2001). Esse tipo de combinação permite pensar de que modo as sociedades manipulam determinadas categorias centrais para sua organização (ROHDEN, 2001, p.7).

A perspectiva de Scott, por outro lado, não se distancia de uma visão dicotômica. Seu esforço em mostrar as relações de poder articuladas ao gênero ainda não se desapegaram desse modelo. Na mesma linha dos franceses: gênero é uma categoria relacional, são relações sociais *de sexo*. O gênero não é a sexualidade, mas um dos elementos pelos quais a sociedade aborda as diferenças As categorias do gênero não são evidentes, são colocadas em circulação e tem por isso uma historicidade e um contexto. Nessa linha, *gênero* é uma categoria social imposta ao *sexed body*. Se o gênero tem como intenção descortinar as relações entre homens e mulheres, distanciadas do aspecto biológico, colocando toda a ênfase nesse sistema de relações, implica que o mundo das mulheres é criado dentro do mundo dos homens, e criado por esse mundo. O gênero pode incluir o sexo, mas não é diretamente determinado pelo sexo nem determina diretamente a sexualidade.

De acordo com Henrieta Moore: *“*não se pode afirmar que as diferenças biológicas determinam construções de gênero e, por conseguinte, não pode existir um sentido unitário ou essencial atribuível à categoria “mulher” ou à categoria “homem” (Moore, 1988:7). Existe uma ideia implícita que as diferenças sexuais biológicas binárias são subjacentes às categorias de gênero e às relações de gênero, mesmo que não as determinem (YANAGISAKO e COLLIER, 1987, p. 15 *apud* MOORE, 1988). Para Moore, o problema é que o modelo ocidental se apóia numa diferença sexual binária, de base biológica. Se “sexo” é um efeito, nas palavras de Foucault, a análise antropológica tem um problema: assume como

pressuposto uma dicotomia a qual deveria explicar (1988, p. 4). Ainda, o “sexo” é, enquanto categoria, o produto de práticas discursivas específicas (p. 5), mas a própria ideia de “sexo” é o produto de um discurso biomédico (p. 6), ocidental. Assim, não existe uma base natural *antes* ou *fora* da cultura. Gênero para Moore é mutante, não fixo; não é uma identidade, nem a manifestação cultural do sexo.

Isso é particularmente interessante no caso egípcio, pois não possuíam uma palavra para “sexo[70]”. Denominavam os órgãos sexuais, *ḥnn* , “pênis”, “falo”*; kꜣt* “vulva”; *ỉdt (?)* ou *šd* “útero”. Homens e mulheres eram caracterizados pelas suas atividades e títulos e o nome tinha um caráter importante na constituição dos indivíduos. A língua egípcia oferece um recurso interessante para se pensar as categorias “sexuais” elaboradas por eles: a presença dos determinativos, além de uma separação entre masculino e feminino. O termo “esposa” *Nbt pr,* tem o determinativo feminino e , “esposo”, *hi ,* tem o determinativo de um falo ereto, junto com o da figura masculina . Não há um determinativo “sexual” evidente para a diferenciação da mulher, como no caso do homem. Entretanto, esse é um tema não explorado pelos filólogos.

É importante notar que o uso dos títulos (por homens e mulheres) não é o mesmo durante a história egípcia. Sua apropriação pelos egiptólogos não contemplou seu uso como um recurso retórico, na representação de uma situação idealizada. Ao contrário, foi tomado como o reflexo de uma situação cotidiana. Toivari-Viitala (2001, p. 15-16) chama a atenção de que *nbt pr* é um termo que se refere às mulheres casadas como um *status* na casa, sem qualquer referência ao marido, ou seja, o título é uma designação da mulher nos seus direitos individuais. É evidente pelas fontes escritas e materiais que o casamento é um meio de socialização de homens e mulheres (ALLAM, 1981; EYRE, 1984, 2007; JOHNSON,

[70] Havia um termo para a relação sexual, *nk,* literalmente “foder”.

1994, 1999, 2003; GEE, 2008), um ideal social, em que os indivíduos adquirem um *status* privilegiado no grupo. No caso do termo *nbt pr,* o papel e o *status* da mulher são garantidos *através* do casamento, mas não ficam limitados a ele.

No caso das elites, onde a documentação é mais abundante, sabemos que mulheres poderiam elevar o *status* social de seus maridos. Emboras as mulheres não ocupassem cargos ligados ao aparelho burocrático do Estado egípcio, suas atividades nos templos eram conhecidas. Do mesmo modo, tinham a possibilidade de gerir os bens familiares, como compra e venda de propriedades, supervisão do gado e das atividades comerciais. Assim, *nbt pr* tem outras nuanças que transpõem os limites da casa, vista aqui como uma unidade familiar nuclear.

No que diz respeito ao papel dos cônjuges na concepção, os textos afirmam que a mulher gerava a carne e o homem, os ossos (MONTSERRAT, 1996). Há também um grande número de referências em relação ao útero, frequente na documentação funerária como metáfora da tumba para o renascimento. [71] O fato dos egípcios darem nomes a algumas coisas e não a outras foi um tema pouco discutido na literatura sobre o gênero.

A língua egípcia oferece ainda outros problemas para os estudos de gênero. Os termos designados tanto para mulheres (***st,*** $nbt\ pr,\ ḥmt,\ ḥnrwt,\ sbnt$***)*** como para homens ($tȝy,\ rmt,\ s,\ ʿpr$) são vagos. Não indicam propriamente uma “natureza” dos ideais masculino e feminino, mas títulos, ou seja, suas ações e *status* sociais. Contudo, as egiptólogas feministas parecem ter caído na armadilha de associar as mulheres a “corpo” e também naturalizar uma série de “atributos femininos”.

As referências sobre fertilidade no Egito faraônico são em sua grande maioria associadas aos atributos da masculinidade (ROTH, 2000). Esse apontamento deveria abalar as referências das feministas, bem como de algumas egiptólogas, que ainda insistem na associação das mulheres com fertilidade. Contudo, a contaminação da chamada “cultura ocidental”, que responsabiliza a mulher pela procriação parece ainda tomar conta do campo de pesquisa. Nos mitos cosmogônicos a ausência da mulher na criação é evidente e as figuras atuantes no

---

[71] O trabalho de Toivari-Viitala (2001) e especialmente o de Frandsen (2007) falam das listas de dispensa das mulheres menstruadas na vila de Deir el-Medina. Frandsen desenvolve sua análise a partir da ideia de que o contato dos trabalhadores das tumbas com as esposas menstruadas contaminava magicamente o trabalho na tumba. A menstruação, significando o não-nascimento, poderia interferir magicamente no renascimento do morto. Ele apresenta uma série de evidências linguísticas e iconográficas identificando a tumba com o útero feminino.

sobrenatural no que diz respeito à fertilidade são masculinas, ou andróginas, mas com predominância masculina[72] (BAINES, 2001b; ROTH, 2000), como o deus Min, representado com o falo ereto, e o deus Nilo, que possui também seios.

O papel da mulher é receber o sêmen, e carregar a criança, mas ela não atua no ato de criar. O determinativo para vulva no Médio Império é o cesto, e em períodos anteriores, era um triângulo invertido, possivelmente uma alusão ao formato da genitália feminina. Uma observação mais cuidadosa das fontes identifica a mulher na criação somente em períodos tardios, notadamente o período greco-romano. É importante separar a ideia de *nutrir* daquela sobre *criar,* não tomando o processo todo dos cuidados com a criança vinculados à concepção.

Roth (2000) ilustra o problema do gênero no mundo egípcio demonstrando que o céu e a terra tem gêneros invertidos, ou seja, no Egito, existe *a Céu* e *o Terra.* A cheia do Nilo é vista como um retorno do oceano primordial, indiferenciável, que continha toda a existência (ROTH, 2000, p. 195), mas é vista pelos egípcios com mais atributos masculinos, assim como a terra, o deus Geb. A deusa Nut se deita sobre Geb para dar início à criação. O papel de Nut, “a Céu”, nessa análise, é muito semelhante ao de Hathor, outra figura comumente associada à fertilidade. O papel dessas deusas é de estimular a fertilidade do parceiro. Elas não corporificam a fertilidade em si, mas a evocam no outro[73].

---

[72] Vale lembrar que em geral há associação de elementos vegetais, animais e humanos para compor as imagens dos deuses. (*cf.* ROTH, 2000, p. 190)

[73] A menção a Hathor é feita sobretudo com referência ao mito da Contenda de Hórus e Seth em que Hathor expõe sua genitália a Rê e, após isso ele ri e volta ao trabalho. De acordo com Roth (2000, p. 194-196) a deusa Hathor estimula Rê, permitindo que ele se recrie e volte à vida.

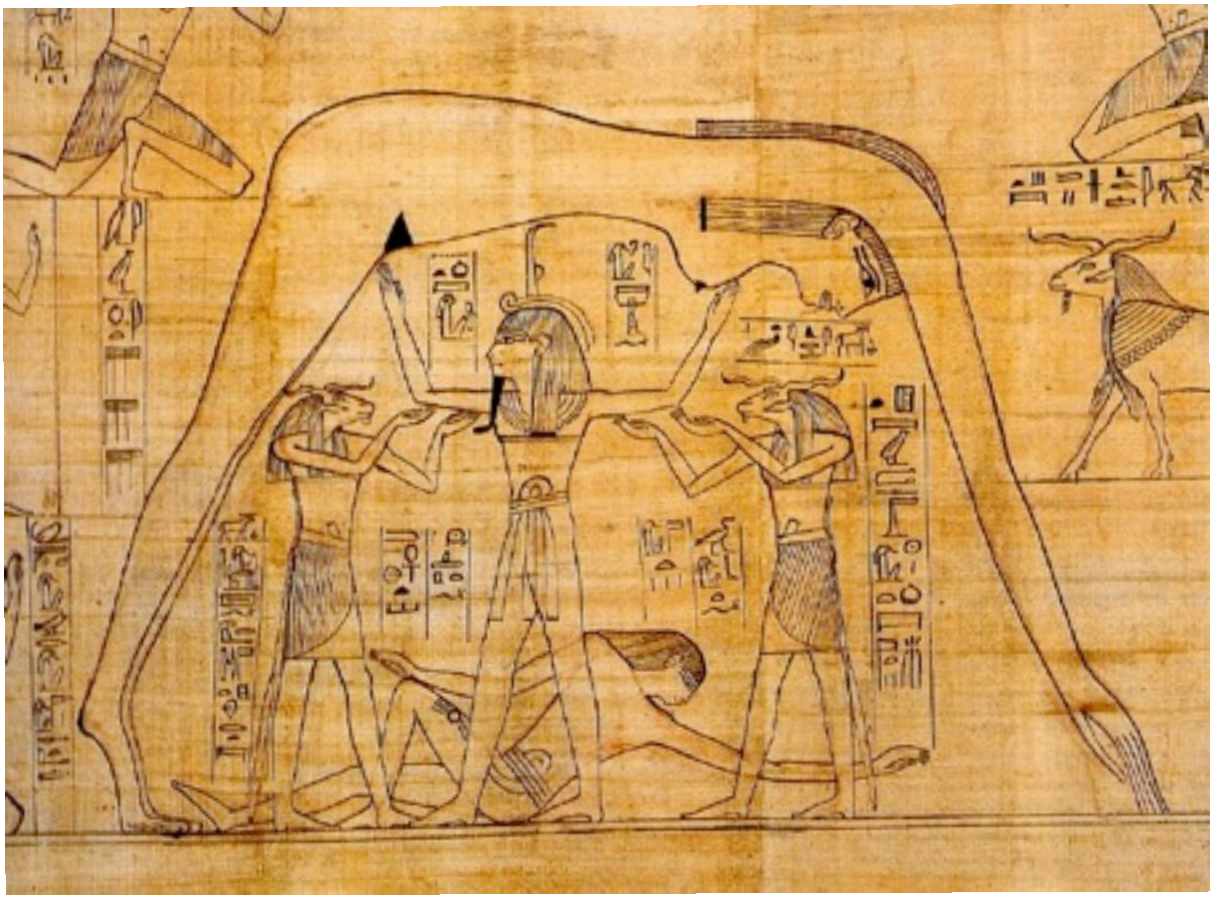


FIG. 7. Nut e Geb. Greenfield Papyrus, Livro dos Mortos de Nesitanebtashru. c. 950 a.C.British Museum.

Se a historiografia feminista demonstrou a ausência de uma experiência universal que unificasse as mulheres, como a menstruação, a gravidez, etc., uma vez que o sentido simbólico de cada experiência depende do contexto que a mulher vive, então como pensar o processo de naturalização dos corpos e das diferenças sexuais? O corpo cristaliza as diferenças, a desigualdade, conferindo um aspecto *natural* para isso.

O trabalho de Laqueur ilumina essas afirmações. O dimorfismo sexual é investigado por ele demonstrando que as diferenças *entre* os corpos, assim como os *próprios* corpos, são produtos de práticas discursivas específicas, as quais dão sentido às partes do corpo e sua relação, como índice ou outra coisa equivalente, com substâncias e processos fisiológicos, incluindo aqueles que se associam à reprodução humana (MOORE, 1988, p. 7). Mais ainda, ele situa historicamente essas construções, demonstrando como essas categorias se associaram a outras.

> O sexo, como o ser humano é contextual. E acresentaria ainda que o corpo privado, incluso, estável, que parece existir na base das noções modernas de diferença sexual, é também produto de momentos específicos, históricos e culturais. Ele também, como os sexos opostos, entra e sai de foco.
>
> (LAQUEUR, 2001, p. 27)

Meskell (2000b) discute ainda que as noções relativas ao corpo não podem ser equivalentes à materialização do corpo (*embodiment*).

> Um corpo incorporado (*embodied*) representa, e é, uma experiência vivida, onde a interação dos fenômenos naturais, sociais, culturais e físicos são levados à fruição por meio da resolução de cada indivíduo com a estrutura externa, a experiência incorporada, e a escolha[74].
>
> (BERTHELOT, 1991 *apud* MESKELL 2000b , p. 13)

Nessa linha, a autora ao retomar Butler (1999) questiona se de fato, na cultura ocidental o sistema sexo:gênero pode ser estendido a outras sociedades, já que a própria noção de sexo é também histórica e socialmente construída. Do mesmo modo, o debate em torno das questões *do corpo* e sobre *o corpo* na arqueologia - e mesmo no campo da História Antiga ainda estão muito atrelados a uma visão foucaultiana que entende o corpo como representação, um discurso *sobre, no* e *do* corpo, mas que tende a ignorar de fato a corporalidade do corpo (MESKELL, 2000, p. 17), sua experiência material.

A partir de uma perspectiva fenomenológica, há um esforço de se integrar a experiência física do corpo, o corpo vivo, como afirma Christopher Tilley, numa combinação dinâmica entre sujeito e objeto, com o mundo material (*apud* RAHMEIER, 2007, p. 37). Essa visão privilegia o modo como os os indivíduos percebem o mundo, e tal percepção está intimamente ligada aos tipos de corpos que todos têm e compartilham (TILLEY, 2004a, p. 79 *apud* RAHMEIER, 2007, p. 38-40). A experiência *biológica* pode ser a mesma, similar no que diz respeito às nossas

---

[74] "An embodied body represents, and is, a lived experience where the interpplay of natural, social, cultural, and physical phenomena are brought to fruiction through each individual's resolution of externa structure, embodied experience, and choice."

capacidades físicas de sentir (com os 5 sentidos). Contudo, a forma de elaboração, os impactos disso nos indivíduos são particulares.

Nessa linha, o que o estruturalismo considera como opostos, a fenomenologia considera como complementares (RAHMEIER, 2007, p. 39). A visão do corpo na perspectiva estruturalista, reafirma o antagonismo entre sujeito e objeto, que só poderiam ter algum significado através da ação humana. Os objetos refletiriam a estrutura da sociedade que os criou e os consumiu, não podendo ser caracterizado como um agente transformador (Idem). Mais do que fazer uma apologia à fenomenologia como campo para investigar o corpo, interessa ressaltar de que modo os aspectos físicos são interpretados, apropriados e resignificados, pelos egípcios, de modo a compor um sistema complexo de relações entre homens e mulheres, e da própria percepeção sobre o gênero.

A evidência etnográfica tem demonstrado que as categorias “macho” e “fêmea”, nos moldes do discurso ocidental são, portanto, problemáticas e não universais. Laqueur desenvolve ainda a ideia de que nos textos anteriores ao iluminismo, o sexo ou o corpo, eram compreendidos como epifenômeno, enquanto que o gênero, que nós consideraríamos uma categoria cultural, era primário ou “real”. O gênero - homem e mulher - fazia parte da ordem das coisas; ser homem ou mulher significava manter uma posição social, um lugar na sociedade, assumir um papel cultural, não *ser* organicamente um ou outro de dois sexos incomensuráveis. Em suma, o sexo era antes do séc. XVII uma categoria sociológica e não ontológica (LAQUEUR, 2001, p. 19).

É o século XIX que providencia uma explicação natural para as diferenças de gênero (MCCOMARCK e STRATHERN, 1980, p.7). A busca das diferenças físicas passou a ficar mais intensa na medida em que essas diferenças tinham importância política (LAQUEUR, 2001, p.22). O modelo positivista e evolucionista de ciência, sociedade e mesmo de história traduzem a subordinação da natureza como sinônimo de progresso. Desse modo, a subordinação feminina passa pela ideia de que a natureza é transformada em cultura. Nesse período, as diferenças entre os gêneros se transformaram em diferenças entre os sexos: se deu, portanto, a fusão das categorias natureza e cultura (LAQUEUR, 1990, 2001).

Um exame pela história nos oferece uma conclusão interessante na medida em que a associação mulheres-natureza nem sempre ocorreu em todas as sociedades;

ao contrário, muitas vezes se associou o homem à natureza pela sua força e capacidade física em atividades ligadas à caça, por exemplo (MCCOMARCK e STRATHERN, 1980, p. 8), enquanto a mulher estaria associada ao aspecto cultural uma vez que "transformava" a natureza em produto humano: cozinha, criação dos filhos, etc.

Nossa percepção de natureza é, portanto, cultural, passando pela construção de simbologias que são intrínsecas a cada sociedade e, portanto, não universais. Assim, "os atributos que dirigimos às categorias de gênero são baseados na *nossa* percepção (grifo meu) do que homens e mulheres fazem" (MCCOMARCK e STRATHERN, 1980, p. 13). Dessa forma, quase tudo que se queira *dizer* sobre sexo - de qualquer forma que o sexo seja compreendido - já tem em si uma reivindicação sobre o gênero. O sexo, tanto no mundo de sexo único, como no de dois sexos, é situacional; é explicável apenas dentro do contexto da luta sobre gênero e poder (LAQUEUR, 1990,2001; DIELEMAN, 1998).

Se homens e mulheres são naturais e culturais (MCCOMARCK e STRATHERN, 1980, p. 17), os dados corporais não são dados, mas um conjunto de elaborações (BUTLER, 1993, MESKELL, 2000b). Isso torna as categorias de sexo e gênero nubladas (MOORE, 1988, p. 8), ainda enraizadas num modelo dicotômico. Para Moore, se pensarmos que as diferenças sexuais estão dentro dos corpos, entre eles, isso é "sexo" ou "gênero"? É preciso pensar e analisar os sentidos culturais e simbólicos concordantes a respeito das diferenças. O gênero não é o único sistema classificatório e as sociedades tem distintos modelos de gênero.

Judith Butler afirmou que gênero não existe *a priori*. O gênero não pode ser associado a uma identidade, é constituído na ação performativa, daí parecer natural. A performatividade

> não é um ato singular, mas uma repetição e um ritual que atinge os seus efeitos através da sua naturalização no contexto de um organismo, compreendida, em parte, como uma duração temporal sustentada culturalmente[75].
>
> (prefácio 1999, *Gender trouble,* p.XVI)

[75] "is not a singular act, but a repetition and a ritual, which achieves its effects through its naturalization in the context of a body, understood, in part, as a culturally sustained temporal duration."

Gênero, para Butler, não é construído por um agente, mas pelos agentes sociais, nas relações. A identidade é um ideal normativo e não uma categoria descritiva, não é uma característica. As ideias de masculino e feminino são, portanto, mutáveis, constrangidas pela cultura, pela história. Sua resposta às críticas na edição de 1999 de *Gender Trouble* explicita questões em torno das categorias de gênero e da normatividade dessas relações. O corpo é uma fronteira e o sujeito é formado pelo discurso, portanto, não existe agente *atrás do ato*, mas *no* ato.

> (...) Mesmo "ver" o corpo pode não responder à pergunta: o que são as categorias através das quais se vê? O momento em que as percepções culturais sóbrias e usuais falham, quando não se pode, com segurança, ler o corpo que se vê, é justamente o momento em que já não é certo se o corpo encontrado é de um homem ou uma mulher. A hesitação entre as categorias em si constitui a experiência do corpo em questão. O que é sexo, como é produzido e reproduzido, quais são suas possibilidades [76]
>
> (xxiii)

Em *Body that matters* (1993) Butler desenvolve essas questões em torno da relevância do corpo, de sua materialidade e dos discursos sobre ele. Para ela, a questão é como sair dos determinismos cultural e biológico, considerando e incluindo o corpo. Se há uma construção social do natural, então não existe nada *natural*? Não se pode pensar a questão do gênero *sem* o corpo e o esforço de desconstruir a naturalização não pode esbarrar na neutralização das diferenças sexuais (CARVALHO, 2001, p.1). Essa questão recai na diferença sexo/gênero: se o gênero é a significação social do sexo numa dada cultura, se tudo é culturalmente significado, então o que resta de “sexo”? Trata-se pois, de compreender o modo pelo qual essa materialidade é apropriada. Mais ainda, assumindo que o corpo possui uma materialidade, ela não é necessariamente apoiada na ideia de sexo.

> Pelo contrário, uma vez que o "sexo" em si é entendido em sua normatividade, a materialidade do corpo não será

---

[76] “(...) Even “seeing” the body may not answer the question: for what are the categories through which one sees? The moment in which one’s staid and usual cultural perceptions fail, when one cannot with surety read the body that one sees, is precisely the moment when one is no longer sure whether the body encountered is that of a man or a woman. The vacillation between the categories itself constitutes the experience of the body in question. What is gender, how is it produced and reproduced,what are its possibilities?”

> pensável além da materialização dessa norma regulamentadora. "Sexo" é, assim, não apenas o que se tem, ou uma descrição estática do que se é: será uma das normas pelas quais o "um" torna-se viável a todos, o que qualifica um corpo para a vida dentro do domínio de inteligibilidade cultural.[77].
>
> (ORTNER *apud* BUTLER, 1993, p. 2)

Dito de outro modo, os corpos aparecem, tomam forma, somente a partir de critérios de determinadas regulações de gênero (BUTLER, 1993, p. xi). Essas materializações, construções de um corpo sexualizado, precisam ser compreendidas num processo social de repetição e ritualização das formas de inteligibilidade. O "sexo" não é só absorvido pelo gênero, não se trata de uma *desubstantiation* (p. 6) absoluta, mas "que "sexo" torna-se algo como uma ficção, talvez uma fantasia, retroativamente instalado em um local pré-linguístico ao qual não há acesso direto"[78] (p. 6).

A atividade de construção do gênero não é uma máscara, mas os seus princípios de materialização estão numa matriz que habilita a própria condição de cultura. Para Butler a subjetivação do sujeito é feita *pelo* gênero; a figura do "eu" só emerge *através* e *com* a matriz de gênero (1993, p. 7). "Nesse sentido, a matriz das relações de gênero é anterior ao surgimento do" humano"[79] (p. 8). O que importa nessa perspectiva, é identificar que a relevância dos corpos, do sexo, do gênero não são dadas. E identificar relevância de alguma coisa é saber *como* e *por que* isso importa. E *"to matter"* na visão de Butler signifca *"to materialize"* e *"to mean."* (p. 32)

Apesar do trabalho de Butler ser sobre a sociedade ocidental contemporânea, ela abre novos flancos para a Egiptologia. Não se trata de aplicar a leitura de sua obra às fontes egípcias, mas reencaminhar algumas discussões de ordem teórica. O estudo do corpo pelos egiptólogos foi predominantemente funerário, incrementado pelo conhecimento técnico dos processos de mumificação e da literatura médica.

---

[77] "Rather, once "sex" itself is understood in its normativity, the materiality of the body will not be thinkable apart from the materialization of that regulatory norm. "Sex" is, thus, not simply what one has, or a static description of what one is: it will be one of the norms by which the "one" becomes viable at all, that which qualifies a body for life within the domain of cultural intelligibility"

[78] "that 'sex' becomes something like a fiction, perhaps a fantasy, retroactively installed at a prelinguistic site to which there is no direct access"

[79] "In this sense, the matrix of gender relations is prior to the emergence of the 'human'"

Mesmo a filologia se ocupou dessas fontes e não há estudos recentes que integrem uma proposta de compreender os processos de formulação das categorias de gênero.

É preciso admitir uma outra dificuldade dentro da Egiptologia: a noção egípcia de corpo e mesmo de indivíduo passa por uma compreensão de sua cosmogonia. Além disso, não há uma teologia egípcia e um cânone de textos que permita os pesquisadores estabelecer paradigmas dessas percepções. Igualmente, a pesquisa é constrangida pelas circunstâncias de disponibilidade das fontes, onde é predominante o contexto funerário. Partindo dessa premissa, John Gee (2009) investigou algumas das bases que definem o corpo de um indivíduo. A partir de referências linguísticas de duas gramáticas respeitáveis, o autor demonstra que os egípcios não tinham uma visão monolítica de corpo, mas vários corpos, conforme demonstra a Tabela 4, a seguir.

Gee argumenta que uma das bases para ideia egípcia sobre si mesmos estava relacionada a conceitos como memória, destino e alma, as quais funcionavam como categorias cosmogônicas. Nyord (2009) investigou as metáforas dos termos associados ao corpo na documentação funerária, principalmente a partir do Texto dos Caixões e à luz da ideia de procriação como paralelo do renascimento do morto, onde determinados elementos corporais são destacados, em especial os órgãos masculinos. Cooney (2008) apresenta a fragmentação dos diversos corpos egípcios assumindo gêneros distintos ou combinados nas representações do morto para a garantia do pós-vida.

1911 (Budge)	2000 (Allen)
ḫ.t “corpo”	*ḥꜥ* “corpo”
kꜣ “duplo”	*kꜣ* “força vital” ou “duplo”
sꜥḥ “corpo espiritual”	
šw.t “sombra”	*šw.t* “sombra”
bꜣ “alma”	*bꜣ*
ỉb “coração”	
ꜣḫ “espírito”	
	rn “nome”

TAB. 4 Termos relacionados à ideia de corpo (In: GEE, 2009. p. 1).

Meskell (2000b) lembra que o ser humano era visto como um compósito complexo de muitas partes, todas essenciais à existência do indivíduo. Nas tumbas do Novo Império, notadamente a TT82, essas partes aparecem como divindades, recebendo oferendas, mas eram ainda elementos integrais do indivíduo. O nome do indivíduo, registrado ou apagado, determinava sua existência ou não para a eternidade. Como afirma Meskell (2000b, p. 19) o indivíduo não *tinha* um nome, mas *era* o nome, assim como *era* o corpo. Assim, os diversos aspectos “do corpo”, como a capacidade de movimento, aparência física, personalidade, emoções, moral, intelecto, eram os vínculos que formavam o indivíduo (*self*).

A história da arte tratou dos corpos levando em conta a estrutura de representação através da ideia de *aspectiva* (MALEK, 1999), destacando que a presença e a visibilidade do corpo garantiam a existência no mundo dos mortos. Boa parte das pesquisas sobre a representação dos corpos leva em conta o contexto religioso e funerário e foi, nos primórdios da Egiptologia, estudada a partir do modelo greco-romano (MOSER, 2006). Ainda que os avanços da arqueologia pós-processual tenham chegado à Egiptologia, parece ainda que as noções em torno da ideia de indivíduo são problemáticas. A corporificação do *self* tem sido descrita, e mesmo as representações do *self* aparecem em diversos tipos de fonte, mas ainda

pouco se problematizou de fato o que *poderia ser o corpo egípcio.* Ou ainda, como os egípcios definiam-se pela materialidade do corpo.

O trabalho de Montserrat (1996) procura contemplar algumas discussões sobre o tema, mas ainda mantém o tom descritivo. Embora não trate do período faraônico, sua ênfase na documentação greco-romana permite um exercício de comparação, com inferências sobre a visão egípcia.

> a ênfase egípcia na pureza e nos cuidados com o corpo era, em parte, reflexo de seus conceitos sobre o corpo físico ser um repositório permanente para os elementos incorpóreos distintos que constituíam a imortalidade potencial de um indivíduo. Era necessário cuidar bem do corpo, pois seria a casa de um de espírito para a eternidade[80]
>
> (MONTSERRAT, 1996, p. 28).

Montserrat se baseia em Marcel Mauss e Mary Douglas, afirmando que o corpo é uma metáfora da vida social e um conjunto de sistemas simbólicos, um meio de classificação no processo de criação de taxonomias para explicar desordens e restaurar a ordem. É importante destacar que, como Laqueur, Montserrat indica que, nesse tipo de sistema, nem todos os indivíduos tem o mesmo tipo de corpo[81]. O modos pelos quais as pessoas habitam e experienciam o corpo no mundo antigo eram inseparáveis de sua posição econômica e social (MONTSERRAT, 1996, p. 27).

Um empecilho, entretanto, ao se utilizar o material grego é o descompasso das traduções do material egípcio. Por exemplo, *physis* é a mesma palavra utilizada para “natureza” e “genitália” num papiro com o fragmento do III livro de Soranus (PSI II 117) em que apresenta uma descrição dos órgãos masculino e feminino. Não se pode separar, no período greco-romano, as qualidades atribuídas a homens e mulheres das diferenças constituídas de seus órgãos reprodutivos (MONTSERRAT, 1996, p. 66).

O corpo da mulher era qualitativamente distinto do masculino: para as mulheres serem saudáveis precisavam ser frias e úmidas, e nos homens os

---

[80] “the egyptian emphasis on the purity and care of the body was in part a reflection of their concepts about the physical body being a permanent repository for the separate incorporeal elements which constituted an individual’s potential immortality. It was necessary to take good care of the body, for it would be the home of one’s spirit for eternity”

[81] Dieleman (1998) também se apoia ness argumento para entender as representações de mulheres nos textos mágicos em demótico

elementos secos e quentes deveriam predominar. Para as mulheres, uma boa terapia, mais do que os feitiços, era o sexo (MONTSERRAT, 1996, p. 62) pois irrigava o útero com esperma, mantendo-o saudável para sua função principal, a reprodução. Menstruação, intercurso e nascimento eram importantes para manter os níveis dos líquidos femininos equilibrados. Os textos médicos do Antigo Império tendem a enfatizar essa questão pois comparam a mulher ao Nilo com o ciclo das cheias, paradigma egípcio para a ideia de fertilidade.

Nenhum trabalho, todavia, integrou de fato o debate sobre a materialidade dos corpos, suas definições e a matriz constituinte de gênero. Mesmo os adeptos de uma linha *queer* entre os egiptólogos (DOWSON, 2008; REEDER, 2008) não costuraram essa discussão e se limitaram a dizer que os pesquisadores deveriam estar abertos a novas possibilidades de gênero.

Em 2009, o trabalho de Emily Stewart esboçou algumas possibilidades. A partir da teoria antropológica e das discussões em torno da fenomenologia, ela sustenta que os egípcios tinham o privilégio de uma *embodied culture*. Isso se dá pelos inúmeros vestígios de múmias e a iconografia que corporifica uma série de conceitos e ideias, por meio da escrita. No entanto, mesmo recuperando os estudos de Meskell, a discussão não parece sair do binômio *ba-ka*, embora combata a visão cartesiana (dicotômica) que assumimos nos estudos sobre o corpo.

Stewart elabora uma tabela que apresenta os marcadores de identidade egípcios em relação ao corpo. O gênero, para Stewart é um dos marcadores principais de identidade, o qual determina em grande parte a organização e a manutenção da ordem na sociedade egípcia, mas que não pode ser visto isoladamente de outros aspectos, como indica a tabela a seguir.

Fatores determinados por aspectos naturais (biológicos/ambiente)		Marcadores de identidade adicionados ao self por escolhas individuais ou sociais
Sexo	Gênero	Modo de se vestir
Idade Biológica	Idade social	Estilos de penteado/cabelo
Peso/Altura	Raça	Adornos no corpo (maquiagem, pintura corporal)
Ba	Nome	Modificações no corpo (tatuagens, piercings)
Sombra		Ka
		Nome

TAB.5. As 3 esferas dos marcadores de identidade (STEWART, 2009, p. 124).

Seu esforço em sair da perspectiva dicotômica, adotando a fenomenologia como modelo, aponta para uma possibilidade interessante no campo da Egiptologia: o gênero não está separado do corpo, mas é significado *pelo* corpo, *no* corpo (seu e dos demais). Os atributos que são *engendered* não o são *por causa* do corpo, mas pelo modo como socialmente esse corpo formula seu entendimento sobre si e sobre as relações entre os indivíduos.

Uma outra vertente que tem ganhado espaço na historiografia sobre o Egito é o da auto-representação. Ainda que essa linha não tenha um diálogo direto com a fenomenologia ou mesmo outras abordagens sobre o corpo e o gênero, articula as textos e evidências materiais sobre as autobiografias encontradas nas tumbas. O trabalho de Elizabeth Frood (2007) sobre o período ramessida colocou em pauta a questão da auto-representação enfatizada na ideia de indivíduo, combinando evidências das estátuas (que poderiam enfatizar um determinado aspecto do morto) e os textos nas tumbas. Nesse contexto, cresce o número de auto-representações e se percebe um esforço de ressaltar ações individuais. John Baines (2004) ressalta

essa prática no contexto das elites, relacionando o reconhecimento dos serviços prestados ao faraó, a visibilidade, a relação com os deuses e o prestígio adquirido nos dois mundos. Não se pode imaginar que todos os grupos sociais sejam contemplados nessas análises, mas o fato de que há entre os egípcios uma preocupação em se destacar feitos individuais pode favorecer questões em torno do corpo e das construções de gênero.

Se há uma multiplicidade de corpos e possibilidades de gênero em torno de um mesmo indivíduo, poderíamos retomar a questão de Mauss (2003) sobre a definição de pessoa. Entretanto, seria mais produtivo identificar os processos pelos quais os egípcios concebem esse tipo de definição. Partindo dessa premissa, o mundo greco-romano confere aos indivíduos valores distintos dos povos ditos "orientais". O estudo das biografias no mundo árabe[82] parece oferecer mais indícios para essa reflexão do que o exame da documentação grega ou romana sobre os egípcios.

Do mesmo modo, a complexidade em torno da discussão do corpo para os egiptólogos poderia nos levar a recuperar a discussão de Strathern em torno da ideia de *divíduo* e do debate entre o feminismo e a antropologia (STRATHERN, 2006). A análise stratherniana sobre a Melanésia pode ajudar os egiptólogos a pensar em outras formulações em torno do gênero, descolando as dicotomias que fundamentam tanto o pensamento feminista, como a ideia de sociedade.

Strathern percebeu uma acomodação interessante entre a teoria feminista e a antropologia: o feminismo acomoda a antropologia como uma "outra voz" e a antropologia acomoda o feminismo na mesma medida em que apreende os sistemas intelectuais de outros povos. Dentro dessa epistemologia, a análise antropológica das relações homem-mulher nas sociedades não-ocidentais não pode explicar a experiência ocidental, embora possa contribuir para ampliar as experiências sobre as quais as feministas precisam refletir (2006, p. 76). O pensamento feminista deve ser apreendido por seu valor como um "outro" especificamente concebido, um componente com seus próprios objetivos e intenções, que não poderia ser coetâneo com os da disciplina como um todo (2006, p. 77).

---

[82] Os trabalhos de Eickelman (1991) e Reynolds (2001) revelam que o estudo das autobiografias tem apontado para outros modelos na relacão indivíduo-sociedade. Nessa linha, o mundo árabe-islâmico parece ter certa continuidade nas noções de indivíduo em relação ao Egito antigo do que o mundo greco-romano, mas essas investigações ainda são inconclusivas sobre a questão.

A antropologia feminista funcionaria como um ciborgue, híbrido: não inclui de pronto nem a antropologia, nem o feminismo, mas pode ter pressupostos diferentes. Ao mesmo tempo, ambas trabalham para romper dicotomias, o feminismo *homens-mulheres* e antropologia *nós-outros* (STRATHERN, 2006, p.72). A importância do feminismo é a autonomia relativa de suas premissas no que diz respeito à antropologia. O feminismo é uma prótese da antropologia que permite anexar mais um ponto de vista, sem sair do perspectivismo.

A totalidade, para Strathern, não é mais o somatório das partes, como tinha-se antes na antropologia, mas pode ser um fractal. Não é uma "coisa" dada em relação a outras "coisas". A realidade tem lacunas e o desafio deve ser o de colocar essas superfícies em contato, não criar um amálgama. A exacerbação das diferenças é o que confere a visibilidade dessas lacunas.

Strathern não é uma demolidora de teorias, como aparentou, mas sinaliza os limites da construção da linguagem acadêmica que, num mundo pós-plural, se revela deficitária. O mundo pós-plural apresenta o conjunto de diferenças divididas em níveis, escalas, de modo que a diferença nunca acaba. Ela pensa o pós-modernismo como um diagnóstico e um problema metodológico nas ciências sociais. O ponto não é mais "dar voz aos nativos", mas os ouvidos. O diagnóstico pós-moderno, fatalista, permite chegar a outros instrumentos de análise. Sua proposta de acúmulo é o fractal, em que a polaridade parte-todo é diluída. Isso só é possível porque assume que o problema não está na escala, mas na relação entre os infinitos do todo-parte.

Esse tipo de concepção pode instrumentalizar os egiptólogos a pensar as questões em torno do gênero, bem como os múltiplos modelos de cosmogonia existentes no Egito antigo. Strathern, ao criticar o modo como o gênero e as ciências sociais, notadamente a antropologia, foram estudados chama a atenção para a necessidade do esforço em se desfazer de modelos que engessam a compreensão do outro. A necessidade de uma "antropologia de si mesmo" pode ser estendida à Egiptologia. O esforço da academia em *compreender* o mundo egípcio e o modo como o gênero é ali constituído não pode significar a conformação do mundo egípcio ao nosso modo de entender o mundo *deles*. Mais ainda, o Egito não pode servir como mero exemplo para as feministas tomarem a pesquisa sobre o gênero e os corpos como *seu* campo de estudo e trabalho.

A rejeição das discussões de Lynn Meskell pelos egiptólogos (e egiptólogas) sobre o corpo, o gênero, ainda que acusadas de “pouco precisas” para os padrões rígidos de uma ciência ainda majoritariamente descritiva, poderia impulsionar novas pesquisas sobre conceitos tomados como dado, aproveitando-se sobretudo da filologia, com um enorme serviço a prestar. Como pensar o o gênero se assumimos corpo/gênero como um binômio? Se o gênero passa por outras categorias no Egito, para além do corpo, quais seriam? É possível identificar um sistema ali que coloque o gênero para além da materialidade do corpo? Ou, mais ainda, de que maneira pensar as relações entre os gêneros extrapola a nossa compreensão em torno de um espectro limitado de construção de categorias sobre *gênero* ou *corpo.*

Deve-se aproveitar - e aprender - com o fato dos egípcios combinarem o que parecia “incombinável”, a multiplicidade de explicações não compromete o entendimento do mundo, numa disputa pela verdade mas, ao contrário, oferece o exercício de (re)pensar o mundo e as nossas categorias de entendimento sobre ele.

3.3. O caso de Cleópatra VII

Cleópatra VII talvez seja uma das rainhas mais conhecidas no pensamento ocidental, seguida possivelmente de Nefertiti, Nefertari e Hatschepsut. Curiosamente, ela não chega a nós pelas fontes egípcias, mas por fontes gregas e romanas[83]. Como afirma Clímaco (2013), os relatos romanos são extremamentes condenáveis à rainha e seu projeto político ambicioso é reduzido nos textos à fraqueza de um romano que agiu impulsionado pela paixão. Nessa mesma linha, a ideia romana de que o Egito deveria ser cuidado e observado mais de perto, ganha força depois do casamento de Antônio com Cleópatra. Essa união era a declaração da rivalidade contra Otávio.

Sua história talvez seja menos instigante do que a história de sua história e não poderíamos separar essas narrativas. Para os estudos de gênero no mundo antigo, a figura de Cleópatra VII, a última rainha da dinastia ptolomaica, apresenta uma série de paradigmas que vem sendo problematizados, mas também repetidos por

---

[83] As fontes sobre Cleópatra aqui consideradas são: Estrabão (Geographica), Josefo (Contra Apionem), Lucano (Pharsalias), Apiano (Bellum Civile), Dion Cássio (Historiae Romanae), Sêneca (Naturales Quaestiones), Suetônio (Divus Augustus) e Plutarco (Vita Antonii). Clímaco (2013) sistematiza uma leitura desses textos e dentro do contexto da apropriação romana do Egito e da elaboração desses autores sobre Alexandria.

alguns pesquisadores. O fato dela ter permanecido entre os autores latinos e gregos dos séculos I, II e III indica não apenas a sua importância como figura feminina no contexto helenístico e romano da época, mas talvez, e principalmente, a relevância da apropriação do Egito por esse mesmo contexto, o que teria potencializado a feminilização do Egito através de sua figura, da construção de seu personagem.

Num certo sentido, ela é a personificação do que uma certa "cultura popular" desenvolveu sobre as mulheres egípcias, podendo ser identificada mais recentemente no cinema, mas cujos rastros nos levam a muito antes. Cleópatra é para muitos de nós a figura feminina que opera (outros) modelos femininos transgressores, de uma figura luxuriosa, bela, perigosa, que combina inteligência e beleza, desafiando o poder de um mundo dominado por homens. Essas imagens foram bem representadas no cinema por Vivien Leigh, em sua versão Scarlet O'hara de Cleópatra, Liz Taylor e mais recentemente, Mônica Belucci, isso sem mencionar as divas no início da história do cinema[84].

Tais manifestações de Cleópatra[85], ainda que atendam às demanda de algumas feministas, estão longe do que teria sido uma possível Cleópatra "real". Não pretendo aqui desenvolver uma discussão sobre a longa trajetória da rainha lágida. Ao contrário, interessa-me pontuar de que maneira construtos em torno de determinadas ideias de gênero colaboraram para moldar, a partir dela, toda uma abordagem sobre as mulheres egípcias, que extrapola os limites cronológicos da sua dinastia. Mais ainda, de que modo, através de Cleópatra, as lentes para se analisar "as mulheres egípcias" foram colocadas na História.

A bibliografia sobre Cleópatra VII é vasta e os estudos mais sistemáticos e rigorosos tendem a se misturar e confundir com trabalhos de popularização. Em certa medida é praticamente impossível separar Cleópatra da academia e da fantasia. Sua figura precisa ser estudada também à luz da Egiptomania. Shohat (2004) aponta que a retomada de Cleópatra na historia, por movimentos sociais, políticos e culturais é uma espécie de encenação por diferentes discursos.

---

[84] Sobre uma discussão sobre as representações de Cleópatra no cinema, ver Shohat (2004).

[85] Nesta seção farei referência à Cleópatra VII como Cleópatra. Se for necessário diferencia-la das outras rainhas da dinastia com o mesmo nome, estas outras serão devidamente especificadas.

> O fato de que diversos movimentos tenham reivindicado Cleópatra com paixão sugere não só o incrível impacto da rainha na história, mas também as diversas maneiras em que a própria história é filtrada e alegorizada através dos interesses presentes de seus leitores/escritores.
>
> (...)
>
> Cada "tomada" de Cleópatra revela não só uma faceta de Cleópatra, mas também uma faceta de quem a representa e, mais importante, revela a natureza dos prismas através dos quais Cleópatra foi vista e imaginada.
>
> (2004, p. 53, 54)

Colocando Cleópatra em perspectiva, ela morre justamente quando o se dá a fundação do império romano. Depois de reinar por 22 anos e ter dividido o poder com Antonio por 14 anos no Egito, a rainha morre aso 39 anos de idade. Otávio, ao derrotar Antônio e sua aliada egípcia instaura em Roma uma política que passa a definir uma ideia de ordem cívica (HAMER, 2008, p. xiv). É por meio dessa nova ordem e a partir dela que a oposição em relação ao Egito se consolida e também se desdobram outras questões relacionadas ao gênero. É a morte de Cleópatra que inaugura a autoridade de Otávio sobre Roma, criando uma nova Roma a partir de um novo fundador. É evidente na literatura da época a ideia de que a supremacia romana estava em crise, "daí a preocupação em relatar extensivamente esse cenário único e em atribuir todo o peso do momento à ousadia de uma mulher, que 'escravizou' um romano fraco e vulnerável" (CLÍMACO, 2013, p. 152).

Os relatos de Estrabão, Josefo, Lucano, Apiano, Dion Cássio, Sêneca, Suetônio e Plutarco apresentam, de modo geral, que os romanos foram vítimas do encanto da rainha egípcia. Mesmo César, considerado virtuoso (Lucano, *Pharsalias* 10.65-75) não conseguiu escapar (CLÍMACO, 2013, p. 153). Os relatos sobre Antonio em Plutarco apontam para a personalidade fraca e desmedida do general, ao ponto de se transformar "mero fantoche" da rainha (Idem). Fica claro o tom orientalizante de Antonio, tomado como não-virtuoso, aproximando-do da figura feminina (oriental) que é a causa da sua perdição e coloca em risco as virtudes romanas. Essa valoração do casal Antonio e Cleópatra está diretamente ligado ao processo de constituição (e legitimação) do poder de Otávio, no novo mundo romano. Essa propaganda pró-Otávio, contra Cleópatra, determina em parte a

disseminação por parte da literatura imperial romana de uma ênfase na imagem a respeito do final do período ptolomaico como um tempo de excessos, imoralidade e promiscuidade (CLÍMACO, 2013, p. 160).

Hamer argumenta em seu trabalho *Signs of Cleopatra* (2008) que as metáforas em torno da figura da mulher, da rainha e mesmo da mãe são forjadas em Cleópatra como uma forma de legitimar o discurso sobre a posição das mulheres nos períodos subsequentes, o que pode ser identificado nas artes plásticas e na literatura. Assim, as mulheres na chamada História Ocidental, de algum modo devem a Cleópatra possivelmente seu lugar e ocupações, para o bem e para o mal. As mulheres foram alegorizadas na figura de Cleópatra, cuja representação poderia servir a um determinado discurso de gênero. As feministas inglesas e norte-americanas poderiam ter culpado a rainha egípcia em vez de Eva e outras figuras bíblicas.

Cleópatra corrobora para a instauração (e legitimação) das mulheres como donas de casa durante a Reforma e o Renascimento, delimita o papel das mulheres no debate intelectual iluminista do século XVIII e promove a veiculação das mulheres como consumistas no séc. XIX (HAMER, 2008, p. xv). Ela tensiona as representações do helenismo, do modelo *mélissa* de mulher grega, com as representações orientalistas, podendo ser a única figura feminina que transita livremente entre os dois pólos (grego e egípcio), e também como parte da tensão entre o Egito e Roma, simbolizados na literatura latina nas figuras de Antonio, Otávio, César e da própria rainha egípcia.

Ainda que o argumento de Hamer pareça exagerado, outras obras sobre Cleópatra (JONES, 1971; FOSS, 1987; WHITEHORNE, 1994; WALKER e RIGGS, 2001; CHAUVEAU, 2002; WALKER e ASHTON, 2003; BURSTEIN, 2004; SHOHAT, 2004; KLEINER, 2005; ASHTON, 2008; TYLDESLEY, 2008), além das biografias das mais sensacionalistas (SCHIFF, 2010; para citar a mais recente), os autores oscilam entre o esforço de discutir a historiografia sobe Cleópatra e o que *de fato* ela *pode ter* sido. Ouso dizer que mergulhar na literatura sobre o gênero no Egito é praticamente um imperativo daquele que se dedicar ao tema. Cleópatra é em parte a responsável, para confirmar as palavras de Wilfong (2007, p.206), da quase inseparabilidade dos estudos sobre as mulheres da Egiptologia. A feminilização do Egito (e do Oriente) está materializado em grande parte na figura de Cleópatra.

Cleópatra opera as forças aparentemente antagônicas, a do orientalismo e a da helenização (ou romanização), mas que convergem na idealização do feminino e da figura de uma mulher poderosa, uma exceção que deve ser combatida, mesmo que admirada. Mesmo sendo uma rainha da dinastia lágida, portanto de tradições helênicas, ficou marcada na história por ser egípcia. E *ser egípcia* assume conotações distintas ao longo do tempo, dependendo de onde se estiver, mas ainda dentro de um enquadramento orientalista. Cleópatra vive como a materialização do (s) Egito(s) num corpo feminino. Como afirmou Ella Shohat, as representações sobre a morte de Cleópatra, em geral com uma serpente no seio, apresentam o poder de Cleópatra – e o poder do Egito – em sua sexualidade; com sua morte, morre um mundo inteiro (2004, p. 41). Nas últimas décadas seu corpo foi também tema para debate, já que relacionava sangue, raça e origens (SHOHAT, 2004).

A polarização entre Egito e Grécia se torna mais do que a oposição Oriente *vs.* Ocidente, mas abre espaço também para o afrocentrismo. Como afirma Shohat,

> o que é notável no debate – tanto no discurso eurocêntrico quanto no afrocêntrico – é a maneira como a categoria raça como marcador biológico se confunde com as de etnia e nacionalidade como sintomas de filiação geográfica, social e cultural. De muitas maneiras, portanto, as afirmações opostas – de que Cleópatra era egípcia, e portanto negra, e de que era grega, e portanto branca – são igualmente problemáticas. Tanto a equação simplista entre, de um lado, ser egípcia e negra, quanto, de outro, ser grega e branca, essencializam geografias culturais.
>
> (2004, p. 20)

As pinturas do século XIX sobre o Oriente, sobretudo as que envolvem o "universo feminino", não apresentam distinções entre os modos de representação das egípcias com outras mulheres "orientais". Há, ao contrário, uma padronização, a qual pode ser identificada posteriormente no cinema. Fica evidente nessas representações que as mulheres serviram como instrumento discursivo (artístico, plástico) para aglutinar o "Egito" no "Oriente" dos orientalistas. Se retomarmos a historiografia sobre as mulheres no Egito faraônico, identificamos um sistema de comparação - pela diferença - com as mulheres gregas. Não há, por outro lado, qualquer referência desses trabalhos às mulheres árabes. Nesse material são

operadas categorias que, como discute Shohat, essencializam e confundem raça, etnia e local geográfico.

As artes plásticas do século XIX foram responsáveis por consagrar muitos dos diferentes estereótipos de mulheres numa versão genérica. Nestas representações, as egípcias em pouco diferem das odaliscas, com roupas transparentes, véus, olhos marcados pela maquiagem forte, envoltas em ambiente de fartura e mistério, muito semelhantes às figuras apresentadas pela filmografia do séc. XX (ver Figs. 8 e 9). Os trabalhos sobre as relações de gênero (circunscritos às mulheres) no Egito ignoram em absoluto a mulher árabe. Mesmo que não haja uma linha contínua entre o passado faraônico e o mundo árabe, surpreende que nenhum dos autores interessados no tema tenham sequer mencionado o óbvio: o Egito é um país árabe e islâmico. Isso por si só não mereceria uma pesquisa com um viés etnográfico[86]?

O trabalho de Long, ao retratar as "orientais" (egípcias, etc.), apresenta a versão genérica da mulher oriental, a qual será incorporada nas representações contemporâneas de Cleópatra. Observando *The Eastern Favourite,* de 1880 (FIG.8), por exemplo, identificamos a figura feminina disponível, semi-nua. Seus traços de sensualidade expostos pela roupa (ou falta de) somados à postura semelhante a das meretrizes retratadas por outros artistas da época, evocam o exotismo e a lascividade.

A pintura orientalista do século XIX em geral apresenta as mulheres em posição deitada, reclinadas, por vezes enebriadas. Essa postura está em geral associada a elementos que traduzem a abundância, como fontes de água, crianças, comida e bebida. O local onde estas mulheres se encontram traduz, em certa medida, a expectativa dos viajantes do período, responsáveis por muitas das informações transmitidas (ou criadas) sobre o Oriente: o refúgio, o repouso, o reabastecimento.

No que diz respeito à nudez de grande parte dessas figuras femininas, ela é apropriada como uma nudez passiva, distante no tempo e no espaço. Ela é uma nudez disponível, associada ao modo e ao local onde essas figuras estão. As mulheres representadas nessas imagens corporificam a ideia de que ao viajante, sempre haverá acolhimento, fartura, repouso e conforto, com indícios de prazer

---

[86] A coletânea organizada por Hannah Cotton (2009), por exemplo, faz o percurso das fontes egípcias durante o helenismo e a presença romana, até o advento do Islã, mas se concentra na epigrafia e na análise formal dos textos, deixando pouco espaço para questões mais amplas e sociais.

sexual no Oriente. A sexualidade de fato tem moldado o discurso de diferenciação sobre o *outro* (LEWIS, 2002, p. 216). Mais ainda, a apropriação de um passado legitimador - seja *grego,* seja *oriental* - demonstra de que modo os modelos ocidentais das relações de gênero disponibilizam um viés de dominação, ainda com raízes coloniais.

Se observamos as representações de Cleópatra nas artes plásticas anteriores à invasão napoleônica no Egito, percebemos que as referências de objetos, adornos, mobília, jóias, etc., “orientais” eram restritos. Não havia propriamente uma referência “egípcia” e elas se misturavam com aquelas que eram acessíveis aos artistas europeus, como os ciganos. A Cleópatra de Delacroix, exibida no salão de 1839 (*Cleopatra and the Peasant*) é uma representação de uma Cleópatra que apresenta traços e feições semelhantes com a *Eastern Favourite* de Long, mas numa atitude diferente.

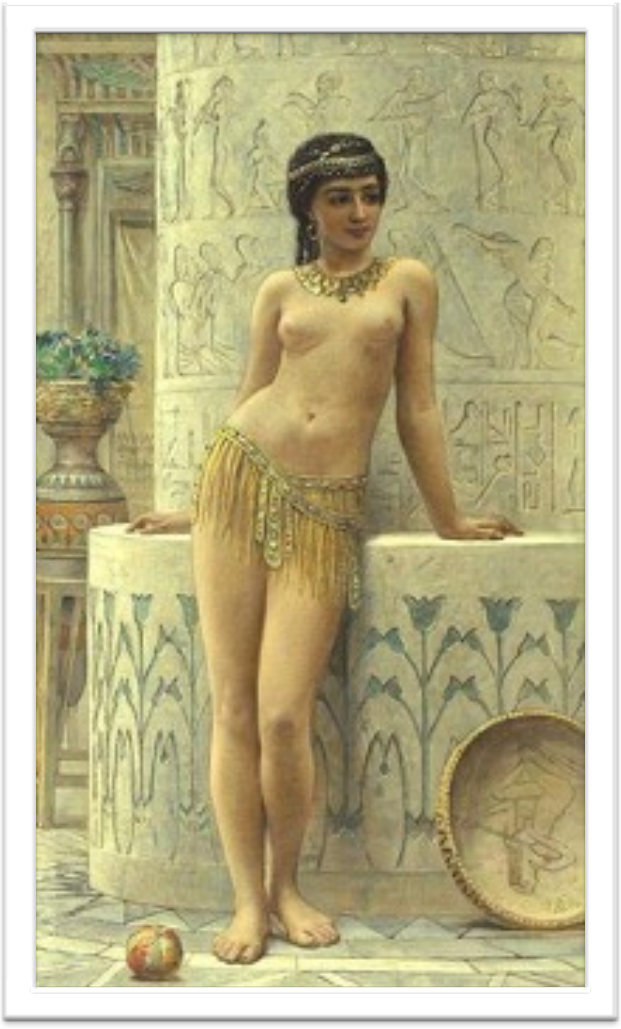


FIG.8. Long, E. *The Eastern Favourite,* 1880.

Associar as imagens de Cleópatra com identidades de gênero foi importante no século XIX para consolidar uma ideia de Liberdade (*Liberty*) que estava vinculada ao feminino. Como mostrou Hamer, a imagem de Hércules, muito semelhante ao camponês de Delacroix, (veja FIG.9.) passa a representar a figura da França pós-revolucionária, momento em que as mulheres, na Convenção de 1793, perdem a sua cidadania e os seus direitos, ficando confinadas ao ambiente da casa e se tornam mães e esposas, meios pelos quais ela existiam na nova ordem burguesa que se fortalecia (HAMER, 2008, p. 98-101). Anos antes, Delacroix havia apresentado no Salão a *Liberdade guiando o povo,* em que a mulher personificava os anseios revolucionários. Agora, como um artista consagrado e envolvido na decoração da nova monarquia, os dois grupos sociais estão excluídos e representados na obra: as mulheres e os homens de poucas posses segregados do poder.

FIG.9. Delacroix, E. *Cleopatra and the Peasant.* Ackland Art Museum, University of North Carolina.

No início do século XX a figura de Cleópatra é recuperada pelas feministas e o movimento sufragista. No cinema, mostrada por Cecil B. em 1934, ganha contornos

mais definidos de sua autoridade sexual e política, tornando isso quase indissociável. O filme tinha como alvo um público de alcance internacional e a figura feminina era projetada com o intuito de atingir todas as mulheres, dentro e fora dos EUA. Com isso, a figura de Cleópatra no cinema passa a ser um modelo para as mulheres que, através da personagem, mobilizam as tensões entre os papéis e as identidades de gênero (HAMER, 2008), mas sem tratar dos aspectos políticos propriamente ditos do período ptolomaico ou da história romana. No filme de De Mille, os posicionamentos políticos de Cleópatra são confusos e misturados à sua realização pessoal no amor.

A ênfase de De Mille no aspecto pessoal de Cleópatra em muito se aproxima da versão posterior vivida por Elizabeth Taylor. A quantidade exorbitante de figurinos na preparação da rainha para visitas importantes denota uma apropriação do corpo da rainha, aqui materializado pelo das atrizes (SHOHAT, 2004; HAMER, 2008) e que acentua o aspecto exótico, erótico e apolítico, traduzindo na incompatibilidade entre o amor, o poder para a mulher.

Esse tipo de arranjo é repetido posteriormente nas posteriores representações de Cleópatra, feitas por Monica Belucci, na série *Asterix,* e Lyndsey Marshal, na série da HBO, *Rome,* mas com outras nuanças. A figura da mulher poderosa é excêntrica, desequilibrada dando espaço para o tom cômico e jocoso, que desqualifica a figura feminina justamente acentuando que o seu poder vem manifesto pela sua sexualidade[87]. Conscientes desse poder, essas Cleópatras enebriam, seduzem e se apoderam dos homens, mas nunca atuam propriamente nas questões políticas.

A Cleópatra de Bernard Shaw, representada por Vivien Leigh, expunha o lado adolescente da rainha lágida, que assume o poder do Egito ainda muito jovem. Nessa versão, não há qualquer referência ao enlace dela com Júlio César. Ao contrário, o general romano aparece no filme como seu tutor, como a figura masculina que a ensina a governar e lhe dá o poder. O poder de Cleópatra vem por intermédio de César e *por causa* dele. O seu encantamento por ela é uma mistura de um orgulho com tonalidades paternais e de uma sexualidade ainda em seu

---

[87] Vale lembrar que na série *Roma* as mulheres romanas são apresentadas de forma extremamente sexualizada e com grande participação nas decisões políticas. Esse tipo de abordagem, centrada na figura feminina, é uma distorção positivada das mulheres como sujeitos nos processos políticos, que não deixam de lado, mas invertem a polarização criticada pelas feministas.

estado latente. É o que ela poderá ser, por sua condição (natural) de mulher e por ser egípcia. O seu aprendizado como rainha é o exercício de poder, manipulação e controle, tanto dos seus atributos sexuais femininos, e da fraqueza (sexual) masculina.

A autoridade de Cleópatra não vem por sua beleza sexualizada, mas por uma ingenuidade, um “comportamento de menina” que se traduz em birras, teimosias e caprichos e, claro, por sua incapacidade de agir só. Contudo, é essa mesma infantilidade que fascina e de certo modo manipula César. Quando a rainha toma suas próprias decisões (a morte da escrava Phtatatita), é recriminada por César por agir mal. A figura de Antonio não aparece, mas é mencionada no filme, como um amor platônico, que também está na condição de porvir. Do mesmo modo, o assassinato de César não é encenado e o aspecto político da narrativa é diluído e transferido ao enfrentamento de Cleópatra com os escravos, à sua necessidade de auto-afirmação no trono, perante os homens e perante Roma. César personifica a figura masculina, o pai, o marido, o tutor, é aquele que ensina, autoriza, liberta e, ao mesmo tempo, ri das atitudes atrapalhadas e infantis da rainha.

A diversidade de visões sobre Cleópatra demonstram em que medida as relações de gênero foram traduzidas e corporificadas nos personagens históricos. A presença de Cleópatra como protagonista do início de uma era e o fim de outra é utilizada na demarcação de dicotomias pelas quais mulheres e homens foram circunscritos, bem como na demarcação do lugar do Egito na história. Os modelos de gênero que emolduraram essas construções são variáveis, mas tem continuidades que podem ser mais ou menos reforçadas: o amor heterossexual, o papel do casamento, a figura feminina entre um mundo público (político) e a vida doméstica. O curioso é que nessas representações, sobretudo as mais contemporâneas, as referências a Cleópatra como mãe de Cesarion, filho de César, e dos outros 3 filhos que teve com Marco Antônio são praticamente inexistentes. Pouco se fala da sua vida familiar, das suas representações associadas a Ísis, muito mencionadas por Dio Cássio e Plutarco, por exemplo. Aparentemente, o que nos interessa nela é o que traz como potência para uma transformação da ordem, seja real, seja apenas como ameaça.

Se observarmos a poesia latina, por exemplo, durante e logo após Actium, notamos as referências são em relação ao medo romano de Cleópatra (Propércio.

Elegiae 3.11.29-56); à Cleópatra como a rainha que ameaçou o Capitólio e a morte do Império (Horácio. Odes 1.37); Cleópatra como a esposa egípcia de Antônio, que trouxe deuses monstruosos com ela (Virgílio. Aeneid 8.696-697) (*apud* CLÍMACO, 2013, p. 164). O discurso na poesia era claramente pró-Otávio e foi a partir dela que o advento de um sentimento anti-egípcio nos séculos posteriores se tornou quase regra entre os autores gregos e latinos.

Assim, a visão sobre Cleópatra está imersa num discurso político, claramente anti-egípcio. A vitória de Otávio sobre o Egito foi difundida como sua conquista sobre o *Oriente* como um todo e é possível que a rivalidade entre o mundo romano e o Egito se tornasse de fato inevitável, principalmente por causa de Alexandria[88]. Contudo, é preciso lembrar que os autores gregos Plutarco, Apiano e Dion Cássio escreveram entre os séculos II e III, em que Actium aparece de forma mais detalhada do que nos textos latinos (CLÍMACO, 2013). Isso pode ser interpretado como um eco da poesia pró-Otávio em períodos posteriores. De outro modo, argumenta-se que os eventos tiveram mais impacto entre os autores gregos, pois em meio ao mundo de tradições helenísticas, o temor e a repercussão causados por uma rainha egípcia produziram mais alarde (CLÍMACO, 2013, p. 164).

A propaganda de Otávio contra o casal não teve o mesmo impacto dentro do Egito. e é preciso salientar nesse contexto a qual público ela era dirigida. Entre as elites romanas e mesmo as elites helenísticas, possivelmente também pela cessão de terras a Cleópatra por Antônio, podemos afirmar que a propaganda otaviana causou desconforto e alarde, mas como afirma Clímaco, isso se deu sobretudo no contexto alexandrino de uma elite letrada e com poder aquisitivo que poderia ser comprometido com a chegada dos romanos.

A literatura que trata do gênero no Egito antigo faz poucas ou nenhuma referência sobre as diversas faces e apropriações de Cleópatra, mas fica concentrada em sua maioria no modo como as fontes gregas e romanas elaboraram uma visão específica sobre ela. Compreender a Cleópatra vista por Plutarco, autor que tenha deixado talvez o texto de maior impacto sobre a rainha, nos ajuda a entender um conjunto particular de construções a seu respeito. mas não se pode ignorar as formulações posteriores de artistas e intelectuais. O mundo árabe, por

---

[88] Clímaco (2013) argumenta que o discurso romano contra Alexandria e os alexandrinos foi deslocado e concentrado na figura de Cleópatra e posteriormente, de Marco Antônio.

exemplo, apresenta uma visão distinta sobre ela, sem a ênfase na sexualidade. Ao contrário, ela é elogiada pelos seus atributos intelectuais. E esse viés é ignorado em nossa literatura.

Ao mesmo tempo que Cleópatra é um bom tema para os estudos de gênero, o tema fica circunscrito às mulheres, aos modelos de feminino e às velhas dicotomias (homens *vs.* mulheres, etc.). Recentemente há uma tendência, ainda que sutil, na historiografia contemporânea, de apresentar um Antônio menos "vitimizado" e submisso (BINGEN, 2007; GODDIO e BERNAND, 2004; HUZAR, 1985). Nessa linha, a ideia de um império mediterrânico a partir de Alexandria é enfatizada, inclusive com um interesse claro de Antônio em partilhar desse novo e ambicioso projeto político (CLÍMACO, 2013). Nessa linha, a relação entre Antônio e Cléopatra não está limitada apenas ao romance e às vicissitudes das paixões e do amor proibido, mas trata-se de uma relação que foi estratégica e vantajosa para ambos.

Retomando o curso histórico das apropriações sobre Cleópatra e sobre o Egito, corporificado nela, a História parece ter tomado Cleópatra como um exemplo que serve para justificar, assegurar e mesmo reforçar uma relação entre os sexos *naturalmente* dada. Ela preconiza a mulher como uma espécie de Pandora, em sua versão egípcia, mas que revela toda sua potencialidade não no abrir da caixa, mas a partir do momento em que fecha para sempre os seus olhos.

Capítulo 4
O Egito Ptolomaico

You could always find a vigilant sentinel ready to defend the Greco-Latin pedestal.
(Fanon, *apud* Moyer, 2011, p. 25)

Se os egiptólogos foram acusados de orientalistas, aos helenistas ficaria o peso da helenofilia. Vimos que os estudos sobre o orientalismo estão atrelados às formulações em torno do helenismo. A essa relação simbiótica e polarizada somam-se dificuldades específicas nas pesquisas sobre o Egito Ptolomaico, como o acesso às fontes e em especial os papiros. Num outro nível, o Egito traz um desafio de "se encaixar" nos modelos atribuídos às sociedades do Mediterrâneo, da África, do Ocidente ou mesmo do Oriente. Essa "particularidade" do Egito antigo parece, a princípio, um "efeito de marketing" por parte dos egiptólogos. No caso do Egito ptolomaico, esses particularismos somam-se a outros, próprios do processo da helenização. As mudanças admnistrativas, políticas e mesmo econômicas precisam ser contextualizadas numa relação específica com a população nativa.

Se há uma dificuldade para acomodar um vocabulário contemporâneo aos estudos da sociedade egípcia no período ptolomaico, é preciso também cuidar com o método comparativo com que esses estudos são feitos. O exagero da diferença, a reordenação de escalas e o estabelecimento das categorias de comparação devem permitir que as fontes não fiquem submetidas ao papel de comprovadoras de teorias. A questão se desloca, portanto, para a interpretação das interpretações (a repetição é proposital) realizadas, para a análise dos construtos históricos em torno da formulação do conceito de helenismo. Não pretendo dissecar a história do helenismo, nem mesmo do processo de helenização do Egito com os Ptolomeus. Pretendo, de outro modo, pontuar de que maneira essas concepções moldaram um período helenístico homogêneo, fixo, numa apologia à ideia de "civilização *grega*". Tal processo impactou a análise das relações de gênero e do uso das fontes gregas e demóticas. Mais ainda, negligenciaram especificidades do passado macedônico.

Subjaz ao processo de helenização, uma série de vieses na interpretação e análise de seus significados na historiografia subsequente. Assim, o Egito dos

Ptolomeus, *Helenístico,* não é meramente um período histórico, mas um mosaico de ideologias específicas do mundo ocidental, sobretudo a partir do século XVIII e XIX. No século XX, o tema da etnicidade ganha espaço entre os pesquisadores, com questões relativas à identidade, numa perspectiva muito atrelada aos debates dos movimentos de independência.

4.1. O Período Ptolomaico: definição e problemas de cronologia.

Tradicionalmente o período helenístico se inicia com a morte de Alexandre, em que os generais assumem o poder das províncias conquistadas. No entanto, essa definição cronológica está carregada de valorações em torno da presença e da difusão da "cultura grega". Paralelamente, a concepção de uma *cultura* grega ignora a diversidade das cidades-estado e, mais ainda, da Macedônia durante o século IV a.C. Generalizações dessa ordem deixaram por muito tempo negligenciada uma história do helenismo que estivesse deslocada da história política, econômica, de uma história do sujeito, dos heróis e da ideia de progresso.

Vale examinar de que modo essas definições estão associadas a uma visão específica de história. De acordo com o dicionário Houaiss[89], Helenismo é

1. construção própria à língua grega;
2. o conjunto da civilização grega, esp. a que sofreu as modificações determinadas, no período helenístico, pelas influências orientais;
3. civilização e cultura que se desenvolveram fora da Grécia por influência do pensamento e cultura gregos;
4. devoção aos ou imitação dos costumes, estilos e pensamento da Grécia antiga;
5. Helenístico, relativo a helenista ou helenismo
6. relativo a história, cultura ou arte gregas depois de Alexandre;
7. Helenização ato de dar ou receber cunho, caráter próprio à antiga civilização grega.

[89] http://houaiss.uol.com.br/ Acesso em 9 de março de 2012.

Essas definições explicitam a cristalização de um processo histórico que apropriou-se das conquistas de Alexandre e integrou-as de acordo com um novo ideal grego. Assim, a apropriação da língua grega, tanto para o período pós-Alexandre, como no século XVIII e XIX são critérios que definem - e hierarquizam - as relações de alteridade.

O helenismo ocupou um lugar de destaque no debate historiográfico (LEWIS, 1970; ROSTOVTZEFF, 1941; MOMIGLIANO, 1997; VASUNIA, 1995; ERSKINE, 2003; MOYER, 2011), sobretudo pela crença de que haveria uma homogeneização das distintas culturas no Mediterrâneo pelos gregos. O viés difusionista em que resta aos povos absorverem, reelaborarem, ou resistirem aos elementos gregos. Do mesmo modo, a ideia de um sincretismo já condena as culturas locais à necessidade (ou escolha) por uma fusão de elementos. O dicionário parece ter enraizada a visão que coloca o advento de Alexandre como a positivação da cultura grega[90]. Tal fenômeno não ocorre, por outro lado, sem a inclusão de "elementos orientais". O que está implícito é o estabelecimento de uma hierarquia na reordenação, com uma dicotomia entre *helenismo vs orientalismo.*

A figura de Alexandre foi tema de pesquisas, muitas das quais ficaram submetidas à história do sujeito, colocando-o como o grande herói imperialista e conquistador, um modelo seguido pelos grandes nomes do século XIX. Tais abordagens ainda permanecem. Esse tipo de abordagem, mais do que concordar com as fontes, revela uma identificação do ideal imperialista ocidental, traduzindo o mundo helenístico como o espelho da civilização. Parte das pesquisas nos anos 1990 trouxe novos olhares sobre o problema, sobretudo na especificação de características macedônicas em relação à generalização "grega", que será retomada adiante.

Johann-Gustav Droysen publicou o *Geschichte des Hellenismus* em 1836, com uma série de estudos devotados a Alexandre e seus sucessores. O trabalho de Droysen enfatizava, numa herança direta da filosofia da história hegeliana, a trindade *thesis-antíhesis-synthesis* (LEWIS, 2001, p. 4; MOYER, 2011). Assim, os alemães sacralizaram na teoria histórica do século XIX a oposição entre Oriente e Ocidente. Segundo ele, foi graças à *fusão* das culturas orientais e clássicas que o

---

[90] Nos dicionários de língua inglesa, o mesmo ocorre. De acordo com VASUNIA, permaneceu a definição cunhada ainda no século XIX.

Cristianismo pôde se desenvolver (ERSKINE, 2003, p. 2, MOYER, 2011). Nessa mesma linha, o historicismo do final do século XIX, apontado por Said (2001), coloca a história ocidental como homogenizadora de histórias. O pertencimento ou a exclusão da história é feito pelas instituições europeias, pela *história europeia.* E essas instituições são espelhadas na construção de um modelo grego e romano.

George Grote publicou em 1839 o primeiro dos doze volumes sobre a História da Grécia. Sua obra defendia que o verdadeiro helenismo era o período de autonomia da Grécia, com a democracia ateniense. Assim, a vinda de Alexandre representava o fim de uma era de ouro (*apud* MOYER, 2011, p. 15). Nessa linha, Alexandre era a expressão de um imperialismo que destituía os ideais gregos "originais". A história da arte também teve sua parcela de contribuição para a criação desses marcos separadores. A "pureza" grega, estudada e elogiada no século XVIII, é vista como decadente, desaparecida depois da vinda de Alexandre (LEWIS, 2001). Do mesmo modo, os ideais de liberdade atribuídos aos gregos pelos iluministas, numa idealização das cidades-estado, são sobrepujados pelos déspotas helenistas (herdeiros dos generais de Alexandre) durante os séculos seguintes.

Numa simplificação histórica, o que define o início do período helenístico é um evento político: a morte de Alexandre e a divisão do controle territorial pelos seus generais, formando 3 dinastias da casa macedônica: os selêucidas na Ásia, os Ptolomeus no Egito os atálidas na Ásia Menor (ERSKINE, 2003). Ao mesmo tempo, o epílogo ocorre com a queda dos Ptolomeus no Egito, conquistados pelos romanos. Ainda que a conquista romana tenha se dado nas regiões helenizadas em momentos distintos, o marco "oficial" para a historiografia é a queda de Cleópatra VII. Ora, se a morte de Alexandre inaugura um "novo" momento histórico em toda a região, por que a queda de uma única dinastia (a casa ptolomaica) teria o mesmo impacto em todo o leste? Tais balizas temporais são problemáticas, se o critério é político.

A morte de Alexandre e a ascensão de Augusto, colocados como marcos do início e do fim (para um novo início), permitiram que se estabelecesse uma linha direta entre Roma e Alexandre na historiografia antiga (ERSKINE, 2003). Deste modo, todos os grandes nomes do mundo grego foram colocados antes de Alexandre, e não depois dele. A historiografia criou e valorizou, seguindo o modelo

dos romanos, o “mundo clássico”, a despeito do mundo pós-Alexandre. Esse tipo de valoração continuou até o século XIX.

A manutenção dos estudos clássicos dentro da academia como uma disciplina da elite parece também ter contribuído para o estabelecimento dos critérios, balizas e valores que colocaram o helenismo como algo à parte. Como vimos no capítulo anterior, os museus europeus estabeleceram a arte “greco-romana” como padrão e referência em relação às demais (MOSER, 2006). Para se estudar o helenismo é preciso abandonar a ideia de que os séculos posteriores a Alexandre são uma espécie de epílogo do mundo clássico. A abordagem positivista sobre o período helenístico, em trata-lo como uma fase de transição entre a pólis clássica e a ascensão romana sobre o mediterrâneo, tinha o propósito de desqualificar aquela civilização como algo que já não era mais helênico, ou seja “puro”. Nesse sentido, a “influência oriental” seria um elemento que desqualifica, contaminando o elemento helênico original[91]. O crescimento dos estudos nesse campo sugere que isso tem se modificado (ERSKINE, 2003, p. 3).

Parece, portanto, como foi dito por Droysen, que o período helenístico é mais um fenômeno cultural do que político, mas os seus limites finais não são claros (ERSKINE, 2003). Uma vez que os macedônicos assumem o controle da região, fundam cidades[92] e instauram seu modo de organização, isso não significa que houve uma absorção completa do “estilo macedônico”. Como sugere Erskine (2003, p. 4), é preciso observar com atenção as permanências, que são menos perceptíveis do que as mudanças. A ênfase dada a um viés helenizante, traduzidas pelas mudanças ocorridas com o domínio grego compromete significativamente a análise das fontes. Pensar a história do período numa perspectiva braudeliana de longa duração pode provocar, por outro lado, a tendência de ressaltar aspectos “nativos”, uma atitude de “resistência” dos egípcios, frente aos colonizadores, o que não parece ser o caso.

---

[91] *cf.* Ronaldo Gurgel Pereira, em conversa. ver também PEREIRA (2005).

[92] É importante lembrar que não havia *poleis* no Egito, embora lá tb houvesse uma larga implementação de assentamentos helenizados (bairros gregos nas cidades egípcias mais importantes e vilas menores na chóra).

A presença estrangeira não parecia ser um problema para os egípcios em períodos anteriores[93]. Se a helenização no Egito é entendida como um processo de colonização, há que considerar o que são representações dos gregos, em grego, para os gregos (VASUNIA, 1995). Em outras palavras, há elementos que são produzidos como marcadores da colonização grega, mas não são sinônimos de um processo de colonização, como veremos adiante.

Os gregos reconheciam nos egípcios a origem de alguns aspectos de sua cultura, como a invenção da escrita, da filosofia, da geometria, além das contribuições religiosas. Nessa relação, os egípcios ficam com a posição de contribuidores, adquirem um *status* menor, como uma peça a ser encaixada num todo em que, sozinho, não tem relevância. Dito de outro modo, sua relevância histórica é determinada pela relação com o mundo grego, pela significação ganha nessa apropriação.

Ao mesmo tempo, a maior parte dos chamados “textos históricos” não são contemporâneos aos eventos, trazendo outras dificuldades metodológicas. O caso de Políbio, por exemplo, no séc II a.C. acaba por enfatizar a ascensão romana. De modo geral, tanto nos textos de Diodoro e Políbio, a dominação romana no leste é tomada como um evento quase natural depois de Alexandre.

Outros textos como os de Pausânias, Estrabão e Plutarco também formataram o tipo de leitura do helenismo. No caso de Plutarco, em Vidas Paralelas, por exemplo, há uma valorização de uma “moral grega”, não tratando dos governantes helenísticos, mas ou de seus predecessores ou sucessores. (ERSKINE, 2003, p. 9). O caso de Estrabão anuncia o *thelos* do mundo de Augusto, em que o destino final do helenismo é a dominação romana. Sabe-se de textos antigos, como Estrabão (11.7.4) e Arriano (*Anab.* 5.3.2-3; *Ind.* 5,10) em que os macedônios falsificaram informações geográficas para promover a glória de Alexandre. Em outras palavras, quando as regiões não eram afetadas pelas conquistas, se criavam informações a respeito delas. (GEUS In: ERSKINE, 2003, p. 242).

---

[93] Vale diferenciar a dominação estrangeira da presença estrangeira. Houve levantes anti-gregos no Egito na XXVI dinastia, derrubando por fim o faraó Apries. Seu sucessor, Amasis precisou esvaziar as clerurquias gregas espalhadas pelo país e concentrar os colonos gregos e cários na zona de Menfis.A invasão assíria provocou também uma rebelião que culminou com a execução dos príncipes-nomarcas e apoio à dinastia saíta (XXVI dinastia). Por fim, os persas foram expulsos em sua primeira invasão e passaram a segunda invasão lutando contra rebeliões nativas. Quando Alexandre chegou no Egito os persas tinham acabado de derrotar um faraó nativo chamado Chababash.

Esse tipo de tendência na historiografia é criticado no VII volume do *Cambridge Ancient History* (WALBANK, 1984). A segunda edição apresenta uma abordagem mais atenta a aspectos sociais e econômicos e menos envolvidos com a história militar (WALBANK, 1984, p. xi). Contudo, a predominância das fontes gregas - e do viés grego - ainda permanecem. Apesar de reconhecer as dificuldades em contemplar aspectos locais e mesmo de uma crítica historiográfica, o tom homogêneo da obra permanece, com uma história cronológica e baseada predominantemente na documentação textual.

Moyer (2011) recupera o debate historiográfico em torno da ocupação do Egito e da helenização. Sua obra é consistente no uso e na crítica ao material textual predominantemente grego que fundamentou as pesquisas sobre o helenismo. Mesmo se tratando de um processo de helenização, ou seja, de expansão grega no Mediterrâneo, não se pode basear o estudo de um período unicamente pelas fontes gregas, oficiais. Privilegiar essas fontes é optar por um viés que tem clara a proposta da homogeneização e da dominação. Porém, no Egito, essa história é menos maniqueísta. Moyer sinaliza que há uma tendência dos pesquisadores do tema em fazer uma apologia ao “mundo grego”, seja ele o clássico, pré-Alexandre, ou após sua morte.

Arnaldo Momigliano foi referência sobre a helenização do Mediterrâneo. Apesar do seu impacto, ele faz pouca referência ao Egito. Para Moyer, essa exclusão se dá porque o Egito assume o lugar da alteridade não apenas para os gregos, mas também para os historiadores modernos, que identificaram na cultura grega analogias e afiliações culturais com a civilização ocidental (MOYER, 2011, p. 2). Assim, o Egito antigo assume o papel de objeto da história, como um local de espetáculo para a ocorrência de grandes eventos. O Egito se torna, para o próprio Alexandre, o cenário ideal de sua divinização, mas um cenário fixo no tempo, um catalisador da sua eternização. Esse processo se aplica também aos historiadores que viram no Egito a preparação do legado grego para o Ocidente. A leitura (fantasiosa) do Egito foi estendida aos demais períodos, homogeneizada, sobretudo pela leitura dos relatos de Heródoto. Nesse sentido, o problema parece estar justamente no fato de termos levado Heródoto muito a sério, o que facilitou - e acelerou a construção dessa alteridade. Por outro lado, Moyer (2011) relembra que os relatos de Heródoto e Hecateu tinham um contexto preciso também na história

egípcia. Os sacerdotes egípcios mencionados por ambos viviam no meio da conquista persa e

> Neste momento, os sacerdotes egípcios, por razões próprias, estavam envolvidos no cultivo intenso de ligações com o passado histórico egípcio, ligações tanto em uma tradição bem documentada de extensas genealogias sacerdotais, como nos padrões mais amplos de arcaísmo. Heródoto parece ter ficado profundamente impressionado com a consciência egípcia do passado no Período Tardio, bem como o impacto das representações sacerdotais deste fenômeno não pode ser isolado a partir do trabalho meta-histórico que Heródoto realiza em seu segundo livro - obra que se tornou fundamental para a formação das tradições historiográficas ocidentais. Ao definir as vozes egípcias do texto de Heródoto em seu contexto histórico, este momento originário na historiografia e etnografia ocidental surge muito mais heterogêneo e dialógico do que poderia ser imaginado[94].
>
> (MOYER, 2011, p. 37)

A obra de Momigliano reitera, portanto, a produção de uma literatura sobre o Egito, baseada numa visão grega sobre os "bárbaros", que ganha força e importância num meio em que os textos gregos são sinônimos de autoridade. Mais ainda, ele parece seguir a mesma linha de pensamento grego no contexto da guerras médicas, em que a construção das identidades era fundamental para a manutenção da guerra. Os egípcios não reagem ao helenismo, à chegada de Alexandre, são passivamente transformados, numa alusão ao projeto colonial europeu do século XIX (MOYER, 2011, p. 8) . Nessa linha, o helenismo é visto como o exemplo de uma decadência *oriental.*

Momigliano reforça a impossibilidade de uma relação efetiva entre gregos e egípcios, pela inacessibilidade da língua egípcia, o que teria contribuído para sua posição inferior durante a dominação macedônica. W. Clarysse tem estudado há

---

94 "At this time, Egyptian priests, for reasons of their own, were engaged in the intensive cultivation of links to Egypt's human historical past, links evident both in a well-attested tradition of extensive priestly genealogies and in wider patterns of archaism. Herodotus seems to have been deeply impressed by the Late Period Egyptian consciousness of the past, and the impact of priestly representations of this phenomenon cannot be isolated from the metahistorical work Herodotus carries out in his second book – work which became fundamental to the formation of Western historiographical traditions. By setting the Egyptian voices of Herodotus' text in their historical context, this originary moment in Western historiography and ethnography emerges as far more heterogeneous and dialogical than has been imagined."

anos a relação de textos gregos e demóticos no Egito Ptolomaico. Como um dos raros pesquisadores versados nas duas línguas, critica o predomínio do material grego sobre o egípcio nas pesquisas sobre o período. Recentemente ele tem demonstrado que a população era bilingue e que o demótico só passou a ser de fato inferiorizado - e desencorajado - com o domínio romano (CLARYSSE, 1992, 1995).

Numa outra linha, Rostovtzeff assimila o período helenístico como sinônimo de progresso. A abordagem difusionista é destacada pelo fato do grego se espalhar como língua e cultura, mas também por estabelecer as bases para a fundação da Europa e da cultura mundial. A preocupação com o aspecto econômico destaca a genialidade grega em aprimorar as instituições orientais, como o caso dos Ptolomeus no Egito, que tornaram a terra mais produtiva, mesmo que para o enriquecimento do colonizador. Os aspectos gregos são racionais e progressistas, enquanto o elemento oriental é tomado como sinônimo de estagnação e declínio. A história do helenismo, para Rostovtzeff é a história do confronto entre essas duas visões de mundo,

> uma luta que o liberal russo explicitamente enquadrou como uma escolha muito moderna entre liberalismo econômico e a subordinação do indivíduo ao Estado. O planejamento central ptolomaico foi claramente a escolha errada, mas o helenismo, que Rostovtzeff associou com o liberalismo ocidental, não poderia deixar de ter uma influência positiva[95].
>
> (MOYER, 2011, p. 21)

A compreensão do Egito Ptolomaico precisa levar em consideração a história do Egito e a história do helenismo. O fato desses processos estarem intimamente associados pode levar a uma má compreensão sobre a sociedade da época, sobrepondo juízos de valor. É preciso contrabalançar as teorias que ou enfatizam a separação absoluta com uma "política de boa vizinhança" entre egípcios e gregos, ou aquelas que defendem a interação (apropriação de um ou outro). É fato que as

---

[95]" a struggle that the Russian liberal explicitly framed as a very modern choice between economic liberalism and the subordination of the individual to the state. Ptolemaic central planning was clearly the wrong choice, but Hellenism, which Rostovtzeff associated with Western liberalism, could not avoid having a positive influence".

nuanças dessa convivência não são simples de serem identificadas nas fontes, de maneira que as possibilidades são infinitas.

Se de um lado, as balizas temporais e geográficas do mundo helenístico (sobretudo no Egito) são voláteis, a construção do helenismo como campo de investigação parece ter tido marcações bastante visíveis, assim como o orientalismo. Essas duas áreas, também constituídas como disciplinas, ainda que andem separadas na academia, têm muito a oferecer uma à outra. Observando a produção historiográfica sobre o Egito, por exemplo, é evidente a separação na academia. Universidades onde estão os grandes centros de excelência orientalistas não contemplam o período da helenização em sua produção. Qualquer referência ao helenismo ou às suas "influências" automaticamente delega a tarefa aos classicistas. Do mesmo modo, estes entendem que o helenismo é algo que não lhes pertence, criando centros muito isolados.

É preciso situar o Egito em sua multiplicidade de representações. Do mesmo modo, há de cuidar com generalizações (ideológicas) em torno do termo "gregos", sobretudo no caso do período de Alexandre. Nesse sentido, vale a pena percorrer rapidamente algumas evidências históricas que auxiliam a desconstruir a idealização do helenismo.

4.2. A presença grega no Egito.

As relações entre gregos e egípcios foram bem documentadas. Há registros de contatos desde a Idade do Bronze (por volta de 2000 anos a.C.) até a perda do Egito por Bizâncio para os árabes em 641 d.C. (LA'DA, 2003)[96].

Homero e Hesíodo mencionam o Egito em suas obras. A Ilíada faz referência ao Rio do Egito (IV. 447, 581; XIV. 246-58) e o nome Nilo é utilizado pela primeira vez em Hesíodo (*Teog. 338).* Homero destaca ainda a capacidade egípcia em produzir ervas medicinais e médicos habilidosos (IV. 227- 31), com destaque aos sedativos e outras drogas, além de citar sua boa natureza (XIV 246-316; XVII 424-44). Uma vez que durante o Antigo e o Médio Império, a região do delta foi

[96] Vale lembrar que no período da Idade Bronze nos referimos especificamente aos micênicos e minóicos, já que "gregos" (helenos) é uma denominação posterior

menos relevante para os faraós, ficou vulnerável à Fenícia e aos piratas gregos, sobretudo no período entre os séculos IX e VIII (BRAUN, 1982, p. 35).

Foi o século VII que inaugurou um outro tipo de relação, para além das atividades comerciais. As trocas entre gregos e egípcios passaram a ser no campo do conhecimento e há uma série de autores que evidenciam esse novo tipo de relação, como Solon, Hecateu de Mileto, Heródoto, Eurípedes, Platão.

Os gregos ocuparam o Egito no reinado de Psametico I (664-610 a.C.). A presença de mercenários gregos desde o séc. VI provocou modificações na política egípcia, como a aliança militar com Cirene, a aliança entre o faraó Amasis e o tirano Polícrates de Samos (Heródoto II, 181, 182). O relato de Tucídides aponta uma expedição ateniense para Inaros, para auxiliar na revolta contra o domínio persa. Assim, o envolvimento militar grego vem muito antes de Alexandre e sua anexação do Egito ao território macedônico.

A fundação de Náucratis é mencionada em Estrabão (XVII 801-2) e Heródoto (II, 152-154). Segundo o autor, a ocupação do território pelos gregos culminou numa batalha com Inaros, onde há referências de uma resistência egípcia (Aristágoras de Mileto - *FGrH 608 f 8*). Não há evidências seguras sobre Inaros e a primeira cerâmica grega no Egito data de 630-620 a.C.

O comércio grego com o Egito era de vinho, cerâmica, linho, etc. Por muito tempo, os faraós egípcios deram pouca importância ao sul, na região do delta, de modo que Náucratis foi privilegiada pelo seu comércio direto com o restante do Mediterrâneo, sem uma interferência direta dos faraós saítas. Aliás, era do interesse deles também que essas atividades comerciais tivessem sucesso (BRAUN, 1982, p. 43). Houve também outras ocupações gregas dos dórios e cários: Heródoto menciona a região leste do delta (Stratopeda), mas as escavações realizadas por Petrie na região de Nebesha não indicam a presença dos cários na região[97]. Heródoto também aponta outras regiões com ocupações militares gregas, como Elefantina (contra os núbios), Marea (contra os líbios) e Dafne. A região era assegurada pelos mercenários gregos e egípcios. As alianças entre o Império Persa no período saíta permitiram que gregos e egípcios circulassem como soldados por outras regiões, como a Assíria, etc. (BRAUN, 1982).

---

[97] Escavações arqueológicas em 1886 por Flinders Petrie apresentam vestígios de um forte e uma muralha de 12 metros de largura (séc. VII a.C) construídos por Psametico I com uma guarnição de jônios e cários (Dafne - atual tell el-Daphana).

Apesar dos gregos reconhecerem que os egípcios eram uma população muito mais antiga do que eles, e que muitos dos costumes gregos eram egípcios, as hostilidades não eram surpresa. Os egípcios não podiam possuir terras, ao passo que mercenários estrangeiros recebiam terras como pagamento por serviço militar, privilégio que gerou muitas revoltas anti-gregas, uma vez que os que os gregos eram o principal contingente militar estrangeiro no Egito daquela época..Heródoto, por exemplo, insiste em afirmar que os nomes dos deuses eram egípcios e muitos dos festivais e procissões, mistérios religiosos (II. 50; II. 58; II. 49, 51, 81, 171), acreditavam na metempsicose (II. 109) e na geometria (II.109). Há evidências de viajantes gregos que foram ao Egito para aprender a magia egípcia e sua sabedoria (BRAUN, 1982, p. 53), o que demonstra que as relações entre gregos e egípcios eram frequentes. Apesar de muitos relatos serem fantasiosos, a presença deles não é apenas indicadora de um conhecimento mútuo, mas também de uma preocupação em identificar e caracterizar um *outro.* A maior parte dos relatos sobre contatos entre gregos e egípcios vem do período persa (VASUNIA, 1995) e isso pode ser explicado pela expansão persa no Mediterrâneo, mas também pelo efeito da presença persa entre os gregos, um catalisador da formação de uma *identidade grega.*

A longa presença grega no Egito desestabiliza os marcadores oficiais de uma historiografia que faz apologia ao helenismo, colocando a presença grega como início de uma evolução ou de decadência. A presença dos Ptolomeus é menos um ato de ruptura com os egípcios e mais da articulação política das estruturas persas e egípcias.

4.3. Os Ptolomeus.

Ptolomeu vai para o Egito quando Alexandre morre em 323 a.C. Em 332 Alexandre ganhou confiança dos egípcios por ter expulsado os persas e consagra a relação do Egito com o mundo mediterrânico com a fundação de Alexandria. Filho de um general macedônico, Lagos, também historiador das conquistas de Alexandre, Ptolomeu funda a dinastia mais longa dos reinos helenísticos. Tal durabilidade não parece ter merecido atenção suficiente da academia (MANNING, 2010, p. 31) que ainda vê o Egito helenístico como um mundo incompleto, entre a tradição egípcia e a inovação grega, retirando dele sua capacidade criativa e auto-gestora. Do mesmo

modo, os Ptolomeus foram vítimas do orientalismo do século XIX que enfatizou todo o tipo de desequilíbrios e desordens, polarizando Oriente e Ocidente no binômio despotismo-democracia[98].

A monarquia ptolomaica tinha em muitos sentidos as caracterísiticas macedônicas e paralelos com outros reinos helenísticos. O sucesso de sua administração não está relacionado unicamente ao vínculo com a tradição faraônica, como se acreditou, mas pela centralização de instituições com tradição persa e saíta (MANNING, 2010). Entretanto, possuía dentro do quadro dos herdeiros de Alexandre, características peculiares que conferiram ao Egito uma situação distinta de outros reinos helenísticos. Os Ptolomeus ficaram no Egito, mesmo perdendo suas outras possessões no Mediterrâneo como a Cirenaica, Chipre, partes do Egeu, e uma parte da Ásia Menor. Tal permanência não pode ser justificada por uma suposta passividade dos egípcios e pela soberania greco-macedônica.

Parte da discussão sobre características políticas e econômicas da administração ptolomaica ficou subordinada a uma historiografia mergulhada no debate imperialista e pós-colonial. Esse tipo de abordagem negligenciou a especificidade do Egito ptolomaico e condenou os monarcas à posição de déspotas ou “sortudos” (MANNING, 2010). Além disso, o debate ficou subjugado à querela “egiptólogos *vs* classicistas”, deixando com que a análise das fontes se restringisse apenas ao seu grupo especialista, o que provocou uma compreensão fragmentada da sociedade no período.

Possivelmente o grande mérito dos Ptolomeus - o que também explicaria a longa duração de sua dinastia - é o fato de não romperem com tradições e instituições egípcias. Ao contrário, houve uma adaptação de estratégias regionais ao longo dos reinados. Ao mesmo tempo, o território egípcio conferia ao governante certa facilidade em manter a região unida, graças ao Nilo e a facilidade de circulação de riquezas e informação (MANNING, 2010, p. 34), embora algumas regiões tenham ficado fora do controle ptolomaico por anos.

---

[98] Esse tipo de abordagem também foi reforçada pela atribuição de poder às rainhas ptolomaicas, como Arsínoe e Berenice, sem mencionar o caso clássico de Cleópatra VII. Os Ptolomeus não viam o poder feminino como um problema, como era o caso dos gregos, sobretudo na Atenas do século V a.C. Todavia, as construções em torno do poder feminino e dos desequilíbrios do Estado demonstram o modo como o Oriente foi feminilizado, de acordo com Said (1990). Sobre isso ver o trabalho de MACURDY (1932). Sobre a discussão sobre os modelos de Estado na Ásia, também MANNING (2010), p. 36-41.

No período ptolomaico, apesar da natureza greco-macedônica da dinastia governante, havia uma identificação com os nativos (ASHTON, 2001)[99]. A situação de tensão política no Mediterrâneo após a morte de Alexandre parece ter contribuído, curiosamente, para a aproximação dos monarcas com a população (LA'DA, 2003): tanto os Ptolomeus como os egípcios não queriam uma nova invasão no território depois do longo domínio persa. A estabilidade da classe governante se deve também ao modelo de organização burocrática que se desenvolveu desde o início do Estado egípcio[100], no Antigo Império, não sendo destituído pelo domínio persa. Essa rede burocrática permitiu que a nova elite grega se acomodasse a antigas instituições, sem afetar outras esferas de poder, como o caso dos templos, ainda controlados pelos sacerdotes egípcios.

A administração do Egito sempre dependeu de uma elite letrada. O grupo sacerdotal detinha ainda o controle da produção e distribuição dos alimentos. Portanto, o controle das terras passaria necessariamente pelas mãos desse grupo. Esse tipo de estrutura de poder, em que o faraó delega atividades, mantendo a centralização do poder, foi atribuída aos Ptolomeus. O modelo "top down", de acordo com Manning (2010) pode até ter sido característico do Egito faraônico[101], mas sua continuidade é discutível no período ptolomaico. A análise da documentação jurídica parece indicar que as instituições locais e pequenas atividades econômicas tinham importância significativa no período, sendo inclusive incentivadas sem o excesso de controle. Esse modelo "bottom up" sugerido por Eyre (*apud* MANNING, 2010, p. 37) indica a existência de uma outra elite local que não necessariamente compartilhava das decisões do poder central.

A administração ptolomaica foi caracterizada pela historiografia anterior pelo tripé do despotismo, colonialismo e dirigismo (MANNING, 2010), apoiada no modelo imperialista do século XIX. Ao mesmo tempo, o Egito foi tratado como imutável,

---

[99] A autora apresenta em seu estudo sobre a estatuária do período uma aproximação dos elementos gregos e egípcios. Identifica-se na cultura material uma maior presença de objetos gregos "egipcianizados" do que o contrário.

[100] Há diversos problemas na designação do termo Estado para o Egito antigo. Do mesmo modo, a ideia de Império atribuída à cronologia também é anacrônica. Não pretendo aprofundar essa discussão, mas utilizo o termo Estado em seu sentido restrito, como sinônimo de governo. Para isso ver KÖHLER (2010), O'CONNOR e SILVERMANN (1994), que apresentam a discussão e bibliografia relacionada.

[101] Modelo atualmente questionado, uma vez que em diversos momentos da história egípcia autoridades regionais tenham adquirido importância maior que a do rei.

monolítico. Essa combinação, associada também às fontes bíblicas, favoreceu uma imagem dos faraós distorcida. Assumindo que os Ptolomeus se utilizaram das estruturas nativas, pode-se incorrer à ideia de que mantiveram o modelo faraônico, aqui já entendido sob uma perspectiva anacrônica. Essa sobreposição de imagens e modelos não autorizou os Ptolomeus a falarem de si próprios na historiografia recente. Mesmo analisando obras tradicionais, como a de Momigliano e a de Rostovtzef sobre o período helenístico, a ideia de uma soberania grega (aqui entendida como ática, ateniense) e da continuidade do passado faraônico são preponderantes.

A monarquia ptolomaica foi mantida como um negócio familiar (BOWMAN, 1990) através da herança dos filhos e de casamentos consanguíneos[102]. A despeito de rivalidades internas, a casa Ptolomaica contribuiu para o enriquecimento significativo do Egito, fazendo com o que o novo polo, Alexandria, ampliasse as relações do país com o mundo mediterrânico.

Os egípcios não foram completamente passivos com o novo domínio e há registros de revoltas, sobretudo na região de Tebas (BOWMAN, 1990, p. 30-31). As evidências de revoltas durante os Ptolomeus não tiveram motivações étnicas, mas econômicas e políticas. O predomínio macedônico era mantido no núcleo da côrte, na figura do monarca e o restante, “o grande peso e a inércia da tradição”, era muito mais fácil e seguro de continuar do que quebrar (BOWMAN, 1990, p. 166-67).

Nesse sentido, era necessário aos Ptolomeus se utilizar do sistema simbólico egípcio a fim de legitimar seu poder. A Pedra de Roseta, por exemplo, menciona a coroação do faraó em Mênfis, antiga capital, assegurando a lealdade dos sacerdotes. Entretanto, seria equivocado afirmar que a nova elite governante era exclusivamente grega. Clarysse (1998) demonstra que os Ptolomeus e a classe dominante grega se diferenciava dos demais (inclusive gregos) pelo uso do dialeto dório, mesmo com o amplo uso da *koiné*.

As novas ocupações gregas se concentram em Fayum e as terras eram cedidas aos soldados (*kléroi*) e aos templos. Na maior parte das terras eram cobradas taxas sobre a produção anual. Os dados sobre a imigração durante o período ptolomaico são imprecisos, sobretudo sobre os deslocamentos

---

[102] Há dúvidas se isso era uma imitação das práticas dos faraós, mau compreendida, em que os egípcios usavam termos irmão/irmã, (*cf*. BOWMAN, 1990, p. 24-26).

populacionais. Pesquisas sobre o uso das terras tem levado ao questionamento sobre a ideia de colonização no Egito. O modelo colonial coloca muita ênfase na polarização entre gregos e egípcios, em que os últimos seriam explorados e lhes ficariam relegadas todas as desvantagens da presença grega. Manning (2010, p. 52) afirma que o Egito ptolomaico não pode ser exemplo de um projeto colonial, a partir da definição de colonialismo, seria o caso de uma "colônia sem metrópole".

O enfoque dado a partir da documentação grega parece ter favorecido esse tipo de leitura "colonial" da administração ptolomaica. As análises da documentação demótica tem demonstrado que os egípcios viviam num sistema de cooperação com os gregos. Os diversos níveis de separação (social, religiosa, política, linguística e econômica) precisam ser devidamente contextualizados, uma vez que as realidades locais eram diferentes e não podem ser generalizadas. Por exemplo, houve uma associação quase que direta dos documentos em grego com as regiões mais *gregas* e o mesmo para os documentos egípcios, entretanto, não se levou em conta que a presença grega era maior nos centros urbanos, que detinha práticas diferenciadas dos campos.

Não podemos confundir o processo de consolidação do poder dos Ptolomeus com uma homogeneização do Egito, traduzida no vocábulo científico muitas vezes como sinônimo de helenização. Ao contrário, a complexidade da administração ptolomaica só pode ser compreendida se os documentos em grego e demótico tiverem o mesmo peso para a análise. O desafio dos Ptolomeus não foi o de helenizar o Egito, mas coordenar a sua rede de administração de modo a manter as elites locais ao seu lado, tornando as relações de poder elásticas. O processo não foi em nada semelhante a uma campanha de porta em porta. Nas palavras de Manning,

> Os Ptolomeus enfrentaram bem os problemas usuais de qualquer nova classe dominante estrangeira: uma oferta limitada de burocratas fiéis, a forte resistência natural das comunidades bem organizadas não predispostas a confiar no Estado e seus mecanismos de cobrança de impostos, problemas de informação e uma elite local enraizada[103].
>
> (2010, p. 62)

[103] "The Ptolemies faced as well the usual problems of any new foreign ruling class: a limited supply of loyal bureaucrats, the strong natural resistance of tightly organized communities not predisposed to trusting the state and its tax collection mechanisms, information problems, and an entrenched local elite".

4.4. O Egito foi helenizado?

O intenso processo migratório reinaugurado pelas conquistas de Alexandre foi além de Alexandria. Foram trazidos para o Egito um grande número de escravos e prisioneiros de guerra que ocuparam as outras regiões do território, também em direção ao Alto Egito; outros foram voluntários, sobretudo comerciantes e mercenários. Muitos destes deslocamentos foram compulsórios para as regiões do Fayum, por exemplo. Os papiros gregos e demóticos demonstram que há uma variedade étnica de aproximadamente 150 termos étnicos estrangeiros, vindos do Mediterrâneo, Mar Negro, Ásia Menor, nordeste da África, a maioria são gregos. A imigração parece ter tido um pico no terceiro século declinando significativamente no segundo (LA'DA, 2003, p. 159).

Por conta desse processo, as questões em torno do processo de helenização do Egito se tornam mais complexas. A princípio, é preciso pensar o que se entende por *helenização.* Num segundo momento, é preciso estabelecer os critérios de análise e, por fim, definir o conjunto de fontes a ser estudado. O problema da helenização do Egito, em certa medida, seguiu discussões semelhantes ao processo de romanização.

A presença romana depois da conquista de Augusto em 30 a.C. foi garantida em especial pela cooptação da elite grega no Egito, em especial Alexandria. Essa elite, formada por gregos de origem greco-macedônica no período ptolomaico, foi privilegiada pelos conquistadores romanos, diferentemente dos egípcios (VASQUES, 2005).

Os processos de romanização e helenização foram elaborados dentro de um universo colonialista, em que a presença do conquistador era vista sempre como algo positivo por levar a "civilização" aos nativos. Num segundo momento, isso ganhou outras abordagens que entendiam que os nativos não eram meros receptores da dominação, mas reelaboraram esses elementos ao "seu modo". Para isso, conceitos como o de cultura, etnicidade, identidade, foram fundamentais para legitimar essas teorias. Num processo de questionamento e revisão dos processos coloniais durante a pós-modernidade, foi preciso recolocar os conceitos e reavaliar essas teorias.

Recuperando as discussões deste capítulo é possível afirmar que a helenização é uma construção histórica: tanto dos Ptolomeus, mas sobretudo dos historiadores. Nesse sentido, do mesmo modo que ocorre na discussão sobre a romanização, a helenização toma o conceito de cultura como algo monolítico, fixo e invariável (VASQUES, 2005, p. 5), que é *absorvido* ou não. O estabelecimento de uma dicotomia entre gregos (colonizadores) e egípcios (nativos, colonizados) deixa escapar o aspecto dinâmico do convívio social. As identidades são projetadas *a posteriori,* forjadas.

Trabalhos sobre a etnicidade tentaram substituir essa visão dicotômica do processo de helenização (FOSTER, 1974; PAYNE, 1988; BILDE, 1992; JONES, 1997; LA'DA, 2003, MANNING, 2010) e alguns incluindo o debate do afrocentrismo (DIOP, 1974; FOSTER, 1974; BERNAL, 1987, MAZAMA e AZANTE, 2002). Entretanto, a combinação de evidências materiais e textuais no Egito helenístico ainda está para ser resolvida, como veremos adiante.

Segundo La'da (2003) é preciso investigar que tipos de atitudes as diferenças provocaram. De fato, a sociedade egípcia no período ptolomaico era uma sociedade estratificada segundo critérios étnicos? A historiografia atual parece concordar que a sociedade egípcia não fazia distinções baseadas em etnia (BILDE, 1992; LA'DA, 2003; MANNING, 2010). A sociedade ptolomaica não pode ser descrita como um sistema multiétnico no qual era baseado na discriminação étnica (LA'DA, 2003, p. 163). A análise das fontes permite identificar uma sociedade ptolomaica que não era discriminatório. Se assim fosse, no século IV e III, o governo não teria incentivado a vinda de soldados estrangeiros, nem expandido as terras cultiváveis para eles e teria impedido a migração de judeus no século II a.C.

Evidentemente havia uma divisão social no período ptolomaico, que foi afetada pelas migrações. A sociedade egípcia também foi impactada pela presença dos conquistadores gregos que contribuíram para um rearranjo dos diversos grupos. Os sacerdotes egípcios, por exemplo, continuaram detentores do controle dos templos e com grande influência no poder durante o governo dos Ptolomeus. As distinções de *status* estavam baseadas em diversos fatores e não exclusivamente em aspectos econômicos.

> O que era diferente dos regimes anteriores, no entanto, foi a introdução pelos Ptolomeus de novas realidades políticas e novas instituições fiscais, que alteraram as relações burocráticas e econômicas de tal forma que, por vezes, colocou grego contra egípcia, mas em outros momentos grego contra grega ou egípcio contra egípcio. O uso de designações étnicas como a base de arrecadação de impostos, por exemplo, era uma questão de conveniência para identificar determinados grupos. Não foi uma política racista por causa do racismo[104].
>
> (MANNING, 2010, p. 31).

A adoção de uma perspectiva "helenocêntrica", que identifica nos Ptolomeus a *difusão intencional* da "cultura grega" num projeto de transformação (= helenização) das populações locais (MANNING, 2010, p. 50) é polarizada pela ideia de que os egípcios *escolheram* adotar a "cultura grega". Apesar de haver uma expansão grega no Mediterrâneo no século IV a.C. não podemos acreditar que os egípcios viram os gregos com tanta efusividade. Mais ainda, há níveis de coerção (Idem, p. 72) que precisam ser levados em conta, sobretudo pelo fato de que isso não foi feito de modo compulsório, mas com uma política de incentivos, como por exemplo, a isenção da cobrança de taxas.

De acordo com Bowman (1990, p. 124), há indícios mínimos de uma penetração maior de elementos gregos e judeus entre os egípcios, apesar da helenização. Paralelamente, há registros contratuais em grego e demótico que indicam que os egípcios se adaptaram mais ao modo grego do que o contrário, pelo menos nessa área (Idem). Apesar do grande número de imigrantes, não é tarefa fácil determinar as impressões desses indivíduos e grupos sobre o Egito, principalmente porque parte significativas das fontes escritas é de textos oficiais. A observação do material arqueológico indica, por exemplo, uma enorme adesão dos estrangeiros aos cultos de Ísis, que teria continuidade mesmo depois da conquista romana[105].

A análise de contratos de casamento durante o período mostra também um grande número de casamentos mistos (PESTMAN, 1961; JOHNSON, 1994 e 1999).

---

[104] "What was different from earlier regimes, however, was the introduction by the Ptolemies of n e w political realities, and new fiscal institutions, which altered bureaucratic and economic relations in such a way as to sometimes put Greek against Egyptian, but at other times Greek against Greek, or Egyptian against Egyptian. The use of ethnic designations as the basis of tax collection, for example was a matter of convenience to identify particular groups. It was not a racist policy for the sake of racism".

[105] Sobre a análise da cultura material, ver também ASHTON, 2001; BILDE, 1992; RIAD, 1996.

Do mesmo modo, a questão linguística reforça isso, uma vez que o demótico era amplamente utilizado pela população e não controlado, nem censurado pela administração grega[106]. Os egípcios ainda utilizavam o demótico na administração da justiça e na educação, em paralelo com o grego. Do ponto de vista jurídico, não houve uma imposição das leis gregas/macedônicas sobre as egípcias e judaicas, por exemplo, mas um sistema misto que incluía todas elas (LA'DA, 2003, p. 164-165). A cidadania nas cidades gregas era controlada e limitada (BOWMAN, 1990, p.125), mas foi encorajada pela administração ptolomaica ao longo do tempo. As cidades eram divididas e organizadas segundo o modelo grego e tinham seus próprios magistrados, conselhos, etc. Não tinham qualquer característica democrática.

Lewis (1968) retoma a questão da continuidade na história do Egito, destacando a tendência dos papirologistas em frizar o *continuum* na medida em que o Egito helenístico é entendido como uma fusão de culturas (p.4), manifestado sobretudo na ideia de um Egito *greco-romano.* Segundo ele, parece que a "romanização" teve um impacto maior para os egípcios do que a "helenização"[107] (p. 5). O domínio romano no Egito afetou mais as estruturas das cidades e outras questões legais, como a posse das terras e o direito à cidadania. Os militares romanos, por exemplo, ocuparam as regiões estratégicas do Egito, diferentemente dos soldados que viviam nos *kleroi* designados pela coroa ptolomaica. Do mesmo modo, as terras que nos períodos faraônico e ptolomaico eram de posse do rei, passaram a ser privadas no período romano. Apesar dos gregos terem ocupado mais os centros urbanos no período ptolomaico, os romanos aumentaram o contraste entre a vida no campo e na cidade, dificultando muito a mobilidade social (LEWIS, 1968)[108].

A romanização não apagou elementos gregos nem egípcios. Sua dificuldade foi a de separar egípcios e gregos na nova ordenação social, o que ironicamente, não

---

[106] Alguns estudiosos atribuem o desenvolvimento do copta como um indício de uma helenização efetiva, já que houve a adoção do alfabeto grego e diveros termos gregos incorporados ao copta. Dorothy Thompson (In: Bilde, 1992) desenvolve uma análise sobre a relação dos escribas egípcios com o idioma grego durante o período ptolomaico.

[107] A ideia de romanização aqui é tomada apenas como a conquista romana, não me refiro às discussões e implicações teóricas que o termo apresenta no debate historiográfico.

[108] O Gnomon do Ideos Logos redefine o termo "egípcio" para classificar todos os habitantes da zona rural, incluindo descendentes de gregos.

foi tarefa fácil. Esse tipo de dificuldade pode ter dado margem aos historiadores para acreditar numa fusão completa entre egípcios e gregos, o que não foi o caso. Mesmo a presença de diferentes línguas, modelos sociais, políticos e econômicos, etc. terem convivido, não implica uma *fusão* de culturas.

A partir da década de 1970, as questões em torno da etnicidade e da identidade tiveram espaço garantido nas pesquisas sobre helenização e mesmo sobre a romanização. Essas teorias foram propostas por países que enfrentavam na época lutas internas políticas, influências culturais e separação territorial, como a Bélgica e o Canadá. (BOWMAN, 1990, 162-63). Do mesmo modo, houve uma sobreposição de conceitos em torno de nação com identidade cultural (OSTERGARD In: BILDE, 1992) que favoreceu o discurso imperialista para a presença grega após Alexandre. Nesse sentido, é preciso separar a campanha alexandrina de seus herdeiros. Os Ptolomeus não tinham o mesmo fôlego militar na manutenção da expansão territorial, nem interesse numa política cultural imperialista.

Lewis (1968) faz uma crítica aos usos do termo "Greco-Romano" que vai na mesma linha de uma sobreposição de conceitos. Segundo ele, a expressão serviu como "uma designação concisa e conveniente para o período da história em que o lado leste do Mediterrâneo despertou o interesse dos classicistas" - o período da conquista de Alexandre e depois o domínio romano. O perigo maior desse uso é de acreditar na continuidade de uma "cultura grega" somada à romana. Ora, esse tipo de visão não só ignora características intrínsecas de ambas as ocupações, mas coloca os egípcios na mesma posição de subalterno, retirando qualquer possibilidade tanto de resistência, como de autonomia para determinadas manifestações próprias de sua cultura.

Esse tipo de discussão tem impacto direto na seleção das fontes para os estudos de um período ou outro. Por exemplo, no período inicial da dominação romana, muitas das instituições ainda eram gregas. Isso pode nos levar ao equívoco de que o fato do Egito ser caracterizado *simultaneamente* por elementos gregos e romanos (LEWIS, 1968, p. 14) ele seja produto de uma nova fusão de povos. O mesmo pode ser estendido aos estudos das relações de gênero, pois o estatuto e o modo de vida das romanas era significativamente distinto das gregas e egípcias durante o domínio ptolomaico. As balizas cronológicas, artificialmente impostas às

fontes comprometem leituras mais acuradas, deixando os historiadores presos em suas próprias armadilhas.

4.5 O mundo das polaridades: fontes e o problema do gênero.

> *Quem pode mesmo dizer que essa "categoria", que todos aqui acreditamos estabelecida, será sempre reconhecida como tal? Ela só se formou para nós, entre nós. Mesmo sua força moral - o caráter sagrado da pessoa humana - é questionada não apenas por todo um Oriente que jamais chegou às nossas ciências, mas até mesmo em países onde esse princípio foi encontrado. Temos grandes bens a defender, conosco pode desaparecer a Ideia. Não moralizemos.*
>
> (Marcel Mauss, *Uma categoria do espírito humano: a noção de pessoa, a de 'eu'*)

> *The papyri are not a particular closed world.*
>
> (Roger Bagnall)

Durante o reinado de Ptolomeu I a administração do país era formada por um grande número de escribas. Foi graças às mudanças ocorridas nas práticas funerárias durante o reinado de Ptolomeu II que o acesso a um grande número de papiros se tornou possível. A introdução da cartonagem (uma espécie de *papier marché* utilizada para o invólucro das múmias) feito com papiros descartados e portanto, reciclados, permitiu nosso conhecimento de uma incrível tradição: textos administrativos, cartas, cópias de contratos, etc. (THOMPSON In: ERSKINE, 2003, p. 107). Fato é que os documentos encontrados no Egito Ptolomaico, em grego e demótico, demonstram que a sociedade egípcia tem outros contornos até então desenhados pelos helenistas mais tradicionais.

Os papiros têm sido muito utilizados pela promessa de oferecer um caminho de acesso direto aos nativos. No entanto, é preciso considerar aqui algumas particularidades sobre a procedência desse material. A pergunta feita por Roger Bagnall (1995, p. 11) se o Egito era "normal", dada a quantidade de papiros provenientes da região indica um outro nível do problema: as generalizações. A maior parte dos papiros preservados provém de áreas marginais, como Fayum que podem, até certo ponto, revelar uma exceção e não a regra para as regiões mais populosas do Delta. As cidades com maior número de imigrantes gregos (Alexandria ao norte e Ptolomais ao sul) não podem ser consideradas parâmetros, sobretudo

porque ambas tiveram um olhar especial dos governantes para constituir um modelo de cidade helenística.

Por outro lado, o Egito sofre de um outro problema relativo aos papiros. A quantidade significativa de material diante dos seus vizinhos no Mediterrâneo pode reforçar uma unicidade do Egito. Esse tipo de critério é difícil de medir. Bagnall, por exemplo, discute esse tipo de *standardização*, assinalando que a escolha do critério pode comprometer as conclusões sobre um tipo de padrão no mundo antigo que pode ser ilusório (1995, p. 11-14). Dito de outro modo, o fato de haver um número maior de papiros jurídicos, por exemplo, seria indicador que determinadas instituições são mais presentes no Egito do que em outros locais? Ou simplesmente que esse tipo de instituição requeria o armazenamento desses documentos para outros fins? Qual seria o meio de avaliar isso sem juízos de valor?

A papirologia não tem sido uma disciplina reconhecida por sua capacidade reflexiva (BAGNALL, 1995, p. 1). Os trabalhos acadêmicos tem ficado restritos a publicações especializadas e muitas conferências com um número de inscritos nem sempre proporcional. Os papirologistas, mesmo sendo um grupo pequeno na comunidade acadêmica, têm seu treinamento técnico exaustivo, principalmente pela qualidade das fontes que lhe servem de material. Ao mesmo tempo, tal tecnicismo os deixa alheios - nem sempre por opção - ao debate teórico da história. Não seria justo hierarquizar esse grupo como meros “servos” dos historiadores, como muito se fez por muito tempo com os arqueólogos. O fato é que a análise desses “artefatos escritos”, como diz Bagnall, não está desvinculada de um debate teórico, da avaliação dos limites da própria disciplina e também do fazer histórico.

A pesquisa com os papiros do período ptolomaico ainda está atrelada a uma visão que privilegia polaridades, seja entre gregos e egípcios, seja na sua relação com a cultura material. O longo processo de tradução de textos demóticos e os novos olhares ao material grego tem encontrado brechas para sair desse tipo de visão de história. Contudo, quando nos deparamos com os estudos de gênero somos confrontados novamente com as dicotomias.

Observando a maior parte das evidências, identificamos uma nova elite formada com a chegada dos Ptolomeus: nem grega nem egípcia em sua totalidade. De modo geral, a antiga elite egípcia parece ter continuado suas atividades normalmente, sobretudo a classe sacerdotal. A partir dos papiros, podemos

identificar certos limites da expressão textual, fronteiras entre o uso do egípcio e também do grego[109]. Novamente, há o risco de se cair em dicotomias, mas uma leitura mais atenta tem demonstrado que o uso do demótico e do grego não está restrito a determinados grupos ou atividade.

Vale notar que a natureza do trabalho com os documentos do período tem outras particularidades, como o desafio em uma enorme diversidade material, que aponta para caminhos diferentes: papiros com conteúdos jurídicos, literatura, cartas, inscrições, etc., em geral bilingues. Essa multiplicidade problematiza não apenas a natureza das fontes, mas a abordagem que se escolhe ter com elas.

Uma leitura breve na obra de Mauss (2003) nos faz perceber que a ideia de indivíduo e mesmo de sociedade não são dadas. Auxiliada por uma extensa etnografia, Marilyn Strathern ao desenvolver seus estudos sobre a Melanésia, demonstra que nossas percepções do problema são insuficientes. Como os historiadores, “muito do controle que os antropólogis exercem sobre seus dados se baseia na eliminação de perspectivas alternativas em favor daquelas que eles adotam” (2004, p.XIX). Conceitos como os de “sociedade” e “cultura” foram importados pelos historiadores com pouco critério, sobretudo no caso das pesquisas no mundo antigo. Mais do que problematizar o vocábulo científico empregado, interessa ver quais são os pressupostos dessas definições que moldaram uma leitura das fontes. No caso específico do mundo egípcio sob o domínio dos Ptolomeus, noções distintas de sociedade são atreladas aos mesmos indivíduos e instituições, que passam a operar num sistema múltiplo.

A maior parte dos indivíduos era bicultural e a presença de dois nomes em muitos dos documentos era comum, sobretudo no caso das mulheres (CLARYSSE, 1998). A princípio isso parecia ser mais uma questão de *status* do que de etnia (CLARYSSE, 1995; VERHOOGT, 2009). Num sentido mais amplo, a linguagem era utilizada como meio de diferenciação, mas não de maneira simplista. Vale recuperar aqui a ideia de um modelo fractal sugerido por Strathern (2004), em que a mudança de escalas e mesmo a combinação distinta delas pode nos trazer percepções mais acuradas sobre as interações sociais em questão.

Willye Clarysse é um dos poucos papirologistas que domina o grego e o demótico e que se empenhou em compreender os dois tipos de fontes, costurando as

---

[109] Sobre isso ver CLARYSSE (1998); RÉMONDON (1964); BAGNALL(1995).

suas análises com esses textos. Suas pesquisas têm demonstrado, ainda que num universo muito restrito, que as tradicionais balizas temporais, geográficas e mesmo identitárias não poderiam ser aplicadas ao Egito pós-Alexandre, mesmo no mundo romano. Mais do que isso, as fontes demóticas não são necessariamente *egípcias* e as gregas, necessariamente *gregas*. Há uma dupla projeção de identidades no uso desse material. Desde o princípio os demoticistas tiveram uma tendência a privilegiar o aspecto "nativo" (= egípcio) de seus documentos, favorecendo e promovendo um orientalismo que em vez de problematizar as relações, enfatiza o particular, o exótico. Papiros gregos e demóticos apresentam praticamente o mesmo tipo de documentos: transferência de propriedades, taxas, recibos, etc. Interessante notar que a linguagem dos textos não lhes conferia um *status* diferenciado.

O trabalho feito por Roger Bagnall e Raphaella Cribiore (2006) sobre as cartas de mulheres traz um problema interessante sobre a discussão das balizas cronológicas. O *corpus* escolhido vai do período ptolomaico ao século VIII d.C. Apesar de privilegiar a documentação grega e latina, excluindo os textos egípcios, a perspectiva de uma longa duração demonstra que, no caso específico das cartas, marcações temporais nem sempre ajudam na compreensão das relações sociais. Ou ainda, que as próprias marcações geográficas, estabelecidas *a posteriori* não traduzem comportamentos específicos no caso do Egito. Dito de outro modo, o advento da dominação grega ou romana tem que tipo de impacto na vida cotidiana dos indivíduos? Isso chega a alterar o conteúdo das correspondências, ou mesmo os seus aspectos formais? Muito provavelmente esses novos momentos tenham impactado mais a vida das elites do que do restante da população e, talvez, arriscaria dizer, num aspecto restrito e burocrático, demonstrado pelas correspondências em grego, sobretudo nos arquivos familiares. Ainda assim, esse impacto precisa ser analisado com precauções. As cartas, como veremos adiante, têm indicado que muitas das ideias sobre a helenização ficaram na imaginação dos historiadores.

Não se trata, por outro lado, de abandonar a cronologia tradicional, mas ter em vista o que ela pode oferecer para a problematização histórica e quais os seus limites. Apesar de muitos papiros apresentarem diversos problemas de datação, pela ausência explícita de uma data, isso não seria justificativa suficiente para ignorar a cronologia. A maior parte dos papiros do período ptolomaico são datados, favorecido

por terem sido encontrados já em grupos (coleções) ou em contextos arqueológicos mais seguros, o que não acontece com boa parte dos papiros do período romano, por exemplo. Nesse sentido, é possível usar a cronologia para estabelecer alguns recortes mais precisos.

No que diz respeito aos estudos de gênero, o perigo das dicotomias é maior, não apenas pela crítica da antropologia e do feminismo ao modelo "masculino *vs.* feminino", ou "natureza *vs.* cultura", mas porque a elas se somam uma outra, mais sutil, a do "helenismo *vs.* orientalismo". Digo sutil porque ainda é comum abordagens sensacionalistas e fantasiosas sobre as mulheres orientais, que oscilam entre as lascivas, exóticas, excessivamente poderosas ou reprimidas, vítimas de violência e privadas de liberdade. Não pretendo desenvolver essas discussões, as quais são perceptíveis com frequência na mídia depois do 11 de Setembro[110].

No caso específicos dos documentos utilizados para os estudos de gênero, como os textos jurídicos (contratos de posse de terra, casamento, divórcio, herança, etc.), literatura e as cartas, essas marcações se tornam difusas. Dito de outro modo, parece que os modelos projetados *a priori* pelos pesquisadores encaixa primeiramente padrões *femininos* "romanos", "gregos" e "egípcios" em suas respectivas cronologias para, posteriormente, se fazer uma leitura das fontes.

As pesquisas sobre as mulheres na Antiguidade por muito tempo privilegiaram o estudo das gregas e romanas, concentradas também em fontes literárias dos grupos dominantes. Apesar de avanços, como a incorporação do debate feminista, a ideia de uma mulher grega e romana, identificadas com modelos de feminino ocidentais (burgueses) ainda permanece. As fontes sobre as mulheres no período foram ao mesmo tempo *helenizadas* e *orientalizadas* pelos pesquisadores. No caso da Grécia, é visível a tomada de um modelo ático, ateniense do século V e IV a.C., generalizado para todo o mundo grego.

Tal "atenocentrismo" dos historiadores colocaram um ideal de feminino como paradigma para outros estudos. A ideia de uma oposição entre a esfera pública e a

---

[110] A mídia brasileira e internacional divulgou uma série de imagens e notícias sobre as mulheres no Afeganistão e Iraque nos últimos anos, além do Irã. Ainda que as questões de violência existam e uma série de problemas intrínsecos a essas realidades, é predominante ainda o discurso civilizador, sinônimo de liberdade e de uma superioridade ocidental, cuja missão é levar uma vida melhor a essas populações. Infelizmente essas situações têm sido utilizadas para promover políticas de dominação. Abu-Lughod tem um texto interessante sobre isso, demonstrando que o discurso ocidental tem utilizado as questões de gênero para a promoção de seu poderio militar, justificando a superioridade de um em detrimento da inferioridade do outro.

doméstica, muito presente nas fontes atenienses (e mais ainda na mentalidade burguesa do século XIX), se estendeu a outras sociedades, servindo como critério quase universal. Mesmo sabendo que esse tipo de debate se constituiu também no cerne das reivindicações feministas, relacionadas ao sufrágio universal, etc., não podemos negar que, no caso da Antiguidade, houve um olhar privilegiado ao material grego.

Retomando o debate em torno da eleição da Grécia como paradigma da civilização ocidental, cabe pontuar aqui que esse processo histórico revela uma busca por legitimação no passado. A história do mundo antigo, em especial a grega e a romana, ao serem paradigmas dessa construção, estabeleceram discursos que colocaram o passado e presente numa relação hierárquica. E não é diferente nos estudos de gênero.

> A história de uma mulher na antiguidade deve ser contada não só porque é um aspecto legítimo da história social, mas porque o passado ilumina problemas contemporâneos nas relações entre homens e mulheres[111].
>
> (POMEROY, 1995, p. xvii)

A observação de Pomeroy pode ser invertida. A apropriação de um determinado discurso sobre homens e mulheres pode enfatizar - e mesmo determinar - certas leituras do presente. Laqueur (1990, 2001) retoma a história da revolução francesa demonstrando como no momento em que se cunha o ideal de liberdade e igualdade num discurso democrático, as mulheres foram excluídas desse “novo mundo”. E o “ideal” grego foi o escolhido para apoiar o discurso em torno dos iguais, mas sem as mulheres. Não é de surpreender também que grande parte dos trabalhos sobre o gênero no mundo helenístico excluam as egípcias, ou as coloquem numa situação de exceção.

A evidência etnográfica trazida pela antropologia tem colaborado para que o universo das dicotomias seja retirado de cena. Esse tipo de leitura tende a deixar os

---

111 “The story of woman of antiquity should be told not only because it is a legitimate aspect of social history, but because the past iluminates contemporary problems in relationships between men and women.”

egípcios numa posição “menos estranha” diante das outras sociedades antigas. Os trabalhos de Wagner (2010) e Strathern (2004), ao problematizar a visão antropológica sobre os nativos e a própria disciplina da antropologia, demonstraram construções da sociedade ocidental que, através das polarizações, impede a visão de outros modos de relacionar-se.

Em suma, problematizar os vieses helenizantes e orientalistas devem servir não como fim, mas como meio para desarticular o universo dicotômico ao qual as fontes são analisadas. Não se trata de negar, *a priori,* a possibilidade de uma oposição entre o mundo egípcio e grego, ou mesmo entre os homens e as mulheres, mas não toma-los como enquadramento metodológico, muito menos teórico. O reconhecimento do orientalismo deve servir como alerta para uma excessiva valoração do “egípcio”, criado em oposição ao “grego clássico”, num jogo de forças oposto ao que ocorria nas galerias dos museus. Não se trata de aplicar simplesmente a teoria proposta por Said, mas ter em vista que as construções históricas feitas em torno das polaridades são amálgamas de múltiplos anacronismos, romanos e europeus.

Por fim, se tomamos o Egito Ptolomaico combinando estratégias de pesquisa advindas de outras áreas das ciências humanas, sobretudo a antropologia, podemos dilatar e relativizar os seus limites espaciais e cronológicos, de modo que as fontes “respirem mais”. Não se trata pois, de cair mais uma vez na apologia pós-moderna. A ideia de Oriente e de Helenismo, como modelos, devem ser colocados no centro da investigação, vistos com o cuidado para que as fontes não sejam subjugadas por suas imposições ideológicas.

Capítulo 5
O que gostaríamos que o passado nos escrevesse: As cartas como fontes

A atividade de comunicação por escrito entre indivíduos não é moderna, embora suas origens sejam desconhecidas. A Mesopotâmia já apresenta indícios de uma tradição epistolar desde antes do I milênio a.C. (PANTALACCI, 2008). No Egito, há centenas de cartas desde a V dinastia até o período bizantino.

Foi no século XIX com o *Bibelstudien* que o estudo da epistolografia grega e bíblica se ampliaram, mas parte significativa dos papirologistas, herdeira direta de uma tradição filológica, sobretudo alemã, deixou a análise do material restrita aos aspectos formais e linguísticos. Os papiros eram privilegiados por uma análise política e jurídica, de modo que as cartas nesse contexto foram contempladas por estudiosos interessados na diplomacia e nas relações internacionais. Ainda nesse contexto, parte desses estudiosos se dedicava à literatura, vendo nas cartas um papel importante como disseminadoras da poesia[112].

Nesse sentido, o romantismo alemão viu nos papiros gregos, em especial as cartas, fonte privilegiada para os estudos literários, buscando em princípio seus aspectos estéticos. Ainda dentro do *Bibelstudien*, se defendia uma diferença entre as cartas "epistolares" e as "ordinárias", em que "as epístolas eram cartas literárias, dando atenção a questões de estilo e concentrando-se em temas filosóficos ou didáticos mais elevados e atemporais" enquanto que as cartas comuns eram essencialmente privadas, "muitas vezes mesquinhas em questões práticas, casuais, sem um estilo beletrista" (*apud* DEPAUW, 2006, p. 106, 107). Tais distinções perderam o sentido nos estudos mais recentes.

De modo geral, os estudiosos das civilizações antigas ainda lidam com o paradigma do texto escrito, escapando - ocasionalmente - de uma visão evolucionista e difusionista. Se a escrita foi tida por muito tempo como o marco inicial da origem do Estado e da civilização, vale refletir de que modo os estudiosos

---

[112] Sobre isso também é relevante considerar a discussão para as definições de cartas no contexto grego e romano, sobretudo em relação aos poemas. A discussão é apresentada em Morello e Morrinson (2007).

se deslocaram dessas abordagens e passaram a identificar aí preocupações mais sociais. Jack Goody afirmava que

> A importância da escrita é que ele criou um novo meio de comunicação entre as pessoas. Seu serviço essencial é objetivar fala, fornecer à linguagem um material correlato, um conjunto de sinais visíveis. Assim, o discurso pode ser transmitido através do espaço e preservada ao longo do tempo, o que as pessoas dizem e pensam pode ser recuperado da transitoriedade da comunicação oral[113]
>
> (2003, p. 12)

No entanto, materializar a transitoriedade da comunicação não é um ato universal, que escapa de especificidades históricas e mesmo culturais. Na verdade, o modo como as diferentes sociedades realizam esse processo, suas escolhas e ações devem ser vistos além de qualquer visão utilitarista da escrita. Um dos grandes problemas do estudo das cartas, pouco discutido é que, ao ser lida, perde sua função, pode ser destruída imediatamente (EXLER, 1976). O que justificaria portanto, sua permanência depois de tanto tempo?

Assim, outras questões como a alfabetização, os tipos distintos de registro e o próprio uso instrumental da escrita passam a constituir questões sociais e, portanto, devem ser examinadas sob essa perspectiva. Não se pode tomar a invenção, a apropriação e popularização da escrita como dados[114]. De outro modo, não se trata, numa visão simplista, de ter acesso aos indivíduos, seus pensamentos e intenções, mas perceber de que modo esses empregos da escrita dão visibilidade a uma outra ordem de relações entre as pessoas, no espaço e no tempo em que viviam.

É preciso considerar, como afirma Goody (2003) a diferença entre a adoção de um sistema escrito e a sua difusão, que leva séculos. O caso do Egito antigo deve ultrapassar a visão - muitas vezes reducionista - das funções mágicas e religiosas da escrita, em que sua função na manutenção da memória, na construção de uma

---

[113] “La importancia de la escritura radica en que crea un nuevo medio de comunicación entre los hombres. Su servicio esencial es objetivar el habla, suministrarle al lenguaje un correlato material, un conjunto de signos visibles. De este modo, el habla puede transmitirse a través del espacio y preservarse a través del tiempo; lo que la gente dice y piensa puede rescatarse de la transitoriedad de la comunicación oral”.

[114] É bom lembrar aqui o caso da passagem das sociedades primitivas para as civilizadas, tendo a escrita como critério principal. Goody e outros pesquisadores defendiam a ideia de uma separação entre as sociedades “orais” e as “letradas, constituindo o mesmo binômio primitivo-civilizado.

eternidade ideal são vistos apenas como um esforço de perpetuar o vivido. Mais do que isso, o empenho de materializar o efêmero da vida precisa levar em conta aquilo que não está escrito.

As cartas “pessoais” ou “privadas” ficaram num limbo e só recentemente tem ganhado espaço na pesquisa acadêmica, mas ainda restrita ao aspecto linguístico, desconsiderando muitas vezes o seu valor como cultura material. Outro aspecto a se considerar é que muitos papiros foram obtidos no mercado de antiguidades, e seu contexto original perdido. Vendidos como mercadoria, muitos deles foram cortados em diversas partes, mesmo pelos próprios museus, e espalhados pelo mundo. Essa visão fragmentada da documentação tende a contribuir com o fato dos pesquisadores adquirirem visões parciais, muitas vezes descoladas da materialidade do documento, sobretudo quando se trabalha com fotografias.

5.1. Problemas Metodológicos

As cartas têm adquirido um novo espaço na academia, com grande potencial para a pesquisa histórica e mesmo antropológica (AHEARN, 2001; DAYBELL, 2006). O fato de ser um tipo de comunicação por escrito, contudo, não significa que todas as sociedades entendam escrita e comunicação da mesma forma, nem operem essas categorias do mesmo modo.

Evidências desse tipo tem sido obtidas com pesquisas etnográficas em regiões em que a escolaridade ainda é baixa, podendo-se avaliar em que situações as pessoas aprendem a escrever, como aprendem e mais ainda, de que modo se apropriam dessa atividade tendo em vista suas práticas sociais. Trabalhos com conclusões semelhantes tem sido feitos na área da antropologia digital: a etnografia tem mostrado que a apropriação das ferramentas de mídia social (Facebook, Twitter, etc.) não ficam exclusivas a uma elite e, ao contrário do que se supunha, mantém as fronteiras de distinção social. A “alfabetização digital” (não a inclusão digital) tem permitido compreender de que modo as sociedades se apropriam da escrita a partir de suas referências próprias, não num processo passivo, evolutivo[115].

[115] Pesquisas nessa área são ainda recentes. Os trabalhos de Miller (2011, 2013) tem mostrado que o modo como as pessoas se apropriam da mídia social, como instrumento para se relacionarem, não é o mesmo. Não se trata de uma americanização da sociedade, como se imaginava. Ao contrário, a internet não exclui as fronteiras de demarcação dos grupos sociais, de gênero, por exemplo.

Não se pode negligenciar, por outro lado, o papel da história como disciplina para o estudo desses documentos. Estudos sobre as cartas durante a Era Moderna, mais precisamente entre os séculos XVI e XVIII, têm demonstrado que não apenas o número de textos aumentou com as viagens ultramarinas, mas o modo como a comunicação era feita também se modificou, sobretudo para as mulheres. Nesse novo contexto, com transformações sociais, políticas e econômicas significativas, a comunicação precisa ser entendida dentro de um quadro teórico que leve em conta dimensões históricas precisas.

É preciso pensar, primeiramente, na definição do que é uma *carta.* A ideia de que as cartas são um tipo de comunicação por escrito, justificada a partir da distância entre os seus correspondentes, parece ser consenso (EXLER, 1976; WENTE, 1991; JANSSEN, 1991; SWEENEY, 2001; DEPAUW, 2006; MORELLO e MORRINSON, 2007).

> Uma carta é, portanto, um tipo de conversa por escrito com alguém de que se está separado, e que atende uma necessidade definida. Um vai falar como se estivesse na companhia da pessoa ausente. [116]
>
> (MALHERBE *apud* VANDORPE, 2008, p. 155) [117]

Todavia, nem sempre é óbvio que os textos são produzidos por pessoas. Eles não são, como querem alguns puristas, uma entidade autônoma. O estilo epistolográfico confere a aparência de intimidade e pode demonstrar uma série de negociações de *status* entre os seus correspondentes (EXLER, 1976). É justamente essa aparência que precisa ser examinada. As cartas foram tradicionalmente lidas como uma espécie de espelho dos indivíduos, capazes de refletir uma "expressão verdadeira dos sentimentos e pensamentos dos autores" (*cf.* WENTE, 1991, p. 1);

---

[116] " A letter, then, is a kind of written conversation with someone from whom once is separated and it fulfills a definite need. One will speak in it as though one were in the company of the absent person."

[117] *Epistolimaioi Characteres.* Translated by A.J. Malherbe. Ancient Epistolary Theorists. SBL 19 (1988): 66-67 in Vandorpe, K. "Archives and Letters in Graeco-Roman Egypt." in Pantalacci, 2008, p.155.

também utilizadas pelos historiadores como um depósito de fatos (DAYBELL, 2006, p. 62) e narrativas individuais[118].

Apesar das cartas, serem, a princípio um tipo de texto que mencione a relação *entre os indivíduos*, suas análises foram constrangidas a formulações teóricas baseadas em modelos anacrônicos e universalizantes, que não podem ser transpostos diretamente ao mundo antigo, em especial ao Egito. Parte dos historiadores, em especial os herdeiros da Escola Metódica do século XIX, viu nas cartas uma fonte privilegiada, que dava acesso direto ao passado e aos indivíduos que as produziram (FONSECA, 2009). Nessa linha a carta servia ao propósito individualizante da análise histórica, privilegiando a história dos sujeitos, perdendo também a dimensão relacional da comunicação.

Esse tipo de abordagem foi problematizado em diversas frentes. Os *Annalles* relativizaram o papel do sujeito, apontando para o modo como o real é descrito e apropriado por quem o escreve. Numa outra linha, Foucault (1992), se preocupou com o papel do sujeito na produção desses textos: a correspondência é necessariamente uma escrita de sociabilidade, para o outro, onde o autor constrói uma imagem para si e para o interlocutor (FONSECA, 2009)[119]. Essa ideia, contudo, de que o texto epistolar torna-se uma representação do autor, que o constrói para materializar uma identidade que quer consolidar e expor (FONSECA, 2009) não pode ser tomada como dada. Assumir que a carta é uma espécie de "construção do eu" esbarra necessariamente num modelo de elaboração de identidades e, mais ainda, na ideia de indivíduo identificadas sobretudo na era moderna.

O trabalho de Daybell (2009), por exemplo, problematiza a ideia de consciência, no caso específico das mulheres, na escrita das cartas. Criticando a abordagem da produção da carta como uma atividade que leva à introspecção e à auto-consciência, o autor abandona a ideia de que carta é um tipo de tecnologia do eu, conforme a formulação foucaultiana (2009, p. 517).

Uma outra linha de pesquisa privilegiou o aspecto estético da epistolografia, afirmando que toda literatura é uma forma de carta (MORELLO e MORRINSON,

---

[118] Os trabalhos sobre as epístolas cristãs foram utilizados também nessa linha de investigação. Não pretendo desenvolver essa discussão aqui, sobretudo porque essas fontes apresentam outras questões metodológicas que fogem ao escopo deste trabalho.

[119] Fonseca (2009) ainda reforça a distinção entre a correspondência e os hypomnematas, texto da Grécia clássica semelhante a uma reflexão solitária, ainda que lida por terceiros.

2007, p. 8). O risco é esvaziar estes textos como produto social, para além das características formais (formas de dobrar, selar e endereçar), e da natureza desses conteúdos.

Problemas como, por exemplo, a distância, a presença ou ausência do destinatário e mesmo o conteúdo da mensagem precisam ser examinados sob perspectivas diferentes que levem em conta a agência desses documentos no contexto social e histórico específico em que ele é produzido. Alguns autores tem apontado para a necessidade de uma "fenomenologia das cartas" ao invés de uma abordagem estritamente formal (MORELLO e MORRINSON, 2007).

Sweeney (2001, p. 19, 20, ff.) desenvolve uma discussão apoiada em análises linguísticas sobre diferenças entre conversas por escrito e conversas orais. Expectativas de resposta, percepções instantâneas de reação, interrupções... todos esses aspectos não estão presentes numa carta, já que o remetente não está diante do destinatário. Desta forma, a *conversa por escrito* precisa modular esses aspectos de uma conversa ao vivo: a autora classifica os textos por *atos do discurso* (*speech act*), combinados com outros textos. Nesse enquadramento ela privilegia o modo como o remetente se comunica e, através disso, de que maneira esses intercâmbios são afetados pelos objetivos de ambas as partes na comunicação.

O mérito do trabalho de Sweeney é utilizar a análise dos textos para pensar o aspecto relacional desse tipo de comunicação. Ela não se restringe a análises filológicas como os demais, e mesmo formais, mas parte disso. Sua preocupação é problematizar *como se fala.*

A discussão sobre o letramento é, portanto, essencial, para analisarmos a carta em seu aspecto social e relacional. Se a princípio o letramento seria exclusivo de uma elite minoritária, tanto nos dias de hoje, como no mundo antigo, como observar a troca de correspondências entre pessoas pode esclarecer sobre a dinâmica social dos diversos grupos e o modo como as pessoas se relacionam? É possível uma etnografia das cartas egípcias, por exemplo? Como escapar da longa e tradicional abordagem dos documentos escritos do mundo antigo, cujas fronteiras bem demarcadas, privilegiam o texto, descolado e descontextualizado da vida social?

Os estudos de gênero, privilegiando o aspecto relacional entre os indivíduos, viu nas cartas um tipo de documento que tende a explicitar essas relações. Esse tipo de documento pode falar das mulheres, legitimando sua presença na história, como

sujeito, com “voz”, “visão”, “fala”, “sentimentos” e “pensamentos”. Nessa linha, os conceitos de agência foram especialmente relevantes. Através das cartas, as mulheres poderia resistir e reagir à opressão. Mais ainda, poderiam agir para transformar as práticas sociais às quais estariam constrangidas. Parte da tradição anglo-americana que se dedicou aos estudos das mulheres - e também ao gênero, foi exposta a trabalhos que defendiam uma cultura literária feminina, uma domesticação da leitura, apontando para o potencial criativo e mesmo subversivo das mulheres nas atividades ligadas à escrita (STAVES, 2006; CHEDGZOY, 2007; SAUNDERS, 2009). Nesse quadro, é preciso problematizar os modelos feministas que insistem numa polarização entre homens e mulheres.

Se por um lado as cartas podem ser utilizadas para pensar o aspecto relacional dos indivíduos, é preciso cuidar para que ela não se torne a menina dos olhos dos estudos de gênero. As cartas podem ser catalisadoras de uma nova percepção dos aspectos relacionais, potencializando o gênero como um instrumento analítico, mas não como o único. Nesse sentido, a antropologia tem muito a dizer sobre novos modos de tratar a produção escrita.

5.1.1. Cartas e *agência.*

O termo *agência* (*agency*) tem servido aos antropólogos como enquadramento teórico, sobretudo após a década de 1980, para repensar a relação entre as práticas e as estruturas. As investigações apoiadas nessa ideia, que se desdobraram num conjunto de novas teorias, pretendem combinar as evidências encontradas (materiais, textuais, linguísticas, etc.) com novas formulações teóricas a respeito da sociedade e da cultura.

O trabalho de Gell *Art and Agency* desenvolveu o conceito de agência a partir dos problemas apresentados pela história da arte. Gell demonstrou que a relevância da arte não estava nos seus significados e interpretações, mas no *fazer.* Isso abriu caminho na teoria antropológica para o conceito de agência. Numa linha semelhante a Strathern e mesmo Wagner, para Gell, as ações e os efeitos não são manifestações ou expressões de uma vontade individual, mas o resultado de práticas mediadas pelos agentes. E, para ele, o agente é a fonte, a origem, que provoca e causa os eventos, independentemente do estado físico do universo (1998,

p. 16). Num sentido mais amplo, a ideia de agência para Gell é a da separação entre os "acontecimentos" (*happenings*), causados pelas leis físicas e as ações (*actions*), causadas por intenções prévias dos seres humanos (GELL, 1998, p. 17). A ação humana é forçosamente uma ação social e não pode, portanto, ser pensada fora dos termos sociais, seja ela *sobre* as coisas, ou *pelas* coisas. Não se pode pensar em alguém *como* agente, sem que haja como agente, ou seja, sem que ele impacte, perturbe o meio social causal (GELL, 1998, p.20).

Talvez a contribuição mais radical de Gell seja a de afirmar que as coisas têm agência (1998, p. 17 *ff.*). Para Gell, as pessoas não *usam* apenas os artefatos, as coisas, os objetos, mas existem em sua relação com eles. Os objetos não conectam as pessoas com o meio social em que vivem, mas existem nesse meio, *por causa* e *com* os agentes. Esse tipo de proposta impactou diretamente os estudos sobre cultura material e, ainda não de maneira ampla, a história e a arqueologia.

No caso das cartas, o trabalho de Gell, ainda que não se refira a isso, potencializa novos estudos que permitem recuperar a sua materialidade e, também do próprio texto, como veremos adiante. A discussão sobre agência é também relevante na antropologia feminista e pode elucidar algumas novas abordagens sobre o uso das cartas como documento histórico no campo dos estudos de gênero, tema que será explorado no capítulo seguinte. Pretendo apontar neste trecho algumas questões em torno do conceito de agência que podem ser úteis no estudo das cartas egípcias.

Em termos genéricos, agência pode ser entendida como a capacidade individual de agir (GELL, 1998; AHEARN, 2001, 2011). Nesse amplo enquadramento, é possível pensar questões como acomodação, resistência e mudança, bem como as ideias em torno da causalidade. A discussão sobre agência é também uma reação contra os tipos de teoria social que julgam irrelevantes as abordagens sobre intencionalidade no estudo do comportamento humano (HODDER, 2007, p. 32). A teoria da prática e as discussões sobre a teoria do poder também foram incluídas nesse debate, mesmo que posteriormente. Diversos estudiosos se preocuparam em investigar de que modo as ações humanas estavam atreladas dialeticamente a uma estrutura social, gerando movimentos de mudança e resistência nas diversas ações. Para alguns, a ideia de agência era a chave dessas

transformações (AHEARN, 2011, p. 55). Se agência é, em termos genéricos, a capacidade individual de agir, como essa ação se constitui?

O uso do termo precisa levar em consideração que, se por um lado, a agência está localizada nas pessoas, de que indivíduo ou pessoa nos referimos? Gell (1998) reforça que o ponto não é tomar agência como um instrumento classificatório, daqueles que possuem ou não agência. Trata-se, mais do que isso, de pensar *a relação* entre o agente e o paciente, no contexto em que essa relação se apresenta. Dito de outro modo, não é possível pensar em agência sem ter em conta uma noção sobre os agentes e, mais ainda, tomar o conceito de agência como *itself context-dependent* (GELL, 1998, p. 22; AHEARN, 2011, p. 54).

Nas discussões sobre a cultura material, problematiza-se a agência própria dos objetos. Miller (2010) questiona as abordagens tradicionais da antropologia sobre o tema e sobre a Teoria das Coisas, enfatizando que os objetos e as pessoas estão em uma relação dialética que é impossível de desatrelar. Assim, eles funcionariam como *settings,* eles nos informam sobre o que é e o que não é apropriado num determinado contexto. Sua efetividade está no fato de que nós os tomamos como óbvios, porque não os notamos.

> A conclusão surpreendente é que os objetos são importantes, não apenas porque eles são evidentes e fisicamente restritos ou ativos, mas o contrário. É com frequência precisamente porque não os *vemos.* (...) Eles determinam o que se passa na medida em que não temos consciência de sua capacidade de fazê-lo.[120]
>
> (MILLER, 2010, p. 50)

A teoria da prática, por outro lado, deu ênfase ao aspecto da reprodução dos mecanismos da estrutura, o que Bourdieu (1977) definiu como *habitus,* em que os indivíduos são constrangidos pela estrutura, com uma liberdade circunscrita por ela. O *habitus* pode ser entendido como

> a intervenção humana no mundo, através de pensamentos e de ações não premeditados, a qual é dada de acordo com a experiência particular de vida

[120] "The surprising conclusion is that objects are important, not because they are evident and physically constrain or enable, but quite the opposite. It's often precisely because we do not *see* them. (...). They determine what takes place to the extent that we are unconscious of their capacity to do so."

> adquirida pelo indivíduo até o momento em que se dá essa intervenção. Embora objetivamente o habitus se apresente como uma estratégia de atuação, ele não é produto de uma intenção estratégica previamente elaborada.
>
> (RAHMEIER, 2007, p. 34)

Isso dado, o *habitus* não pode, portanto, ter nenhum tipo de planejamento prévio. Sua aparência de naturalidade na verdade é a transformação de uma construção social e histórica em algo *natural.* Assim, as manifestações do *habitus* passam a ser uma projeção nas relações sociais, da estrutura do ser humano (RAHMEIER, 2007, p. 35). Tais manifestações geram novas práticas e as estruturas são afetadas, gerando novas manifestações, novas práticas. O *habitus* contém a matriz de variáveis e opções disponíveis para o agente, bem como os limites das suas ações.

Para Bourdieu, a prática é o processo no qual os agentes afirmam seu poder, através da criação, da manutenção ou mesmo da alteração das taxonomias simbólicas (VANDENBROEK, 2011, p. 483), as quais ganham assim, um aspecto *natural*.

A teoria da prática foi criticada e sofreu o abalo pós-moderno. Ortner (1996, 2001, 2006) propôs positivar os paradoxos dessa formulação, afirmando que os indivíduos são “pouco estruturados” (*loosely structured*) e que têm a capacidade de transformar o sistema que os produz. Sua teoria da prática inclui a agência e permitiu articular ideias em torno do poder e da intencionalidade.

Apesar de limitados e constrangidos pela cultura é possível agir para transforma-la. Esse tipo de formulação teórica permite que a antropologia escape da dicotomia sociedade *vs.* indivíduo e transcenda a própria definição de cultura e sociedade como dados. Como afirma Lalu:

> A questão da agência, ao que parece, pode ser colocada de outras maneiras do que em termos de sujeito autônomo ou sujeito autoral. . . . É preciso pensar pensar nas maneiras em que agência é

> constituída pelas normas, práticas, instituições e discursos por meio do qual são disponibilizadas.[121]
>
> (*apud* AHEARN, 2001, p. 114)

Um outro tema importante para o a discussão dos usos e definições de agência é a questão da intencionalidade. Essa é variável nos grupos e nos modos como as escolhas e negociações são feitas entre os indivíduos e nos grupos (HODDER, 2007). Esse tipo de análise, contudo, não pode ser reduzida aos efeitos da ação. É preciso levar em conta as estratégias de intencionalidade, de que maneira tais ações estão atreladas a elas, têm consequências fora das ações individuais[122] e como são interpretadas. A ideia de Miller e Tilley (1984, p. 7), sobre o *power over* entende que os efeitos da agência (coletiva ou individual) só podem ser atingidos pela agência dos demais, englobando portanto, uma dimensão dialética, relacional.

A antropologia linguística, por outro lado, pode auxiliar na identificação de limites e restrições num determinado conjunto de interpretações. Deste modo, os indivíduos podem reconhecer os mecanismos que os constituem *como discurso*. São esses discursos, portanto, que definem os limites das ações e das escolhas para transformar as próprias práticas e os indivíduos podem agir como autores para contradizer, romper os próprios discursos que os constituem (DAVIES *apud* VANDENBROEK, 2011). As transformações parecem estar limitadas pelas ações dentro da estrutura, na qual a agência é incorporada (HODDER, 2007).

Ahearn (2001) reforça que a chamada “estruturação frouxa”, proposta por Ortner, pode ser percebida na linguagem, e que se transforma no decorrer do tempo, afetada por contatos externos. Seu trabalho etnográfico e teórico propôs investigar as estruturas gramaticais e os seus padrões de uso a fim de compreender como a pessoas reproduzem e transformam a linguagem e a cultura (AHEARN, 2001, p. 120

---

[121] “[T]he question of agency, it seems, may be posed in ways other than in terms of the autonomous subject or authorial subject. . . . [We] may have to think of the ways in which agency is constituted by the norms, practices, institutions, and discourses through which it is made available.”

[122] Nessa discussão é preciso lembrar que a intencionalidade de um indivíduo antes de uma ação, ou no próprio ato de agir não está desvinculada do modo como isso é visto e apropriado pelos que participam ou observam. Hodder (2007) lembra do caso dos objetos apotropaicos, por exemplo, estudado por Gell (p.33). Sobre isso também ver Miller (2010).

ff.). Segundo a autora, a partir de Saussure e Bakhtin, é possível pensar a linguagem como experiência social, como mecanismo de autoridade, prestígio, na sua relação com a etnia e a com a formação de identidades. No caso da apropriação do conceito de agência, ela mesma afirma:

> Eu analiso as narrativas de casamento nepalenses e as cartas de amor a fim de determinar como as pessoas em Junigau interpretam as ações e atribuem a responsabilidade para eventos, culpando ou creditando os outros, atribuindo os acontecimentos ao destino, ou nomeando uma força super-natural. Em vez de tentar localizar, identificar e medir a agência, eu tento descobrir como as pessoas em Junigau conceituam-na. Quem é que eles acreditam que pode exercer agência? Será que eles a vêem como diferencialmente ou hierarquicamente distribuídos de alguma forma?[123]
>
> (AHEARN, 2011, p. 56)

É nesse sentido que a agência pode ajudar a compreender as cartas como documento relacional. As fronteiras entre objetos e indivíduos não são as mesmas e variam historicamente nas diversas sociedades (Merleau-Ponty 1945 *apud* HODDER, 2007; AHEARN, 2001, 2011). É justamente por isso que, mais do que definir o termo agência, é importante se apropriar das discussões e das formulações teóricas sobre o conceito, verificando em que medida as cartas e os indivíduos, que através delas se comunicam, operam suas próprias categorias culturais e sociais.

Todavia, deve-se evitar o excesso de politização dos sujeitos, o que pode ocorrer numa abordagem que limita o entendimento de poder. Agência é sinônimo de livre arbítrio, mas uma liberdade inserida no meio social. Ela não está restrito ao binômio resistência-acomodação. Os indivíduos não tem plena autonomia e consciência de sua situação em uma dada cultura, problema enfrentado pelas

---

[123] "I analyze Nepali marriage narratives and love letters in order to ascertain how people in Junigau interpret actions and assign responsibility for events by blaming or crediting others, attributing the events to fate, or naming a super- natural force. Instead of attempting to locate, label, and measure agency myself, I try to discover how people in Junigau conceptualize it. Who do they believe can exercise agency? Do they view it as differentially or hierarchically distributed somehow?"

teóricas feministas[124]. Ao contrário, como demonstrou Abu-Lughod (1993), as mudanças ocorridas numa dada cultura, tomados como sinônimos de subversão e resistência os quais são próprios das sociedades ocidentais e não podem ser projetados universalmente. A ideia de indivíduo moderna e ocidental como "racional" e "autônomo", é produto de uma visão etnocêntrica.

Mais do que apontar para uma solução à querela antropológica, interessa-me verificar, no caso específico das cartas egípcias, a capacidade individual de agir, expressa e promulgada no discurso, de acordo com um sistema lógico específico de uma sociedade em plena transformação, visível sobretudo na produção dos textos, tanto no modo como eram redigidos, levando em conta os contatos entre diferentes sistemas linguísticos, como também no próprio uso desse textos como forma de comunicação. Num sentido mais amplo, a ideia do que seria uma *carta* para os egípcios, tem inerente, uma materialidade que lhe é própria em seu contexto: a da escrita e do suporte. Uma agência egípcia seria possível? Como afirma Ahearn, "isso é especialmente importante para os antropólogos se perguntarem como concepções de agência podem diferir de sociedade para sociedade, e como essas concepções pode estar relacionadas com noções de pessoa e causalidade[125]" (2001, p. 113).

Ahearn demonstrou no caso do Nepal, que as transformações percebidas sobre o processo de alfabetização elucidavam outras transformações ocorridas naquele grupo. O letramento/alfabetização deriva os seus significados do contexto mais amplo em que é praticado. Mais ainda, os modos em que os aspectos da situação adquirem sentido são a partir dos atos de leitura e escrita[126]. Se os significados culturais adquirem sentido nas práticas de alfabetização (*literacy practices*) e nas formas de interação verbal, é possível verificar diversos tipos de

---

[124] Um dos problemas para a teoria feminista era equilibrar a ideia de opressão universal das mulheres com os movimentos de resistência e engajamento na causa feminista. As mulheres, ao mesmo tempo que sofriam com a opressão de um sistema social, precisavam se mobilizar para resistir a essa mesma dominação. Deste modo, havia um ponto de tensão que levou muitas das feministas a focar os estudos das mulheres (Women's Studies) a se dividirem entre abordagens que enfocam a opressão ou a resistência, criando um binômio difícil de acomodar o conceito de agência.

[125] "it is especially important for anthropologists to ask themselves how conceptions of agency may differ from society to society, and how these conceptions might be related to notions of personhood and causality"

[126] "literacy derives its meaning from the broader context in which it is practiced, and the ways that aspects of the situation acquire meaning from acts of reading and writing" (AHEARN, 2001, p. 128)

agência operando na reprodução e transformação dos significados culturais (AHEARN, 2001, 2011).

A autora propõe que o foco não deve ser uma interpretação definitiva, mas a procura de restrições sobre os tipos de significados que podem surgir a partir de um evento (2001, p. 112; 2011, p. 57), o que chamou de teoria da prática da restrição de significado (*practice theory of meaning constraint*). Apesar da pluralidade dos significados, eles estão muito bem delimitados. Assim,

> a teoria da prática do significado restrito deve incluir análises detalhadas da língua escrita e falada, uma vez que estão situadas nelas - e intrinsecamente parte de interações sociais. Somente através de tais investigações detalhadas é que a forma complexa em que as formas discursivas estão relacionadas com significados culturais e práticas sociais podem ser compreendidas[127].
>
> (AHEARN, 2011, p. 59)

É possível pensar, portanto, num tipo de *agência egípcia?* Em que medida as cartas no Egito antigo, podem problematizar e extrapolar a própria definição de carta como categoria universal? A linguagem e a escrita, mais do que meros transmissores de informação, precisam ser entendidos no seu contexto sócio-cultural, mas também na sua dimensão histórica.

Se por um lado a antropologia linguística propõe entender a linguagem como veículo em que as pessoas estão continuamente no processo de construção coletiva e os significados são co-construídos pelos participantes, como lidar com uma sociedade que está em transformação, exposta a múltiplos sistemas linguísticos? Como diferentes modos de agir e pensar, no caso do Egito ptolomaico, podem ser investigados tendo em vista esse debate teórico? De que maneira tais observações teóricas, levando em conta o imenso debate em torno do conceito de agência, pode emoldurar novos entendimentos sobre o gênero como instrumento analítico?

---

[127] “a practice theory of meaning constraint must include detailed analyses of written and spoken language as it is situated in - and inextricably part of social interactions. Only through such detailed investigations can the complex way in which discursive forms are related to cultural meanings and social practices be understood.”

Baines (2001a) afirmou que as cartas eram apenas a ponta de um iceberg. Mas os egiptólogos parecem não ter saído daí. No caso dos estudos de gênero, as cartas podem servir para indicar outros níveis da relação entre homens e mulheres, na linha que Daybell (2006, 2009) desenvolve para o estudo das cartas na Era Tudor na Inglaterra. Não se trata de verificar, através das cartas, o que homens e mulheres deixam ou não de fazer, mas como suas ações, sua linguagem e escrita expressam e acessam valores, práticas de uma sociedade em plena transformação. No caso egípcio, como essa sociedade durante o período ptolomaico opera, se assim for, diferentes sistemas de gênero?

Nesses termos, é preciso compreender as dificuldades dessas categorias no mundo egípcio, identificando os significados múltiplos e restritos dessas classificações.

5.2. As cartas no Egito antigo

A sociedade egípcia é particularmente interessante para se estudar os diversos modos de uma comunicação materializada na escrita, com seus diversos suportes e estratégias. Os antigos egípcios provaram que as cartas são documentos em que a atividade de se comunicar por escrito é fllexível e multifuncional. Por isso mesmo, as possibilidades de leitura são múltiplas.

Examinar as cartas do período ptolomaico esbarra necessariamente nas definições sobre o que era considerado uma carta, tarefa que no caso egípcio, está longe de ser fácil. Depauw (2006) sinaliza a ambiguidade do vocabulário e também o fato do material em demótico não estar isolado das tradições egípcias anteriores[128], já que muitas das cartas possuem semelhanças formais com outros documentos, como petições, contratos, etc. que se utilizam das fórmulas epistolográficas, mas têm finalidade e conteúdo distintos (DEPAUW, 2006; VANDORPE, 2008).

Além da natureza das cartas, do modo como eram confeccionadas e produzidas, é preciso levar em conta o público que tinha acesso a esses documentos. Sabemos que a maior parte da população egípcia não era letrada, sobretudo as mulheres, que não eram admitidas na carreira de escriba. Acredita-se que apenas 1% dos egípcios tinha acesso à leitura e escrita durante o período

[128] *cf.* DEPAUW (2006, p. 287). O autor retoma brevemente a quantidade do material disponível por período e por tipo de escrita.

faraônico (BAINES; EYRE, 1989). O advento do helenismo não parece ter alterado esses números. Entre as elites, é preciso acrescentar o fato de que, em geral, quem sabia escrever, não escrevia. Nos grupos mais abastados, as cartas eram em geral ditadas e o autor se dava ao trabalho de assinar ou registrar sua marca. Assim, a noção de privacidade das cartas toma outros contornos (VERHOOGT, 2009), como veremos adiante.

Os estudos sobre as cartas egípcias contemplam principalmente textos encontrados em Amarna (SILVERMAN, 1991), Saqqara, El-Lahun (WENTE, 1991; QUIRKE e COLLIER, 2002), Deir El-Medina, Medinet Habu (WENTE e CERNY, 1967; JANSSEN, 1991), Deir el-Bahari, Elefantina, Tebas, mas com poucos sobreviventes.

É difícil quantificar ou especular sobre a quantidade de cartas produzidas pela sociedade egípcia, mas a grande maioria dos documentos provém do Médio Império. Só para se ter uma ideia do problema, escavações no palácio de Malkata de Amemhotep III, encontraram aproximadamente 11000 selos pertencentes a cartas em papiros que desapareceram com o tempo (SWEENEY, 2001, p. 7, WENTE, 1991, p. 3).

Os documentos não foram sistematicamente traduzidos. Parte do material do Novo Império teve traduções dispersas (cf. SWEENEY, 2001, p. 7, 8, WENTE, 1991). A constituição de um *corpus*, de coleção ou arquivo nem sempre é óbvia e possível. Como esses documentos tendem a circular, com algumas exceções, a noção de arquivo em seu *stricto senso* é discutível[129].

Se a ideia de toda carta é estabelecer algum tipo de comunicação, o material egípcio amplia o espectro dessas definições. Muitos textos egípcios podem ser entendidos como cartas e não há consenso entre os autores sobre uma definição para *carta.* Nem para os egípcios. Eles podiam escrever para os mortos e para os vivos, e nem sempre a carta era de fato entregue ao seu destinatário, tendo uma dimensão simbólica mais do que funcional.

É comum os autores diferenciarem as cartas *reais* das cartas *fictícias*, ou literárias - incluindo aqui os exercícios de escribas (WENTE, 1990; SWEENEY,

---

[129] Janssen (1991) discute brevemente esse problema em relação ao material de Medinet Habu e Deir el-Medina.

2001; DEPAUW, 2006)[130]. Contudo, tal separação não é necessariamente útil ao estudo desses documentos. Assumindo que todas as cartas são verdadeiras, reais, uma vez que pretendem comunicar algo a alguém, é preciso levar a discussão a outros termos.

As cartas poderiam ser redigidas, a princípio, em qualquer material de acordo com a escolha da transportabilidade e da superfície (DEPAUW, 2006). Os papiros eram um material caro durante o período faraônico, o que fez que com que a maior parte das cartas nesse suporte fossem palimpsestos[131] (WENTE, 1991, p. 4). Isso acontecia possivelmente porque os documentos oficiais eram feitos com papiros frescos e que tinham um determinada época do ano para aparecer, comprometendo a oferta do material ao longo do ano, o que poderia ser um dos elementos que encarecia o custo do papiro. Entretanto, Depauw (2006) chama a atenção para o fato de que, mesmo com a queda do preço do papiro nos períodos tardios, havia um costume dos escribas economizarem e reciclarem esse material[132].

Os estudos que se dedicaram à compreensão das diversas formas de redação não fugiram da complexidade de definir uma carta. Bakir (1970) em seu estudo sobre as cartas do Novo Império (entre o fim da XVIII e início da XXI dinastia), se preocupou em identificar padrões de fórmulas, estilos, mas deu pouca atenção ao contexto social do material. Sua análise tem o mérito de incluir uma numerosa documentação, organizada e classificada de acordo com o local das coleções e a cronologia. O autor inclui também os óstracos e papiros, mas se restringe às cartas trocadas entre pessoas vivas. Wente (1990) levanta o problema das cartas ficcionais e inclui cartas do contexto religioso, mas exclui as chamadas *cartas-modelo*, que eram exercícios de escribas para a manutenção do estilo e das características próprias de uma carta, identificando um deslocamento do contexto original (o destino final das cartas), também excluídas por Depauw (2006).

---

[130] Depauw (2006) chama a atenção para os exercícios dos escribas como uma forma de manutenção do estilo e das características próprias de uma carta, o que prejudica a compreensão do contexto da produção de uma carta “original”.

[131] Eram papiros reutilizados. Alguns eram lavados ou levemente raspados para apagar as inscrições originais, garantido a reutilização.

[132] Depauw (2006, p. 71) aponta a discussão feita nos trabalhos de T.C. Skeat, *in Aegyptus* 75 (1995), p. 75-93, sobre o período helenístico e J.Janssen, *Commodity Proces from the Ramessid Period: an Economic Study of the Village of Necropolis Workmen at Thebes,* Leiden, 1975, p. 447-448.

Os egípcios possuíam muitos termos que poderiam designar cartas e as categorias são fluidas:

1) $šꜥt$ - O termo $šꜥt$ parece de fato se referir a uma “carta pessoal” de acordo com a leitura de Bakir (1970, p. 14). Pode ser traduzido também como um “testemunho” ou como um “documento autêntico”, indicando que o texto foi produzido pelo próprio autor da mensagem. Leituras feitas a partir do P. Berlin 8523, ll. 21-22 e 26-27, a carta pode conferir testemunho, um documento que garanta autenticidade; e no P. Mallet I, iv, 5-7, conferindo autoridade. Nesses tipo de carta é comum dois tipo de construção:

a) $ḥft + sḏm.f$

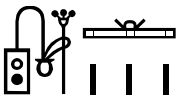
b) wnn + sentença nominal

Bakir argumenta ainda que o termo $šꜥt$ parece ser genérico a todo tipo de comunicação epistolar e pode ser visto em conjunto com outros termos, como $sš\ šꜥt$ “escriba responsável pela correspondência” ou “secretário privado”, ou ainda $pȝ\ sš\ šꜥt\ n$ Pr-$ꜥȝ$ “escriba da correspondência do faraó”, que era responsável pelas cartas oficiais e não oficiais.

2) $wḫȝ$ - Este termo não era utilizado e conhecido antes da XIX dinastia. De acordo com Bakir (1970, p. 16), ao analisar os papiros LES 66, 9-13 e LEM 46, 15-16, diferenciando o uso de $šꜥt\ e\ wḫȝ$[133], este último parece estar associado a um tipo de comunicação proveniente de alguém com autoridade, um edito. Trata-se de uma comunicação real ou de uma autoridade semelhante, do mesmo modo no contexto religioso, de um nb-r-$ḏr$ “Senhor do Universo”.

---

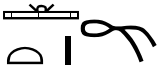
[133] “Onde está a $wḫȝ$ de Amon, que está na sua mão? Onde está a $šꜥt$ deste primeiro profeta de Amon, que está na sua mão? ... Eis que você não tem nem $wḫȝ$, nem $šꜥt$ em sua mão” (LES 66, 9-13). A outra passagem:
Quando a $wḫȝ$ de Faraó, l.p.h., chega até você, você vai escrever uma $šꜥt$ para este seu escriba” (LEM 46, 15-16).

3)  $ss\check{s}$ - É o termo para carta no Médio Império. Parece estar associado a modelos de carta, de um tipo mais "oficial" até meados da XIX dinastia. Refere-se também à prática da escrita propriamente dita; é o verbo que pode ser acompanhado pelos determinativos do rolo de papiro ou fio ( ) [134].

4) $p\mathfrak{z}\ h\mathfrak{z}b$ - Trata-se do termo para "enviar" a mensagem. Este envio pode incluir o rei. Pode significar tanto a mensagem inteira, como parte dela. Os dois verbos têm o determinativo (que indica também movimento) e podem se referir também ao ato de inserir, incluir (no envelope).

5) $wstn$ - Termo conhecido como uma carta, similar a $wh\mathfrak{z}$ mas sustentando autoridade de quem a envia.

6) $wsty$ - Despacho de um rei. Parece ser também uma variação do termo $wstn.$

7)  ou (variação) $md\underline{d}\mathfrak{z}t$ - Termo utilizado para designar "cartas" no Antigo Império. No Novo Império o termo passou a designar "documento" numa assepção maior.

Deborah Sweeney (2001) trabalhou com as cartas do período ramessida, com foco nas questões relativas ao gênero, principalmente na representação do diálogo dentro das convenções literárias. Sua grande contribuição é pensar um modelo socio-linguístico que leve em conta os diversos modos como homens e mulheres se comunicavam, escolhendo distintos empregos da língua. Para a autora, representam mais do que o reflexo de trivialidades cotidianas (2001: 1). São um tipo de conversa à distância

---

[134] De acordo com Faulkner (1991) $ss\check{s}$ o termo pode ainda significar "inscrever", "desenhar", "pintar".

> no sentido de que os antigos egípcios se comunicavam com o outro, reagiam e respondiam ao que seu correspondente tinha a dizer e redigiam suas próprias mensagens em antecipação às respostas que esperavam receber.[135]
>
> (SWEENEY, 2001, p. 1)

O trabalho de Leo Oppenheimer *Letter from Ancient Mesopotamia* (1967) já dizia que não se pode reduzir a escrita a um tipo simples de comunicação, sobretudo porque as escolhas de preferências, a variedade de inibições e pressões afetam o conteúdo da mensagem, principalmente porque podem ser planejados e negociados antes que o destinatário da mensagem a leia, comprometendo a veracidade dela (*apud* Sweeney, 2001, p.1). Cartas são um tipo de documento que têm suas próprias convenções, subordinadas ao tipo de relação constituída entre os correspondentes. No caso egípcio, é preciso levar em conta ainda a produção feita à "quatro mãos e muitos ouvidos", conferindo ao texto diferentes tons dependendo do seu propósito, como os documentos legais por exemplo, em geral redundantes.

Apesar de Depauw (2006) se deter especificamente nas cartas em demótico, destaca o problema da definição do termo em seus aspectos mais gerais. O vocabulário para ele, apresenta ambiguidades e as considerações teóricas sobre o tema ficaram restritas a problemas de estilo. Em geral uma carta é uma comunicação entre duas ou mais pessoas, por escrito, trocadas entre indivíduos específicos em invólucros onde o nome e/ou endereço do remetente é omitido. Nesse modelo, o mensageiro teria que saber para quem enviar a mensagem e ser capaz de, ao menos, revelar a identidade de quem a enviou (DEPAUW, 2006, p. 3).

Depauw lembra que a atribuição de um significado para cartas não foi consenso na Antiguidade. Cícero (séc. I a.C.) afirmava que as cartas eram *um substituto para um verdadeiro discurso* ou "diálogo pelo meio da escrita"; Demétrio de Faleros (séc 1 a.C.) dizia que a carta era metade de um diálogo (*apud* DEPAUW, 2006, p. 4). Outras definições posteriores de Libanius ou Proclus (séc. IV-VI d.C.): "uma carta é a comunicação escrita para cumprir um determinado objetivo, no qual o

---

[135] "in the sense that the ancient Egyptians communicated with one another, reacted and replied to what their correspondent had to say and phrased their own messages in anticipation of the responses they hoped to receive."

remetente, que está separado espacialmente do destinatário fala como se estivesse em sua presença" (*apud* DEPAUW, 2006, p. 4).

A classificação das cartas tem processos distintos, pois podem levar em conta critérios específicos, dependendo do que se quer investigar. Aspectos como o conteúdo, fórmulas, o tipo de texto e sua relação com os correspondentes não são fáceis de determinar e rastrear. Depauw (2006) lembra ainda a dificuldade de determinar, para a maioria dos documentos, um contexto preciso que auxilie na identificação dos critérios. As cartas, segundo Depauw (2006) podem apresentar algumas características:

- Textos escritos pelo remetente na presença física do destinatário;
- Textos escritos pelo remetente sem a intenção de que seja transportada ao destinatário;
- Textos que poderiam ser escritos pelo remetente como se o texto fosse produzido na presença do destinatário.

No caso deste último, por exemplo os textos literários escritos em fórmula epistolar nunca tiveram a intenção de ser transportadas para o destinatário. Ainda nesse mesmo contexto, as cartas para os deuses apresentam um outro problema, o destinatário não é humano. Portanto, critérios como separação espacial e presença física passam a ser bastante problemáticos. Um outro modelo classificatório é o que separa as cartas pelo tipo de conteúdo, em geral atrelado ao modo como as fórmulas estão escritas.

Para Bakir (1970, p. 14), é preciso considerar a que tipo de comunicação se faz referência: escrita, verbal, oficial ou puramente pessoal. Nesse contexto, o autor divide as cartas, tanto em papiros como em óstracos, em 3 categorias:

a) correspondência real privada;
b) didática, algumas vezes composições artísticas, baseadas em cartas reais ou fictícias, a fim de servirem como modelos;
c) cartas que podem ser modelos (exercícios) ou rascunhos para cartas verdadeiras.

Se a tradição epistolar egípcia interfere no tipo de texto escrito nos períodos tardios, a documentação em demótico e em grego permite observar algumas dessas permanências. A comparação entre os dois tipos de textos pode indicar as tensões

entre tipos diferentes de agência, mas devemos levar em conta ainda outros aspectos.

5.2.1. Material e Tipologia.

No que diz respeito à produção das cartas, faz-se necessário evitar determinismos. É evidente que considerar o material utilizado para o suporte do texto fornece elementos que permitem rastrear algumas das funções e condições sociais de sua produção, mas não se pode explicar as cartas unicamente por isso.

De outro lado, a análise paleográfica dá elementos para indicar mãos mais habilidosas que outras, sugerindo, por exemplo, diferentes percepções no nível de letramento. Cribiore (2002) chama a atenção para a negligência dos pesquisadores para esse tipo de abordagem. Pestman (1965, p. 14-16) sugere dois modelos distintos:

- Tipo I: escrita cursiva desenvolvida por um escriba profissional ou por alguém com habilidade para escrever. Muito comum nas cartas que eram ditadas pelo remetente. A escrita pode auxiliar na datação dos documentos já que, geralmente, obedece ao estilo do período. Muitos documentos oficiais estão agrupados nessa categoria, já que eram produzidos por escribas profissionais, especializados na elaboração de determinados tipos de texto (contratos, etc.);
- Tipo II: escrita individual. É a mais complexa e difícil de ler, podendo incluir textos com boa ou péssima caligrafia.

Cribiore (2001, 2002) desenvolve, por exemplo, uma discussão sobre os diferentes níveis de letramento a partir da observação de distintas caligrafias nos documentos. Há evidências de diversas mãos participando da confecção de uma carta. O arquivo de Apolônio, um *stratego* em Apollonopolites Heptakomia[136] entre 113 e 120 d.C. contém 25 cartas de mulheres, em grego. Diferenças no tamanho das letras, na organização dos espaços entre palavras e frases pode demonstrar maior ou menor familiaridade com o texto epistolar. Mesmo o adendo de saudações e outras fórmulas podem indicar a presença de outras mãos na redação do texto, como as observações feitas nos papiros P. Giss 17 e P. Alex.Giss. 50 (Cribiore, 2002, p. 161).

---

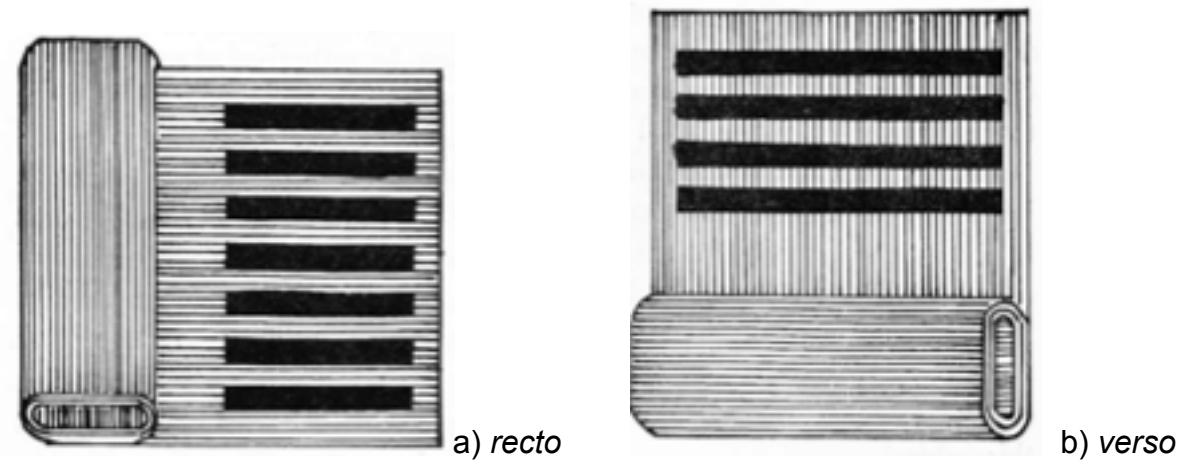
[136] Atual Kom Isfaht.

Os documentos oficiais eram produzidos por escribas profissionais em sua posição e capacidade reconhecidas pela instituição a qual ele pertencia. Em geral, esses textos eram produzidos a fim de serem lidos por indivíduos ligados a instituições semelhantes, circunscrevendo o espaço de circulação desses textos. Assim, tanto a identidade de quem escrevia, quanto a do destinatário, não eram essenciais na produção do documento.

No que diz respeito ao material, parte significativa das cartas se encontra em papiros, enquanto que a outra porção representativa está em óstracos. Outros materiais foram utilizados, como tábuas de madeira e pedaços de couro, mas não chegam a ser representativos quantitativamente.

Os óstracos, por exemplo, em sua maioria, não continham o endereço do destinatário, o que pode indicar que essas mensagens fossem transmitidas oralmente, não exigindo um alto grau de confidencialidade (WENTE, 1991). Em geral, os óstracos contém pedidos breves e relativos a questões práticas do cotidiano. Muitos dos casos de exercícios de escriba, por exemplo possuem registros em óstracos e papiros reutilizados, mas nem sempre é fácil identificar o que o texto é.

Os papiros em geral apresentam um padrão para a elaboração do texto. O *recto* do papiro é a parte onde as fibras correm horizontalmente (PESTMAN, 1965) e o *verso* onde elas se posicionam na vertical.



a) *recto* b) *verso*

FIG.10. Modelo de preparação dos papiros. (In: BAKIR, 1970, p. 20)

Depauw (2006) ao discutir o formato das cartas em demótico chama a atenção para dois tipos de formatos. Nos períodos mais tardios, as cartas tendem a ser em alto formato enquanto nos períodos anteriores respeitam o formato largo.

A discussão sobre os aspectos formais nos papiros está diretamente ligada ao problema da autoria dos textos. As análises paleográficas apontam para esse tipo de problema e parece ser difícil mapear precisamente, por exemplo, a relação entre o escriba e quem ditava o texto.

Além da dificuldade da identificação dos sinais, sobretudo no caso dos textos em demótico, os papiros contém um número significativo de abreviações, que serviam para simplificar o processo da redação por parte do escriba, o que nem sempre facilita a leitura. A omissão do final da palavra, por exemplo, e a presença de símbolos eram frequentes nos textos (PESTMAN, 1965, p. 15).

No que diz respeito à língua é preciso mais atenção ao examinar os textos. Como dito, nem sempre a língua utilizada no documento é indicadora de uma identidade cultural, sobretudo no caso do Egito durante o domínio dos Ptolomeus. É preciso considerar ainda o grande número de empréstimos de uma língua a outra, como ocorre no caso dos nomes próprios, visível em contratos de propriedade e casamento. Parte da justificativa ao processo (bem-sucedido) de helenização foi elaborado a partir do exame deste tipo de intercâmbio: os textos produzidos em grego, mesmo de origem egípcia (ou qualquer outro “bárbaro”) demonstrou uma apropriação de termos locais para o grego, inclusive subordinados às declinações e estruturas gramaticais gregas (PESTMAN, 1965, CLARYSSE, 1998), mas isso não significa que esse tipo de apropriação se desse para além desse tipo de fonte.

Depauw (2006, p. 296) chama a atenção para a inexistência de cartas escritas em grego e demótico no mesmo suporte material. O contato das duas epistolografias (grega e egípcia) é ilustrada pela evolução formal das duas sobretudo nos paralelismos entre as fórmulas. Há poucos indícios de traços caracteristicamente “gregos” em demótico, não apenas na importação dos estilos, mas também na redação de alguns sinais. Os egípcios foram contratados pelos

gregos e rapidamente aprenderam o novo idioma, de modo que passaram a ser utilizados pela administração grega para redigir os textos[137] .

No III século a.C. o *corpus* em grego é mais limitado, incluindo as cartas, em que o uso do pincel egípcio é mais evidente do que a caneta grega. Clarysse (1993) afirma, com base nesse tipo de evidência, que os documentos eram escritos pelos escribas egípcios, que poderiam ser os remetentes das cartas ou secretários de oficiais gregos de menor escalão. Os textos produzidos nesses moldes eram rascunhos ou textos menos oficiais, anteriores a 230 a.C., o que demonstra que os egípcios tinham aprendido grego o suficiente para serem empregados como escribas pelos gregos ou para usar o grego como segunda língua. Depois de 230 a.C os textos escritos com pincel desapareceram, podendo indicar um certo grau de helenização, mais do que uma simples adaptação dos escribas.

5.3. Quem lê e quem escreve? Discussões sobre o letramento no Egito Antigo.

A discussão sobre o nível de letramento na sociedade egípcia ganhou certa visibilidade com os artigos de Baines (1983) e Baines e Eyre (1989). Apesar da escrita ser um elemento essencial para compreender a sociedade egípcia e sua cosmologia, o tema da alfabetização foi pouco explorado. É curioso que, apesar dos pesquisadores darem tanta ênfase ao texto como documento, pouco havia sido discutido sobre quem tinha de fato acesso a eles. Mais ainda, os modos como esses textos se relacionavam diretamente aos indivíduos, sua agência, foi um tema não visitado. Ao mesmo tempo, estudos sobre a educação concentraram-se no período grego-romano (CRIBIORE, 1996, 2001), mas com ênfase nos papiros gregos.

Bowman e Wolf (1994) chamam a atenção para o fato de que somos *graphocêntricos* no estudo do passado. Além disso,

> acreditamos que o letramento nos permite alcançar nossos potenciais plenos, enquanto indivíduos ou como sociedade, e, inversamente, que o letramento é uma das

[137] Esses indícios podem ser observados mais claramente no instrumento usado (pincel ou *kalamos* grego), visível na caligrafia. Clarysse (1993) discute a presença de “egipcianismos” nos textos gregos, bem como a presença de nomes gregos e egípcios nos papiros a fim de demonstrar que os escribas egípcios não eram semi-letrados em grego, ou “bradéos grafontes”.

> causas de fracasso pessoal e atraso econômico e político [138]
>
> (1994, p. 1)

Apesar do tema do letramento (*literacy*) ter sido discutido, não chegou a avançar significativamente na Egiptologia, principalmente no caso das mulheres, conforme apontou Betsy Brian (1984). Na prática, o trabalho do Prof. Baines acabou se tornando a grande referência para a questão. Quantificar o número de egípcios que sabiam ler e escrever parecia ser o ponto de partida para muitos pesquisadores que queriam pensar o papel da escrita; questão que não é, senão impossível de ser respondida, mas mascara outros problemas.

É preciso fugir da ideia de que a escrita traz em si o progresso. O letramento não opera uma força autônoma na história capaz de gerar transformações, seja progresso, emancipação ou repressão (BOWMAN e WOLF, 1994, p. 2-3) Essa noção moderna, ocidental, sobre o papel do letramento encobre outros aspectos dos usos e apropriações da escrita no mundo antigo. Como diz Kraus, a ausência de letramento não pode ser vista como sinônimo de barbarismo (2000, p. 324). Seguindo essa linha, a leitura e a escrita não podem ser tidas como norma, tão pouco como pré-requisito para o exercício de atividades que garantam a sobrevivência. Mais ainda, ela não é um elemento que exclua os indivíduos da vida social, especialmente no mundo antigo (KRAUS, 2000, p. 324).

O letramento não é um "pacote fechado" (BOWMAN e WOLF, 1994), mas envolve diversas habilidades numa gama variada de textos. Como afirma Cribiore (1996, p. 10), a escrita pode ser dividida em quatro aspectos distintos:

1) escrita como a habilidade física de traçar caracteres ou palavras;
2) escrita como o ato de copiar ou escrever a partir de um ditado, o registro das palavras de outro;
3) escrita como elaboração de unidades lexicais, sintáticas e retóricas do discurso, em padrões com significado;
4) escrita como a capacidade autoral de produzir um texto independente e original;

---

[138] "we believe that literacy enables us to achieve our full potentials, whetheras individuals or as societies, and conversely that iliteracy is a root cause of personal failure and economic and political 'backwardness'."

Aqueles dotados da capacidade de ler e escrever não necessariamente se comportam de modo distinto dos que são privados disso. Mais ainda a apropriação da escrita não necessariamente promove uma revolução intelectual (BOWMAN e WOLF, 1994). Esse tipo de preocupação esbarra também na ideia de que a elite *letrada* era, necessariamente, *culta.* Tal visão, apoiada num ideal iluminista de educação, assume, por outro lado, que aqueles que não tinham acesso à leitura e à escrita eram estigmatizados (KRAUS, 200, p. 324) e desqualificados.

Assim, quando retomamos a ideia de Baines e Eyre (1989) sobre o nível de letramento no Egito, durante o período faraônico, estimado em aproximadamente 1%, é preciso levar em conta o modo como pensamos essa elite. Esse grupo não ocupava essa posição por causa da sua capacidade de leitura e escrita. Em outras palavras, o letramento não é um fator que determina *per se* a distinção social. Ele pode fazer parte dos atributos dessa elite, mas não é central.

Se recuperarmos a estatuária egípcia dos vários períodos, em que parte da elite masculina se representa como escriba, é possível identificar aí um elemento de distinção social: a escrita é *também* um elemento de empoderamento, mas não o único, nem isolado. Isso pode ser particularmente difícil no caso do Egito porque a escrita, como já foi dito neste trabalho, tem registros diferentes para fins específicos. O hieroglifo, como afirmou Baines (1983), faz parte do *decoro* e, por isso mesmo, não se misturava com outros registros de comunicação.

Nesse sentido, como reforça Janssen (1992), independentemente do número de letrados que existiram ao longo da história egípcia, estamos falando de uma sociedade letrada (*literate society*): exposta aos sinais, à monumentalidade da escrita, ao seus efeitos mágicos e claro, ao seu aspecto instrumental. Assim, é preciso separar o letramento dos indivíduos do seu uso como ocupação (BAINES, 1983).

Estudos sobre a vila de Deir el-Medina, por exemplo, colocam a questão do letramento sob outros aspectos. Mesmo sabendo que a vila é um contexto de exceção diante do resto do país, é possível observar, sobretudo pelo grande número de óstracos, que os níveis de letramento eram variados e operavam simultaneamente. Janssen (1992), ao criticar a abordagem de Baines (1983, p. 584), salienta que é possível que a competência de leitura não fosse a mesma da escrita, constituindo um grupo de “semi-letrados” (JANSSEN, 1992, p. 81). Assim, essas

pessoas poderiam reconhecer alguns sinais; elas poderiam até ter tido algum tipo de educação prévia, mas já que suas atividades não exigiam a prática da escrita, essa competência poderia ser obsoleta.

Num outro nível, é preciso lembrar que apesar da ausência do letramento, o fato dos indivíduos *falarem* a língua nativa, poderia auxiliar na compreensão de alguns sinais, sobretudo se lembrarmos que os egípcios nunca perderam o aspecto pictórico dos sinais escritos. Dito de outro modo, os hieróglifos tem uma meta linguagem que favorece a compreensão das palavras[139].

Deslocando a discussão para períodos tardios, sobretudo o período da ocupação grega, foco desta pesquisa, é preciso pensar numa sociedade multilinguística, como afirma Ray (1994) que, ao menos a princípio, ou tinha conhecimento, ou era exposta a dois ou mais sistemas distintos de escrita, bem como as línguas. Cribiore (1996) atesta a existência de escolas nas áreas urbanas do Egito ptolomaico, enquanto que nas pequenas vilas da região rural, a educação estava aos cuidados dos pais, o que dificultava o acesso a muitos jovens. A própria ideia de escola nesse período precisa ser deslocada da ideia de uma instituição nos padrões modernos, pós era napoleônica.

O modelo grego de educação, que é importado em certa medida ao Egito após o domínio dos Ptolomeus apresenta distintos modelos do que poderíamos chamar de escola. O termo *didaskaleion*, "escola" designa em geral o local onde é feita a instrução, enquanto que o termo *schole*, refere-se à atividade do aprendizado[140]. Não há indicações exatas de como esse local era, nem do modo como essas atividades eram desenvolvidas[141]. Um outro termo ainda utilizado era o *ginásio*, mas não há evidências de que no Egito ele estava associado a atividades acadêmicas (CRIBIORE, 1996), mas poderia estar reservado a atividades sociais, atléticas e religiosas.

---

[139] Discussão desenvolvida por GNANADESIKAN (2009), p. 43

[140] No caso grego em especial, a análise dos papiros e óstracos feita por Cribiore indica que os alunos faziam diversos tipos de exercícios, desde cópias do alfabeto, de pequenas palavras e frases e há também a indicação de ditados.

[141] Para mais detalhes, ver CRIBIORE (1996), p. 13-26. A autora apresenta as evidências documentais sobre o modo como, possivelmente, os alunos recebiam instrução, além do local onde isso era realizado.

Nesse meio, a discussão sobre o poder que um ou outro sistema de escrita exercia precisa estar associado ao modo como determinado grupo se apropriava dele. Em outras palavras, a elite poderia determinar o *status* e o modo como determinados textos são utilizados para legitimar seu comportamento, podendo até impedir ou restringir a circulação de alguns textos (BOWMAN e WOLF, 1994, p. 6-7). Cribiore lembra que:

> (...) aprender a escrever na escola antiga não era regido pelas mesmas regras rígidas que regulamentam o processo de aprender a ler, e a capacidade limitada de escrever, em que o treinamento extensivo geralmente é precedido pela leitura. As fontes antigas dedicam muita atenção à aquisição da leitura, ou falam em termos gerais, de uma 'educação em letras', prestando pouca atenção à habilidade de escrever de forma isolada. No entanto, a suposição de que as duas habilidades fossem atingidas ao mesmo tempo e de acordo com os mesmos princípios pedagógicos é injustificada, e os estudos mais sofisticados sobre alfabetização agora tendem a distinguir entre os componentes necessários de leitura e escrita de alfabetização. Não só na Idade Média e no início da Europa moderna, mas também na antiguidade, a capacidade de ler e a capacidade de escrever não eram necessariamente interdependentes[142]
>
> (1996, p.9)

Antes de voltarmos ao demótico, vale lembrar como a leitura era um dos fatores de de demarcação social também na sociedade grega. Johnson (2000) retoma a discussão sobre o caráter performático das atividades de leitura no mundo grego, evidenciados em autores como Plutarco, salientando a presença dos rolos de papiro em ocasiões sociais (2000, p. 614, 615). Thompson (1992a) recupera brevemente a discussão sobre o papel da escrita na Grécia Clássica, questionando se a adoção de um sistema alfabético pode ter afetado o uso da escrita pelos gregos. Num aspecto mais geral, o fato da escrita ser essencialmente secular pode ter influenciado o modo como o letramento se espalhou na sociedade grega.

---

[142] "learning to write in the ancient school was not governed by the same rigid rules that regulated the process of learning to read and that a limited ability in writing usually preceded extensive training in reading. The ancient sources devote much attention to reading-acquisition, or they speak in general terms of an "education in letters," paying scant attention to the skill of writing in isolation. Nonetheless, the assumption that the two skills were attained at the same time and according to the same pedagogical principles is unwarranted, and more sophisticated studies of literacy now tend to distinguish between literacy's necessary components-reading and writing. Not only in the Middle Ages and in early modern Europe but also in antiquity, the ability to read and the ability to write were not necessarily interdependent"

No caso do Egito Ptolomaico, é importante lembrar que a educação grega não pode ser entendida como a mesma da Grécia Clássica. Estudos apontam para que a ideia de uma educação grega no Egito Ptolomaico, entre as comunidades de origem grega, eram uma tentativa de manter uma identidade grega, em oposição a uma possível egipcianização (*cf.* CRIBIORE, 1996, 2001). Não havia um modelo de educação que convergisse para um projeto de helenização, conforme apontamos já no capítulo 5. Os estudos sobre os textos demóticos, em grande maioria não publicados, não fazem referência clara ao modo como as crianças eram educadas[143].

Curiosamente, Baines (1983, p. 584) afirma que o nível de alfabetização deve ter caído no Egito ao final do Novo Império até o início do período greco-romano, para depois voltar a crescer, sobretudo com a presença dos gregos letrados. Thompson (1992 a, p. 82) lembra que a longo prazo é de fato crível que o número de pessoas letradas em grego tenha aumentado, já que o domínio dos Ptolomeus se consolida, mas nos primeiros anos da ocupação, as evidências são mais difíceis de serem rastreadas.

De modo geral, gregos e outros estrangeiros devem ter sido uma porção pequena da sociedade egípcia durante o período ptolomaico[144], mas o grupo que ocupou cargos importantes precisou contar com a ajuda dos sacerdotes para administrar os templos e as terras, que antes já tinham sido submetidos ao regime persa. Nesse sentido, não parece, como afirma Thompson (1992a, p. 83, 84) surpreendente um regime de cooperação. É possível que a nova administração grega precisasse daqueles que já tinham conhecimento do cargo, facilitando a participação tanto dos egípcios, como dos gregos. Portanto, quando se discute o letramento nesse período, tendo em vista esse quadro social, é preciso verificar o domínio (parcial ou total) do grego e do demótico. O demótico, como outro tipo de escrita, foi utilizado para diversas finalidades (BAINES e EYRE, 1989; RAY, 1994; DEPAUW, 1997, 2006; CLARYSSE, 1998), daí a discussão em torno do letramento

---

[143] Os estudos sobre a educação no Egito durante os período ptolomaico e romano são, inevitavelmente, helenocêntricos. Pode-se identificar um modelo semelhante nos papiros encontrados na região oriental, então dominada pelas côrtes helenísticas que pretendem manter um certo ideal grego, não necessariamente convergindo num processo de helenização hegemônico, mas mantendo a distinção com os nativos. Sobre isso, ver Cribiore (2001).

[144] Vale lembrar a dificuldade de estabelecer números confiáveis para essas estimativas. Baynes e Eyre (1983) estimam aproximadamente 10% do total da população. Para isso ver p. 69 e 70.

precisar ser ampliada e não ficar restrita a ideia de uma “escrita popular” (ver capítulo 2). Ao mesmo tempo, no Egito ptolomaico:

> Pessoas diferentes se engajavam em diferentes tipos de escrita: não apenas de acordo com sua capacidade, mas também de acordo com a tarefa que a escrita estava destinada a desempenhar. Escribas profissionais geralmente copiavam livros, muitas vezes usando sinais formais e altamente estilizados, controlados por normas precisas. Em outras ocasiões, eles usaram ligações e tinham mãos mais ágeis. Os textos literários são reconhecidos pelas suas qualidades regulares, legíveis e impessoais das mãos que os copiaram. Mas às vezes, as pessoas letradas, os próprios leitores, copiavam seus livros. [145]
>
> (CRIBIORE, 1996, p. 5)

As discussões sobre o domínio do demótico e as habilidades da população em operar essa escrita foram contemplados em relação aos seus usos administrativos (RAY, 1994; THOMPSON, 1992a, b; 1994) por vezes combinados com análises associadas ao processo de helenização (CLARYSSE, 1998).

Os trabalhos de Thompson (1992a,b; 1994) se preocupam em analisar o uso do demótico frente ao aumento de papiros produzidos no período ptolomaico. Se há um aumento significativo de registros escritos, isso se deve a um aumento de poder pelos gregos na burocracia? Apesar do seu trabalho ficar restrito aos textos burocráticos, tem o mérito de combater a ideia de que o texto em grego era mais fácil do que o egípcio, o que teria supostamente contribuído para um aumento do índice de letrados.

Ray (1994) aponta para a necessidade de diferenciar quem lia de quem escrevia em demótico, discutindo a sobreposição de uma elite ao grupo governante. O autor sugere que o grupo de escribas profissionais que operavam em demótico não pode ser tomado como monolítico. Ao contrário, observando a qualidade dos textos encontrados em papiros e óstracos, é possível considerar dois grupos distintos: o primeiro com capacidade de criar textos demóticos originais, de acordo

---

[145] “Different people engaged in different types of writing: not only according to their ability but also according to the task that the writing was intended to fulfill. Professional scribes usually copied books, often using formal and highly stylized scripts that were controlled by precise norms. At other times they used more ligatured hands at higher speed. Literary texts are usually recognizable by the regular, legible, and impersonal qualities of the hand that copied them. But sometimes literate people, the readers themselves, copied their own books.”

com as demandas sociais e o segundo, se restringia a um conhecimento mais superficial e limitado, mas capaz de reproduzir textos concebidos a partir de determinados modelos.

O caso das cartas ilustra esse tipo de questão. Apesar de algumas fórmulas serem constantes e presentes nos textos em papiro (*ḥrw bȝk,* "a voz do servo") é discutível em que medida os textos de fato eram produzidos a partir de um modelo, principalmente nas cartas sobre temas cotidianos.

Um problema relevante na discussão do letramento, sobretudo no caso do período ptolomaico é a presença de "escribas públicos"- os *epistolagraphós.* Não são raras as vezes que as mulheres utilizavam mensageiros oficiais, em geral há menção de "aquele que leva essa mensagem". Os mensageiros eram chamados de *epistolaphoros, grammatephoros* ou *symmachos.* Os *epistolaphoroi* carregavam as correspondências oficiais e estavam organizados por *nomos.* Por volta do século IV d.C. os mensageiros foram chamados de *grammatephoroi* e que poderia indicar também um serviço informal, sendo realizado até mesmo por mulheres[146]. Wente (1991, p. 8, 9) chama a atenção para a fragilidade desse argumento no período faraônico:

> Parece mais provável que os serviços de algum membro da família ou conhecido que sabia escrever. Em Deir el-Medina, onde o grau de alfabetização foi maior que a média, os escribas que realizaram esse papel para os habitantes analfabetos da vila, eram funcionários do governo e, portanto, não são comparáveis com os escribas autônomos cuja existência nos tempos faraônicos foram postulados[147].
>
> (p.9)

Há poucos indícios de um serviço postal no Egito antigo, sobretudo porque muitas das cartas não apresentam evidências da presença de um endereço para onde seriam remetidas. Associado a isso, cabe questionar a ideia de que havia um grupo de escribas desempregados disponíveis para a escrita de cartas à população

---

[146] Ver *P. Oxy. 14.1773* em Bagnall e Cribriore (2006), p. 39.

[147] "It would seem more likely that services of some family member or acquaintance who knew how to write. At Deir el-Medina, where the degree of literacy was higher than average, the scribes who performed such a role for illiterate inhabitants of the village, were government employees and thus not comparable to the self-employed village scribe whose existence in pharaonic times has been postulated."

iletrada, pouco provável mesmo nos períodos posteriores. Janssen (*apud* SWEENEY, 2001), sobre as cartas do British Museum, demonstra que algumas nao tem fórmulas de endereçamento, e sugere que a correspondência era entregue em mãos por um emissário que sabia o endereço do destinatário, possivelmente alguém conhecido ou próximo do remetente.

A recepção das cartas é um outro problema. Esse tipo de texto deveria ser lido em voz alta quando chegavam ao destinatário, o que reforçaria, para alguns, a ideia de um diálogo, da extensão de uma conversa (VERHOOGT, 2009). Ao mesmo tempo, o conteúdo das cartas não apresenta nenhum convite à introspecção, o que mais uma vez, problematiza as fronteiras do espaço doméstico.

Retomando a discussão sobre a produção e a circulação das cartas no mundo antigo, o trabalho de Verhoogt (2009) sobre as cartas apoia-se também numa experiência de pesquisa etnográfica no Mali. O autor procura identificar o aspecto social da leitura e escrita das cartas através dos papiros. Goody (2003, p. 51) já afirmava que a leitura no mundo antigo era feita em voz alta e a ideia de uma leitura silenciosa, introspectiva só faria sentido com o advento da imprensa na era moderna, o que também é discutível, já que não se pode generalizar o processo de chegada da imprensa em toda a Europa.

O mérito do trabalho de Verhoogt é se apropriar das coletâneas já publicadas de cartas, em especial o material grego, e identificar ali alguns aspectos da interação entre os indivíduos na redação das cartas. Essa interação de diferentes participantes pode ser observada em modificações da linguagem e da paleografia, como já discutido.

Verhoogt analisou especialmente as saudações das cartas ao final do texto, como uma das evidências de que a mensagem era ditada. Um outro exemplo é a presença de correções no texto, que indicam possivelmente a participação de uma outra pessoa, visível na caligrafia. Alguns estudiosos assumem que se trata do remetente realizando algum tipo de personalização da carta (VERHOOGT, 2009, p. 11) produzida por um escriba profissional ou secretário com habilidade de escrever.

A presença das assinaturas não indica necessariamente o aumento dos índices de letramento, já que sabemos que mesmo a elite letrada utilizava escribas e secretários para a redação dos textos. Essa simultaneidade na redação pode a

princípio ser um problema para os estudos de gênero, pois fica - aparentemente - mais difícil detectar uma escrita de homens e mulheres. Mas se abandonamos o modelo dicotômico do gênero e investimos em uma leitura em que pese o aspecto relacional da produção das cartas, é possível abrir novas percepções, inclusive questionando se o gênero, tal qual está formulado, é de fato, útil ao estudo das sociedades antigas.

Capítulo 6
As cartas e o problema do gênero.
Por que as mulheres têm que escrever?

"Everybody allows that the talent of writing agreeable letters is peculiarly female"

(Jane Austen, *Northanger Abbey,* 1818)

Cartas e mulheres foram transformados num binômio que hoje é aparentemente inseparável. Não se trata de desfaze-lo, mas entender a sua construção. As cartas, entendidas como um produto "feminino" empolgaram feministas. Contudo, não se trata de dizer que mulheres escreviam cartas de um ou outro jeito, ou mesmo que eram aptas a escrever. Tais abordagens entendem que as cartas são a consequência de uma ação feminina. A fonte, feminilizada, impede que o gênero, como expressão de relações sociais apareça, deixando as cartas e as mulheres aprisionadas.

Uma vez que as cartas foram entendidas por parte da historiografia feminista como um caminho de acesso às mulheres, é natural pensar em atividades que permitissem as mulheres lerem e escreverem, como o acesso à educação, a participação direta ou indireta na produção dos textos escritos, a identificação de uma caligrafia ou de um estilo eminentemente femininos. Nesse escopo, a historiografia, em especial no caso do mundo antigo, percebeu que para além das demandas feministas de uma identidade feminina universal, ahistórica, o que estava em jogo não tinha, necessariamente, uma relação direta com o problema do gênero, mas estavam associadas a outras questões, como mobilidade social e transformações sócio-culturais.

A série de cartões *Reading Women,* com pinturas de diversos artistas ao redor do globo (FIG. 11) que retrataram mulheres em suas atividades de leitura, ilustra um pouco o senso comum da relação entre mulher-leitura-intimidade. Longe de estender uma análise sobre esse material, ou sobre o contexto da sua produção e mesmo o da produção das obras, gostaria de pontuar alguns aspectos que permeiam as escolhas desses postais. Tais elaborações históricas emolduram ainda expectativas construídas sobre a atividade epistolográfica das mulheres. As cartas parecem ser o

elo de ligação entre um universo feminino, íntimo, recolhido, privado, e o que está *do outro lado,* masculino, público.

O primeiro aspecto significativo é o isolamento. As mulheres representadas nessas imagens, com poucas exceções, estão sós. Há uma atmosfera de introspecção nos ambientes fechados da casa, ou nas paisagens que apelam para uma natureza bucólica. Mesmo em ambientes externos, ou com outros personagens presentes, a figura feminina parece estar desconectada do que acontece ao seu redor, imersa na leitura. Ao mesmo tempo, essas mulheres não têm uma identidade própria: não tem nome ou outro tipo de identificação que permita individualiza-las. Elas compõem um todo na figura, quase um ornamento da pintura.

O segundo aspecto é que não há identificação precisa do que se lê. As pinturas mostram livros, mas não os identificam. Há também papéis soltos, mas é impossível determinar que tipo de texto as personagens se debruçam. Isso porque o texto não é importante. O que é de fato relevante é a personagem numa determinada atividade que, ao se misturar com o cenário, está separada do restante ao derredor.

O trabalho de Carvalho (2001) sobre a constituição de gêneros no espaço doméstico em São Paulo, em fins do século XIX e começo do XX, aponta para uma apropriação de determinados objetos na construção de simbolismos de gênero. A autora demonstra de que modo o jogo de forças centrífugas e centrípetas atuam no espaço da casa, relacionadas aos modelos de gênero instituídos. Ao analisar o aburguesamento da sociedade paulistana nesse período, constata:

> A cultura burguesa pressupõe sempre a crença na evolução pessoal. A baixa capacidade de individualização feminina facilita a produção, pela mulher, de uma identidade que não é a sua mas da família que representa.
>
> (2001, p. 79)

Tal processo se dá através da integração do corpo feminino com os objetos domésticos, cuja característica é a inespecificidade" (CARVALHO, 2001, p. 61), enquanto os objetos masculinos apontam para a construção de uma personalidade, única em sentido oposto à representação da família.

A leitura feminina como atividade vai se submeter à invisibilidade, visto que pode realizar essas tarefas no intervalo dos cuidados com a casa. Essa atividade, realizada num espaço determinado, marcada pela presença de objetos decorativos,

está integrada ao conjunto de atividades destinadas à mulher, é uma atividade de lazer, não deve ter qualquer conotação de esforço físico ou associação com trabalho. Há nesse contexto burguês uma continuidade entre corpo, objeto e espaço da casa (CARVALHO, 2001, p. 193) em que as mulheres aparecem dispostas num mesmo sistema de decoração dos objetos no interior do ambiente doméstico, submetidas a um controle visual e estético (CARVALHO, 2001, p. 196).

Na sociedade burguesa, mais ainda, à mulher vai caber o papel de mediadora das relações sociais, com uma construção de feminilidade cuja função é agradar, representar o homem através da casa[148]. Aos poucos, no mundo burguês em que as mulheres gradativamente são associadas à casa e à manutenção da família, à educação dos filhos, à administração de uma complexa rede de relações sociais (fora da casa), a leitura é necessária, mas não qualquer leitura. Sua inteligência é apreciada, mas moldada às necessidades da família e do marido. A ideia de uma complementaridade entre marido e mulher, nesse sentido, descartam um antagonismo de gênero (CARVALHO, 2001), mas mantém a hierarquia em que a mulher está submetida ao esposo.

O letramento, portanto, não está excluído nos moldes burgueses, do universo feminino. É preciso ver a atividade de leitura de mulheres não apenas pelos livros dirigidos a ela, mas pela materialidade de outras práticas. Nessa ótica, a identificação da leitura como uma atividade feminina foi importante também para as feministas. Primeiramente porque confere de fato às mulheres um aspecto individualizante, importante no novo mundo burguês que surge após a Revolução Francesa. Em outras palavras, o pensamento feminista viu na leitura uma possibilidade de individuação das mulheres e, mais ainda, de resistência à opressão masculina.

Daybell (2006) notou que o processo da redação das cartas de mulheres, entre os séculos XVI e XVII, passavam por um processo de politização, ou seja, as cartas

---

[148] Carvalho demonstra esse tipo de construção através dos lvros de etiqueta e das revistas destinadas ao público feminino, em especial às moças bem casadas que devem cumprir determinadas regras. Os cuidados com a roupa, explicitados através do uso de vestimentas brancas, é a demonstração social da presença de uma boa dona de casa. Carvalho ainda demonstra essas construções, relacionadas à disposição de móveis *adequados* aos ambientes e ao *bom gosto* da época. A abolição da escravidão e a incorporação de trabalhadores domésticos não teve os mesmos desdobramentos nos Estados Unidos, Inglaterra e Brasil. A constituição de um trabalho doméstico feminino não pode ser generalizado, razão pela qual não desenvolvo essa discussão. Sobre esse tema ver Carvalho, 2001, p. 191-211. No Egito, ainda hoje, quando um homem usa uma roupa branca e limpa, diz-se que ele tem uma boa esposa.

expressavam relações de poder que não estavam necessariamente atreladas ao gênero. As mulheres, mais do que agirem “nos bastidores” da política, agiam em parceria com os maridos e eram capazes de articular uma rede significativa de relações sociais, para além do espaço da casa. As fronteiras da casa eram porosas, de acordo com o autor, e permitiam a circulação de informações, pedidos, dinheiro e favores, através dos textos produzidos pelas mulheres. A separação entre o mundo doméstico e o “mundo lá fora” não era rígido na Inglaterra dos Tudor e as cartas demonstram que as mulheres eram responsáveis pela mediação de uma serie de negociações.

A capacidade de leitura (e de escrita) das mulheres, na visão feminista colocou as mulheres em oposição aos homens, mas a partir de critérios masculinos de posicionamento social. O fato das mulheres terem tido suas diferenças naturalizadas no século XVIII (LAQUEUR, 1990, 2001), justificaria, posteriormente o desenvolvimento de uma ideia de que elas seriam naturalmente propensas a uma escrita “mais leve”, cujo esforço intelectual é menor do que o empregado para a elaboração de outros textos. A capacidade de ler e escrever, *masculinizadas* no contexto iluminista, serviram para moldar um espaço próprio para as mulheres, bem como as suas atividades.

FIG. 11.[149] Série de cartões postais *Reading Women.*

[149] http://www.fourcornersdailypost.com/UserFiles/Image/2007/8/03Library1.jpg Acesso em 22 de maio de 2012.

No entanto, essa perspectiva foi apropriada por parte das feministas, num caráter investigativo que apontava para a subversão da atividade feminina dentro da casa. Em outras palavras, nessa linha, as mulheres, através da educação dos filhos e dos cuidados com a casa, extrapolavam as fronteiras, aparentemente claras, do espaço doméstico, *controlando e moldando* a vida dos homens e do espaço público. Tal visão, romântica, senão ingênua sobre a participação feminina, encontrou ecos nos estudos sobre as chamadas *Mothers of the Nation* no contexto do fim do século XVIII nos EUA. Tais pesquisas apontaram que as mulheres tinham sim um papel importante e o letramento não lhe era impedido, como acreditava-se. O fato de estarem habilitadas a ler e escrever contribuía com a formação dos pilares da nação. A pesquisa de Mellor (2000), no contexto inglês, aponta para uma formulação semelhante. Outras pesquisadoras se dedicaram a ver isso no contexto colonial, em locais do Novo Mundo, como a Austrália, América Espanhola e Portuguesa, demonstrando de que maneira o letramento das mulheres era necessário ao emprendimento colonial europeu, já que os maridos pouco ficavam no contexto doméstico.

O trabalho de Clark e Spender (1992) sobre a vida das mulheres australianas entre os séculos XVIII e XIX enfatiza a carta como modo das mulheres se expressarem. Num contexto colonial, em que o acesso aos grandes centros, à informação, e mesmo à educação eram limitados, o conhecimento das mulheres sobre as letras eram essenciais para alavancar a produção colonial. Nesse contexto, em que muitos maridos ficavam meses distantes, cabia a elas a administração da casa e da produção, bem como de escravos e funcionários. Curiosamente, a leitura era uma atividade não recomendada. O esforço intelectual era advertido pelos médicos como algo nocivo e a leitura e a escrita foram tidas como causas possíveis para doenças uterinas e distúrbios cerebrais (p. xxii). Deste modo, as cartas se tornam o principal meio de comunicação das mulheres, não apenas um passatempo, mas uma necessidade no Novo Mundo. Elas *precisavam* escrever cartas: para se manter em contato com parentes e resolver a aquisição de bens que a colônia não podia prover (CLARK e SPENDER, 1992, p. xxv).

Hobbs (1995) apresenta uma discussão sobre o desenvolvimento e o crescimento do letramento nas mulheres no século XIX nos Estados Unidos. Para ela, o letramento está associado a mudanças políticas, mas principalmente

econômicas. Segundo a autora as experiências em torno da educação de meninos e meninas estão submetidas a questões de gênero, vocação, idade, região geográfica, ocupação e classe (p. 4-7). Ainda no contexto norte-americano, as análises dos textos das mulheres feitos por Mary Beth Norton (*apud* ROSE, 1995, p. 43) demonstram que durante o século XVIII as mulheres tinham o mesmo *status* dos maridos, por serem responsáveis por atividades tais como cuidar dos negócios e da administração das terras. A origem da ideia de domesticidade, segundo Norton, está na Revolução Americana, em que o ideal republicano, baseado em Aristóteles, transfere para as mulheres a ideia de decisões morais, de que o espaço delas é o *não-público,* abrindo precedentes para a criação da *Republican Motherhood* - em que as mulheres eram responsáveis por criar as bases para educação dos cidadãos, principalmente a educação moral[150], através da educação religiosa. Havia, portanto, um equilíbrio de forças: a mulher era a responsável pela salvaguarda do lar, que poderia afetar tanto o mundo público (a república) como o privado.

Historiadoras britânicas, ligadas ao movimento feminista, analisaram a sociedade inglesa com base na existência da doutrina de duas esferas separadas, em que o gênero determina a noção de homens e mulheres (MELLOR, 2000) e os espaços sociais destinados a cada um deles. O trabalho de Daybell (2006, p. 145) apresenta a gestação desse modelo na côrte dos Tudor, em que o letramento das mulheres começa a ser proeminente, criando a ideia da figura feminina como mediadora de uma rede de relações sociais. Acreditava-se que o letramento feminino estava associado, na era moderna, apenas à invenção da imprensa e da maior circulação e disponibilidade dos livros e textos. Esse processo, acompanhado também de uma laicização do ensino, sobretudo com a Reforma Protestante e, posteriormente, o Iluminismo, não podem ser vistos isoladamente.

Assim, a questão do letramento das mulheres e as suas atividades relacionadas à produção de textos, em especial as cartas, vai esbarrar também em formulações sobre as noções a respeito do ambiente doméstico. A identificação de um espaço para as mulheres, de confinamento, isolamento e cuidados com a família não podem ser universalizados. Como já demonstrou a antropologia, noções de

---

[150] Nesse contexto os livros de conduta são o principal veículo de treinamento coletivo da sociedade, sobretudo no caso das mulheres.

família e casa são mais complexas e não podem ser tomadas como unidades monolíticas e universais.

Mellor (2000, p. 3--9) discute a influência da formulação de Habermas tanto na historiografia, como na própria construção dessas formulações a respeito do espaço público e privado. A relação entre espaço público e política, foi representado através da crítica feminista por pesquisadoras como Joan Landes, Nancy Fraser, Leonore Davidoff, que se dedicaram a desconstruir as formulações habermiamas. De acordo com Davidoff (1995, p. 239 *apud* MELLOR*,* 2000 p. 3) Habermas privatizou o individual e a esfera de atuação feminina passou a ser a leitura.

Contudo, alguns estudos sobre as esferas/espaços público e privado na Inglaterra em meados do séculos XVIII e XIX já demonstram que não se pode tomar tais espaços como monolíticos[151]. Daybell (2006), por outro lado, discute essas delimitações espaciais, sobretudo no caso de um espaço destinado à leitura, demonstrando, por exemplo, que quando Elizabeth I lia uma carta em sua câmera privativa, era um ato público a fim de favorecer o remetente da carta e o intermediário que lhe entregou a mensagem. Outros estudos, paralelamente, tem demonstrado que a mulheres inglesas, durante o século XVIII e XIX tinham atuação na vida pública, sobretudo porque entraram no mercado consumidor e as fronteiras de organização dos espaços *dentro* e *fora* da casa, entendidos até então, se modificaram. Mellor (2000) defende, numa mesma linha que Carvalho (2001) que a ideia de cuidado parece ter se transformado no discurso dominante no fim do século XIX de que as mulheres eram destinadas ao cuidado doméstico e à introspecção. Nesse modelo, a leitura[152], sem esforço, e a escrita de cartas para se comunicar com parentes, amigas, marido e filhos, parecia apropriado à figura feminina.

As cartas desafiam, portanto, os pesquisadores a repensar não apenas as categorias de gênero, mas o gênero como instrumento relacional para entender determinadas sociedades. Em outras palavras, o gênero não é *status.* Como propõem Eckert e McConnell-Ginet (2003, p. 4), vale pensar no gênero não como algo que se têm, mas em algo que emerge na ação social. Assim, mais do que pensar nas diferenças propriamente entre homens e mulheres (nos atos de ler,

---

[151] *cf.* MELLOR (2000) apresenta: Jeff Weintraub, Geoff Eley, Rita Felski, especificamente (p. 8)

[152] Vale lembrar da proliferação de romances de folhetim e livros destinados ao público feminino no século XIX na Europa e no Brasil, que teriam consagrado alguns escritores.

escrever), é possível usar as cartas para pensar que tipo de ações e valores sociais estão imbricados nas cartas, ou que tipo de pessoas eles podem apresentar (Idem, p. 5).

As cartas não podem ser vistas como necessariamente autobiográficas, o que é bastante difícil já que boa parte dos textos é escrito em primeira pessoa, atribuindo complicadas e equivocadas noções de indivíduo (*self*). As cartas são meios que materializam e corporificam as relações de gênero e as relações sociais: a natureza e a qualidade dos laços de família, o nível de intimidade entre os indivíduos e as diversas hierarquias presentes nessas relações.

Um dos aspectos a serem considerados para pensar o modo que as mulheres agiam socialmente através das cartas é refletir sobre o modo pelo qual determinado grupo social lida com as mulheres, ou com categorias de feminino, o que pode ser visualizado no tipo de mensagem. Haveria uma chance de investigar, por exemplo, a eficácia das mensagens enviadas? Isso pode resolver a velha abordagem feminista que atribuiu às mulheres um poder maior de manipular os homens e agirem às escondidas. Assim, mais uma vez, questões em torno da auto-representação podem ser interessantes para ampliar o debate.

Assim, os questionamentos em torno de uma “intimidade”, por exemplo, podem indicar uma convenção epistolar (*cf.* DAYBELL, 2006), o que desmobiliza o enquadramento que necessariamente impõe às cartas femininas um tom e lugares mais específicos, determinados *a priori*. No caso das cartas do período ramessida, por exemplo, a lista interminável de saudações, elogios e cumprimentos ao destinatário é uma convenção. O motivo da mensagem às vezes é um simples “como vai você?” mas que é antecedido por essas saudações, demonstrando apreço e respeito a quem a carta se destina. Em que medida o respeito e a ideia de uma textualização das emoções pode ser vista como uma expressão genuína de sentimentos? Pode-se partir do princípio que há uma “sinceridade” nas cartas (DAYBELL, 2006)?

As cartas apresentam, tanto no Egito antigo, como também na era Tudor, um processo ritualizado de elaboração das mensagens. Há repetições nas fórmulas de saudação e de encerramento do texto. Daybell (2006) demonstra que a redação das cartas seguindo respeitosamente essas normas de escrita não se deve ao fato de que as mulheres tinham conhecimento sobre os textos clássicos (como as cartas de

Sêneca, por exemplo), mas do fato de que esse tipo de texto era um recurso tipicamente masculino e, portanto, com um alto índice de autoridade em áreas que são a princípio masculinas. Deste modo a confecção das cartas utilizando-se desses tipos de recursos textuais não desloca o gênero da carta, mas o materializa nela.

No caso egípcio, isso parece ser mais complexo de detectar, pela presença dos escribas. Apesar da mensagem nos permitir identificar não mais quem escreve, mas *como* escreve, é difícil rastrear esses modelos baseados no gênero com tanta precisão, sobretudo no material em demótico, mais escasso e de complexa tradução. Poderíamos, contudo, pensar as cartas de mulheres no Egito como a expressão também de uma norma para aqueles que tem autoridade?

Um outro elemento que corrobora para a destituição dessas imagens em torno da autoria e dos atributos de gênero é o fato de que a caligrafia não representava qualquer marca de identidade. É possível identificar, pela paleografia, tipos de caligrafia, mas não ao ponto de identificar um único indivíduo (CRIBIORE, 2001; DAYBELL, 2006). As análises paleográficas permitem notar diferenças entre aqueles que participavam da redação das cartas, mas é muito difícil atribuir qualquer identidade aos textos [153] . Do mesmo modo, os textos produzidos pelas mulheres, tanto na Inglaterra da era moderna, como no Egito greco-romano, apresentam uma caligrafia não uniforme e às vezes descuidada, o que poderia deixar nossas professoras da escola primária aterrorizadas. Seu esforço em atribuir valores de gênero à forma da letra, afirmando que as meninas possuem caligrafia melhor que os meninos, não teria nenhuma justificativa histórica antes do século XIX, em que os trabalhos manuais, dos mimos e das miudezas foram atribuídos às mulheres [154].

A presença dos servos em meio às famílias não despertou, aparentemente, nenhum tipo de investigação sobre o tipo de relacionamento que tinham com determinado núcleo familiar, conforme identificou Daybell (2006) na Inglaterra dos Tudor. Esse grupo sabia demais, já que tinha ampla circulação entre as elites e altas camadas da côrte. No Egito, essa situação é mais difícil de mapear por diversas razões. Primeiramente não está clara a presença dessas pessoas nas famílias, ainda que elas participassem de atividades familiares. Cribiore lembra, por exemplo,

---

[153] Daybell ainda retoma essa discussão ao citar duas comédias de Shakespeare, *As you like it* e *Twelfth Night*, em que a personagem Maria ao copiar a letra de sua senhora, engana Malvolio (2006, p. 70-71).

[154] Sobre isso ver CARVALHO (2001).

a participação de serviçais na educação e mesmo na redação de alguns textos, como é o caso da família do estratego Apolônio. Um dos complicadores para o Egito greco-romano é identificar precisamente o estatuto desses serviçais[155], sejam homens ou mulheres. No caso das mulheres, sabemos que algumas dessas serviçais posteriormente se agregaram oficialmente às famílias, se casando com homens viúvos.

Uma questão fundamental colocada pelos estudos de gênero, no caso específico das cartas, associada à habilidade das mulheres para ler e escrever, é de que maneira o letramento feminino representou, de fato, um movimento emancipatório para elas[156]. Mesmo identificando nas colônias do Novo Mundo uma necessidade, isso não significa que a escrita tenha retirado as mulheres do modo como a sociedade as via. Ao contrário. Tal questionamento deveria levar em conta aspectos históricos e culturais específicos, sobretudo no que significa - socialmente - o ato de ler e escrever. Não se pode, como dito aqui, generalizar a capacidade escrita como algo necessariamente positivo para as mulheres, capaz de mobilizar mudanças sociais, como se vê em grande parte no mundo contemporâneo. No caso da Inglaterra durante os Tudor, Daybell (2006) demonstrou que a tecnologia da escrita estava associada a um novo modelo social, com um desenvolvimento significativo da burocracia, em especial na côrte. Ler e escrever, principalmente no caso das mulheres, representava uma mudança social em que o tipo de envolvimento com o poder se dá *através da* e *na* escrita, o que não pode ser transposto para o mundo antigo.

6.1. Escrevendo no mundo greco-romano

No caso do mundo antigo, por exemplo, as imagens do período greco-romano, notadamente em Fayum e em Pompeia, sinalizavam a presença de elementos de escrita na figuração de mulheres. Possivelmente a figura mais famosa é a de Hermíone, em que ela aparece com a referência *grammatiké*. A segunda imagem,

---

[155] Há uma discussão complicada na Egiptologia a respeito da escravidão. Recentemente, Eyre tem ampliado a discussão em torno do problema revisitando as traduções feitas em textos consagrados. Não há uma definicão precisa do que seria *escravo* no Egito e as questões em torno das mudanças com a chegada dos gregos parecem pouco esclarecedoras.

[156] Não se trata da alfabetização das mulheres como um programa nacional instituído, mas nesse caso ainda, o letramento de algumas mulheres.

também bastante conhecida, é a do afresco do padeiro Terentio Neo e sua esposa, em que ambos aparecem com elementos que apontam para o domínio da escrita, a caneta de junco e o rolo de papiro. Tais elementos podem indicar que as habilidades relacionadas à escrita eram marcadores de distinção social, ao ponto de serem levados para o túmulo. Aparentemente, o aumento de homens e mulheres letrados é maior no período romano (CRIBIORE, 2001), o que poderia justificar o menor cuidado na redação das mensagens visível principalmente nas cartas e uma proliferação dessa iconografia, mesmo entre as elites.

No entanto, como já observamos, o letramento das mulheres não necessariamente indica uma transformação no seu modo de viver e das suas possibilidades de novas ações e articulações sociais, como quiseram e pensaram parte das feministas. A presença de escribas nas sociedades antigas, em especial no Egito, faz pensar se, de fato, essa escrita teria relevância para a socialização das mulheres em novos espaços. Num outro segmento, se as mulheres escreviam/ditavam as cartas e não estavam confinadas numa dimensão privada, de que forma o seu papel não se tornava público? Dito de outro modo, não é a escrita que insere a mulher num tipo de vida púbica, mas também aquilo que era considerado público não excluía nem se opunha à casa[157].

Observando, por exemplo, o conjunto de cartas gregas apresentados ao fim desse trabalho, podemos ver que a gama de assuntos relacionados à família e à administração doméstica extrapola as fronteiras da casa. As mulheres dirigem-se a altos funcionários e por vezes arriscam-se elas mesmas a redigir as mensagens.

[157] O trabalho de Marta Mega de Andrade (2000) discute a separação entre os espaços público e doméstico na pólis clássica. Trabalhos com foco nessa questão são mais raros para períodos tardios, sobretudo na região leste dos reinos helenísticos.

FIG. 12. Retrato da múmia de Hermíone Grammatike, Hawara, 40-50 d.C.
Girton College, Cambridge University.

A fim de se distanciar de um referencial iluminista da educação, vendo na alfabetização feminina sua porta de entrada para a liberdade e o fim da opressão dos homens, vale retomar alguns aspectos levantados nos trabalhos de Cribiore (1996, 2001, 2002). Diferentemente do que se acreditava, as meninas recebiam instrução no Egito greco-romano e também em outras regiões, conforme indicam

evidências materiais de pequenas estatuetas de terracota[158], encontradas em diversas parte do mundo helenístico, sobretudo em Alexandria (CRIBIORE, 1996, 2001). Ainda que as melhores referências sejam do contexto urbano, sabemos que a educação também ocorria nas vilas.

FIG. 13. [159] Pintura do padeiro Terentius Neo e sua esposa. Casa de Terentius Neo, Pompeia, 50-79 d.C.

[158] Essas evidências não podem representar, isoladas, uma prova do letramento das meninas, conforme lembra Cribiore (2001, p. 84, 85), mas é preciso pensar na combinação com outros materiais, em especial os papiros.

[159] Disponível em http://www.britishmuseum.org/whats_on/exhibitions/pompeii_and_herculaneum/highlight_objects.aspx#2
Acesso em abril, 2013. © Soprintendenza Speciale per i Beni Archeologici di Napoli e Pompei.

O caso de Hermíone é notável, mas não podemos afirmar que havia um grande número de professoras ou mesmo de mulheres letradas, principalmente durante o período helenístico. Como afirma Cribiore (2001, p. 83), as fontes tendem a ocultar homens que se dedicassem às "primeiras letras" porque lhes eram exigidas qualidades mais associadas ao universo feminino e o trabalho não era considerado relevante[160]. Mas essas mulheres não podem ser tomadas como regra. Cribiore (2001, p. 75) reforça o caráter utilitarista da educação das mulheres. Receber qualquer tipo de instrução, no período greco-romano, segundo a autora, era apenas um modo de instrumentalizar o *status* social das mulheres da elite. Apesar do argumento de Cribiore apontar para o caráter elitista do ensino dedicado às mulheres, sua visão a respeito dos seus espaços de circulação ainda me parece obsoleta. A visão dicotômica entre o interior da casa e "o mundo lá fora" ainda são categorias que emolduram sua análise. Mesmo tendo como maior referência o universo grego (tanto cultural, como documental), essas polarizações estão baseadas numa compreensão distorcida da ideia de casa e família.

Se tomarmos, por exemplo, os trabalho de Daybell (2005, 2006, 2009) sobre as mulheres inglesas no início da era moderna, podemos verificar que esse tipo de fronteira era mais fluida. A atividade de escrita não emancipa as mulheres, mas tão pouco, as confinam ao interior da casa. Cribiore reforça que a educação das mulheres não era um ornamento (2001, p. 76) que agregava valor à figura feminina, como era o caso da sociedade burguesa em fins do século XIX. O "controle" que às vezes entende-se que as mulheres tinham sobre "suas próprias vidas" não se dá porque elas tinham acesso aos negócios e às propriedades do marido. Não se trata de um privilégio, mas de algo que integrava sua posição social. Em outras palavras, não é a educação que vai permitir às mulheres determinadas atividades, mas são as suas atividades, imbricadas ao seu *status* social que vai lhe exigir um determinado nível de educação suficientes para perfomar.

Cribiore (2001) discute em seu trabalho sobre a educação os diversos tipos de exercícios aos quais os alunos eram submetidos, inclusive a participação das famílias no processo de educação, por vezes em parceria com os professores. A escrita das cartas poderia ser, segundo ela, mais livre e solta do que a redação dos

---

[160] A autora ainda recorda que a feminização do ensino a partir do século XVII estavam associados a outras condições sociais, como os baixos salários e uma baixa exigência da habilidade de ler e escrever. (CRIBIORE, 2001, p. 83)

outros textos. Mesmo restrita ao material romano, a autora reforça que aparentemente, havia uma predileção pelos estudos da literatura entre os fins do período helenístico até o período bizantino, de acordo com a leitura das fontes.

A prática da escrita epistolar durante os períodos helenístico e romano eram incentivadas sobretudo nas escolas de chancelaria e de negócios, que não eram acessíveis a boa parte das mulheres. Esse tipo de contexto pode indicar, por exemplo, que a função primária das cartas não era uma comunicação privada, como foi em finais do século XVIII e XIX. Seu aspecto pragmático, dirigido ao controle e manutenção das atividades de administração da casa e dos negócios da família, podem indicar o porquê da participação das mulheres na redação deste tipo de texto, sobretudo no caso das cartas produzidas em grego e latim[161].

Esse tipo de utilização das cartas encontra semelhanças na era Tudor inglesa. Esse período é marcado por uma laiscização do letramento e a aquisição de habilidades de escrita por um grande número de pessoas com suas novas atividades profissionais, sobretudo ligadas ao comércio (DAYBELL, 2006, p. 32). Do mesmo modo, as elites macedônias que se mudaram para o Egito precisaram se apropriar de uma estrutura pré-existente e os sacerdotes e escribas, detentores anteriormente do monopólio da escrita, precisaram trabalhar em regime de cooperação. A elite dessa nova côrte inglesa, baseada na *gentry,* e no novo modelo de relacionamento entre esses dois grupos via a escrita como uma atividade colaborativa e, portanto, coletiva. Mesmo entre aqueles que sabiam ler e escrever com fluência, as cartas eram ditadas ou escritas também por secretários, rascunhadas, revisadas e, por vezes, compostas por um terceiro, num verdadeiro mosaico de participações. Portanto, as cartas desse período desestabilizam as clássicas definições em torno da “autoria” ou de que as cartas expressam noção de “pessoa” ou “indivíduo”[162].

Há muitas razões para se crer que no Egito a situação não foi diferente. O Egito faraônico, como um todo, não apresenta nenhuma discussão segura na

---

[161] É importante lembrar que nas escolas de retórica a escrita das cartas era um dos principais aspectos do ensino, mas isso fazia parte de um tipo de educação mais especializado.

[162] Vale lembrar que durante a Idade Média, ditar uma carta fazia parte do processo de escrever o texto, tanto para homens, como para mulheres. Há diversos relatos do período medieval na Inglaterra que apontam para isso, mais especificamente entre 1450-1550. Nesse período, o uso de escribas/ secretários era recorrente, a fim de separar a escrita como esforço de composição (ver DAYBELL, 2006, p. 104).

historiografia sobre o letramento e o papel das mulheres com a escrita. O trabalho de Betsy Bryan (1984) procura apresentar evidências do Novo Império que permitam indicar o letramento das mulheres. O mérito está justamente no desvio da documentação tradicionalmente analisada para justificar esse tipo de evidência (textos). Bryan analisa as tumbas tebanas da XVIII dinastia, em que a iconografia feminina é acompanhada da paleta do escriba. Mas seu trabalho é meramente descritivo e toma a presença das paletas como indicadores do letramento dessas mulheres.

A mais antiga é a TT 84 em Sheikh ‘Abd el-Qurnah, que pertence a Iamnedjeh, contemporâneo de Tutmosis III. As cenas das mulheres (mãe e esposa de Iamnedjeh) aparecem ao final da parede norte e apresentam a paleta de escriba e o rolo de papiro. A imagem a seguir, da tumba de Menna, em Tebas (TT 69), apresenta as ferramentas do escriba abaixo da cadeira da figura feminina (BRYAN, 1984).

FIG.14. Detalhe da Tumba de Menna. Tebas.

A tradução dos títulos do Médio Império $sšt,\ sšt\ r.s$ “mulher-escriba” e “mulher-escriba de sua boca”, respectivamente, foram questionados. Argumentou-se que devido à ambiguidade entre as profissões de escriba e pintor, essas figuras femininas poderiam ser maquiadoras, mas essa possibilidade foi descartada (BRYAN, 1984, p. 19). Bryan defende também que as paletas encontradas na região de Amarna são indícios do letramento das mulheres. Nos períodos tardios, há outras evidências sobre a presença de mulheres escribas também em óstracos e selos, no Médio e Novo Império. O período romano aparentemente possui mais evidências de mulheres capazes de ler e escrever, inclusive com o título de mulheres-escriba. Mais interessante nesses períodos tardios é perceber que as mulheres letradas não estão mais circunscritas a um único segmento social, como a elite, já que há evidências de escravas, ou mulheres libertas, realizando essas atividades para suas senhoras (CRIBIORE, 1996, 2001), como “secretárias”[163].

Janssen (1992) examina o letramento das mulheres na vila de Deir el-Medina a partir do texto de Baines (1983). Janssen recupera o óstraco O.Dem 132, sobre roupa íntima e afirma que, pelo conteúdo do texto, é difícil imaginar a presença de um intermediário na elaboração da mensagem (1992, p. 90-92) o que atestaria, portanto, o letramento das mulheres.

A abordagem de Janssen, contudo, recai no mesmo modelo já apresentado em outros trabalhos sobre as mulheres no mundo antigo. Não me interessa aqui, nesse caso em especial, afirmar se as mulheres em questão sabiam ou não ler e escrever, mas problematizar a associação direta entre mulheres e um aspecto da intimidade. Ora, intimidade e espaço privado são acepções anacrônicas, transpostas ao Egito antigo. Não digo que os egípcios não tinham *nenhuma* ou *qualquer* separação entre a vida familiar e a vida “lá fora”, mas infelizmente nenhum trabalho até então foi feito sobre conceitos de família, espaço privado ou mundo doméstico, nem no período faraônico, nem nos períodos tardios.

Cribiore (2001, p. 216, 217) cita os manuais de escrita epistolográfica para o mundo greco-romano: Ps-Demetrio, Ps-Libanio e o P. Bon. 5. O primeiro tem datação provável entre 200 a.C. e 300 d.C. e o segundo está entre o séculos IV e VI

---

[163] Há outros títulos no período greco-romano que indicam a capacidade de leitura e escrita das mulheres, como *libraria, kaligrapha,* por exemplo. Mas as atribuições desses títulos não são precisas. Ao que parece, também, no período bizantino há registros de mulheres copistas. O período romano ainda apresenta duas referências literárias sobre o letramento das mulheres, em Suetônio, sobre a vida de Vespasiano e em Juvenal, no VI livro das Sátiras. Para isso, ver Cribiore, 1996.

da era cristã. No caso dos textos gregos e latinos, há dúvidas se a escrita das cartas era uma prática escolar recorrente. Apesar de existirem correspondências entre pais e alunos e mesmo entre professores e alunos, não é possível generalizar a escrita epistolográfica como uma das principais categorias de exercícios (cópias de textos) [164]. Contudo, há evidências de textos escritos por crianças que demonstram familiaridade com as fórmulas, como é o caso do P. Oxy. I. 119 e P. Oxy. XLII.3070 (CRIBIORE, 2001, p. 218, 219). No caso dos textos egípcios anteriores a Alexandre, o processo parece ser semelhante: a redação das cartas, sobretudo no Novo Império, estavam associadas aos níveis mais altos da burocracia faraônica. Mesmo em demótico, as cartas-modelo para o ensino de crianças são inexistentes e a presença dos escribas para esse tipo de redação parece ser maior[165].

Observando a documentação em demótico, é raro ver a presença de mulheres na redação direta das cartas. Como mostrou Depauw (2006), o número reduzido pode ser indicativo de que elas não escreviam em demótico, mas talvez estivessem habilitadas a ler. Contudo, assume-se o desconhecimento da língua por parte das mulheres. É curioso notar que o número de demoticistas *mulheres* é tão reduzido quando a maior parte dos textos começou a ser traduzido. A Profa. Janet Johnson, por muitos anos, ao lado de Carol Andrews e Dorothy Thompson figuraram entre as poucas estudiosas do campo, com reconhecimento internacional. Recentemente, o número de pesquisadoras é maior, bem como os temas ligados ao gênero[166]. No entanto, como já mostramos nesse trabalho, as ideias em torno do gênero são limitadas ao estudo das mulheres. É sintomático, portanto, que o crescimento das demoticistas e dos estudos ligados ao tema tenham ocorrido quase que paralelamente. Não seria surpreendente relacionar o conhecimento do demótico hoje em dia à atribuição do mesmo conhecimento dessa escrita no mundo antigo.

Não se trata de estabelecer uma relação direta de causa e consequência entre esses dados, embora isso seja tentador. O ponto é notar que a atribuição do conhecimento do demótico às mulheres egípcias na Antiguidade ainda é motivo de debate entre os demoticistas. Parte-se do princípio que as mulheres da elite tinham

---

[164] *cf.* CRIBIORE (1996).

[165] Vale lembrar que parte significativa da elite grega não era capaz de escrever em demótico.

[166] Observação feita a partir do último congresso internacional de demoticistas, em 2011 em Oxford. Veja que o número de mulheres é expressivo, mas não chega a 50%. Os dados estão disponíveis na página do evento: http://www.orinst.ox.ac.uk/conferences/11th_demotic_congress/index.html

mais acesso ao texto grego, *porque eram gregas.* A presença de textos oficiais em grego (contratos, petições, etc.) é sinalizada pela historiografia como exemplo de uma administração grega no Egito ptolomaico. Ora, o conhecimento dessa elite a respeito do demótico fica restrito aos homens. Isso não seria submeter as mulheres a um processo de helenização *a posteriori*? O fato de poucas cartas **de** mulheres e **para** mulheres em demótico não pode significar que o registro em demótico, para as cartas está deslocado?

Desde a Idade Média é possível detectar nas fontes diferentes estratégias de adaptação da escrita das mulheres aos modelos de escrita masculinos, o *decoro*. O *ars dictaminis,* por exemplo, era um sistema de ensino para a escrita de cartas no século XII e que foi utilizado até o século XV (COUCHMAN e CRABB, 2005, p. 7 *apud* DAYBELL, 2006). A leitura, habilidade em geral adquirida antes da escrita, poderia ser ensinada às mulheres da côrte a partir desses modelos de decoro, o que não significa que a produção dos textos seguisse à risca esses mesmos modelos. Acredita-se em parte que a escrita colaborativa que se desenvolveu entre as elites durante o período medieval (que podem ou não ter antecedentes no mundo antigo), com o uso de secretários, não é sinal de que a escrita da mulher era pobre ou inexistente, mas uma atribuição que precisasse ser delegada pelo excesso de atividades dessas mulheres, inclusive, e talvez sobretudo, de cuidar da correspondência da família (COUCHMAN e CRABB, 2005 *apud* DAYBELL, 2006).

A atribuição de valores de gênero ao texto epistológráfico, como vimos é uma construção recente. Mulheres que escreviam até que ponto estavam conscientes das divisões de gênero e se manifestavam sobre isso? O modo como as cartas são estudadas, divididas em categorias a fim de facilitar a análise não estão dissociadas de uma feminilização dessas fontes por parte também dos estudiosos? Temas como amizade, crianças, educação, amor, cuidados com a casa, doenças, guerra, conforto aos familiares, vida cotidiana não são já em si “espaços” em que as mulheres estão inseridas, mas separadas dos homens? A feminilização das cartas gregas não foi diretamente transposta para o material em demótico? Por que as mulheres *precisam* escrever em demótico? Por que elas *precisam escrever* para ter sua materialidade legitimada nas cartas?

Capítulo 7
As cartas demóticas e a construção de um viés de gênero no Egito Ptolomaico.

7.1. As cartas demóticas

O trabalho de Marc Depauw *The Demotic Letter,* publicado em 2006 contribuiu para organizar o material disponível em demótico, além de uma análise exaustiva do aspecto formal dos documentos. Graças a isso foi possível estabelecer o *status* da publicação dos textos e, mais ainda, o modo como foram estudados. O autor sistematizou a produção numa vasta lista com todos os documentos encontrados até a data de publicação, seja em papiros, óstracos, e outros materiais. Em 2012, a lista foi atualizada numa publicação de Mahmoud Ebeid no Journal of Egyptian Archaeology, com o acréscimo (modesto) de dezoito textos, espalhados por diversos periódicos[167].

Após isso, os estudos sobre as cartas em demótico continuaram com pouca representatividade (ver Gráficos 1 e 2). Num certo sentido, parte dos demoticistas ainda se preocupa em editar e publicar textos inéditos, com algumas revisões e comentários sobre publicações anteriores. Contudo, pouco se aproveitou do trabalho de Depauw para repensar algumas considerações a respeito da sociedade no período ptolomaico *a partir das cartas.* Num certo sentido, essa documentação foi vista sob um aspecto excessivamente jurídico e econômico, a fim de confirmar situações descritas e estudadas em outros documentos.

Neste trecho da pesquisa, após fazer considerações sobre os estudos de gênero, o orientalismo e mesmo as cartas num sentido mais geral, vale examinar o que foi produzido a partir da documentação escrita em demótico. O periódico *Enchoria* através do Literaturübersicht, publicado em todas as edições, permitiu observar as oscilações tanto no estudo das cartas, como nos textos produzidos

---

[167] São eles: P. dem.Schoyen; P. Saqqara 72/3 - DP 53; P.Moen inv. 119 (= P. SIJP 9b); P. Berlin P 23495, P. Saqqara H5 - DP 241; Macquaire University, Museum of Ancient Cultures, Papyrus 332; Duke University, Papyrus Collection Papyrus 724; P. Yale 4268 QUA; P. Saqqara H5-DP 265; P. Saqqara H5-DP 228 + 323; Trinity College, DP 354/1; Trinity College, DP 354/2; P. Berlin P 8092; P. BM EA 10785; P. BM EA 10786; P. Saqqara H5- DP 27; Saqqara H5- DP 18. Esses papiros não estão incluídos para as discussões dessa dissertação.

sobre gênero. Observando o volume dessas publicações e cruzando os dados, podemos perceber que os trabalhos referentes às cartas ainda são pouco representativos. Há, no meu entender, duas razões para isso. A primeira se deve ao número de papiros e óstracos disponíveis - uma contingência das fontes ao qual nenhum pesquisador pode escapar. Comparativamente, as cartas estão em número menor em relação aos contratos e outros tipos de documentos de natureza jurídica, por exemplo. A segunda razão é, sem dúvida, a mais significativa, pois revela uma escolha por um modelo de uma Egiptologia - e papirologia - tradicionais, como explorado no capítulo anterior.

O primeiro trabalho sobre as cartas em demótico foi do alemão Spiegelberg, responsável pela publicação em 1905 de uma carta do período ptolomaico, inaugurando a discussão sobre as fórmulas epistolográficas. Seus trabalhos posteriores incluem o segundo e o terceiro volumes dos Papiros Demóticos do Cairo, que contém cartas. Seu trabalho foi antecedido pelos franceses, ainda no século XIX. Revillout traduziu um exemplo do Louvre (Revue Égyptologique), em 1885 e incluiu exemplos no *Corpus Papyrorum Aegypt*i I com descrição, fotografia e cópia manuscrita. O segundo volume, *Corpus Papyrorum Aegypt II,* foi dedicado aos papiros do British Museum (BM, 1888) (DEPAUW, 2006, p. 65).

Depauw (2006, p. 65-68) traz uma lista das publicações realizadas a cada ano, demonstrando o processo de internacionalização dos estudos das cartas em demótico após a II Guerra Mundial. Os italianos e alemães dividem as coleções de óstracos de Oxyrynco em Pisa, publicadas por Bresciani, e em Colônia, publicada por Thissen. Berlim ainda abriga a coleção dos papiros de Elefantina, estudadas inicialmente por K.-Th. Zauzich. Duas outras coleções de cartas devem ser mencionadas: a de óstracos de Leiden, publicada por Nur el-Din e a de Soknopaiu Nesos, por Bresciani em 1974.

Hoje há coleções também nos EUA, Japão, e outras regiões da Europa e há um esforço coletivo internacional para ampliar o número de documentos publicados, como é o caso da Egypt Exploration Society e da Universidade de Copenhagen. A dificuldade de reunir o material num único banco de dados, pode ser explicada tanto pela dispersão das fontes, como pelas diferenças no *status* das publicações (DEPAUW, 2006, p. 69). Não houve mudanças significativas na quantidade de publicações e traduções das cartas desde a publicação de seu trabalho, que indica

um número aproximado de 47% (312 até 2006, 330 até 2012) das cartas que tem publicação completa, incluindo fotografia, cópia manuscrita, transliteração, tradução e descrição.

	Fotografia	Cópia manuscrita	Transcrição	Transliteração	Tradução	Descrição
1	x	(x)	x ou x		x	x
2		x	x ou x		x	x
3			x ou x		x	x
4						x
5	x ou x					x
6						x

TAB. 6 Categorias do status de publicação das cartas demóticas. (DEPAUW, 2006, p. 69)

O número de cartas produzidas em papiros, tanto em palimpsestos como em material fresco, é significativamente maior do que as outras fontes, quase 74%, correspondendo a 485 de um total de 662 (*cf.* DEPAUW, 2006, p. 71).

Os óstracos correspondem a 166 exemplos (25% do total das cartas). Apesar de ser um material de fácil aquisição, ele possui algumas desvantagens, já discutidas no capítulo anterior, além da confidencialidade da mensagem, ela estaria subordinada ao tamanho da peça, de formato irregular. Por isso em geral era usada para mensagens mais curtas e informais.

Cartas em outros materiais eram mais raras: as tábuas de madeira correspondem 1% (9), e em geral os textos eram sobre o transporte de múmias. Depauw ainda menciona uma categoria “miscelânea” para outros materiais que, possivelmente, eram exercícios de escribas ou rascunhos.

Depauw (2006, p. 255-259) discute os termos utilizados em demótico para a designação de uma carta. Como visto no capítulo 5 deste trabalho, os termos egípcios utilizados para se referir a uma comunicação epistolar são muitos. Em demótico, parte deles ainda permanece, mas nem todos passam para tradições

posteriores, como o copta, por exemplo. O termo hb que pode significar “escrever (ou enviar) (uma carta), existente desde o Médio Império, em demótico é utilizado como “escrever”, conforme P. Berlin 13579 (11-12) (*apud* DEPAUW, 2006, p. 255) $bn\text{-}pw{=}k\ hb\ n{=}y\ n\ nȝ\ i.ir\ \underline{h}pr\ n\text{-}im{=}k,$ “você não escreveu para mim sobre o que lhe aconteceu” (DEPAUW, 2006, p. 255).

Outro termo comum é $bȝk$ com o determinativo de planta que designa a carta propriamente dita, tanto em óstraco, como papiro. Apesar do termo também ser utilizado para se referir a “servo”, como veremos posteriormente neste capítulo, pode substituir hb (DEPAUW, 2006, p. 257).

A expressão $šʿ.t$ muito utilizada para carta no egípcio tardio aparece em demótico. O termo pode designar um documento em geral, mas Depauw relembra que sua origem pode estar associada ao verbo $šʿ$ “cortar”, indicando mais precisamente o corte do papiro. Seu uso continua no período romano, mas desaparece, assim como $bȝk,$ em copta (DEPAUW, 2006, p. 257, 258).

Outros termos comuns, associados ao vocabulário epistolográfico, nos textos demóticos, são $bl\underline{d}ʿ.t$, “caco”, utilizado especificamente para óstracos; $\underline{h}rw,$ “voz”, comum nas fórmulas introdutórias, parece ter ganhado seu significado para “carta” somente em demótico, após o séc. IV a.C.; $w\underline{h}ȝ,$ utilizado especialmente para textos oficiais no Médio Império, em demótico fica limitado ao uso de “carta” na literatura narrativa; $s\underline{h}$ não é usado para “carta” em demótico, mas um outro termo mais genérico, “documento”; $\underline{d}mʿ$, que originalmente significa “papiro”, mas em demótico pode ser usado como substituto a $s\underline{h}$ ou mesmo $m\underline{d}ȝ.t$[168], “livro”; (DEPAUW, 2006, p. 258-259)

Além da preocupação etimológica, é preciso verificar o contexto histórico desses documentos. Como dito, a documentação epistolográfica é difícil de rastrear, já que por definição, existe para circular, para ser móvel e até mesmo transitória. Portanto, estabelecer sua proveniência não é tarefa simples. O seu lugar de origem nem sempre é o lugar de destino e, muitas vezes o que restou é uma cópia da carta original para fins de controle nas questões mais administrativas, por exemplo. Um outro agravante é que alguns papiros não foram encontrados *in situ.*

---

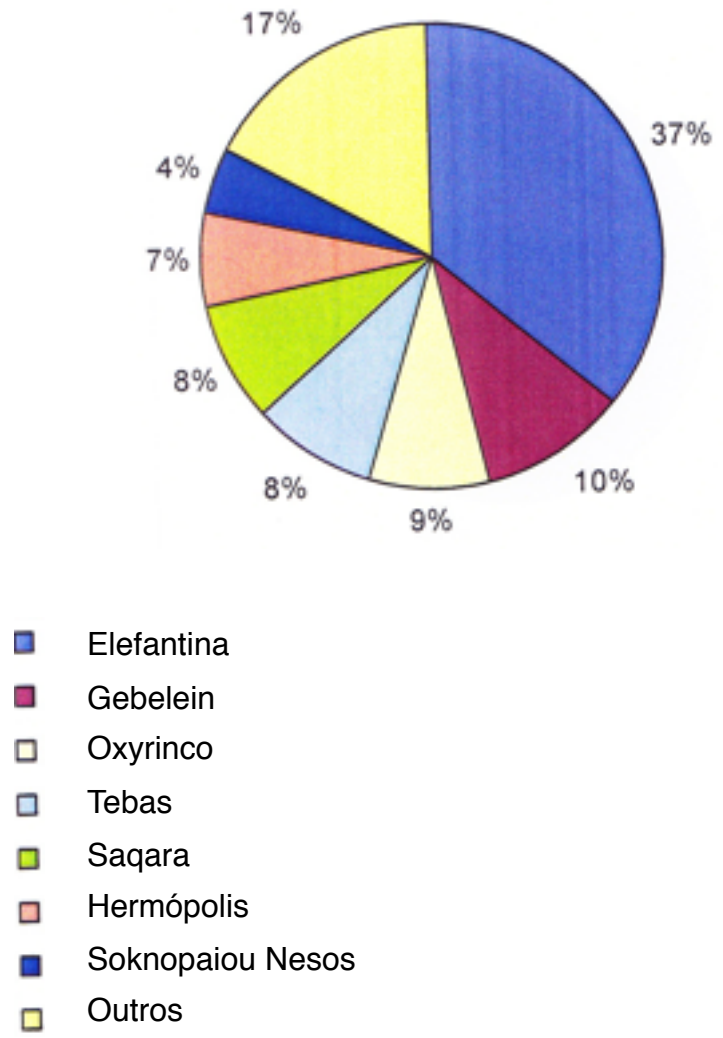
[168] No Antigo Império o termo era utilizado para designar “carta”, mas esse uso desaparece e não há qualquer referência ao uso como sinônimo de “carta” em demótico (DEPAUW, 2006, p. 259)

Das 662 cartas do *corpus*, a maioria foi encontrada através de escavações. Há 9 exemplos de cartonagem e 36 cartas (5%) têm origem completamente desconhecida. Cerca de um quarto dos papiros e três quartos dos óstracos foram encontrados em expedições sistematizadas. Elefantina tem o maior número, seguida por Gebelein, Saqqara e Oxyrynco. As cartas de Tebas foram em sua maioria adquiridas em mercados, do mesmo modo que as adquiridas por Loeb, possivelmente de Hermópolis. Outros textos gregos e demóticos foram comprados por Grenfell e Hunt em 1898, e o material em demótico foi vendido para Griffith, sendo distribuídos entre o Bristish Museum e o Ashmolean Museum, em Oxford (DEPAUW, 2006). Um outro complicador é que alguns dos textos poderiam ser enviados para um arquivo ou para um controle de recebimento, que Depauw chamou de "archival-docket", contendo a data de recebimento e uma pequena anotação sobre o assunto, muito comum nos textos da coleção de Zenon[169].

Devido ao grande número de papiros encontrados, vale uma rápida menção ao modo como esses documentos eram confeccionados. Os aspectos formais e de confecção das cartas podem, até certo ponto, nos fornecer outros indicadores sobre os usos e apropriações das cartas nesse tipo de suporte. As folhas de papiro eram feitas com tiras arranjadas horizontal e verticalmente (ver FIG.15). Essas folhas eram unidas (aproximadamente 20) e então enroladas para produzir os rolos. Havia ainda o *protocolo*, que consistia em uma ou mais folhas adicionadas ao início do rolo à direita com fibras verticais paralelas, que se juntavam ao *recto* do papiro, que servia de proteção ao rolo, ao ser fechado (DEPAUW, 2006, p. 72).

---

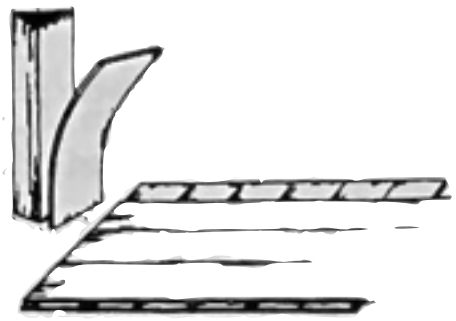
[169] Embora a maioria dos textos da coleção de Zenon esteja em grego, o material em demótico mantém o mesmo tipo de sistema para armazenamento e controle. Para isso, ver CLARYSSE e VANDORPE, *Zenon, un homme d'affaires grec à la ombre des Pyramides* (Ancorae, 14), Louvain, 1995. p. 88-89.

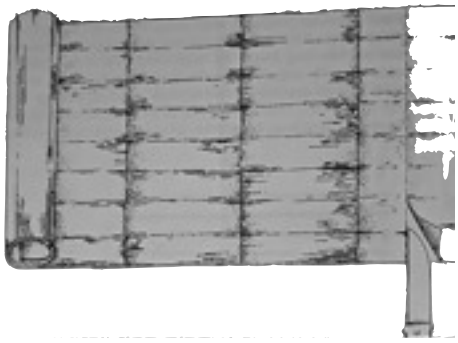


GRAF. 3. Cartas de acordo com a localização. (DEPAUW, 2006)

Vale do Nilo			Oásis e Faium		
Qasr Ibrim	2	escavada			
Elefantina	225	escavada			
Gebelein	64	interna			
Edfu	3	escavada/ interna			
El Kab	2	escavada	Hibis	16	escavada/ interna
Hermontis	7	interna	Qaret el-Muzawwaqa	3	escavada
Tebas	53	interna/ escavada			
Koptos	1	interna			
Abydos	1	interna			
Akhmin	13	interna			
Nag'-el-Mesheikh	11	interna	Tebtunis	10	interna
Hermopolis	43	escavada/ interna	Ghoran	8	cartonagem
Tehna (Akoris)	1	interna	Gurob	2?	cartonagem?
Oxyrhynco	54	interna	Hawara	3	interna
El-Hiba	1	interna	Euhemeria	2	escavada
Saqara	52	escavada	Philadelphia	3	interna
Mênfis	5	interna	Soknopaiou Nesos	27	interna

TAB.7. Procedência das cartas demóticas de Norte a Sul do Egito. (DEPAUW, 2006, p. 95)

a) 

b) 

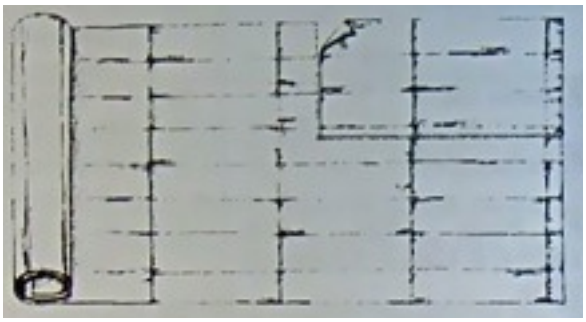
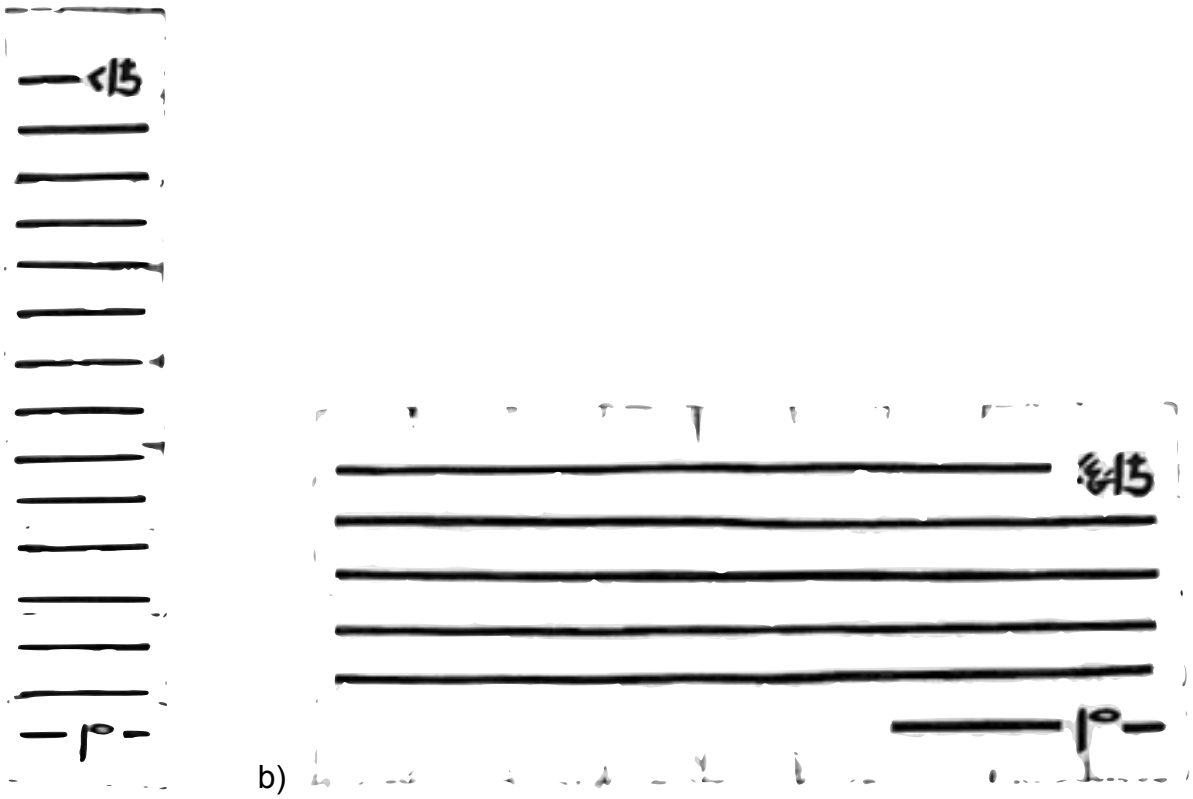
c) 

FIG. 15. Esquema de confecção das folhas de papiro. (DEPAUW, 2006)

O formato das cartas é em geral retangular/trapezóide, maior na parte superior do que na parte inferior. Isso servia para que cada parte do texto, ao ser dobrado, sempre debaixo para cima, ficasse protegida nas bordas, o que não permitia que a mensagem fosse lida. Ainda no que diz respeito ao formato, as cartas em demótico poderiam ser de dois tipos: a de formato largo e a de formato alto (ver FIG. 16). As dimensões dos papiros, quando encontrados inteiros, eram variáveis, em média entre 10 e 40 cm. Depauw (2006, p. 74) ainda lembra que era possível escrever *tranversa charta* em linhas paralelas à largura do rolo de papiro, de modo que o texto siga de modo transversal no *recto.* Uma outra possibilidade é que o texto seja escrito perpendicularmente ao rolo de papiro, visível nas cartas em formato alto.

a)



b)

FIG. 16. Modelos de cartas em demótico: a) formato alto e b) formato largo. (DEPAUW, 2006)

A escolha do tamanho do papiro estava associada ao tamanho da mensagem. Apesar da obviedade da afirmação, é importante lembrar que, se a mensagem não fosse redigida pelo próprio autor, ela deveria ser compartilhada a fim de que o escriba (profissional ou não) tivesse condições de adequar o texto ao suporte. Isso corrobora para que a ideia de uma escrita privativa, individual, seja questionada e relativizada no caso do Egito. Mais ainda, se de fato quem redigia a carta tivesse acesso prévio (ainda que parcial) ao conteúdo da mensagem, poderia auxiliar na adequação do conteúdo ao suporte. Do mesmo modo, se as fórmulas epistolares fossem rígidas (tanto em grego como em demótico), os conteúdos estariam submetidos a tais regras[170].

Entre os séculos VI e V a.C. as cartas em formato largo eram mais comuns, seguindo a produção padrão dos contratos. Posteriormente vai se tornando mais comum o texto em formato alto, a partir do séc. IV e III a.C., o que auxilia no

[170] Não se observa a mesma rigidez na elaboração dos textos em óstracos.

processo de datação das mensagens, quando não acompanhadas de data. Contudo, as cartas em formato largo são mais comuns no material em demótico[171].

Após ser dobrada, a carta recebia uma pequena porção de argila para então ser selada. Esse processo era chamado pelos egípcios de *wẖꜣ ẖtm=w s ḏbꜥ=w s* "eles fecham a carta e a selam". As cartas eram transportadas no período persa e ptolomaico sem um serviço postal[172], reservado apenas à correspondência do governo, mas nesse caso os textos eram escritos em grego e aramaico (DEPAUW, 2006). Sacerdotes e oficiais podiam recorrer a seus subordinados para o envio das mensagens. Os textos fazem menção a funcionários como *pastophoroi, isionomoi,* e o *policial* (*ỉry-ꜥꜣ, ỉn-wwy, rmt-ḏm,* respectivamente) (DEPAUW, 2006, p. 81). No entanto, como já discutido no cap. 6, a maior parte das cartas parece ter sido entregue por amigos ou pessoas conhecidas do remetente. Os documentos gregos oficiais parecem possuir algum tipo de serviço postal, o que não ocorre com os textos demóticos. Isso pode estar relacionado ao tipo de mensagem que circulava em demótico, que não representava a correspondência oficial da administração ptolomaica.

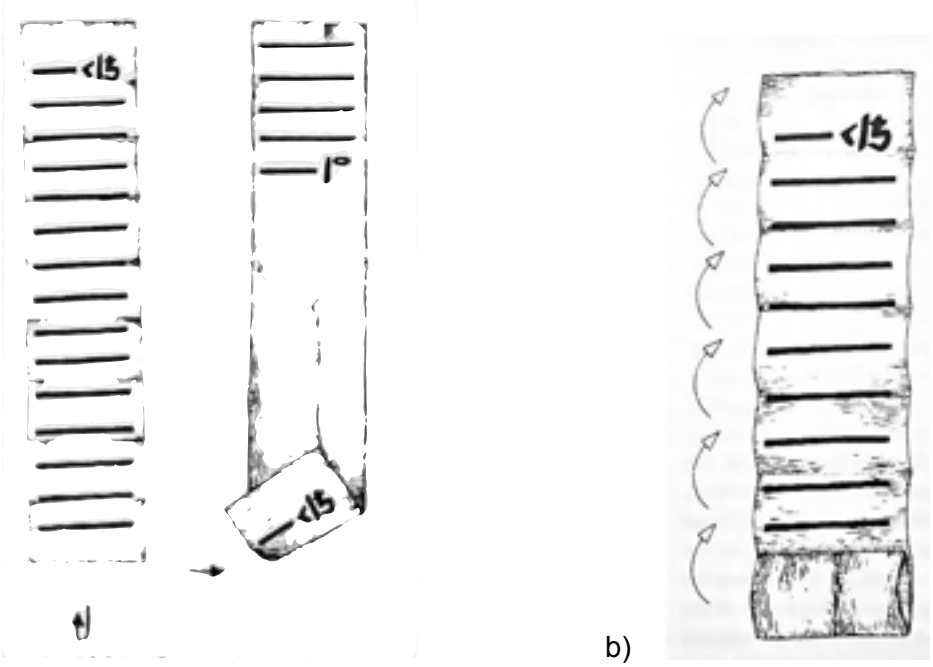
Há uma discussão importante sobre o que era feito das cartas depois que eram lidas. Fontes como essas têm um prazo curto de vida funcional, pois uma vez que a mensagem era lida, ela poderia perder sua função. Cartas arquivadas existem em pequeno número e, em geral, fazem parte de textos com temas oficiais ligados à administração da burocracia ou mesmo relativos a trocas comerciais. Os arquivos de família disponibilizam o material em grego, mas são raros textos em demótico[173].

---

[171] Depauw (2006, p. 73) apresenta uma diferença de 86 para 314 cartas, respectivamente.

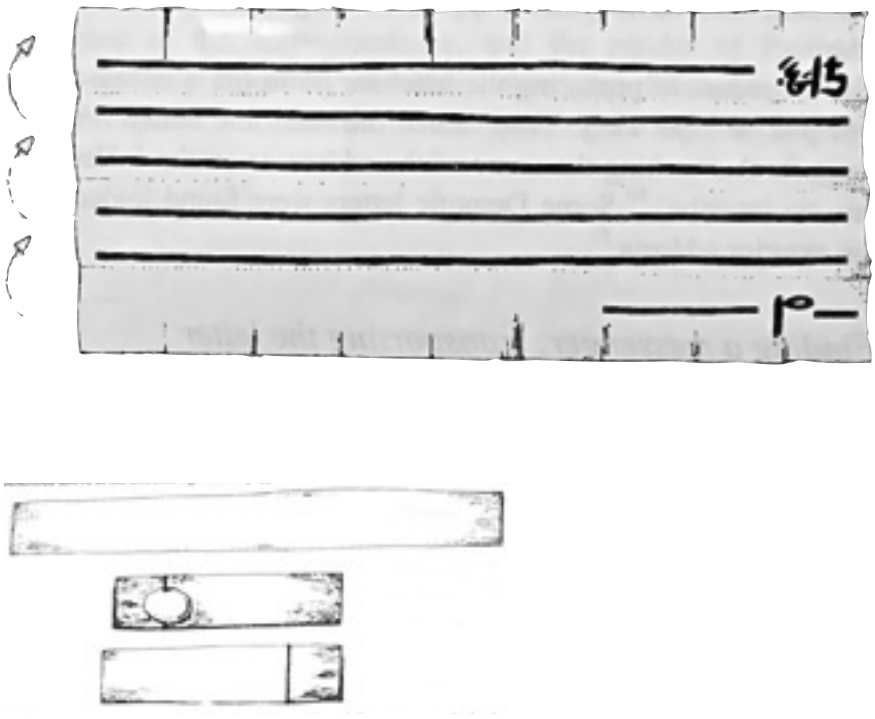
[172] Os funcionários que realizavam esse serviço eram chamados de *hgr, rmt ỉwn.*

[173] As principais coleções dos arquivos familiares são as de Driton, Zenon, Dioniso, filho de Kephala.



a) b)

FIG. 17. Esquema de dobra das cartas em formato alto (DEPAUW, 2006)



a)

b)

FIG. 18. Esquema de dobra das cartas em formato largo (DEPAUW, 2006).

Os óstracos, que representam aproximadamente 25% do *corpus*, podem indicar não apenas a dificuldade de se obter o papiro (DEPAUW, 2006, p. 84), mas também a grande disponibilidade do material. Sua forma irregular por vezes dificulta a escrita (e a leitura) do texto; um outro inconveniente é que a mensagem não é mantida em segredo, questão também discutível quando se pensa no acesso da população à leitura. Dito de outro modo, em que medida o fato da mensagem ser exposta, de fato era um problema? Se o texto era lido em voz alta diante do destinatário (possivelmente pelo próprio mensageiro?), qual o risco de fato dessa exposição? Depauw defende que as mensagens transportadas nesse tipo de suporte raramente eram pessoais ou de grande importância, ao mesmo tempo em que elas eram enviadas percorrendo distâncias menores (DEPAUW, 2006, p. 85).

De modo geral, as cartas em demótico, produzidas em papiros, não contém nenhum indício de que a resposta fosse redigida no mesmo suporte. É mais comum a redação de uma nova carta para a pessoa, com um novo endereço (DEPAUW, 2006, p. 83).

No que diz respeito à classificação do material, é preciso primeiramente lembrar que a epistolografia começou através dos estudos bíblicos e se baseou muitos nas discussões sobre aspectos literários e a retórica. O material em demótico, contudo, não permite as classificações tradicionais. Primeiramente, as formas de endereçamento e da própria redação dos textos não são equivalentes aos textos produzidos em grego ou latim. Do mesmo modo, o contexto de produção desse material não é o mesmo e, mais ainda, é preciso repensar as categorias contemporâneas que, transpostas ao material, engessam a análise.

Depauw (2006) destaca que classificações tradicionais baseadas nas fórmulas iniciais e de encerramento esbarram em outro tipo de categorização, baseada no conteúdo. Dito de outro modo, quando cruzamos os modos de analisar as cartas demóticas, seja pelo conteúdo, seja pelo estilo, percebemos que essas divisões nem sempre são adequadas aos textos.

Schmidt (*apud* DEPAUW, 2006, p. 107) sugere uma classificação com base nas fórmulas iniciais, conforme a tabela a seguir.

Informativa	Expressiva	Autoritária	Contato
narrativa, negócios, confirmações	apreciação, congratulação, reclamação, defesa, desculpas,	submissão (application), diretiva, aconselhamento, recomendação, convite.	cartas de amizade e entre familiares.
Ocorreu que, Realizei.	Penso que, Acredito que, Por que?	Você deveria, Por favor faça.	Você está bem? Estou bem...

TAB. 8 Classificação das cartas com base nas fórmulas iniciais.

Outras procuram relacionar o conteúdo e a identidade dos correspondentes, procurando a categorização com base no propósito do texto (Idem).

a) cartas oficiais (decretos comparáveis a leis)
b) cartas profissionais cotidianas
c) cartas abertas (similares a um discurso; não existem em demótico)
d) cartas privadas entre indivíduos como indivíduos
e) cartas literárias com propósitos didáticos
f) cartas literárias em prosa ou poesia
g) cartas como exercício retórico
h) cartas dedicatórias no início de uma monografia.

Essas categorias do mesmo modo não podem ser atribuídas aos textos em demótico. Primeiramente, como já discutido nesse trabalho, as noções de um espaço público e privado são anacrônicas e problemáticas. No que tange às atividades profissionais, por exemplo, não é claro em que medida isso está diretamente relacionado à profissão dos correspondentes. Mesmo em períodos anteriores, como o Novo Império, esse tipo de classificação tem sido pouco útil aos pesquisadores (ver SWEENEY, 2001, 2008 a e b). Ao mesmo tempo, um outro problema é que parte desse tipo de esforço em organizar as cartas egípcias (não

apenas em demótico) demonstra que o nosso entendimento sobre o termo “carta” ainda está pautado num modelo greco-romano. As tradições egípcias anteriores, que até certo ponto, determinam o tipo de produção epistolar em demótico ainda precisam ser mais discutidas.

Nesse sentido, apesar dos limites da pesquisa filológica, os demoticistas têm se empenhado em analisar as cartas em demótico pelas suas fórmulas específicas, fazendo quando necessário, paralelos com as tradições anteriores no Egito e de seus vizinhos no oriente. De modo geral, Depauw estabelece alguns aspectos básicos para guiar a leitura e a investigação desses documentos:

1) o endereço externo. Indica o destino da carta, por vezes selada a fim de manter o sigilo da mensagem. Era possível que o remetente acrescentasse uma fórmula para garantir que a carta chegasse ao destino. Como era a parte exposta da carta, sua leitura é rara e difícil.
2) o endereço interno. Possui a fórmula introdutória que estabelece o contato, em geral identificando o remetente e o destinatário;
3) a fórmula de encerramento. Esta marca o fim do contato e pode trazer indícios de data e local.

Além disso, outros aspectos são contemplados, como por exemplo os modos de elaboração das mensagens, levando em conta não apenas os correspondentes, mas também algumas marcações no texto que designam hierarquias diferenciadas, indicadas por expressões de respeito e obediência, por exemplo. Outros aspectos tais como indicações/confirmações de que a mensagem seria lida, saudações e desejos de saúde, sucesso entram na listagem de fórmulas comuns nos textos demóticos, algumas das quais não encontram, necessariamente, paralelos em outras tradições epistolares contemporâneas.

A análise das fórmulas utilizadas no endereço interno das correspondências pode oferecer algumas reflexões (ver TAB.9). Um dos aspectos relevante é a presença de elementos de oralidade nas cartas em demótico, o que pode nos indicar não apenas que as mensagens eram ditadas, mas também elucidar alguns equívocos na afirmação, baseada no termo grego, de que o demótico era uma escrita “popular”. É interessante notar que na documentação grega, esses

elementos, ainda que implicitamente, são presentes, o que poderia indicar também pontos de contato entre essas tradições, sobretudo porque os escribas egípcios foram apropriados pela nova administração macedônica e, então, incorporado os elementos da epistolografia em demótico nos textos gregos.

Expressões que podem ser remetidas a traços de oralidade e que, num certo sentido, indicam (e reforçam) a presença de um terceiro aparecem em casos como *A* *ḏd n B n tȝy ḥtỉ, A pȝ nty ḏd,* "A diz a B neste momento", "A é quem diz". Esse tipo de uso é muito comum nas cartas aos deuses.

O estabelecimento do contato entre os correspondentes (seja humano ou divino) pode apresentar frases de cortesia inicial, indicando também quem é o destinatário da carta. Esse tipo de estruturação das mensagens indica as relações hierárquicas nos textos, de acordo com o tipo de fórmula presente. De acordo com as análises de Depauw, mesmo que as fórmulas sejam rígidas, elas possuem usos mais flexíveis e não podem ser interpretadas literalmente. A formulação *ḫrw A m-bȝ ḥ (pȝy=f ḥry/ tȝy (=y) ḥry) B, "*a voz do servo A diante de seu senhor/sua senhora B", por exemplo, encontrada no P. Berlim 23 592, possivelmente a correspondência entre a esposa e o marido, utiliza a expressão que, comumente, denota respeito entre os correspondentes (DEPAUW, 2006, p. 132). A expressão *m-bȝk* era utilizada para se dirigir a reis e deuses em períodos anteriores, em geral acompanhada de outras expressões, como *ỉ dy* D[174] *ky pȝy=f* ou *ḥr.* que reforçam o aspecto respeitoso. Isso não significa, no caso das correspondências entre homens e mulheres, necessariamente numa hierarquia baseada no gênero. Não se trata de uma relação de subordinação *pelo gênero,* mas sim de um tipo de cordialidade e formulação das mensagens em que o remetente se coloca "submetido" ao destinatário. Isso é reforçado pelo fato de que a identificação de títulos é colocada, em sua maioria (42% do material) para o destinatário da carta e não o remetente (DEPAUW, 2006, p. 96).

A longa lista das fórmulas introdutórias e endereços internos apresentada por Depauw sistematiza a estrutura das mensagens, mas peca por não avançar nas questões relativas ao modo como as pessoas se relacionam. Dito de outro modo, o uso feito das fórmulas não ultrapassa a identificação do modo como as pessoas se comunicam.

---

[174] D aqui refere-se à divindade.

	Remetente	Destinatário	Cortesias	Aspectos de oralidade
Egípcio tardio	quase sempre	quase sempre	muito frequente	ocasionalmente
Aramaico	quase sempre	quase sempre	ocasionalmente	excepcionalmente
Demótico	frequente	muito frequente	frequente	regularmente
Grego	muito frequente	quase sempre	quase sempre	apenas implícito
Copta	quase sempre	quase sempre	frequente	nunca

TAB. 9. Aspectos do endereço interno das cartas e seus paralelos com outras tradições. (DEPAUW, 2006, p. 159).

7.1.1. Datação do material

A análise da paleografia e o formato da carta são dados importantes que nos ajudam a datar as cartas. Contudo, a epistolografia demótica costuma apresentar datas precisas, inclusas nas fórmulas de encerramento da mensagem. Constava o ano de reinado, o mês, a estação do ano[175] e, por vezes, o dia. Contudo, nem sempre o nome do faraó em questão era mencionado.

A fraseologia, a prosopografia, a onomástica, bem como o emprego de algumas formas gramaticais são ainda outros elementos que auxiliam o estabelecimento da data, sem contar, evidentemente, o cruzamento de dados com outros fatos e eventos já conhecidos, o que é raro nos textos demóticos (DEPAUW, 2006, p. 91).

Evidências baseadas na paleografia requerem olhos mais treinados e experientes, o que nem sempre é fácil. Em geral, os textos em demótico inicial do período persa possuem caracteres mais largos e espaçados que, a partir do período ptolomaico, tornam-se menores e mais simplificados no período romano. No entanto,

[175] O Egito durante a Antiguidade dividia as estações do ano em três: Shemu (Colheita), Akhet (Inundação), Peret (Semeadura).

é importante lembrar que essas análises estão sujeitas a outras variáveis, como a habilidade do escriba em questão, a superfície do suporte onde a mensagem será escrita e até mesmo o humor ou a pressa de quem redige o texto (DEPAUW, 2006, p. 89).

7.1.2 Os correspondentes

No que diz respeito à identificação dos correspondentes, a primeira evidência costuma estar na parte externa da carta, com a especificação do destinatário. No interior da carta, há em geral a identificação do remetente e outras referências ao destinatário, por vezes encontradas nas fórmulas de encerramento. Tais identificações são, em geral, o próprio nome da pessoa, o sobrenome, ou segundo nome, o nome dos pais (mãe e/ou do pai), um termo associado ao parentesco, ou mesmo o título. Os termos mais comuns são a identificação pelo nome, patronímica, e pelo título do indivíduo.

Algumas cartas possuem múltiplos destinatários, ou remetentes, podendo ser identificados nos endereços externo e interno e na fórmula de encerramento, em geral identificados na parte externa (ou também no endereço interno). Correspondências destinadas a duas pessoas diferentes são chamadas dígrafos ou cartas duais (DEPAUW, 2006, BAGNALL e CRIBIORE, 2006) (ver Tab. 10). Há diversas combinações possíveis na elaboração dessas mensagens. Isso indica não apenas um aproveitamento da superfície utilizada para a redação das mensagens, mas também do próprio escriba. Os dígrafos em períodos anteriores são mencionados no Novo Império, indicados por Sweeney e Bakir[176].

No caso dos dígrafos, a carta é reenviada e o destinatário da primeira mensagem é o remetente da segunda. Os conteúdos podem ser próximos, não necessariamente os mesmos. Por vezes, a segunda carta inclui algumas informações da primeira (DEPAUW, 2006, p. 97). Em grego, esse material é analisado brevemente por Bagnall e Cribriore (2006) e receberam o nome de cartas duais (SB 20.14032; P. Oxy. 312599; P. Grenf. 1.53; P. Oxy. 36.2789; P. Brem.61); há casos também de duas pessoas escreverem para um único destinatário (P. Giss. 81;

[176] *cf.* Depauw indica na nota 129: ver Bakir (1970), p. 52-54 e Sweeney (2001), p. 21.

P. Brem. 61; P. Oxy. 62.4340; BGU 2.615) ou de utilizar a mesma folha para responder a mensagem (P. Leid. Inst. 42; SB 16.12981; P. Benaki 4-5).

Dos 300 papiros e óstracos publicados em demótico, apenas 6 contém mais de uma carta na mesma superfície (DEPAUW, 2006, p. 97), sendo 4 papiros e 2 óstracos. P. Cairo 95205 e O.Edfu 1001 possuem o mesmo endereço de destino, mas com remetentes distintos; é uma carta de uma mulher e um homem para um outro homem. É curioso que pela primeira vez em seu trabalho, Depauw parece se atentar ao tema do gênero, embora não o mencione dessa forma. Os dados na Tabela 8 indicam o tipo de evidência encontrada, no entanto não há qualquer discussão ou análise aprofundada sobre o tema.

É curioso que as correspondências que apresentam mais de um remetente não possuem indícios de que foram escritas por mais de uma pessoa, o que pode indicar, por outro lado, que o texto foi produzido por um único escriba a partir de uma mensagem ditada, formulada por uma única pessoa, atestada pela presença do termo *sḫ* (“escrito por”). As fórmulas de encerramento em geral são *sḫ* P *n* data, *sḫ* P *((m) sḫ (-bȝk)* P*;* “escrito por P[177] na data...”, “escrito pelo servo P”. Essas fórmulas são combinadas com a identificação, em geral, dos remetentes no endereço interno e são muito comuns nas cartas aos oráculos e nos grafites, em que a identificação de quem escreve é fundamental a fim de que os pedidos sejam atendidos pelas divindades.

Depauw chama a atenção para algumas expressões comuns nesses textos, as quais indicam a função específica do escriba, a serviço do templo: *pȝ sḫ nȝ wʿb.w* “o escriba dos sacerdotes”*; nty-ỉw ỉr nȝ sḫ.w n nȝ wʿb.w* “aquele que escreve os documentos dos sacerdotes”*; sḫ pr-ḥḏ sḫ n nȝ šʿ.tw* “escriba do tesouro e o escriba das letras”; ou menos frequente *pȝ ḥry mnḫ* “chefe do envoltório” (2006, p. 100)[178]. Tais correspondências apresentam conteúdos mais burocráticos do que pessoais e não são identificadas em todas as cartas.

Observando os óstracos, é possível perceber o tom de informalidade nas mensagens no modo como os correspondentes são identificados. Em geral, os indivíduos se identificam apenas com o primeiro nome (uma média de 50%, ***cf.***

---

[177] “P” aqui pode ser substituído pelo nome, título ou ocupação do indivíduo.

[178] Expressão encontrada em diversos dos P. Ox. Griff., P. Mallawi. As duas últimas referem-se aos P. Berlim 13539.

DEPAUW, 2006, p. 96). Nos papiros, ao contrário, é mais comum a combinação de patronímica com o nome (Idem). Em geral, as fórmulas introdutórias apresentam apenas a estrutura *n B,* "para B".

O uso de títulos nas cartas em demótico é mais raro, tanto em óstracos, como papiros, representando apenas 9% do total. Esse tipo de evidência pode estar associado ao tipo de suporte e à escrita empregada.

Evidências sobre a presença de múltiplos destinatários podem ser indicadas através do uso do plural (=*n,* "nós", "nos") substituindo o singular (=*y,* "eu", "mim"). Nesses casos, o remetente, ditando a mensagem, refere-se ao grupo o qual ele representa (podendo inclusive ser uma família), denominado *pluralis sociativus*. Depauw afirma que isso pode ser um indício de polidez na correspondência (2006, p. 100). Nos textos em grego do período ptolomaico, os usos das formas de singular e plural são menos sistemáticas (Idem) e podem indicar também a presença do *pluralis maiestatis,* possível influência da chancelaria real (Idem).

	Reenviada	Destinatário idêntico	Remetente idêntico	Ambos distintos
P. Berlim 13569	♂1 → ♂2 ♂2 → ♂3			
P. Cairo 95205		♀1 → ♂3 ♀2 → ♂3		
O. Edfu 1001		♂1 → ♂3 ♀2 → ♂3		
P. Louvre E. 7855			♂1 → ♀2 ♂1 → ♂3	
P. Berlim 23592			♂1 → ♀2 ♂1 → ♀3	
O. Pisa 495				♂1 → ♂3 ♂2 → ♂4

TAB. 10. Esquema de vários tipos de dígrafos em demótico (DEPAUW, 2006, p. 97).

A questão em torno da identificação dos correspondentes, destinatários e remetentes, esbarra no problema do letramento. No caso específico do demótico, Depauw leva em conta as afirmações de Baines e Eyre (1989), Janssen (1991) e Ray (1994), já apontadas no capítulo 6 deste trabalho, mas arrisca dizer que aproximadamente 5% da população egípcia saberia ler e escrever (DEPAUW, 2006, p. 106). Como vimos, o fato de um escriba redigir a mensagem não indica necessariamente a ausência de letramento dos remetentes e destinatários, mas possivelmente é uma demarcação do *status* de quem envia a correspondência. Nos documentos em grego, a presença da assinatura é mais comum e parece ser relevante, sobretudo para o caso dos contratos (incluindo aqueles em forma epistológráfica)[179] ou cartas oficiais, que exigiam algum tipo de identificação de quem redigiu o texto, já que não possuíam testemunhas. Em alguns textos, há a presença da expressão $r\text{-}\underline{h}rw{=}f$ ou $r\text{-}\underline{h}rw{=}w,$ "a pedido de (Fulano(s))" após a fórmula de encerramento, o que pode indicar que, ao menos nesse contexto, o nome do escriba era de fato, recomendável (DEPAUW, 20006, p. 103).

> O caráter formulatório das cartas demóticas O caráter apenas prova que as pessoas que enviaram e escreveram cartas o fizeram com tanta frequência e foram treinadas no uso de certas frases. Sua formalidade ao contrário de cartas gregas não implica necessariamente que menos pessoas foram alfabetizadas em egípcio do que em grego, mas provavelmente apenas reflete uma tradição diferente.[180]
>
> (DEPAUW, 2006, p. 103)

7.2. As cartas *de* mulheres e *para* mulheres

O tema da mulher aparece para Depauw na discussão sobre o letramento dos correspondentes. No caso dos textos escritos por mulheres ou endereçados a elas, apesar das evidências serem mínimas, não há qualquer indício de uma diferença de

---

[179] Tais contratos eram conhecidos em grego como *χειρόγραφον*, e $s\underline{h}\ n\ gy\underline{d},$ literalmente, "escrito à mão".

[180] "The formulaic character os Demotic letters only prove that the people who sent and wrote letters did so frequently and were trained in the use of certain phrases. Their formality as opposed to Greek letters does not necessarily imply that less people were litterate in Egyptian than in Greek, but probably just reflects a different tradition."

letramento, ou mesmo do emprego de escribas, por parte de homens e mulheres. Dito de outro modo, homens e mulheres se utilizavam dos escribas e secretários do mesmo modo, sem uma distinção de gênero.

Contudo, apesar da afirmação de Depauw alegrar as feministas mais entusiastas, que advogavam a ancestralidade da alfabetização feminina (e de sua independência), o autor deixa de lado um outro aspecto. As mulheres, como tema das cartas, encontradas sobretudo nas cartas aos deuses e aos oráculos, não são contempladas na sua obra. Esses textos, produzidos por familiares homens (pais, maridos) apresentam uma série de tópicos sobre as relações entre homens e mulheres mas que, tradicionalmente, concentram-se numa pauta feminina (ou feminista), como assuntos relacionados a família, sexualidade, matrimônio, etc..

O esforço de uma historiografia feminista em positivar as mulheres através de tópicos que, para o bem ou para o mau, fizeram - e até certo ponto ainda fazem - parte do “feminino” como já discutido no capítulo 3, não criou para a historiografia recente na Egiptologia um prospecto mais otimista. Paralelamente, essa mesma historiografia feminista parece ter combatido tanto a mulher como objeto, trazida para a história através dos textos e representações masculinas que, justamente nesse empenho de negação, deixou como rastro um niilismo empobrecedor, cego, para aqueles que não seguiram os desdobramentos do debate.

Os textos que mencionam mulheres como destinatários em demótico (P. Cairo 50067, P. Saqqara 71/2 145) são poucos, comparados aos óstracos (O. Leiden 339, O. Leiden 337, O. Leiden 348, O. Thebes 9, O. Bodleian 399 (?)) e os temas são semelhantes, assuntos familiares com referência a temas cotidianos. Outros textos indicam as mulheres como remetentes (P. Fouad 1, P. Berlin 23689, O. Thebes 14). Os dígrafos (P. Louvre E. 7855, P. Berlim 23592, O. Edfu 1001) por outro lado, indicam, curiosamente, que os textos não eram escritos pelas mulheres, mas por terceiros (homens), e também lidos por eles. Nesse quadro restrito de “participação” feminina, o tema do gênero fica, portanto, submetido a uma análise formal, das fórmulas que permitem identificar *quem* se corresponde.

Para efeitos de gênero, portanto, o fato das mulheres saberem ou não ler e escrever é relevante, mas não indica necessariamente uma atividade emancipatória ou, mais ainda, uma independência das mulheres em relação aos seus parentes masculinos. Num certo sentido, ao tomar o problema do letramento *para se falar de*

mulheres, Depauw segue uma linha tradicional que entende gênero como mulheres e as cartas, como uma expressão do *indivíduo*, em sua acepção contemporânea, portanto anacrônica, e deixando a discussão sobre as definições dos significados e usos das cartas egípcias para segundo plano. Suas considerações indicam apenas que o letramento era maior do que se acreditava, e que não era um privilégio masculino. Mesmo que isso seja verdade, ao menos no que diz respeito a *esse tipo de texto,* as cartas ficam reduzidas a uma extensão de um *indivíduo feminino*, sem levar em conta toda a complexidade de tais pressuposições. As discussões em torno da ideia de uma auto-representação ou mesmo das relações entre esses correspondentes, levando em conta o gênero ou outros marcadores sociais não entram em pauta.

O conteúdo dos óstracos demóticos é em sua maioria de transações comerciais e distribuição de bens, o que pode nos informar mais sobre as atribuições de atividades e responsabilidades (de homens e mulheres) do que propriamente sobre as marcações de gênero tradicionais: homens fazem isso, mulheres fazem aquilo. Esse tipo de enquadramento *a priori* dos textos impede que outros modos de ver as relações sociais apareçam. Tomar as relações entre os gêneros nos moldes da tradicional (e limitada) divisão sexual do trabalho não traz nenhuma contribuição para entender a sociedade egípcia.

Comparando com os textos em grego, observamos que as cartas escritas ou endereçadas a elas não são significativamente distintas das demóticas no que diz respeito ao conteúdo. Dito de outro modo, os temas dos textos epistolográficos parecem estar associados mais ao mundo cotidiano e suas atividades (levando-se em conta que a referência é a elite) do que propriamente a homens e mulheres vistos como grupo distintos e separados. Basta lembrar, por exemplo, o caso do P. Oxford Griffith 28 que é uma carta para falar da lavanderia, escrita por um homem e que, nesse caso, desorganiza *nossa* visão sobre o que é (ou deveria ser) uma atividade *feminina.*

A coleção de Zenon apresenta uma série de papiros[181] em que as mulheres são responsáveis por transações comerciais e preocupações familiares (SB 22. 15276, P.Lond.7. 1976, P.Col.Zen.1. 6, P.Cair.Zen.3. 59408, P. Cair. Zenon 1. 59028., indicadas no final deste trabalho). Nos textos gregos há uma particularidade em

[181] Sobre a coleção de Zenon, ver Pestman, 1994; Clarysse e Vandorpe, 1995.

relação aos demóticos: as mulheres intercedem a superiores sobre questões familiares, o que não ocorre no material demótico. A leitura dessas cartas têm aproximações claras com as cartas analisadas por Daybell (2006) em que as mulheres intercedem a superiores para resolver questões particulares, como o P.Col.Zen.1. 6 em que a mãe pede a Zenon para auxiliar o filho que estava sendo maltratado. Da mesma forma, o texto P.Lond.7. 1976 em que a mãe pede o retorno da filha para auxilia-la nos negócios, apresenta o mesmo tipo de interferência. Ainda que os papiros apontem para questões de ordem prática, a participação da mulher nesse tipo de articulação econômica parecia recorrente. Assim, poderíamos assumir, como fez Daybell (2006) que as mulheres são articuladoras das relações sociais, num determinado enquadramento burguês. Contudo, esse tipo de modelo não se aplica ao mundo egípcio, nem grego, nem romano.

Aparentemente, as mulheres estão familiarizadas com esse tipo de mensagem e mesmo com o ato de solicitar favores. Não se trata de dizer que essa é uma atividade “feminina” - a de pedir favores - mas demonstrar que as mulheres poderiam articular relações entre hierarquias sociais distintas, mesmo dentro das elites, ou fora delas.

Os textos em grego demonstram não somente o gerenciamento de uma série de atividades por parte das mulheres, como também seu acesso direto - ainda que fossem da elite - para se dirigir a um oficial superior, sem a necessidade de um intermediário masculino, o que não acontecia nas côrtes gregas do Egito ptolomaico.

Observando outros textos epistológráficos em demótico, vale uma rápida observação sobre os “textos de sabedoria” ou máximas. Seu objetivo era, entre outros, ensinar as pessoas a se comportarem (DIELEMAN, 1998) e foram analisados de modo que homens e mulheres estão em relação um com o outro. Dito de outro modo, as prescrições de atitudes de homens e mulheres são produzidas segundo comportamentos e ações *do outro*. Contudo, as mulheres não podem ser vistas apenas como o tópico do texto. Ao contrário, é a perspectiva relacional que deve prevalecer. Nesse tipo de texto, as figuras femininas aparecem sempre de modo ambíguo. Elas são boas e más, simultaneamente. E perigosas.

A circulação dessas máximas - em demótico - possivelmente nas proximidades do templo e dirigidas aos sacerdotes (DIELEMAN, 1998, p. 42) pode indicar que o aspecto negativo das representações das mulheres, por exemplo,

fosse dirigido a um grupo específico de homens[182]. O uso de expressões como $ḥm.t$, "esposa", em geral surge associada a termos negativos, alertando o leitor masculino para possíveis deslizes e artimanhas femininas, além da necessidade do marido controlar e supervisionar a família e a esposa. Segundo Dieleman (1998, p. 45), controlar a sexualidade feminina era uma preocupação econômica dos homens, já que as mulheres ao ter filhos, asseguravam a permanência dos bens e sua circulação no núcleo familiar. Contudo, esse tipo de afirmação parece- reduzir o problema da sexualidade e das relações de gênero a um aspecto econômico.

Nesse sentido, o propósito normativo desses textos, se lido sob essa orientação, pode ajudar a pensar no papel das cartas aos oráculos e aos deuses, ampliando a percepção dessas relações por meio do casamento. A manutenção da ordem (*maat*) era um dos aspectos importantes no entendimento do casamento segundo os valores egípcios, como discutido brevemente no capítulo 4 e extrapolava uma organização econômica da vida egípcia. Nesse outro tipo de epistolografia "divina", o aspecto normativo aparece, mas de outro modo. Os desdobramentos dos conteúdos encontrados nas máximas indica que as relações buscadas eram algo a ser atingido, não um espelho da realidade, pois do contrário, os conselhos perderiam sua utilidade. Pede-se aos deuses aquilo que, na condição de mortal, não se tem garantia de atingir. Mesmo com a observância dessas orientações, a certeza da obtenção de sucesso no relacionamento e no legado a ser deixado (bens, flihos, etc.), depende de outra pessoa, no caso a esposa. E "esposa" é uma condição a ser adquirida pela mulher, não é dado, não é inerente à condição feminina.

Se as cartas ao sobrenatural não eram necessariamente transportadas, no sentido material e estrito do termo, elas podem informar mais sobre as mulheres e o gênero pois possuem uma outra vantagem em relação às cartas "tradicionais": o registro textual era justamente a garantia da resposta do oráculo e, por isso mesmo, o número de exemplares é maior. Além disso, o fato da carta não ser "entregue" ao destinatário em mãos garante sua sobrevivência, já que não era destruída ou descartada. O registro sempre ficava na mão de quem perguntava e o conteúdo da mensagem, menor, com o uso de fórmulas para saudação e encerramento.

---

[182] É importante lembrar que o público da literatura em demótico era variado e difícil de rastrear. Ao mesmo tempo, não se sabe em que medida esses textos representam tradições anteriores ou mesmo de tradições vizinhas ao Egito.

O trabalho de Zauzich (In: FRANDSEN e RYHOLT, 2000) apresenta uma série de cartas que trazem a mulher como tema e que se enquadram nesse tipo de questão. A informação da resposta nesse caso, ou o conselho, é antecipado (DEPAUW, 2006) pelo remetente no conteúdo da mensagem. Textos enviados por mulheres são raros e em geral as referências são às filhas e esposas (ver cartas no fim do trabalho) e os temas associados ao casamento. P. Carlsberg 428 e 429, por exemplo, indicam a necessidade de boa sorte no casamento e as referências às mulheres são apenas através dele.

Textos desse tipo, apesar de não serem *de mulheres* ou *para mulheres* em sua maioria poderiam ser explorados à luz dos estudos de gênero e, como sugere a documentação de textos mágicos em demótico, poderia extrapolar a visão polarizada de homens e mulheres. Para ir além do problema do letramento das mulheres e da mulher como "sujeito" da história (em oposição ao homem como "objeto") é preciso reconstruir os alicerces que fundamentam a leitura desses textos. Não basta dizer que elas são esposas e que, nessa posição dada pelo casamento, ganham visibilidade nas fontes por essa ou aquela razão. No caso das cartas endereçadas às mulheres, ou escritas por elas, o cruzamento dos seus conteúdos com outros tipos de carta, que também mencionem mulheres (como as cartas aos oráculos e aos deuses) pode informar mais sobre os modelos de gênero constituídos no Egito ptolomaico do que uma análise de fórmulas que indiquem que elas sabiam ou não ler.

Na linha do que discute Daybell, se o letramento não é um atributo que necessariamente insira a mulher numa outra esfera de percepção do gênero, ou seja, ela não vai ser melhor ou ter mais direitos, é preciso verificar então porque razão elas escrevem, e sobre o que escrevem. Nesse sentido, as cartas podem servir não para afirmar sua "nova posição", mas para verificar - em sentido oposto - quais são os atributos de masculinidade, por exemplo, que emergem socialmente *através* das mulheres. Em que medida, portanto, as mulheres e homens constituem seus atributos de gênero baseados numa nova relação social? Em que medida a escrita pode resignificar a relação entre esses indivíduos e até que ponto a escrita em si pode ser resignificada? De que maneira a *carta* em si pode ser reapropriada pela historiografia - talvez em especial os demoticistas - à luz do gênero?

Considerações Finais

With words we begin to leave traces behind us like breadcrumbs: memories in symbols for others to follow.

(J. Gleick)

A discussão realizada nesse trabalho sobre os estudos de gênero com base na produção a respeito da epistolografia grega e demótica no Egito ptolomaico, buscou a articulação de diferentes disciplinas. O diálogo da Egiptologia com as teorias sobre o gênero e a produção antropológica sobre o feminismo pretendia demonstrar que os egiptólogos precisam sim de teoria, apesar da aparente exclusividade de suas fontes. Mais do que isso, essa dissertação tinha como proposta trazer também as outras disciplinas à Egiptologia, que é ainda no Brasil, o primo pobre dos estudos clássicos.

Nesse escopo, o projeto de estudo das relações de gênero no Egito ptolomaico precisou adequar-se aos limites de uma dissertação de mestrado. O exercício proposto de verificar os enquadramentos teóricos que forjaram uma leitura das cartas, sob uma pretensa ótica do gênero foi ampliado. Assim, o gênero, os estudos demóticos e a querela "orientalimos" *vs.* helenismo, apresentam uma tentativa de dar sentido a um projeto amplo de investigação das relações de gênero no Egito ptolomaico, que problematizasse não apenas as fontes relacionadas a ele, mas num certo sentido, discutisse sua própria epistemologia.

Ainda que essa dissertação tenha sido um exercício de juntar porções tão distintas, é possível que o texto final aparente um conjunto de fichamentos ou mesmo um *frankenstein* mumificado. Talvez fique a dívida de uma análise erudita das cartas, como provocou a Profa. Arlene Clemesha no exame de qualificação. Contudo, creio que as questões aqui apresentadas a respeito da Egiptologia e o modo como os estudos de gênero (não) chegaram a ela abrem espaço para uma postura mais crítica daqueles interessados nos problemas de gênero no Egito. Do mesmo modo, reintegrar os estudos sobre o período ptolomaico numa nova Egiptologia me parece necessário, senão urgente na disciplina.

A formação de uma tradição na Egiptologia na escola anglo-americana que incorpora as discussões da antropologia, ainda que não de forma ampla e difundida, foi um trunfo para poder dar sentido a este trabalho. As transformações na

antropologia inglesa desde as discussões sobre a cultura material, a arqueologia e principalmente o gênero ofereceram um espaço generoso para (re)pensar os recortes da produção egiptológica.

Num sentido mais estrito, as discussões sobre o movimento feminista e suas articulações com as teorias de gênero permitiram que o mundo anglo-americano se apropriasse desses discursos, multiplicando suas possibilidades de usos e apropriações, tanto na história, como na própria antropologia. Dito de outro modo, é justamente porque o movimento feminista e o gênero em especial, surgiram num contexto social de disputa e enfrentamento entre os sexos, tanto no Reino Unido, como nos Estados Unidos, que as ciências sociais se viram impelidas a estudar suas articulações para outras realidades sociais e históricas. Esse jogo de polarizações, que hoje sufoca grande parte dos estudos sobre o mundo antigo e principalmente o Egito, é na verdade produto da mesma matriz que possibilita, por outro lado, o questionamento da própria disciplina.

Portanto, assumindo a feminilização do Egito em relação aos ideais masculinos gregos e romanos, se tomarmos o mundo greco-romano como paradigma da civilização, constituiremos um vocabulário que segmenta o Egito, que o faz existir sempre *em oposição* a outra coisa. Nesse sentido, os estudos de gênero potencializam essas discussões a fim de desconstruir esse vocábulo que define, dá sentido e existência ao Egito, à sua sociedade e aos indivíduos que lá viveram.

Não se trata de uma defesa panfletária dos estudos de gênero no Egito antigo. Em vez disso, as formulações teóricas da antropologia e mesmo do gênero convidam a pensar um mundo fora do modelo dicotômico. O estudo sistemático das fontes egípcias aponta para a existência de contrastes e oposições sem a disputa entre um e outro, mas a existência simultânea dos opostos. Essa cosmologia, se apropriada pelos não egiptólogos e incluída nos modelos utilizados *também* pelos egiptólogos, pode reformular nosso modo de se fazer Egiptologia, entendida aqui como uma disciplina orientalista sim, mas, sobretudo, como uma disciplina social.

As cartas serviram nesse escopo como catalisadoras desses questionamentos, numa historiografia que ora positivou, ora negou as mulheres como produtoras e consumidoras de textos. Ampliando ainda o debate sobre o gênero, as cartas em grego e em demótico podem demonstrar em que medida diferentes tradições epistolográficas andavam juntas, operando categorias distintas

de gênero, simultaneamente, sem excluir a outra. A questão que fica é, portanto, em que medida os indivíduos se apropriaram dessas categorias simultaneamente. É possível falar em escolha, num *habitus* egípcio ou grego que se entrecruzaram durante o domínio dos Ptolomeus?

Os estudos sobre as chamadas "novas mídias" promovidos pela antropologia têm demonstrado que apesar da presença e da incorporação de uma nova tecnologia (como a internet), as transformações sociais não se dão *por causa dela,* mas se apropriam dela*.* As demandas sociais já existem e não são criadas pela introdução de novos meios, mas a elaboram, criando posteriormente novas demandas. Os trabalhos de Miller (2012, 2013 - no prelo) por exemplo, apontam para o aspecto cultural do uso da tecnologia. Como ele afirma, qualquer nova mídia é primeiramente experienciada como uma "mediação" adicional e problemática; não existe um tipo de conversa não mediada, uma forma "natural" de comunicação (2013, p. 7). Portanto, se retomarmos o problema referente às cartas no Egito, não se trata de ver em que medida uma nova tecnologia (da escrita grega ou demótica, do papiro, etc.) interfere no modo de comunicação entre os indivíduos, mas como eles elaboram e expõem, a partir de suas referências e cosmologias, a própria ideia de comunicação. E, posteriormente, verificar em que medida as concepções de gênero se manifestam por elas e a partir delas.

Levando-se em conta os estudos sobre cultura material, sabemos que a relação entre os indivíduos nunca se deu de forma "pura"; não é dada. Portanto, o uso da teoria antropológica para pensar a comunicação entre os indivíduos, seja através das cartas no Egito ptolomaico, ou do Facebook, é reconhecer em última instância que há uma estruturação das formas e das categorias sociais que eles ocupam *na conversa* (MILLER, 2013). Assim, é possível verificar de que modo as categorias de gênero se constroem na documentação epistolográfica?

O fato de o Egito ptolomaico ter agregado diversas dicotomias no mesmo tempo e espaço, favoreceu o estudo dos "dois mundos", mas à luz dos gregos. Num certo sentido, ele foi visto como a prova cabal de que o Egito foi de fato conquistado, reproduzindo discursos que reforçaram seu caráter exótico, principalmente após a conquista romana. De um lado, temos o Egito dos egiptólogos, "nativo", "puro" e de outro as contaminações e distorções: os períodos tardios e a ocupação grega e romana.

Esse tipo de enquadramento foi problematizado em outras frentes, também com os estudos subalternos e outras abordagens oriundas dos estudos pós-coloniais. A inversão disso seria estudarmos o Egito ptolomaico à luz dos documentos egípcios, mas cairíamos na mesma armadilha. Mais do que defender a plena harmonia e integração de gregos e egípcios, o que não ocorreu - nem houve sincretismo - trata-se de ver como se deu essa articulação. As cartas em certa medida permitem verificar esse movimento para além de questões administrativas e jurídicas, já examinadas nos contratos de casamento, propriedade e nos termos de herança.

Uma comparação simplista entre a epistolografia grega e demótica poderia apontar inicialmente uma divisão que comprovasse que as mulheres gregas seriam emancipadas, contradizendo certa visão tradicional sobre elas. De outro lado, os textos em demótico apontariam para uma ausência da mulher como sujeito da história, já que só falam de mulheres, por intermédio dos homens. As cartas apresentadas por Bagnall e Cribiore (2006) selecionam justamente as cartas *de mulheres.* Esses textos, contudo são em grande parte endereçados aos homens. Contudo, em que medida essa seleção não está também imersa num discurso de gênero?

Observando a escolha feita por esses autores e as categorias utilizadas para apresentar os documentos, identifica-se a repetição do modelo cujos estudos de gênero são feitos: família, vida doméstica, questões legais. Bagnall e Cribiore categorizam as cartas segundo assuntos familiares e saúde, negócios, questões legais, letramento e educação, agricultura, tecelagem, confecção de roupas, viagens, religião e o envio e recebimento de bens e mensagens. Há ainda a menção a textos urgentes e mensagens de felicitação e saudações. Ainda que a maioria expressiva dos documentos apresentados na obra seja posterior ao século II d.C., essas mesmas categorias são estendidas à epistolografia de modo geral, sem levar em conta contextos precisos no tempo e no espaço da produção e circulação das cartas. Essa totalização do Egito - e mesmo da comunicação epistológráfica - faz sentido quando se propõe uma “história *de* mulheres”, e a categoria *mulheres* parece obedecer ao mandamento feminista da opressão universal. Nesse sentido, tomando esses textos nesse enquadramento não saímos do modelo “os homens fazem isso e as mulheres fazem aquilo (também)”.

Ao observarmos as cartas sem essas formulações, podemos identificar outros marcadores sociais que se articulam com marcadores de gênero, como a idade e a ocupação social. Os textos em grego em que as mulheres fazem solicitações e pedidos de diversos tipos aos homens, por exemplo, indicam o papel masculino de provedor, independentemente da relação de parentesco, mas não excluem as mulheres dessa posição. O que se vê, na verdade é que mesmo os homens se responsabilizando no plano ideal por essas ações, na prática as mulheres operam, por meio deles, a manutenção da vida cotidiana. Não se trata, portanto, de oposição.

O P. Col.Zen 1. 6 por exemplo, indica que a mãe pode, no lugar do filho, receber salário. Mesmo que seja o caso de um menor, como sugerem Bagnall e Cribiore (2006), a mulher, no seu papel de mãe não está impedida de intermediar a relação entre dois homens. Interações semelhantes se dão, em certa medida, nos textos de Isidora a Asklepíades (BGU 4 1204, BGU 4 1206, BGU 4 1207) e no P. Bad. 4. 48 em que Dionisia reclama e cobra das condições em que Theon a deixou com os filhos. O papiro UPZ 1. 59 apresenta situação semelhante, mesmo que numa situação adversa, como a prisão de Hephaistion.

A ideia de que o homem é o responsável pela provisão da família, incluindo esposa, filhos e agregados (inclusive escravos) pode ser específico de um segmento da elite grega no Egito entre os séculos III a.C e início do século I d.C. Não se vê, por exemplo, nas cartas egípcias, mesmo em períodos anteriores, esse tipo de expectativa, que pode ser identificada, em certa medida em algumas máximas.

Os textos em demótico, por outro lado, apresentam não apenas uma distinção na participação e “autoria” das mulheres, mas temas diferentes. Há uma parte significativa dessa epistolografia cujo foco está na relação com as divindades. E aqui a natureza da comunicação pode revelar outros níveis de interação.

Nesse sentido, a amostragem reduzida de textos em demótico *de* mulheres e *para* mulheres indica que o problema não é necessariamente o gênero *das cartas,* mas a identidade de gênero *atribuída a elas,* bem como a associação do tipo de escrita com um determinado discurso de gênero. Portanto, não se investiga o gênero *na* comunicação, dado na relação.

Os textos indicados ao final do trabalho em demótico apresentam em sua maioria as mulheres, mencionadas pelos homens. As questões relativas ao casamento são as mais frequentes. O desejo de se casar com uma ou outra mulher

tinha como vetor de comunicação a carta ao deus, como indicam os P. Carlsberg 428 e 429 e o P. Berlim 23544. A resposta ao pedido estava na manifestação da divindade que não escrevia, mas atendia ao desejo do suplicante. Tal realização tinha como metáfora a devolução da carta, não no texto, mas na concretização do pedido.

As relações entre os indivíduos nesse tipo de articulação entre os dois mundos foi completamente ignorada pela literatura interessada no gênero. Mesmo o caso do P. Berlim P. 13.538, em que o homem expressa na carta seu constrangimento, ridicularizado por não ter uma mulher em sua casa, não foi contemplado. A figura masculina aparece, nos textos em demótico aqui apresentados, não como a figura provedora, mas como dependentes das mulheres *em sua atribuição de esposa.* Portanto, é a normatividade do casamento heterossexual que está em jogo. Ser casado, ter uma mulher em casa parece ser um indicador de *status* não apenas para as mulheres, como se poderia supor, mas também aos homens. A articulação desses dois universos documentais, à luz do gênero precisa ser feita.

A análise da bibliografia a partir do *Enchoria* demonstrou que, a despeito da produção mais recente que incorporava os estudos sobre as mulheres e o gênero, esse não era um tema relevante para os demoticistas. Observando a produção sobre as cartas, em contrapartida, notamos que a produção é mais estável e constante. Assim, se por um lado houve um grande número de traduções de cartas em demótico no início do século XX, esses documentos não foram estudados pelos pesquisadores interessados no gênero. Do mesmo modo, essa análise não considerou outras referências teóricas que problematizassem os textos em seu aspecto relacional.

A apresentação dos estudos demóticos, mais do que fazer uma simples introdução ao público brasileiro, propunha desafiar certos paradigmas da disciplina. Em certa medida, reinserir o debate sobre a filologia nas problemáticas apresentadas pelas ciências sociais. Não se trata de desqualificar os demoticistas e a papirologia, ao contrário, demonstrar que a relevância do seu trabalho pode contribuir no avanço de outros entendimentos sobre os períodos aos quais eles se dedicam e, numa perspectiva mais otimista, oferecer novas possibilidades para que eles apresentem outras nuanças da análise formal e filológica.

A discussão sobre o orientalismo pretendia reforçar o aspecto ambíguo da Egiptologia. Sendo uma disciplina orientalista, ela permite verticalizar a investigação sobre o Egito antigo a partir das diversas fontes, mas ao mesmo tempo, a isola das demais disciplinas. Se o isolamento é por um lado necessário à pesquisa a fim de garantir o treinamento de um bom egiptólogo, ele não deve ser eterno. O ponto é reconhecer que, por ser uma disciplina orientalista, a Egiptologia não pode ser subjugada por enquadramentos importados dos seus vizinhos. Trata-se de verificar como os egípcios pensavam e elaboravam suas categorias para entender o mundo em que viviam, o que só pode ser feito com o domínio da língua e da escrita. Contudo, isso deve ser um ponto de partida. A contrapartida é inserir a disciplina orientalista no quadro das ciências sociais, a fim de ampliar os modos de pensar as sociedades e as relações, tanto no Egito, como fora dele.

Nesse sentido, debater as formulações sobre o helenismo ajuda a completar o cenário em que o Egito é inserido. Pelo reconhecimento das oposições, de ideias em torno de progresso, resistência, aculturação, etc. é que se torna possível pontuar as diversas apropriações e construções sobre o Egito, desfazendo seu caráter monolítico. A helenização do Egito, mais do que apontar para a morte ou resistência da cultura faraônica ou a ascensão dos macedônicos, é o que oferece o enquadramento teórico - e também metodológico - para redimensionar questões políticas, que também são engendradas no surgimento do imperialismo. Se não é possível fazer Egiptologia fora da política, também não se pode fugir do problema de uma “ocidentalização” do Egito, nos moldes de uma abordagem helenocêntrica.

Tais dimensões políticas podem ser identificadas também na teoria feminista dedicada ao estudo das cartas. A preocupação em individualizar as mulheres e afirmar sua capacidade de ler e escrever, as quais teriam lhes dado elementos para resistir à dominação masculina, parece um argumento desgastado. O esforço dos pesquisadores parece, portanto, ser a expressão de um desejo de que as mulheres *têm que escrever.* E que essa seria, talvez, sua única forma de expressão.

Elaborações desse tipo não podem ser projetadas diretamente no mundo antigo. A construção em torno da ideia de mulher-carta-domesticidade denota o aburguesamento das fontes. Uma leitura das cartas que leve em conta os apontamentos em torno do conceito de agência poderia ser particularmente importante em se tratando da epistolografia egípcia, seja em grego, ou demótico. É

através da ideia de agência, por exemplo, que a materialidade dos objetos é inserida e apreendida na relação, tanto dos objetos com as pessoas, e das pessoas entre si.

Se a escrita é uma triste sombra da comunicação ideal (GLEICK, 2011) as cartas apresentam sombras em movimento, e talvez por isso mesmo seja difícil enquadra-las. Em que medida as cartas e os indivíduos, que através delas se comunicam, operam suas próprias categorias culturais e sociais? Não se trata de descartar as análises formais das cartas, mas incluir análises detalhadas da língua escrita e falada, uma vez que estão situadas nelas - e intrinsecamente - parte de interações sociais (AHEARN, 2011).

A comunicação humana, mediada pela escrita e pela materialidade dos seus suportes, existe *por causa* e *com* os agentes. Recentemente, a teoria do alcance busca entender de que maneira as transformações sociais não acontecem como consequência da introdução de novas tecnologias. Como afirma Miller,

> (a) Teoria do Alcance é aquela em que vemos uma nova tecnologia em termos de facilitar a nossa capacidade de alcançar algo ao invés de interromper alguma holística prévia ou estado ideal. A palavra atingir implica que embora não tenha sido previamente realizável, já estava latente na condição do ser humano. Isto é, a utilização da tecnologia deriva, em grande medida dos desejos da população e não é apenas uma consequência necessária da invenção desse dispositivo particular. Depois de um tempo, a mesma tecnologia é suscetível a estimular novas aspirações que serão ainda inatingíveis.[183]
>
> (2013, p. 10)

Portanto, não é a escrita que *ajudou* as mulheres em sua emancipação. O anacronismo em projetar as demandas feministas, burguesas e ocidentais, do final do século XIX e início do século XX, torna a observação dos usos da comunicação escrita confusa. Em vez disso, seria importante considerar em primeiro lugar o modo como as sociedades se apropriaram da escrita. Num contexto anterior à invenção da imprensa, a difusão da tecnologia do ler-escrever estava

---

[183] "Theory of Attainment is one in which we view a new technology in terms of its facilitating our ability to attain something, rather than disrupting some prior holistic or ideal state. The word attain implies that although it was not previously achievable, it was already latent in the condition of being human. That is, the use of the technology derives in large measure from the desires of populations and is not simply a necessary consequence of the invention of that particular device. After a while, the same technology is likely to stimulate new aspirations which will be as yet unattained."

circunscrita a outras demandas. No caso da sociedade egípcia ptolomaica, vale pensar na articulação de uma tecnologia de “dupla-face” que operava não apenas categorias distintas de gênero, mas da própria natureza da comunicação.

O estudo das cartas no período ptolomaico pode se utilizar da teoria do alcance para problematizar as demandas apresentadas nos textos, tanto em grego como em demótico, na medida em que entende o contraste dos dois sistemas de escrita como tecnologias distintas. Ao articular esses dois universos, distintos, mas não separados, pode-se verificar as demandas sociais existentes e o modo como se davam as relações de gênero, e se novas demandas surgiram a partir e por meio desta epistolografia.

Assim, a ideia de agência somada associada à teoria do alcance pode reforçar o aspecto material do suporte da carta e do texto (escrita e conteúdo) reafirmando o caráter relacional dessa fonte. As propostas de diálogo apresentadas devem explorar novas questões, mais do que novas teorias ou formulações.

O gênero como instrumento analítico pode potencializar a leitura dessas fontes que já privilegiam o aspecto relacional, permitindo que a leitura desses textos leve em consideração a complexidade das relações humanas, em suas contradições e tensões. Que a habilidade egípcia de conciliar o que parece aos nossos olhos, inconciliável, estimule a dilatação de uma egiptologia mais humana.

Cartas gregas e demóticas

Os textos apresentados nessa seção foram reunidos a partir da questão apresentada no início do trabalho: em que medida os estudos sobre as cartas no Egito helenístico, levando em conta determinados discursos de gênero, privilegiam certos grupos de textos, sobretudo em papiros. Essa seleção por parte dos autores aponta para uma apropriação do material que leva em conta o material em grego, sobretudo os arquivos de família, e de textos *produzidos* por mulheres.

A obra de Bagnall e Cribiore (2006) que reúne as fontes numa única publicação tem o mérito de apresentar as referências documentais e bibliográficas num único *corpus*, com as respectivas traduções. Os autores procuram problematizar também as balizas cronológicas e abordagens que apresentam as mulheres como indivíduos autônomos no processo de elaboração das mensagens. Os textos em grego apresentados aqui foram retirados dessa coletânea.

Contudo, ao compararmos com outras publicações sobre as cartas do mesmo período, como a obra de Mark Depauw, publicada no mesmo ano, o foco é distinto. As preocupações acerca da sociedade egípcia no período ptolomaico (e romano) apresentadas por Bagnall e Cribiore não encontram eco no trabalho de Depauw, que não apresenta nenhuma carta completa. Mais ainda, a obra de Bagnall e Cribiore não apresenta nenhuma preocupação filológica. Ainda que as propostas destes autores sejam distintas, é notável que ao falar do Egito ptolomaico, ou romano, cuja sociedade era a princípio bilingue, os textos pouco dialogam entre si. A epistolografia é apresentada de forma cindida.

No que diz respeito aos estudos sobre o gênero, conforme já discutimos nesse trabalho, os estudos do material demótico limitam-se à constatação do letramento das mulheres nesse registro escrito, enquanto que os estudos do material grego parecem apontar para outros problemas de ordem social, bem como de um entendimento da distribuição de tarefas baseado em critérios de gênero. A limitação dos estudos se dá, evidentemente, no privilégio à figura feminina, embora os textos gregos apontem para um aspecto mais relacional, mas mantendo as mulheres como sujeitos principais.

As cartas estão separadas em textos gregos e demóticos. Os textos em demótico não estão dispostos em ordem cronológica, ao contrário do material em grego, que respeita a organização apresentada por Bagnall e Cribiore (2006). A ficha de cada uma das cartas apresenta o número do papiro, seguido do número Trimegistos, com o respectivo endereço eletrônico, onde se concentram todas as informações sobre o material, como bibliografia, texto original, transliteração ou transcrição. As cartas ainda apresentam a localização da fonte na coleção em que se encontram, a data (aproximada ou precisa), o local de escrita, o endereço, a proveniência da fonte e a língua original.

Apenas 4 cartas desse primeiro grupo são do período romano, mas escritas em grego (BGU 41204, BGU 4 1206, BGU 4 1207 e BGU 16. 2665). Esse conjunto de textos, oriundos da expedição germânica em Abusir el-Melek, apresenta cartas endereçadas a Asklepíades que preservou os textos depois de tê-los lido. Isidora, a mulher quem redige parte das cartas aqui, tem algum tipo de parentesco com ele, mas é incerto o tipo de relação, embora se refira a ele como “irmão”. Sua presença aqui é justificada pelo fato de que ainda nessa fase do período romano o impacto da nova administração não é percebido nesse tipo de fonte e pode se ver, mesmo posteriormente, que as cartas produzidas em grego continuam, ainda que em menor número, enquanto o demótico vai rapidamente desaparecer.

As cartas em demótico, separadas numa outra seção, constituem a parte mais difícil do material apresentado. Os textos são fragmentados e as coleções são mais dispersas. Além disso, os demoticistas ainda não conseguiram reunir o conjunto completo das transliterações no Trimegistos e o status de publicação do material em demótico é precário se comparado ao grego. Contudo, apesar das dificuldades, a proposta é oferecer nesse trabalho o pequeno conjunto de cartas em demótico com a respectiva transliteração e a tradução.

As transliterações foram feitas utilizando o sistema internacional Mdc de fontes, embora respeitando as escolhas dos editores que publicaram utilizando ponto (.), sinal de igual (=), i, j, etc. A proposta, mais do que discutir os problemas e as dificuldades de editar um texto em demótico, em geral fragmentado e de difícil reconhecimento dos sinais (o que permite leituras diferentes), é disponibilizar as informações e uma possibilidade de tradução sobre esse material em português e, quiçá, estimular futuras pesquisas na área, já que apresenta também os estudos

feitos deste material e as suas publicações. O material, inédito em língua portuguesa, não é uma tradução definitiva dos textos, mas um primeiro esforço de trazer esses textos ao público brasileiro, apoiados em outras traduções do alemão e do inglês.

As cartas em demótico aqui apresentadas não foram produzidas exclusivamente por mulheres, nem traduzem situações do cotidiano, como podemos observar nos textos gregos. Ao contrário, os temas são variados e a natureza dessas cartas também é distinta de uma epistolografia tradicional. É justamente a ausência de um eixo central que as tenham reunido numa única publicação, o motivo de serem estimulantes para pensar a questão do gênero no Egito ptolomaico para além do problema do letramento das mulheres e dos processos de elaboração das cartas.

Lista de símbolos para as transliterações dos textos em demótico.

⌜ ⌝ leitura incerta

[ ] espaço no papiro

{ } restituição do editor

( ) adição

□ espaço

... espaço/ leitura impossibilitada

Cartas em grego

P. Cair. Zenon 1. 59028

Número Trimegistos: 688

http://papyri.info/ddbdp/p.cair.zen;1;59028

Localização da fonte: Cairo, Museu Egípcio, Cat. Gen. 59028. Prancha XXIX *in P.Cair.Zen.I*

Carta; Satyra para Zenon

Data: 258-257 a.C.

Local de escrita: Alexandria (?)

Endereço: Filadelfia

Proveniência da fonte: Filadelfia (Gharabet el-Gerza)

Língua: grego

Satyra para Zenon, saudações. Enquanto Apolônio dava ordens para nos dar roupas, a mim e à minha mãe – você encontrará também o memorando que Apolônio escreveu sobre isso – daquele dia nós nada recebemos. Este já é o segundo ano. Será bom para você perguntar e mostrar a Apolônio... para lembrar de nós, então nós não ficaremos nuas. E que ele nos permita ter esse seu presente em particular. Pergunte também sobre nossas provisões. Nós as tivemos plenamente apenas uma vez, e isso foi o que você pediu para nos dar no festival de Demeter. Por favor, pergunte também sobre esses assuntos se lhe aprouver também, o mais rápido possível. Adeus.

(Endereço atrás): Para Zenon

(Etiqueta): Sobre Satyra, a menina.

P.Cair.Zen.3. 59408

Número Trimegistos: 1037
http://papyri.info/ddbdp/p.cair.zen;3;59394
Localização da fonte: Cairo, Museu Egípcio, C.G. 59408
Carta; Nota de Asklepia para Zenon
Data: 263-229 a.C.
Local de escrita: Fayum (?)
Endereço: Filadelfia
Proveniência da fonte: Filadelfia (Gharabet el-Gerza)
Língua: grego

Nota a Zenon de Asklepia. Por favor, relativo ao assunto que Eirenaios lhe instrui, conceda-me permissão para viajar, a fim de que eu vá a ele no campo (fora da cidade) e não pareça negligenciá-lo. E que ele me envie um mensageiro me oferecendo (dinheiro?). Então, o que você me prescreve? Fique bem.

P.Col.Zen. 1. 6

NúmeroTrimegistos: 1728
http://papyri.info/ddbdp/p.col;3;6
Localização da Fonte: New York, Columbia University, Rare Book and Manuscript Library, Papyrus Collection, inv. 286
Simale para Zenon sobre seu filho
Data: 10 de março de 257 a.C. (ano 28, Peritio 6)
Local de escrita: nomo Arsinoíta (?)
Endereço: Berenikes Hormos
Proveniência da Fonte: Filadelfia (Gharabet el-Gerza)
Língua: grego

Simale, a mãe de Herophantos, para Zenon, saudações. Desde que ouvi que meu filho foi destratado e mais gravemente, eu venho a você e depois de chegar gostaria de lhe fazer uma solicitação sobre esses assuntos. Mas quando Olympicus me preveniu de vê-lo, de algum modo fui trazida a presença de meu filho e o encontrei deitado num estado terrível e vê-lo assim é suficiente para me afligir. Mas quando Olympicus chegou ele disse que ao bater nele de forma tão violenta ele faria dele – ou que ele já tinha feito dele – alguém que era razoavelmente decente. Então eu suplico-lhe para se preocupar consigo nesses assuntos e a relatar a Apolônio o estado pelo qual meu filho tem sido maltratado por Olympicus, de modo que ele era responsável por sua doença. Para mim, acrescento ao fato que não recebi exatamente nada por um ano, exceto pelo *mna* e 3 artabas de trigo desde o mês Dystros quando Herofantos veio a você – o rapaz mesmo disse-me da boa vontade de Apolônio e mesmo sua que você insiste em mostrar-lhe. Eu pergunto a você, então, e lhe peço que, se Apolônio o solicitar pagar-lhe qualquer coisa, que seus salários sejam pagos a mim. Esteja assegurado que tão logo o deus o libertar eu o trarei de volta a você, então verei você com a preocupação com o repouso. Saiba o restante da pessoa que lhe traz essa carta, pois ele não é um estranho para nós. Adeus.

P.Lond.7. 1976

Número Trimegistos: 1539
http://papyri.info/ddbdp/p.lond;7;1976
Localização da Fonte: Londres, British Library, Papiros inv. 2660
Carta; Haynchis para Zenon: Preciso de minha filha.
Data: 253 a.C. (ano 32, Mecheir)
(Etiqueta atrás): ano 32, Mecheir, Haynchis.
Local de escrita: Fayum (?)
Endereço: Filadelfia
Proveniência da Fonte: Filadelfia (Gharabet el-Gerza)
Língua: grego

Haynchis para Zenon, saudações. Recolhendo cerveja da grande cervejaria, disponho de 4 dracmas (valor equivalente) diariamente e pagamento regular. Mas Demetrio, o viticultor, enganou minha filha e a levou, mantendo-a escondida, dizendo que ele vai viver com ela, sem mim. Mas ela dirigia a loja comigo e me auxiliava, já que sou velha. Agora, portanto, tenho menos, desde que ela se foi e não tenho mais o necessário. Mas ele também tem outra mulher e filhos, logo, não pode viver com a mulher que enganou. Eu lhe peço então para me ajudar por causa de minha idade e devolve-la a mim. Adeus.

SB 22. 15276

Número Trimegistos: 2214
http://www.papyri.info/ddbdp/sb;22;15276/?q=PHRASE:%28identifier%3A2214%29&rows=2&start=1&fl=id%2Ctitle&fq=%28identifier%3A2214%29&sort=series+asc%2Cvolume+asc%2Citem+asc&p=2&t=2
Localização da Fonte: Florença, Biblioteca Medicea Laurenziana, PSI Inv. 371 bis + 605. Prancha de 371 bis em *ZPE 55* (1984), Taf. Va. Ambos os fragmentos mostrados em G. Messeri Savorelli e R. Pintaudi *I papiri dell'archivio di Zenon a Firenzi* (*Pap. Flor. 24,* 1993). Tav. LXXIV.
Carta; Choirine para Zenon, sobre tecer.
Data: 263-229 a.C.
Local de escrita: Fayum
Endereço: Filadelfia
Proveniência da Fonte: Filadelfia (Gharabet el Gerza)
Língua: grego
(Endereço): para Zenon
(Etiqueta): Choi(rine)

Choirine para Zenon…, saudações. Esteja seguro que a cobertura (?)… desenhou... 3 moedas[184] com os fios. Considere ... por 6 meses... pois eu estou aflita. Portanto, se você concordar, metade da lã... considere... de uma jovem escrava a não ser dada nem lã nem comida. Ela está nua de fato... e estará ainda mais (?). Não tenho nada a repreendê-la. Mas você não pode negligenciar a escrava. Adeus.

[184] Em inglês *staters,* moeda (statér, em grego)

BGU 6. 1300

Número Trimesgistos: 4560
http://papyri.info/ddbdp/bgu;6;1300
Localização da Fonte: Antiga Berlim, Staatliche Museen, Papyrussammlung, P. 11780.
Carta, Uma lista de compras de luxurias.
Data: 29 de abril de 193 a.C. *ou* 4 de maio de 210 a.C.
Local de escrita: desconhecido
Endereço: nomo Arsinoíta
Proveniência da Fonte: nomo Arsinoíta (?). Fayum
Língua: grego

Tetos para seu pai, saudações. Se você está bem e as coisas estão de acordo com seu desejo, será como você quiser. Eu mesmo estou bem e minha mãe, e todos em nossa casa. Quando você subir o rio, por favor traga ... e 2 lançadeiras, 2 caixas médias e 3 pequenas, 2 estojos, uma estante de alabastro para ornamentos, 2 canos, uma caixa de unguento com uma base de anel e uma taça Sikyonian, 5 *stater* de mirra, 3 de óleo de nardo, óleo de mirra, óleo para a menina para a cabeça, ... d(o) púrpura e dois anéis, uma caixa de espelho de ouro, panos de linho meio-branco com púrpura, e com relação à escrava, que estava no outro lado da Oxyrhyncha, tome cuidado para que você a gerencie nas questões relativas à segurança e que nada fique assim em seu caminho. E traga também dois pentes, 2 coifas, 2 escarlate, dois grampos de cabelo, brincos (?) para as meninas, um *stater* de corante mar-púrpura. Adeus. Ano 12, Phamenoth, 22.

P. Bad. 4. 48

Número Trimegistos: 5830
http://papyri.info/ddbdp/p.bad;4;48
Localização da Fonte: Heidelberg, Institut für Papyrologie, inv. G. 603. Pranchas em *Propyläen Weltgeshichte* 3 (1962), depois p. 548: Seider, *Paläographie der griech.* Pap. I, Tafel 10. Prancha do verso em Seider, *Paläographie III, PP. 367-68.*
Carta; Dionisia para Theon.
Data: 28 de outubro de 127 a.C.
Local de escrita: Provavelmente Alexandria
Endereço: Desconhecida.
Proveniência da Fonte: Hipponon (nomo Herakleopolita)
Língua: grego

Dionisia para Theon, seu senhor, saudações. Eu estou bem. Continuamente mantenho a melhor recordação de você para todo o bem, e rezo aos deuses para que eu receba você saudável de muitas maneiras, porque vocês dois nos resgataram dos inimigos e novamente nos deixaram e os perseguiram. Sabendo disso, como você deu instruções para vender os bens desnecessários, quando trouxe o colchão, Neon colocou as mãos nele na ágora, e com grande violência o roubou. Julguei que tinha o direito, já que você estava ausente mais do que presente, de fazer uma petição ao administrador da cidade. Mas quando (depois de ter feito coisas terríveis para mim) ele apareceu comigo, foi decidido que (o colchão) deveria ser selado e deixado no *archeion* até você estar presente. Pois ele disse que você não estava de serviço [militar] e eu não era a responsável por um exército[185], mas que você subiu o rio por causa do trabalho e não estava sob ordens reais. Não tenho estado ansiosa para cargos ordinários porque Marsyas mandou uma carta, mas você não deve ter escrito nada para mim. Você me agradará mesmo agora se me escrever de volta com noticias suas, então estarei livre de preocupações, por favor. Cuide-se então para que eu o abrace com boa saúde. Minhas saudações para Marsyas e Ammonios. Aline e suas crianças saúdam você. Adeus. Ano 44, Phaophi 5. Acima de tudo eu te cobro para se lembrar do quanto você me deixou só como os cães e você não aceita o que eu lhe exorto. Mesmo agora, então, lembre-se de nós.

[185] Aqui no sentido de uma casa militar. Em inglês: *military household*

P. Münch. 3. 57

Número Trimegistos: 78543

http://papyri.info/ddbdp/p.muench;3.1;57

Localização da Fonte: Munique, Bayerische Staatsbibliothek, Papyrussammlung, P. graec. mon. 124. Prancha em edição.

Carta; Avó sugere nome para uma recém-nascida.

Data: II séc. a.C.

Local de escrita: Desconhecido.

Endereço: Desconhecido.

Proveniência da Fonte: Desconhecido.

Língua: grego

Mãe NN a Ptollis, Kikandros, Lysimachos, Tryphaina, saudações. Se você estiver bem, será como eu rezo aos deuses para vê-lo bem. Recebi uma carta de você na qual você informa que deu a luz. Rezei aos deuses diariamente em seu favor. Agora que você escapou (do perigo), passarei meu tempo em grande júbilo. Enviei-lhe um *phakos* cheio de óleo e ... *mnai* de figos secos. Por favor, esvazie-o e me envie de volta em segurança que eu preciso dele aqui. Não hesite em chamar a pequena de Cleopatra, então sua pequena filha....

UPZ 1. 59

Número Trimegistos: 3450
http://papyri.info/ddbdp/upz;1;59
Localização da Fonte: Londres, British Library, Papyrus 42. Prancha in *P. Lond.* Atlas I, pl. 17; Montevecchi, *La papirologia,* Tav. 18.
Carta; Isias para Hefphaistion: hora de vir para casa!
Data: 1o de setembro de 179 a.C. (ano 2, Epeiph 30) ou 29 de agosto de 168 a.C. (ano 2, Epeiph 30)
Local de escrita: Mênfis, Saqqara
Endereço: Mênfis, Serapeion.
Proveniência da Fonte: Mênfis, Serapeion.
Língua: grego

Isias para seu irmão Hephaistion, saudações. Se essa carta lhe chegar bem e as outras coisas estiverem andando bem, seria para mim como uma constante prece para os deuses; e eu mesma estou bem, e a criança, e todos aqueles na sua casa, continuamente lembram de você. Quando recebi sua carta de Horos, na qual você anunciou que você está preso no Serapeion em Mênfis, pois as notícias que você está bem agradeço diretamente aos deuses, mas sobre você não vir para casa, quando todos os outros que foram presos vieram, estou descontente porque depois de me guiar a mim mesma e as crianças por tempos difíceis e ser conduzida a todos os extremos por conta do preço do trigo, mas agora que você voltar, posso descansar. Mas você nem pensou em vir para casa, nem dar nenhuma atenção para nossa situação, como eu estava necessitada de tudo, quando você estava aqui, sem mencionar esse longo período de tempo e tais crises, durante o qual você não nos mandou nada. Mais ainda, desde que Horos, quem entregou a carta, relatou que você foi liberado da prisão, estou completamente desgostosa. Apesar disso, desde que sua mãe esta também aflita, por favor, por amor a ela e a nós, retorne a cidade, se nada mais lhe pressionar a voltar atrás. Você vai me agradar por cuidar de seu corpo para ficar saudável. (segunda mão). Adeus. (primeira mão). Ano 2, Epeiph 30.

UPZ 1. 148

Número Trimegistos: 3540
http://papyri.info/ddbdp/upz;1;148
Localização da Fonte: Londres, British Library, Papyrus 43. Prancha in *P. Lond.* Atlas I, pl. 28.
Carta; Uma nota sobre o aprendizado do egípcio de uma mãe para o filho
Data: II século a.C.
Local de escrita: Desconhecido.
Endereço: Desconhecido.
Proveniência da Fonte: Desconhecido.
Língua: grego

Descobrindo que você esta aprendendo cartas egípcias, fiquei maravilhada por você e por mim por que agora, quando você vier para a cidade, vai ensinar para os meninos escravos no estabelecimento de Phalou... o médico que faz a lavagem[186], e terá uma forma de apoio para idosos.

[186] Lavagem estomacal ou intestinal.

BGU 4 1204

Número Trimegistos: 18654
http://papyri.info/ddbdp/bgu;4;1204
Localização da Fonte: Ex-Berlim, Staatliche Museen, Papyrussammlung, P. 13151; agora no Cairo, Museu Egípcio, SR 2956.
Isidora para Asklepíades: responda-me rapidamente.
Data: 3 de outubro de 28 a.C. (Augustus 03, Paophi 5)
Local de escrita: Provavelmente nomo Herakleopolita.
Endereço: Provavelmente Mênfis.
Material proveniente de cartonagem
Proveniência da Fonte: Abusir el-Melek. (nomo Herakleopolita)
Língua: grego

Isidora para Asklepíades seu irmão, saudações e saúde sempre. Embrulhada sob o mesmo selo para você a carta para Paniskos. Então envie-me a resposta rapidamente porque o navio vai partir. E continue a resistir bravamente até que chegue e cuide-se para que se mantenha saudável, o que é mais importante. Adeus. Ano 3, Phaophi 5. Envie o tapete para criança[187] dormir.

[187] Possivelmente *colchão.*

BGU 4 1206

Número Trimegistos: 18656

http://papyri.info/ddbdp/bgu;4;1206

Localização da Fonte: Berlim, Staatliche Museen, Papyrussammlung, P.13152, col. i.

Isidora para Asklepíades: instruções.

Data: 3 de novembro de 28 a.C. (Augustus, ano 3, Hathyr 6)

Local de escrita: Bousiris (?), nomo Herakleopolita.

Endereço: Bousiris

Material proveniente de cartonagem

Proveniência da Fonte: Abusir el-Melek. (Bousiris, nomo Herakleopolita)

Língua: grego

Isidora para Asklepíades, seu irmão[188], saudações e saúde, sempre como rezo. Recebi o que você escreveu. Nosso irmão Paniskos escreveu que Noumenios enviou zelosamente Philon, o *oikonomos*[189], para o dioikesis[190]. Ele ainda não indicou o que aconteceu. Em relação a Areios, Patr-ele mesmo está escrevendo para ele a fim de que o trigo seja creditado. Você e Haramoites, resistam bravamente na coleção do preço das lentilhas e farro[191]. Se alguma outra coisa ocorrer, lhe direi e cuide-se para que fique bem. Adeus. Ano 3, Hathyr 6, cedo.

---

[188] Possivelmente *colega.*

[189] Termo de tradução incerta para o contexto, possivelmente algo privado, cf. Cribiore, 2006.

[190] Administração financeira.

[191] Trata-se de um tipo específico de trigo. Em inglês *emmer* = espiga

BGU 4 1207

Número Trimegistos: 18657
http://papyri.info/ddbdp/bgu;4;1207
Localização da Fonte: Berlim, Staatliche Museen, Papyrussammlung, P.13152, col. ii.
Isidora para Asklepíades: instruções.
Data: 31 de outubro de 28 a.C. (Augustus, ano 3, Hathyr 03)
Local de escrita: Provavelmente nomo Herakleopolita.
Endereço: Provavelmente Mênfis.
Material proveniente de cartonagem
Proveniência da Fonte: Abusir el-Melek. (Bousiris, nomo Herakleopolita)
Língua: grego

Isidora para Asklepíades, seu irmão, saudações e boa saúde sempre... Recebi o que você escreveu... colchas vermelhas... 3 azuis..., 2 colchas cor de amora. Em relação a nosso irmão Paniskos, Noumenios enviou zelosamente a seu irmão Philon o *oikonomos* para a *dioikesis*. Você e Haramoites, resistam bravamente e coletem o preço das lentilhas e do farro. Cuidem-se para que fiquem bem. Adeus. Ano 3. Hathyr 3. Se algo acontecer, farei com que saibam se for necessário antes que eu escreva. (?) recebi 2800 dracmas de prata pelo agente, e Ptollion está trazendo para você... se você enviar dinheiro, envie um vigésimo.

BGU 16. 2665

Número Trimegistos: 23389
http://papyri.info/ddbdp/bgu;16;2665
Localização da Fonte: Berlim, Staatliche Museen, Papyrussammlung, P.25155,
Tryphaina para Asklepíades: instruções.
Data: 27-28 a.C. (Augustus, ano 3)
Local de escrita: Bousiris, nomo Herakleopolita.
Endereço: Provavelmente Mênfis.
Material: proveniente de cartonagem
Proveniência da Fonte: Abusir el-Melek. (nomo Herakleopolita)
Língua: grego

Tryphaina para seu filho Asklepíades, saudações e saúde sempre. (Eu estava feliz?) recebendo a sua carta no dia 16. Se o *kleros* de Agelaos próximo a Ogou foi apenas metade inundado e até agora aquele próximo a Mouchis não encheu, estou arruinada (?), e o dinheiro gasto para os diques de todos eles. As coisas sobre as quais você escreveu são mais caras aqui. O fatal... e o preço não foi estabelecido. Dois tapetes de criança, finos, vermelhos e... das crianças ... Não esqueça ... envie. Mandei dois sapatos de volta com Apollos. A trigésima araoura próximo a Nois foi inundada. Não arrende a parcela próxima a Tale, mas usufrua-a lá. Adeus. Ano 3 de César (?)...

Cartas em demótico

P. Qasr Ibrim Dem.1

Número Trimegistos: 46851
Carta; questões aos oráculos.
Localização da Fonte: Egypt, Qasr Ibrim, excavation EES 1978-1980 no. 80-2-4 / 79
Data: séc. II a.C.
Local de escrita: Ptolemais Hermeiou (El-Mansha)
Proveniência da Fonte: Primis (Qasr Ibrim)
Língua: egípcio/demótico
Publicação: El-H. ZAGHLOUL, **Bulletin of the Center of Papyrological Studies** (B. A. C. P. *S.)* 10, 1994, p. 25-45;
BAGNALL, R., CRIBIORE, R. **Women's letter from Ancient Egypt. 300 BC-AD 800**. Michigan: The University of Michigan Press, 2006, p. 382-383
ZAUZICH, Karl-Th. Zwei Orakelbitten aus Qasr Ibrim. **Enchoria** 25, 1999, p. 178-182.

Recto

1. P*rymhy tȝ šrt n*
2. *tȝ-šrt-pȝ-dỉ-ḥr tȝ nty sm r*
3. Q*lnḏȝn*
4. *my šn.w-ṯy m-bȝḥ* ʿI*mn*
5. *ḏd n-tȝy pȝ ỉy r.ỉr.ỉ r-*
6. *bl n pȝ mȝʿ n pȝ(y-ỉ) šȝʿ*
7. *hy šȝʿ pȝ hrw nty ỉw*
8. *wȝḥ* P*ȝ-šr-*W*sỉr dỉt tʿ-pr-ʿȝ*
9. *r ḥr-ỉ n-ỉm.f bn-pw.ỉ sḏrṯ*
10. *bn-pw.ỉ pḥ ỉrm rmṯ m-sȝ* Pa-ʿI*nḥrt*
11. *pȝ šr n* G*rymyȝ*

(espaço de aproximadamente 1,5 cm.)

12. Ta-*mnrwȝ sm r*
13. Q*lnḏyȝn ʿ ṯȝ ryt*
14. *nty ỉw pȝ ḥs n-ỉm.s ỉw.f ḫpr ỉw.ỉ*
15. *ḫȝʿ-f ḫn.s grȝ tȝ nty m-sȝ.s*
16. *hb n.ỉ n.ỉm.s mtw.k dỉt nw.w*
17. *wbȝ pȝ-šr-pȝ-ryt r ỉr nȝy.f šn.w*
18. *ỉrm nȝ mdt.w nty ỉw.f wḫȝ-w mtw.k*
19. *dỉt ḥn-s tȝ ntr.t r tm*
20. *dỉt ỉr.w-s n ḥyyt*

Verso

1. *r dỉt-s n* (espaço para selo) Q*lnḏy-*
2. *ȝnʿ*

Tradução

1. Prmhy a filha de
2. Tshenpetehor (é) quem lhe saúda
3. Kollantion
4. Deixe-me perguntar diante de Amon
5. sobre os efeitos desde o instante em que cheguei
6. do lugar de meu primeiro-
7. marido até o dia no qual
8. Pshenosiri escolheu Taper'ao
9. em detrimento de mim, eu não dormi
10. nem tive relações com outros homens, exceto Panhuri,
11. o filho de G$rymy\beta$

(espaço de aproximadamente 1,5 cm.)

12. Ta-$mnrw\beta$j saúda
13. Kollanthion: a sala
14. na qual as fibras estão, se eu
15. deixa-las lá, ou aquelas que estão atrás,
16. escreva para mim sobre isso, e se certifique que elas pareçam
17. a Pshenperyt, para fazer essas questões
18. juntamente com outros assuntos que ele solicita, e
19. se certifique que a deusa ordene que isso não
20. se tornará um infortúnio

Verso

1. Entregue para *(espaço para selo)* Kollanthi-
2. on

P. Saqqara 71/2 145 H.S.

Número Trimegistos: 46848

Carta;

Localização da Fonte: Egypt, Saqqara, excavations EES S. 71/2-DP 94

Data: séc. IV - III a.C. (Ano 17, Thoth 14)

Local de escrita: Mênfis, Saqqara

Proveniência da Fonte: Mênfis, Saqqara

Língua: egípcio/demótico

Publicação: SMITH, H. S. Sunt Lacrimae rerum. A. F. Shore honoris causa. In: Eyre, C.; Leahy, A.; Montagno Leahy, L. (eds.). **The Unbroken Reed. Studies in the Culture and Heritage of Ancient Egypt. In honor of A. F. Shore.** London: Egypt Exploration Society. Occasional Publications 11, 1994, p. 281-292, Taf. XXXVII- XXXVIII.

(margem superior 1,0 cm)

Recto

1. T3-*nt*-ʿI*mn m -ỉr*
2. *ḥrỉ r*
3. *ḥp-nb=s*
4. *ỉw=f ḫpr r pḥ=t*
5. *ỉw=y r ỉỉ r-bnr*
6. *m-ỉr ꜥnꜥn*
7. *r-db3 p3ỉ=t ꜥš-sḫn*
8. *mdt nbt ntỉ ỉ-ỉr*
9. *h3t=t r nfr*
10. *n-ỉm=w n mdt nbt*
11. *ỉw=y r ỉr=w*
12. *m-ỉr dỉt ḫpr*
13. *wꜥ ḳrf n-ỉm[=y]*
14. *dỉ p3ỉ=t t3w*
15. *my wḏ3=f*
16. *pḥ r bw-n3ỉ p3 hrw*
17. *t3ỉ[=y] wpt ntỉ nb*
18. *ntỉ mtw=y ỉw=y*
19. *r dỉt ḫpr=w n=t*
20. *m-ỉr dỉt 3ḳ=w*
21. *t3 yꜥby*
22. *ntỉ ỉw=y ḫn=s*
23. *yꜥby ꜥ3t*
24. *t3ỉ my ḫpr=f*
25. *(n) ḥ3t ḏd*
26. *mn-mtw=y*
27. *rmt n p3 t3 bnr=t*
28. *m-ỉr dỉt dỉ=w*
29. I*s n-ḫr=t*

(margem inferior 1,0cm.)

Verso

1. *r tm dỉt*
2. *ḥ=t ỉrm=y*
3. *r ỉ.ỉr=w r ỉr=s*
4. *[r] dỉt ȝḳ*
5. *pỉ (=y) š-sḫn r dỉt*
6. *ỉr=y wt mdt ḫm-*
7. *ḫȝt mtw*
8. *ḫȝt=t tḥ*
9. *[n]-šw* (vac.) *ḫpr*
10. *tpỉ ȝḫt sw 13 dỉ*
11. P*ȝ-n [tȝ grmy] sȝ*
12. P*-dỉ-Ín-ḫr ỉw*
13. *[=t] r-ḫrỉ r -dbȝ*
14. *tȝỉ (=y) wpt m-ỉr*
15. *ỉp r nn*
16. *n ỉỉ r ḥ*
17. *ỉrm=y bw-ỉr=y*
18. *ỉr wt mdt mtw[=f]*
19. *ḫpr ỉ-ỉr r ḫȝt=t*
20. *r tḥ n -ỉm=s*
21. *šw mdt nbt*
22. *ntỉ ỉw=w r ỉr n=t šw*
23. *ỉw=y r ỉr=w ḥ*
24. *ỉrm=y n sw 15*
25. *sḫ n ḫȝt-sp 17*
26. *tpỉ ȝḫt sw 14 ỉ-ỉr*
27. *bn-[pw]=y ḏd [n] gr*
28. *rmt r ỉỉ ḫpr*
29. *pȝ ntỉ ỉw=n dỉt [ỉw=f]*
30. *bw-ỉr=f ỉỉ n=n*
31. *[..] [wȝḫ]*

(margem inferior 1,0 cm.)

Tradução

Recto

(Para) Tentamun

Não demore em vir para Hapnebes[192].

---

[192] é o nome sagrado da região norte de Saqqara onde fica a Necrópole Sagrada dos Animais. (SMITH, 1994, p. 283, nota 4)

Se você chegar, sairei[193]. Não volte atrás por causa de seus afazeres[194], tudo o que fizer seu coração feliz, eu farei. Não permita que nada me desaponte; que sua vida esteja segura, e chegue neste local no dia dos meus afazeres. Todas as coisas que são minhas eu permitirei que se tornem suas; não permita que elas sejam destruídas. A aflição[195] em que estou é uma grande aflição. Tenha em mente que eu não tenho mais ninguém no mundo além de você. Não os deixe induzir você[196]

Verso

a fim de não permitir que você me encontre[197], de modo que eles farão isso apenas para destruir meus negócios, e para que eu faça um ato mal intencionado[198] e então seu coração ficará muito triste. Isso aconteceu em Thoth, dia 13, em que Pentagormy, filho de Petonuris permitiu que viesse por causa dos meus negócios. Não pense em voltar para se encontrar comigo. Não estou fazendo nada para entristecer seu coração. Todas as coisas que serão úteis para você, eu farei. Encontre comigo no dia 15. Escrita no ano 17, Thouth, dia 14.
É porque alguém que (normalmente) solicitamos para vir a nós está impossibilitado de vir a nós, por isso eu não disse a nenhum outro homem para vir. Responda.

---

[193] De acordo com Smith (1994, p. 283, 284) é possível que o autor da carta estivesse em um lugar onde as mulheres não tinham acesso, por razões de purificação, o que é sugerido pela expressão *ii r-bnr.*

[194] pode ser entendido também como “atividade”, “negócio”

[195] o termo original sugere doença física.

[196] *cj* Smith (1994, p. 284, nota11) a expressão “não deixe que eles dêem a língua a você” pode significar, nesse caso, persuadir, induzir.

[197] $\underline{h}r\ irm$ pode significar também “ficar comigo”

[198] “de coração mau”

P. Berlim 13.538 (=P. Äg. Handschr. 12 descr.)

Número Trimegistos: 46468
33x 7,5 cm
Carta; questão ao oráculo sobre qual mulher tomar como esposa.
Localização da Fonte: Berlin, Ägyptisches Museum.
Data: IV-III séc. a.C. (ano 3, Hathyr 07)
Local de escrita: Siene (Assuã)
Proveniência da Fonte: Elefantina
Língua: egípcio/demótico
Publicação: ZAUZICH, K-Th.- **Papyri van der Insel Elephantine** (=Oematische Papyri aus den staatlichen Museen zu Berlin I) , Berlin, Akademie-Verlag, 1978.
_____. Ägyptische Handschriften, Teil 2 (Verzeichnis Orientalischer Handschriften in Deutschland 19, 2), Wiesbaden, 1971.
MARTIN, C. J., The Demotic Texts. In: Porten, B. (ed.): **The Elephantine Papyri in English. Three Millennia of Cross-Cultural Continuity and Change** (Documenta et Monumenta Orientis Antiqui. Studies in Near-Eastern Archaeology and Civilisation 22), 1996, p. 277-385.

Recto

1. ỉ-ỉr-ḥr ḥr-tȝj=f-nḫt pȝ ḥrj mnḫ II
2. ỉ tj pȝ R *ḳj pȝj=f ḥ* II *ỉn=w n=j*
3. pȝj bk II *stm=j pȝj=k wḏȝ* II *stm=j*
4. nȝ mt r.hb=k n-ỉm=w tr=w II *tj=j*
5. ỉn=w P*ȝ-ḥr sȝ ȝḏrj* II
6. ḥrḏ=j s m-šs tbȝ=k II
7. pȝ sp mt r.hb=k n-ỉm=w I *tj=j*
8. ỉ-ỉr-rḫ(=w) s I *ḥrḥ r-r=k*
9. ỉ-ỉr ḥrš I *šḥ-tj pȝ ntr*
10.dj.t ḫpr sḥn nfr II *smj*
11.ḫnm ⸢m-ȝḫ.t⸣ sȝ Pa*-bȝst.j r*
*12.*Pa*-ỉmn ỉrm ʿIḥ-⸢ỉ.ỉr-dj-s⸣*
*13.*N*s-ḥr pȝ sp rmt ntj wḫȝ*
14.n II *mrḫ ḫnt*
15.ḥšȝ.w nȝ ỉ.ỉr-ḫpr n-ỉm=j
16.n-tȝj pȝ pḥ r.ỉr=j S*wn*
17.n-ỉ-ỉr-ḥr pȝ ḥrj-mšḥ I *ỉw=w wḫȝ=s*
18.dj.t šp n=j nȝ rmt.w ⸢ḥft⸣
19.nȝ ỉ.ỉr ỉrm=j ḫnt
20.ỉrm pȝ ntr ḥn II *st ḏd n=j*

21.⸢*n*⸣*-ỉm=s m=tr rmt nb ntj* J *b*
*22.*S*wn dd* I *mn s.ḥm.t pꜣj=k*
*23.*ꜥ*wj* II *ỉw=f ḫpr ỉw mr(=w) s*
24.n-ỉ-ỉr-ḥr=k I *mtw=k wꜣḥ rmt r-r=k*

Verso

1. mtw=k dd.t=s m-bꜣḥ ʻI*st tbꜣ*
2. tꜣ s.ḥm.t ntj ỉw=ỉ tꜣj.t=s r pꜣ ꜥ*wj* I
*3. tꜣ-šr.t-t*ꜥ*-ḥr t*ꜥ Pa*-ḫnm*
*4. ỉrm tꜣ-šr.t-t*a*-rš*j
*5. t*a N*s-pꜣ-mtr* II *mtw=k*
*6. hb n=*j *pꜣ wꜣḥ r pꜣ* ʻ*rd* II
7. mt ꜥ*ꜣ.t m-šs tꜣj* I
*8. wn-nꜣ.w-bn-ỉw=*j *(hb) pꜣj=s smt*
9. n-ỉ-ỉr-ḥr=k II *ỉw=f ḫpr ỉw*
*10.wn mt t*j I *m*j *hb=w*
*11.n=*j *n=ỉm=s* II *sḫ hꜣ.t-sp 3.t ỉbt 3 ꜣḫ.t*
12. 7
13.ỉ-ỉr-ḥr □ *ḥr-tꜣj=f-nḫt*

Tradução

1. Para Hartophnachthes, o (santo) chefe da ligação
2. Oh, possa Rá prolongar sua vida! Trouxeram-me
3. esta carta. Tenho ouvido falar de seu bem-estar. Ouvi
4. todas as palavras que você escreveu. Eu permiti
5. que trouxessem Paor, filho de Azarias (?), (para cá).
6. Eu o encorajei muito a seu respeito.
7. Quanto às outras coisas que você escreveu,
8. saiba o seguinte: Cuide
9. do culto religioso, até que o deus
10. conceda uma ordem favorável. Reclamou
11. *ḥnm-m-*ꜣ*ḫ.t,* o Paybastis, contra
12. Panumis e *ḏ*ꜥ*ḥ-ỉ.ỉr-d*j*-s*
13. N*s-ḥr* (e) outras pessoas (cujos nomes) estamos procurando.
14. Muita luta e conflito
15. me provocou

16.desde que eu vim para Syene
17.ser o líder da tropa, só porque decidiram
18.permitir que eu que eu sucedesse o pessoal de AfT (no escritório),
19.pessoal esse que discutiu comigo
20.e também com (o) Deus. Dizem-me
21.em toda parte, todas as pessoas, que em Elefantina
22.e Siena ocorre o seguinte: "Não há nenhuma mulher em sua
23.casa ". Se você se agradar, por favor, tome então um homem para você.

Verso

1. e consulte o oráculo de Isis
2. sobre a mulher, que devo levar para casa:
3. Sentayris, filha de Pachnumis,
4. ou (e) *t̲ȝ-šr.t-tꜥ-rš*j,
5. a filha de Espmethis? E
6. envie-me a resposta para o (meu) encorajamento.
7. Isso é uma coisa muito importante,
8. de modo que eu não quero precisar novamente (escrever de volta).
9. Se acontecer de
10.haver algo (que você desejar) que me seja
11.escrito a respeito. Escrito no 3º ano de governo, no mês Hathyr,
12.7º Dia.
13.Para □ Hartophnachtes.

P. Carlsberg 428

Número Trimegistos:44483

5,8 x 7,2 cm.

Carta; questão ao oráculo

Localização da Fonte: Copenhagen, Carlsberg Papyrus Collection P. 428

Data: aprox. 2 a.C.

Local de escrita: Tebtunis

Proveniência da Fonte: Tebtunis

Língua: egípcio/demótico

Publicação: ZAUZICH, K. Th.-. P. Carlsberg 21 und 22: Zwei Briefe von Bücherfreunden. In: FRANDSEN, P. J. RYHOLT, K. (eds.) **A Miscellany of Demotic Texts and Studies, The Carlsberg Papyri 3.** Copenhagen: Carsten Niebuhr Institute of Near Eastern Studies, 2000, p. 53–57.

1. P𓄿-*?* *s𓄿* *ḥr-m-ḥb* *p𓄿* *nt𓇋* *ḏd*
2. *m-b𓄿ḥ* S*bk-nb-t𓄿-tn* *p𓄿* *ntr* *ʿ 3* II
3. *𓇋n* *p𓄿𓇋=𓇋* *ʿš* *sḫn* *nfr*
4. *ḥms* *𓇋rm* T𓄿-*šr-ʿnḫ*
5. *t*a P𓄿*𓇋=𓇋* … I *me* *𓇋n=w* *n=𓇋* *p𓄿*
6. *bk* *r* *bnr*

Tradução

1. Pa-A, o filho de Harmais é quem fala
2. diante de Soknebtynis, o grande Deus;
3. Se é para minha boa sorte,
4. para viver com *t̲𓄿-šr-ʿnḫ*
5. a filha de P𓄿I *= 𓇋* (?), faça com que me
6. Tragam essa carta de volta!

P. Carlsberg 429

Número Trimegistos: 44484

5,2 X 9,1 cm

Carta; questão ao oráculo

Localização da Fonte: Copenhagen, Carlsberg Papyrus Collection P. 429

Data: aprox. 2 a.C.

Local de escrita: Tebtunis

Proveniência da Fonte: Tebtunis

Língua: egípcio/demótico

Publicação: ZAUZICH, K. Th.-. P. Carlsberg 21 und 22: Zwei Briefe von Bücherfreunden. In: FRANDSEN, P. J. RYHOLT, K. (eds.) **A Miscellany of Demotic Texts and Studies, The Carlsberg Papyri 3.** Copenhagen: Carsten Niebuhr Institute of Near Eastern Studies, 2000, p. 53–57.

1. *ḥr sȝ p-se pȝ nt ḏd*
2. *pȝi=i nb ꜥȝ i sbk-nb-tbn*
3. *iw=f ḫpr r pȝi=i ꜥš*
4. *sḥn nfr tm tỉ.t ḫpr*
5. *n=i s.ḥm.t n ḥm.t ḫn*
6. *tȝi sḥm.t 2.t ntỉ sḫ r*
7. *pȝi=i bk* I *my in=w n=i*
8. *pȝi bk r [bnr]* I *(pȝi=i) ꜥš sḥn nfr*
9. *iw=f m-bȝḥ sbk-nb-tn*
10. *r.sḫ*

Tradução

1. Horus, filho de Pasi, é, que diz:
2. Meu grande Senhor, ó Soknebtynis!
3. Se é para minha
4. boa sorte, não adquirir
5. mulher alguma como esposa
6. para mim dentre essas 2 que estão descritas
7. em minha carta. Possa alguém
8. levar logo essa minha carta, para a minha boa sorte,
9. para a presença de Soknebtynis!

escrito

P. Berlim 23544

Número Trimegistos: 44486

7,0 x 9,5 cm

Carta; questão ao oráculo

Localização da Fonte: Berlin, Ägyptisches Museum.

Data: possivelmente ptolomaico

Local de escrita: possivelmente Mênfis

Proveniência da Fonte: possivelmente Mênfis

Língua: egípcio/demótico

Publicação: ZAUZICH, K-Th.- Die demotischen Orakelfragen - eine Zwischenbilanz, In: FRANDSEN, P. J. RYHOLT, K. (eds.) **A Miscellany of Demotic Texts and Studies, The Carlsberg Papyri 3.** Copenhagen: Carsten Niebuhr Institute of Near Eastern Studies, 2000, p. 1-25.

1. *pȝ ỉ=ỉ nb ʿȝ* W *sỉr-ḥp* I *pȝ bȝk n*
2. *pȝ ỉ=k bȝk pȝ ntỉ ḏd m-bȝḥ* W *sỉr-ḥp* II
3. *ỉw=f ḫpr r nȝ ỉ=ỉ nfr nȝ ỉ=ỉ tȝ*
4. *tm ḥms ỉrm* S*trbȝ*
5. *mtw=y tm ỉr-s sḫm.t* I *my ỉn=w*
6. *n=ỉ pȝ bk r bnr ỉwtỉ ḥbȝ*
7. *ỉwtỉ st..* II *sḫ*

Tradução

1. Meu grande senhor Osorapis, o servo

2. de teu servo é quem fala a Osorapis:

3. Se é para o meu bem (em) meus dias (?),

4. que eu não more com *štrbȝ*,

5. e que eu não possa torna-la esposa, possa alguém então

6. trazer-me a carta sem tristeza,

7. sem ... . escrito

P. Berlim P. 15607 (= P.Äg. Handschr. 104 descr.; Porten, The Elephantine papyri in English p. 329 no. C 20)

6,0 x 17 cm, palimpsesto

Número Trimegistos: 46514

Carta; questão ao oráculo

Localização da Fonte: Berlin, Ägyptisches Museum.

Data: possivelmente ptolomaico

Local de escrita: Elefantina

Proveniência da Fonte:

Língua: egípcio/demótico médio

Publicação: ZAUZICH, K-Th.- **Papyri van der Insel Elephantine** (=Oematische Papyri aus den staatlichen Museen zu Berlin I) , Berlin, Akademie-Verlag, 1978.

_____. **Ägyptische Handschriften**, Teil 2 (Verzeichnis Orientalischer Handschriften in Deutschland 19, 2), Wiesbaden 1971.

MARTIN, C. J., The Demotic Texts, in: PORTEN, B. (ed.): **The Elephantine Papyri in English. Three Millennia of Cross-Cultural Continuity and Change** (Documenta et Monumenta Orientis Antiqui. Studies in Near-Eastern Archaeology and Civilisation 22), 1996, p. 277-385.

Recto

x + 1 *[....] ⸢bk⸣ ḥ3.t* P *3 hrw*
*2. r- tb3 šn p3*j*=*j *wḏ3*
*3. m-b3 ʿ*I *s ỉrm n3 ḫm-*
4. ḫr ỉrm n3 mš[.w]
*5. nt*j *ỉw-*j *ỉr=w ꜥn* II *bn-pw=k*
*6. hb n=*j *mt nb ỉ.*
7. ỉr=k ḥr-r-r=s II *m*j
*8. ⸢ḥn⸣=w s (r) d*j*.t šn(=w) p3*j*=*j
9. wḏ3 p3 hrw ỉrm p3 wḏ3
*10. t*j *(*sic*) s.ḥm.t ỉrm n3 ḫm-*
11. ḫr.w ỉrm p3 wḏ3 t3

Verso

*1. s.t ḥꜥ=*j *ỉrm*
*2. n3 mt r-ḏd=*j *ỉ=ỉr-ḥr=k* I
*3. ỉw=w sḫ r p3*j *rmt* II
4. sḫ P*3-d*j*-ỉs s3* P*3-d*j*-? -*
*5. n ḥ3t-sp 3.t ỉbt 2 3ḫ.t sw ꜥrḳ*j

Tradução

Recto

x + 1 [Eu disse-te] mais cedo que {enviei} uma carta
2. para que você então se informasse com Isis a respeito de meu bem-estar
3. e o dos (meus)
4. filhos, e também, sobre a viagem,
5. que eu pretendo fazer. Você
6. não me escreveu sobre nenhuma das coisas
7. que deveria ter feito. Possa alguém
8. fazer com que (se) pergunte sobre meu bem-estar
9. no dia de hoje, e sobre
10. minha esposa e filhos
11. e sobre o bem-estar de

Verso

6. minha posição e
7. bens conforme vos tinha dito,
8. referindo-se a este homem.

Escrito por Peteesis, o filho de Pete ...
3º ano de governo, no 30º dia, mês Paophi.

P. Louvre E. 7855.

Número Trimegistos: 46775
Carta;
Localização da Fonte: Paris, Louvre E 7855.
Data: 18 de março de 559 a.C. (Ano 2, Hathyr 08)
Local de escrita: Tebas
Proveniência da Fonte: Tebas
Língua: egípcio/demótico
Publicação: DONKER VAN HEEL, K. **Abnormal Hieratic and Early Demotic Texts collected by the Theban Choachytes in the Reign of Amasis. Papyri from the Louvre Eisenlohr lot**, Leiden 1996.
CRUZ-URIBE, E. A Saite Demotic Digraph. **Serapis**. Chicago: American Journal of Egyptology 8 (1984-1985), p. 33-38, mit 2 Taf..
REVILLOUT, E. **Notice des Papyrus Démotiques Archaïques et autres textes juridiques ou historiques traduits et commentés à ce double point de vue à partir du règne de Bocchoris jusqu'au règne de Ptolémée Soter, avec une introduction, complétant l'histoire des Origines du Droit Égyptien**, Paris 1896.
_____. Papyrus démotiques du Louvre, I-IV. **Corpus Papyrorum Aegypti 1**, Paris 1885-1902.

Recto

*1. ḏf-*M*n sm r sḫm.t* M*w.t-ỉỉr-tỉs ỉ ʿnḫ.s tỉ(.y) ỉn.w n.t sw*

2. 1 ỉpt hn 40 n pȝ … ḏ-ḫe sȝ N*ȝ-nfr-kȝ-*R*ʿ bn-pw(.t) hb n.y*

3. ḏ ỉn.w s n.y ỉ ʿ nḫ.s tỉ(.y) ỉn n.t P*smtk sȝ … ỉrp*

4. hn 1 tỉ.(y)… n.t wn n pr I*mn ḏ-ḫr sȝ* N*s-smȝ-tȝ.wy bt*

5. 1 1/4 ỉpt hn 40 (n)-tr.t(.y) tmt ḥḏ ḳt my hb.w n.y ḏ pḥ.w (r)-(ḫr.y) pȝ

*6. nkt nt ỉw(.y) r wḫȝ.f ỉw(.t) ḏ n ḏ-ḫe [sȝ] ṯỉ-s-*M*nt my*

7. tỉ.w s n.y nkt r-ʿn wḫȝ.f pȝy ỉw (.y) r tỉ ỉn.w s n.f

*8. ḏf-*M*n sm r ḏ-ḫe sȝ ṯỉ-s-*M*nṯ ỉ ʿnḫ.f bn-pw.k hb*

9. n.y (n)t-(n) tỉ-šm(.y) r rsy ỉ-ỉr.kỉ ʿnḫ.f my ỉr.w ḫr r sḫm.t

*10.*M*w.t-ỉỉr-tỉ m-ỉr tỉ ỉr.s ỉwt n nkt pȝ nkt nt ỉw(.y) ỉw tỉ*

11.s n.s nkt r-ʿn wḫȝ.f pȝy my ỉr.w ḥrḥ r pȝy

12.ḫm-ḫr nt ỉw wn n.k r-sḫ ḏf-mn n ḥ.t-sp 12 ỉbt 2 3ḫ.t sw 8

Verso

*1. wꜣḥ-mw ḏ-ḫe sꜣ ṯi-s-*M*nṯ .. ḏf-*M*n*

Tradução

1. *ḏ-ḫe* saúda a mulher Mw.ti-iir-ti.s “Oh! que ela viva. Eu havia pedido que trouxessem a você o trigo
2. (um) oipe de 40 *hin* de ... (de) *ḏ-ḫe*, filho de N*ꜣ-nfr-k*-R. Você não escreveu para mim
3. dizendo: ‘Alguém trouxe para mim’. Oh, que ela possa viver. Eu havia (pedido) a Psmtk, filho de ..., para trazer a você o vinho
4. 1 *hin*. Eu (pedi?) ao *Pastophor*[199] da Casa de Amon, *ḏ-ḥr* para (trazer?) para você espigas[200]
5. 1 1/4 (medida), sendo um *oipe* de 40 hin meus? Total: 10 *kite* de prata. Deixe alguém escrever para mim, dizendo: ‘Eles chegaram a mim’ O
6. que você desejar, se você disser a *ḏ-ḫe*, [filho] de *ṯi-s-*M*nṯ*, ‘Que alguém
7. dê a mim, (pois) é uma coisa desejosa que é (desde então) recorrente[201]’ Eu

pedirei a alguém que leve a ele (isso)”.

8. *ḏf-*M*n* saúda *ḏ-ḫe*, filho de *ṯi-s-*M*nṯ*. “Oh, que ele viva. Você não escreveu
9. para mim desde que me mandou para o sul. Oh, que ele possa viver. Tome cuidado com a mulher
10. Mw.ti-iir-ti.s. Não deixe ela sentir falta de alguma coisa. O que você vai der
11. a ela, é uma coisa desejável que é (desde então) recorrente. Deixe alguém tomando conta
12. do jovem homem que pertence a você”. Escrito por *ḏ-*M*n*

no ano 12, Paophi, dia 8.

---

[199] Sacerdote que também tinha funções e conhecimentos médicos.

[200] emmer

[201] *cf* Cruz-Uribe, a frase é ambígua, e nesse contexto pode se referir, especificamente, aos itens que foram previamente separados para a mulher, os que ela sempre quis ou aqueles para os quais ela repetiu seu desejo de ter. (CRUZ-URIBE, 1985, p. 36, nota XX)

Verso:
Coachita $\underline{d}$-$\underline{h}e$, filho de $\underline{t}i$-s-M$n\underline{t}$, (de) $\underline{d}f$-Mn

Bibliografia

ABU-LUGHOD, L. The romance of resistance: Tracing transformations of power through bedouin women. **American Ethnologist**, 17(1), 1990, p. 41–55.

_____. **Writing Women's Worlds. Bedouin Stories.** London, Berkeley, Los Angeles: University of California Press, 1993.

_____. "Orientalism" and Middle East Feminist Studies. **Feminist Studies**, v. 27, n. 1 (Spring), p. 101-113, 2001.

_____. Do Muslim Women really need saving? Anthropological Reflections on Cultural Relavivism and its others. Ethics Forum: September 11 and ethnographic responsability. **American Anthropologist,** 104, v. 3, p. 783-790, Sept. 2002.

ACKERMAN, Robert. **The Myth and the Ritual School: J.G. Frazer and the Cambridge Ritualists**. New York: Garland, 1991.

ADAMS, W. Anthropology and Egyptology: divorce or remarriage? In: LUSTIG, J. **Anthropology and Egyptology. A developing dialogue**. Sheffield: Sheffield Academic Press, 1997, p. 25-32.

AHEARN, L**. Invitations to love. Literacy, Love Letters and Social change in Nepal.** Michigan: University of Michigan Press, 2011.

_____. Language and Agency. **Annual Review Anthropology** 30, p.109–137, 2001,.Disponível em http://www.umass.edu/accela/llc/794d/pdf/Ahearn%20Language%20and%20Agency.pdf. Acesso em 06 de fevereiro, 2013.

Alexandria and Alexandrianism. Papers delivered at a Symposium Organized by The J. Paul Getty Museum. The Getty Center for the History of Art and the Humanities. April 22-25, 1993. California: The J. Paul Getty Museum, 1996.

ALLAM, S. Quelques Aspects du Mariage dans l'Egypte Ancienne. **JEA,** London, v. 67, p. 116-135, 1981.

_____. Note sur le mariage par deux contrats dans l'Égypte gréco-romaine. **CdE** LXV, 129, Bruxelles, p. 323-333, 1990.

ALCOFF, Linda. Cultural Feminism versus Post-Structuralism: the identity and crisis in feminist theory. **Signs,** Chicago, v. 13, n. 3 (Spring), p. 405-36, 1988.

ALMEIDA, H.B. et al. **Gênero em Matizes.** Bragança Paulista: EDUSF, 2002

ANDRADE, M. M. **A cidade das mulheres: alteridade do feminino e cidadania ateniense.** Niterói: UFF, Dissertação de Mestrado, 209 páginas, 1994.

_____. "Uma Atenas para Mulheres" IN: SILVA, F. C. T. (Ed.): História e Imagem. Rio de Janeiro: PPGHIS/CAPES, 1998, p. 333-347.

_____. Os "usos" do feminino. Ou da participação da mulher na polis dos atenienses no período clássico. **Phoinix**, Rio de Janeiro, v.4, p. 389-402, 1998.

ANN DEAN-JONES, Lesley. **Women's Bodies in Classical Greek Science**. Oxford: Clarendon Press, 1994.

ARAÚJO, L.M. **Estudos sobre erotismo no antigo Egipto**. Lisboa: Edições Colibri,1995.

ASANTE, K. & MAZAMA, A. **Egypt vs. Greece and the american academy.** Chicago: African American Images, 2002.

ASHTON, S-A. The Ptolemaic influence on Egyptian Royal Sculpture. In: MCDONALD, A.; RIGGS, C. (Ed.) **Current Research in Egyptology 2000.** BAR International Series 909. Oxford: Archaeopress, 2000, p.137-141.

_____. **Ptolemaic Royal Sculpture from Egypt. The interaction between Greek and Egyptian traditions.** BAR International Series 923. Oxford: Archaeopress, 2001.

_____. **Cleopatra and Egypt.** London: Blackwell, 2008.

ATTIE FILHO, M. **Falsafa. A filosofia entre os árabes**. São Paulo: Palas Atenas, 2002.

BADAWI, A. **La transmission de la philosophie grecque au monde arabe**. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1968.

BAGNALL, R. **Reading Papyri, writing ancient history.** London and New York: Routledge, 1995.

_____., R., CRIBIORE, R. **Women's letter from Ancient Egypt. 300 BC-AD 800**. Michigan: The University of Michigan Press, 2006.

BAINES, J. Four notes on literacy . **Göttinger Miszellen**. Göttingen, v. 61, p. 65-96, 1983.

_____. **Literacy and Ancient Egyptian Society.** Man, New Series, Vol. 18, No. 3. Sep., p. 572-599, 1983.

_____. Egyptian elite self-presentation in the context of Ptolemaic rule. In: HARRIS, W.Y. & RUFFINI, G. **Ancient Alexandria between Egypt and Greece.** Columbia Studies in the Classical Tradition, Netherlands: BRILL, 2004, p.33-61.

_____. Egyptian Letters of the new Kingdom as evidence for Religious Practice. **JANER**. Leiden: BRILL, v. 1, p. 1-31, 2001.

_____. **Fecundity Figures.** Oxford: Griffith Institute, Oxford University Press, 2001.

_____. **Visual and written culture in Ancient Egypt**. Oxford, New York: Oxford University press, 2007.

BAINES, J; EYRE, C. Interactions between Orality and Literacy in Ancient Egypt. In: SCHOUSBOE, K.; LARSEN, M. T. **Literacy and Society.** Denmark: Akademisk Forlag, 1989, p. 91-119.

BAKIR, A. EL-MOHSEN. **Egyptian Epistolography from the eigteenth to the twenty-first dynasty.** xvii, 122 p. illus., 38 plates. Le Caire, Institut Francais d'Archeologie Orientale du Caire, 1970.

BARD, K. **Introduction to the Archaeology os Ancient Egypt.** Malden, Mass.: Blackwell, 2007.

BEER, G. **Representing Women, Re-Presenting the Past**. In: BELSEY, C.; MOORE, J. (Ed.) The Feminist Reader: essays in gender and the politics of literary criticism. New York: Basil Blackwell, 1989, p. 63-80.

BELSEY, C.; MOORE, J. (Ed.) T**he Feminist Reader: essays in gender and the politics of literary criticism**. New York: Basil Blackwell, 1989.

BERNAL, M. **Black Athena: The Afrosiaic Roots of Classical Civilization. vols. 1 and 2.** New Jersey: Rutdgers University Press, 1991.

BILDE, P. et al. **Ethnicity in Hellenistic Egypt.** Aarhus: Aarhus University Press, 1992.

BINGEN, J. **Hellenistic Egypt: Monarchy, Society, Economy, Culture**. Berkeley, Los Angeles, California: University of California Press, 2007.

BLEIER, Ruth. **Science and Gender: A critique of Biology and Its Theories on Women.** New York: Pergamon Press, 1984.

BLOK, J., MASON, P. (Ed.). **Sexual: Studies in Ancient Society**. Amsterdam: JC Gieben, 1987.

BLUNDELL, S. **Women in Ancient Greece***.* London: British Museum Press, 1995.

_____.**Women in Classical Athens.** Classical World Series. London: Bristol Classical Press, 1998.

BOAS, G. **The hieroglyphics of Horapollo**. Bollingen Series XXIII. New Jersey: Princeton Unversity Press, 1993.

BOCK, Gisela. Chalenging Dichotomies: new perspectives on women's history. In: OFTEN, K., PIERSON, R.R., REDALL, J. (Ed.) **Writing Women History. International Perspectives.** Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press, 1991, p. 1-23.

BOURDIEU, P. **Outline of a Theory of Practice.** Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

_____. **A Dominação Masculina.** Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2007 [1998].

BOWMAN, A.K. **Egypt after the Pharaohs.** Oxford: Oxford University Press, 1990.

BOWMAN, A.K.; WOLF, G. (Ed.) **Literacy and Power in Ancient World**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

BRANCAGLION JR., A. **O banquete funerário no Egito antigo - Tebas e Saqqara: tumbas privadas do Novo Império (1570-1293 a.C.) 2 vols.** Tese (Doutor em Antropologia) Departamento de Antropologia - Antropologia Social. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

_____. **Manual de Arte e Arqueologia do Egito Antigo II**. Série Monografias, 6. Rio de Janeiro: Sociedade dos Amigos do Museu Nacional, 2004.

BRAUN, T.F.R.G. "The Greeks in Egypt.". In: BOARDMAN, J.; HAMMOND, N.G. (Ed.) **The Cambridge Ancient History. Vol. 3. The Expansion of the Greek World, Eighth to Sixth Centuries B.C**. Cambridge: Cambridge University Press, 1982, p. 32-56.

BRAYMAN HACKEL, H.; KELLY, C. **Reading women. Literacy, Autorship, and Culture in the Atlantic World, 1500-1800**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2008.

BRESCIANI, E. **L'Archivio demotico del tempio di Soknopaiu Nesos nel Griffith Institute di Oxford**. Testi e documenti per lo studio dell'antichità. Milano: Istituto editoriale Cisalpino, 1975.

BRYAN, B. Evidence for Female Literacy from Theban Tombs of the New Kingdom", **BES** 6 (1984), p. 17-32.

BURKE, P. A. **A Escrita da História: Novas Perspectivas.** São Paulo: UNESP, 1992.

_____. **História e Teoria Social**. São Paulo: UNESP, 2002.

BURKERT, W. **The orientalizing revolution. Near Eastern Influence on Greek culture in the Early Archaic Age.** Cambridge, Massachussets: Harvard University Press, 1992.

BURNET, R. **L'Égypte ancienne à travers les papyrus. Vie quotidienne**. Paris: Éditions Pygmalion, 2003.

BUDGE, E. A. W. **The mummy: a handbook of Egyptian funerary archaeology: second edition revised & greatly enlarged**. 2nd ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1925.

BURLEIGH, N. **Mirage. Napoleon's Scientists and the Unveiling of Egypt.** Harper Collins e-books, 2007.

BURSTEIN, S. **The Reign of Cleopatra.** Oklahoma: Greenwood Press, 2004.

BUTLER, J. **Gender Trouble: Feminism and the Subversion of identity**. New York: Routledge, 1990.

_____. **Body that matters: on the discursive limits of "sex".** New York, London: Routledge, 1993.

_____. **Undoing Gender**. New York, London: Routledge, 2004.

BIERBRIER, M.L. **Who's who**? 3th. Edition revised. London: Egypt Exploration Society, 1995.

CAMERON, A.M., KUHRT, A. (Ed.) **Images of Women in Antiquity**, Detroit: Wayne State University Press, 1983.

CAPEL, A. K.; MARKOE, G. E. (Ed.) **Mistress of the House, Mistress of Heaven: women in Ancient Egypt. Catalogue exhibition.** Cincinati Art Museum. 237 p. New York: Hudson Hills Press, 1996.

CARVALHO, Vânia C. **Gênero e Artefato: o sistema domestico na perspectiva da cultura material. São Paulo, 1870-1920.** Tese (Doutora em História Social) - Departamento de História. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

CAYGILL, M. **The Story of the British Musem**. London: British Museum Press, 2002. 3th edition.

CENIVAL, F. L'écriture démotique. In: **Textes et langages de l'Égypte pharaonique: cent cinquante années de recherches, 1822-1972: hommage à Jean-François Champollion.** Le Caire: Institut français d'archéologie orientale du Caire, 1972, p. 37-44.

CHAUÍ, M. **Introdução à História da Filosofia. Vol. 1. Dos pré-socráticos a Aristóteles**. São Paulo: Cia das Letras, 2004.

CHAUVEAU, M. **Cleopatra: beyond the myth.** Trad. David Lorton. Ithaca and London: Cornell University Press, 2002.

CHEDGZOY, K. **Women's Writing in the British Atlantic World. Memory, Place and History, 1550-1700**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

CLARK, G. **Women in late antiquity: pagan and christian and lifestyles.** Oxford, Claredon Press, 1993.

CLARK, P.; SPENDER, D. **Life lines. Australian women's letters and diaries. 1788-1840.**Sydney: Allen and Unwin, 1992.

CLARYSSE, W. "Greeks and Egyptians in the Ptolemaic army and administration" **Aegyptus**, Milano, vol. 65, p.57–66, 1985.

_____. Some Greeks in Egypt. In: JOHNSON, J. (Ed.) **Life in a Multicultural Society: Egypt from Cambyses to Constantine and Beyond.** (SAOC 51), Chicago, 1992. p. 51-56.

_____. "Egyptian scribes writing Greek" **CdÉ**, Bruxelles, v. 68, p. 186–201, 1993.

_____. Demotic for Papyrologists. A First Acquaintance. In: CAPASSO, M. (Ed). A**tti del V Seminario internazionale di papirologia,** Lecce 27-29 giugno 1994 (Papyrologica Lupiensia, 4). Lecce, 1995, p. 87-114.

_____. Ethnic diversity and dialect among the Greeks of Hellenistic Egypt. In: VERHOOGT, A.M.; VLEEMING, S. P. (Ed.) **The two faces of Graeco-Roman Egypt. Greek and Demotic and Greek-Demotic texts and studies presented to P.W. Pestman**. P.L. Bat 30. Leiden, Boston, Köln: Brill, 1998, p. 1-14.

_____; THOMPSON, D. Counting the people in Hellenistic Egypt . Historical Studies. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

_____; VANDORPE, K. Zenon, un homme d'affaires grec à la ombre des Pyramides. **Ancorae**, 14. Louvain, 1995.

CODE, L. **What can she know? Feminist theory and the construction of knowledge.** London: Cornwell University Press, 1991.

COLE, J. **Napoleon's Egypt: invading the Middle East.** New York: MacMillian, 2007.

COLLA, E. **Conflicted Antiquities. Egyptology, Egyptomania, Egyptian Modernity.** Durham and London, Duke University Press, 2007.

COLLINS, J. Literacy and literacies. **Annual Review of Anthropology**, vol. 24, p. 75-93, 1995.

COONEY, K. The problem of female rebirth in New Kingdom Egypt: the fragmentation of the female individual in her funerary equipment. In: Graves-Brown, Carolyn. et al. **Sex and Gender in Ancient Egypt. "Don your wig for a joyful hour".** Swansea, Classical Press of Wales, 2008, p.1-26.

COOPER, C. (ed.) **Politics of Orality. Orality and Literacy in Ancient Greece. vol. 6.** Mnemosyne. Leiden, Boston, 2007.

COTTON, H. M, et al. (Ed.) **From hellenism to Islam. Cultural and Linguistic change in the Roman Near East.** Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

COUCHMAN, J.; CRABB, A. **Women's letters across Europe, 1400-1700**. Aldershot: Ashgate, 2005.

CRIBIORE, R. **Gymnastics of the minds. Greek education in Hellenistic Egypt.** Princeton: Princeton University Press, 2001.

_____. Women in the Apollonius Archive. In: MELAERTS, H.; MOOREN, L. **Le rôle et le statut de la femme en Égypte Hellénistique, Romaine et Byzantine. Actes du colloque Internacional, Bruxelles - Leuven 27-29 novembre 1997.** Paris, Leuven, Sterling: Peeters, 2002, p. 149-161.

CRUZ-URIBE, E. A Saite Demotic Digraph. **Serapis**. Chicago: American Journal of Egyptology 8 p. 33-38, 1984-1985.

CULHAM, P., LOWEL, E. (Ed.) **Classics: a discipline and professions in crisis?** Lanham: University Press of Armenia, 1989.

DAYBELL, James. **Women-Letter Writers in Tudor England.** Oxford, Oxford University Press, 2006.

_____. "I wold wyshe my doings myght be secret": Privacy and the Social Practices of Reading Women's Letters in Sixteenth-Century England. In: COUCHMAN, J.; CRABB, A. **Women's letters across Europe, 1400-1700**. Aldershot: Ashgate, 2005, p. 143-161.

_____. Women's letters, literature and conscience in sixteenth-century England. Oxford: Blackewell, **Renaissance Studies**, vol. 23, n. 4. p. 516-533, 2009.

DE LAURETIS, Teresa. "A Tecnologia do Gênero" In: ALMEIDA, H.B.(org.), **Tendências e Impasses - O Feminismo como Crítica da Cultura**, Rio de Janeiro, Rocco, 1994, p. 206-242.

_____. **Women's Bodies in Classical Greek Science***,* Oxford: Oxford University Press, 1992.

DEPAUW, M . **A companion to Demotic Studies.** Brussels: Papyrologica Bruxellensia 28, 1997.

_____. "Notes on transgressing gender boundaries in ancient Egypt", **ZÄS,** Berlim, v. 130, p. 49-59, 2003.

_____. "Cultic Revelry before the goddess Ai - Nehemanit. Ostraca Faculteit Letteren (K.U. Leuven) dem. 1-2. In: HOFFMANN, F.; THIESSEN, H. (ed.): **Res Severa Verum Gaudium. Festschrift für Karl-Theodor Zauzich zum 65. Geburtstag am 8. Juni 2004**. Studia Demotica VI, 2004, p. 67-93.

_____. **The demotic letter: a study of epistolographic scribal traditions against their intra- and intercultural background.** Demotische studien. Band 14. Sommerhausen: Gisela Zauzich Verlag, 2006.

_____. (ed.) **A Chronological Survey of Precisely Dated Demotic and Abnormal Hieratic Sources**. Köln, Leuven: Trismegistos Publications, 2008. Disponível em http://www.trismegistos.org/daht.

DEVAUCHELLE, D. D'une pierre deux écritures. In: **Mémoires d'Égypte: hommage de l'Europe à Champollion.** Strasbourg: Editions la Nuée Bleue, 1990, p. 111-117.

DIELEMAN, J. Fear of women? Representations of women in demotic wisdom texts. **SAK** Hamburg, Helmut Buske Verlag, Band 25, p. 7-46, 1998.

DI LEONARDO, M. (Ed.). **Gender at the Crossroads of Knowledge.** Berkeley: University of California Press, 1991.

DILTHEY, W. **Introducción a las Ciencias del Espirito.** Mexico: Fondo de Cultura, 1949.

DIOP, C. A. **The African Origin of Civilization. Myth or Reality.** New York, Westport: Lawrence Hill Company, 1974 [1955].

_____. **Precolonial Black Africa. A comparative study of the political and social systems of Europe and Black Africa, from Antiquity to the Formation of Modern States.** Westport, Connecticut: Lawrence Hill & Company, 1987.

_____. **The cultural unity of Black Africa. The domains of Patriarchy and of Matriarchy in Classical Antiquity.** London: Karnak House, 1989.

DONKER VAN HEEL, K. **Abnormal Hieratic and Early Demotic Texts collected by the Theban Choachytes in the Reign of Amasis. Papyri from the Louvre Eisenlohr lot**, Leiden 1996.

DOWDEN, K. **Death and the Maiden: Girls' Initiation Rites in Greek Mythology**. London and New York: Routledge, 1989.

DOWNING, C. **The Goddess: Mythological Images of the Feminine.** New York: Crossroad Press, 1987.

DOWSON, T.A. Queering sex and gender in Ancient Egypt. In: GRAVES-BROWN, C. et al. **Sex and Gender in Ancient Egypt. "Don your wig for a joyful hour".** Swansea: Classical Press of Wales, 2008, p. 27-46.

DUBY, G.; PERROT, M. (org.). **História das Mulheres no Ocidente. V.1** Porto: Afrontamento, 1993.

DUNAND, F.; ZIVIE-COCHE, C. **Dieux et Hommes en Égypte.** Paris: Armand Colin, 1991.

DUNCAN, N. (ed). **BodySpace: destabilising geographies of gender and sexuality.** London: Routledge, 1996.

EBEID, M. A new demotic private letter from Hermopolis. **JEA**, London, v. 98, p. 211-223, 2012.

ECKERT, P.; McCONNELL-GINET, S. **Language and Gender.** Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

EHRENBERG, V. **Man, State, and Deity: essays in Ancient History**. London: Methuen & C.O. LTD. 1974.

EICKELMAN, D. F. Traditional Islamic learning and ideas of the person in the twentieth century. In: KRAMER, M. (Ed.), **Middle Eastern lives: the practice of biography and self-narrative,** Syracuse New York: Syracuse University Press, 1991, p. 35–59.

El-AGUIZY, O. About the Origins of Early Demotic in Lower Egypt. In: JOHNSON, J. (Ed.) **Life in a Multicultural Society: Egypt from Cambyses to Constantine and Beyond.** (SAOC 51), Chicago, 1992. p. 91-102.

EL DALY, O. **Egyptology: the missing millenium. Ancient Egypt in Medieval Arabic Writings.** London: UCL Press, 2005.

_____. Ancient Egypt in Medieval Arabic Writings**.** In: UCKO, P.; CHAMPION, T. **The wisdom of Egypt: changing visions through the ages.** London: UCL Press, 2003, p. 39-63.

El-H. ZAGHLOUL, **Bulletin of the Center of Papyrological Studies** (B. A. C. P. *S.)* 10, 1994, p. 25-45.

ERSKINE, A. **A companion to the Hellenistic World***.* MA, Oxford: Blackwell, 2003.

EVANS, T. V. Orality, Greek literacy and Early Ptolemaic Papyri. In: MACKIE, C.J. (ed.) **Oral performance and its Contexts.** Mnemosyne Supplementa. vol.5. Leiden, Boston: BRILL, 2004, p. 196-208.

EXLER, Francis X. **The form of the Ancient Greek Letter of the Epistolary Papyri (3rd c. BC. - 3rd c. A.D.). A study in Greek Epistolography.** Chicago: Ares Publishers INC. 1976 (1923).

EYRE, C. J. Crime and Adultery in Ancient Egypt. **JEA**, London, v. 70, p. 92-105. 1984.

_____. The evil stepmother ad the rights of a second wife*.* **JEA**, London, v. 93, p. 223-243, 2007.

FANTHAM, E. et al. **Women in the Classical World**. New York, Oxford: Oxford University Press, 1994.

FAULKNER, R. O. **A concise dictionary of Middle Egyptian.** Oxford: Griffith Institute, 1991.

FINKELBERG, M. Elitist orality and the trivialty of writing. In: COOPER, C. (ed.) **Politics of Orality. Orality and Literacy in Ancient Greece.** Mnemosyne Supplementa. vol. 6. Leiden, Boston, 2007, p. 293-305.

FINLEY, M. **Uso e Abuso da História.** São Paulo: Martins Fontes, 1989.

FOLEY, H. (Ed.) **Reflections of Women in Antiquity**. New York: Gordon and Breach Science Publishers, 1981.

FONSECA, Paulo Miguel. "De vm ce amigo, servo, venerador...": comentários sobre o sujeito histórico e a escrita epistolar nas Minas setecentistas. **Varia hist.**, Belo Horizonte, v. 25, n. 41, June 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752009000100010&lng=en&nrm=iso>. accesso em 30 Jan. 2013. http://dx.doi.org/10.1590/S0104-87752009000100010.)

FOSTER, H. The ethnicity of the Ancient Egyptians. **Journal of Black Studies.** v. 5, n. 2 (Dec.), p. 175-191, 1974.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade.** 3 vols. Rio de Janeiro: Graal: 1984.

_____. A escrita de si. In: **O que é um autor?** Lisboa: Vega, 1992.

FOSS, M. **The Search for Cleopatra.** New York: Arcade Publishing, 1987.

FOX, M. V. **The song of songs and the ancient Egyptian Love songs.** Madison: University of Wisconsin, 1985.

FRANCHETO, B. et al. (Ed.) **"Antropologia e Feminismo"**, Perspectivas Antropológicas da Mulher. Rio de Janeiro: Zahar, v.1, n.1, 1981.

FRANDSEN, P. J. The menstrual “taboo” in Ancient Egypt. **JNES**, Chicago, v. 66 (April), p. 81-106, 2007.

_____.; RYHOLT, K. (eds.) FRANDSEN, P. J. RYHOLT, K. (eds.) **A Miscellany of Demotic Texts and Studies, The Carlsberg Papyri 3.** Copenhagen: Carsten Niebuhr Institute of Near Eastern Studies, 2000, p. 53–57.

FRASER, N. **Unruly Practices: Power, Discourse, and Gender in Contemporary Social Theory.** Minneapolis: University of Minnesota Press, 1989.

FREEMAN, C. **Egypt, Greece and Rome: civilizations of Ancient Mediterranean.** Oxford: Oxford University Press, 2004.

FRENCH, V. **What is central for the study of Women in Antiquity.** New York: Gordon and Breach Science Publishers, 1990.

FROOD, E. **Biographical texts from Ramessid Egypt.** Atlanta: Society of Biblical Literature writings from the ancient world. N. 26. 2007

GADAMER, H.G. **Verdade e Método.** Petrópolis: Vozes, 1997.

GARLAND, R. **The Greek Way of Life: From Conception to Old Age.** London: Duckworth, 1990.

GEE, J. Love and Marriage in the Ancient World: an historical corrective. **JSSEA**, Toronto, v. 35, p. 83-103, 2008.

_____. A new look at the conception of the Human Being in ancient Egypt. In: NYORD, R., KIOLBY, A. (Ed.) **‘Being in Ancient Egypt’ Thoughts on agency, materiality and cognition. Proceedings of the seminar held in Copenhagen, September 29-30, 2006.** BAR International Series 2019. Oxford, Archaeopress, 2009. p. 1-14.

GELL, A. **Art and Agency. An Anthropological Theory.** Oxford: Oxford University Press, 1998.

GILBERT, H. (Ed.) **Third Sex, Third Gender: beyond sexual dimorphism in culture and history.** New York: Zone Books, 1994.

GILCHRIST, R. **Gender and material culture: the archaeology of religious women.** London: Routledge, 1997.

GIMBUTAS, M. **The Language of the Godesses.** San Francisco: HarperCollins, 1982.

GLEICK, J. The information: a history, a theory, a flood. New York and Canada, Random House, 2011.

GODDIO, F.; BERNAND, A. **Sunken Egypt: Alexandria.** London: Periplus Publishing, 2004.

GOODISON, L.; MORRIS, C. **Ancient Goddesses: The Myths and the Evidence.** Madison: University of Wisconsin Press and British Museum Press, 1999.

GOODY, J. **Escrita en sociedades tradicionales.** Trad. Gloria Vitale e Patrícia Wilson. Barcelona: Gedisa, 2003 [1968].

_____. **Myth, Ritual and the Oral**. Cambridge, New York: Cambridge University Press, 2010.

GNANADESIKAN, A. E. **The writing revolution: cuneiform to the Internet.** Oxford: Blackwell, 2009.

GRAVES-BROWN, C. et al. **Sex and Gender in Ancient Egypt.** “Don your wig for a joyful hour”. Swansea : Classical Press of Wales, 2008.

GRAFF, H.J.et all (eds.). **Understanding Literacy in its Historical Contexts. Social-Cultural and the Legacy of Egil Johansson.** Lund: Nordic Academic Press, 2009.

GREEN, P. Alexander's Alexandria. In: **Alexandria and Alexandrianism. Papers delivered at a Symposium Organized by The J. Paul Getty Museum**. The Getty Center for the History of Art and the Humanities. April 22-25, 1993. California: The J Paul Getty Museum, 1996, p. 3-25 .

GINZBURG, C. O inquisitor como antropólogo. In:_____. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1989, p. 203-214.

HAINES-EITZEN, K. “Girls Trained in Beautiful Writing”: Female Scribes in Roman Antiquity and Early Christianity. **Journal of Early Christian Studies**, Vol. 6, n. 4, Winter 1998, p. 629-646.

HALL, R. **Male-Female differences.** New York: Praeger Publishers, 1985.

HALL, S. **A questão da identidade cultural.** São Paulo: Unicamp. Textos didaticos, 1998.

HARAWAY, D. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu.** Campinas, v.5, p. 7-41, 1995.

_____. **Simians, Cyborgs, and Women. The Reinvention of Nature.** New York and London: Routledge, 1991.

HARDING, S. (ed). **Feminist and Methodology.** Bloomington: Indiana University Press, 1987.

HARRIGAN, M. **Veiled Encounters. Representing the Orient in the 17th-Century French Travel Literature**. Amsterdam, New York: Rodopi, 2008.

HAWLEY, R., LEVICK, B. **Women in Antiquity.** London, New York: Routledge, 1995.

HECKMAN, S. J. **Gender and knowledge. Elements of a Postmodern Feminism.** Boston: Northeastern University Press, 1990.

HIRSCH, M.; KELLER, E.F. (Ed.). **Conflicts in Feminism.** New York and London: Routledge, 1990.

HOBBS, C. **Nineteenth-Century Women learn to write**. Charlestoneville, London: University of Virginia Press, 1995.

HODDER, I. The "Social" in Archaeological Theory: An Historical and Contemporary Perspective. In: MESKELL, L.; PREUCELL, R. **A companion to social archaeology**. Oxford: Blackwell, 2007, p, 23-42.

HOFFMAN, F.; THIESSEN, H.J. **Res Severa Gaudium. Festshrift für Karl-Theodor Zauzich zum 65 Geburstag am 8. Juni 2004. Studia Demotica VI**. Leuven: Peeters, 2004.

HOURANI, A. Islam and the Philosophers of History. **Middle Eastern Studies**, v. 3, n. 3 (April), p. 206-268, 1967.

HUMBERT, J-M. **Bonaparte et L'Égypte: feu et lumières. Catalogue de Exposition. Paris 14 octobre - 19 mars 2009**; Musée des Beaux-Arts, Arras, 16 mai - 19 octobre 2009. 420 p. Paris: Éditions Hazan, Insitute du Monde Arabe, Nord-Pas de Calais, 2008.

HUNT, L. **A Nova História Cultural**, São Paulo: Martins Fontes, 1992.

HUZAR, E. Mark Antony: Marriages vs. Careers. **The Classical Journal**, v. 81, n. 2 p. 97-111, December 1985 - January, 1986.

IGLÉSIAS, L. G. La mujer e la Pólis Griega. In: GONZALES, E.G. (org.) **La mujer en el Mundo Antigo**. Madrid: Ediciones de la Universidade Autónoma de Madrid, 1986.

INGOLD, T. (org.) **Companion Encyclopedia of Anthropology**. London: Routledge, 1997.

IKRAM, S. **Choice Cuts: meat production in Ancient Egypt.** Orientalia Lovaniensia Analecta 69. Leuven: Peeters, 1995.

IRWIN, R. **For the lust of knowing: the orientalists and their enemies.** London: Penguin Books, 2007.

IVERSEN, E. The hieroglyph in Egypt before Champollion. In: **Textes et langages de l'Égypte pharaonique: cent cinquante années de recherches, 1822-1972: hommage à Jean-François Champollion.** Le Caire: Institut français d'archéologie orientale du Caire, 1972.

JANSSEN, J. J. **Late Ramesside letters and communications**. London: British Museum Press, 1991.

_____. Literacy and Letters at Deir El-Medina. In: DEMARÉE, R.J.; EGBERTS, A. **Village Voices. Proceedings of the Symposium "Texts from Deir El-Medina and their interpretation". Leiden, May 31 - june 1, 1991.** CNWS Publications, n. 13. Center of Non-Western Studies. Leiden University, 1992, p. 81-94.

JAROUCHE, M. **Livro das Mil e uma Noites.** 3 Vols. Rio de Janeiro: Ed. Globo, 2007.

JASNOW, R.; VITMANN, G. An Abnormal Hieratic Letter to the Dead (P.Brooklyn 37.1799 E). **Enchoria 19/20**, 1992-1993, p. 23-43.

JEFFREYS, D. (Ed.) **Views of Ancient Egypt since Napoleon Bonaparte: imperialism, colonialism and modern appropriations.** London: UCL Press, 2003.

JOHNSON, J. (Ed.) **Life in a Multicultural Society: Egypt from Cambyses to Constantine and Beyond.** (SAOC 51), Chicago, 1992.

_____. "Annuity contracts" and marriage. In: Silverman, David P. (ed). **For his Ka. Essays in Memory of Klaus Baer.** Studies in Ancient Oriental Civilization, n. 55. Chicago. 1994, p.113-132.

_____. Speculations on Middle Kingdom Marriage. In: TAIT, J. W., LEAHY, A. (Ed.) **Studies on Ancient Egypt in honor of H.S. Smith.** London: The Egypt Exploration Society, 1999.

_____. **Thus Wrote 'Onchsheshonqy - An Introductory Grammar of Demotic.** (SAOC 45). 3a. edição. Chicago, 2000.

_____. Sex and Marriage in Ancient Egypt. In: Grimal, N.et al. **Hommages à Fayza Haikal**. Institut Français D'Archéologie Orientale. Bibliothèque d'étude 138. 2003.

JOHNSON, W.A. Toward a sociology of reading in Classical Antiquity. **The American Journal of Philology**, Vol. 121, No. 4 (Winter) , p. 593-627, 2000.

JONES, P. **Cleopatra: a sourcebook.** Norman: University of Oklahoma Press, 1971.

JONES, S. **The Archaeology of Ethnicity. Constructing identities in the past and present**. London, New York: Routledge, 1997.

JORDANOVA, Ludimila. **Sexual Visions.** Madison, Wisconsin: University of Wisconsin Press, 1989.

JOSHEL, S. R.; MURNAGHAN, S. **Women and Slaves in Greco-Roman Culture: Differential Equations.** London and New York: Routledge, 1998.

KATZ, M. A. Ideology and the 'status of women' in Ancient Greece. In: HAWLEY, L.; LEVICK, B. (Ed.) **Women in Antiquity. New assessments.** London: Routledge, 1995 p. 21-44.

KENYON, F. **Books and readers in ancient Greece and Rome** Chicago: Ares Publishings, 1980.

KENYON, O. **800 years of Women's Letters**. Stroud : Alan Sutton, 1992.

_____. Women's voices: **their lives and loves through two thousand years of letters.** London : Constable,1995.

KESSLER, S. J. **Gender: an ethnomethodological approach.** Chicago: University of Chicago Press, 1978.

KING, H. **Hippocrates' Woman: reading the female body in Ancient Greece.** London, New York: Routledge, 1998.

KLEINER, D. **Cleopatra and Rome.** Cambridge, Massachusetts: The Bellknap Press of Harvard University Press, 2005.

KOTARIDI, A.; WALKER, S. **Heracles to Alexander the Great: Treasures from the Royal Capital of Macedon, a Hellenic Kingdom in the Age of Democracy. Catalogue Exhibition.** Ashmolean Museum, Oxford 7th April-29th August, 2011.

271p. Oxford: Ashmolean Museum, Hellenic Republic Ministry of Culture and Tourism, 2011.

KRAMER, M. (Ed.), **Middle Eastern lives: the practice of biography and self-narrative.** Syracuse and New York: Syracuse University Press, 1991.

KRAUS, T. J. (Il)literacy in Non-Literary Papyri from Graeco-Roman Egypt: Further Aspects of the Educational Ideal in Ancient Literary Sources and Modern Times. **Mnemosyne**, Fourth Series, vol. 53, Fasc. 3 (Jun), p. 322-342, 2000.

KUBERSKI, P. Dreaming of Egypt: philosophy, psychoanalysis, and cinema. **SubStance,** v. 18, n. 3, p. 75-94, 1989. Issue 60: Special Issue: Writing the Real.

LA'DA, C. Encounters with ancient Egypt: the hellenistic greek experience. In: ROEMER, C; MATTHEEWS, R. **Ancient Perspectives on Egypt.** London: UCL Press, 2003, p. 157-169.

LACEY, W.K. **The Family in Classical Greece.** London: Thames and Hudson, 1972.

LANDGRÁFOVÁ, R.; NAVRÁTILOVÁ, H. Sex and the Golden Goddess. Ancient Egypt Love Songs in Context. Prague: Agama poly-grafick'y ateliér, 2009.

LAQUEUR, T. W. **Making Sex: body and gender from the greeks to Freud.** Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1990.

_____. **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud.** Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2001.

LE GOFF. J. **A História Nova.** São Paulo, Martins Fontes, 1993.

LEFKOWITZ, M. **Women in Greek Myth,** Baltimore: John Hopkins University Press, 1995.

_____; FANT, M. B. (Ed.) **Women's Life in Greece and Rome,** London, 1982.
_____; ROGERS,G. (Ed.). **Black Athena Revisited**. Chapel Hill, London: The University of Carolina Press,1996.

LEMAIRE, G-G. **The Orient in Western Art.** HF Ullman Verlag, 2008.

LESKO, B. **The remarkable women of Ancient Egypt.** Providence, 1999.

LEWIS, N. The demise of demotic document; When and why? **JEA,** London, v. 79, 1993, p. 276-281.

LEWIS, N. **Greeks in Ptolemaic Egypt.** Connecticut: American Society of Papyrologists, 2001.

_____. "Greco-Roman Egypt": fact or fiction? In: SAMUEL, D.H. (Ed.) **Proceedings of the Twelfth International Congress of Papyrology.** Michigan, 1968. Toronto: A.M. Hakkert, 1970, p. 3-14.

LEWIS, R. Feminism and Orientalism. **Feminist Theory**. **SAGE** (Ago), p. 211-219, 2002.

LICHTHEIM, Miriam. **Ancient egyptian literature.** 3 Vols. Berkeley: Berkeley University Press, 2006.

LLOYD, A. **Gods, Priests and Men. Studies in the religion of pharaonic Egypt by Aylward Blackman.** New York: Columbia University Press, 1998.

LOPRIENO, A. **Ancient egyptian literature. A linguistic introduction**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

LORAUX, N. **The Children of Athena: Athenian Ideas about Citizenship and the Division between the Sexes.** Princeton: Princeton University Press, 1993.

_____. **Maneiras Trágicas de matar uma Mulher.** Imaginário da Grécia Antiga. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

LUSTIG, J. **Anthropology and Egyptology. A developing dialogue**. Sheffield: Sheffield Academic Press, 1997.

LYONS, D. **Gender and Immortality: Heroines in Ancient Greek Myth and Cult.** Princeton: Princeton University Press, 1997.

MACCORMACK, C. Nature, Culture and Gender: a critique. In: _____.; STRATHERN, M. (orgs.) **Nature, culture and gender.** Cambridge, Cambridge University Press, 1980.

MACKIE, C.J. (ed.) **Oral performance and its Contexts.** Mnemosyne Supplementa. vol.5. Leiden, Boston: BRILL, 2004.

MACURDY, G.H **Hellenistic Queens: A Study of Woman-Power in Macedonia, Seleucid Syria, and Ptolemaic Egypt.** The Johns Hopkins Studies in Archaeology, n. 14. Baltimore, The Johns Hopkins Press, 1932.

MALEK, J. **Egyptian Art**. London: Phaidon, 1999.

MALININE, M. **Choix de textes juridiques en hiératique "anormal" et en démotique (XXVe - XXVIIe dynastie**. Bibliothèque de l'École des Hautes Études, 300. vol 1. Paris, 1953.

MANNICHE, L. **Sexual life in ancient Egypt.** New York, Methuen, 1987.

MANNING, J. **The Hauswaldt Papyri. A third century B.C. family dossier from Edfu. Transcription, translation and comentary.** Demotische Studien. Band 12. Sommerhausen, Gisela Zauzich Verlag, 1997.

_____. Demotic Papyri (664 - 30 a.C.). In: WESTBROOK, R.; JASNOW, R. (Ed.) **Security for debt in Ancient Near Eastern Law**. Leiden, Boston, Köln: BRILL, 2001, p. 307-326.

_____. **Land and Power in Ptolemaic Egypt. The Structure of Land Tenure.** Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

_____. Property Rights and Contracting in Ptolemaic Egypt. Journal of Institutional and Theoretical Economics **JITE** 160, p. 758–764, 2004.

_____. **The last Pharaohs.** Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2010.

MARCHAND, S.; GRAFTON, A. Martin Bernal and His Critics. **Arion,** Third Series, v. 5, n. 2 (Fall), p. 1-35, 1997.

MARCHAND, S. **German Orientalism in the Age of Empire Religion: race and scholarship.** Cambridge and New York: Cambridge University Press, 2009.

MARTIN, C.J. “Questions to the Gods: Demotic Oracle Texts from Dimê. (Pl. XXXIII-XXXIV). In: HOFFMANN, F.; THIESSEN, H. (ed.): **Res Severa Verum Gaudium. Festschrift für Karl-Theodor Zauzich zum 65. Geburtstag am 8. Juni 2004**. Studia Demotica VI, 2004, p. 413, 426.

MAUSS. M. **Sociologia e Antropologia.** São Paulo: Cosac e Naify, 2003.

MEEKS, K. R. (ed.) **Egyptology and the social sciences.** Cairo: The American University in Cairo Press, 1979.

MELAERTS, H.; MOOREN, L. **Le rôle et le Statut de La femme en Égypte hellénistique, romaine et byzantine.** Actes du Colloque International. Bruxelles - Leuven 27-29 Novembre, 1997. Paris, Leuven, Sterling: Peeters, 2002.

MELLOR, A. K. **Mothers of the Nation. Women’s Political Writing in England. 1780-1830.** Bloomington e Indianapolis: Indiana University Press, 2000.

MERNISSI, F. **O harém e o ocidente.** Porto: ASA Editores, 2001.

MESKELL, L. **Archaeologie of social life: age, sex et cetera in Ancient Egypt.** Oxford: Blackwell, 1999.

_____. Re-em(bed)ding sex: domesticity, sexuality and ritual in New Kingdom Egypt. In: SCHMIDT, R., VOSS, B. L. (Ed.) **Archaeology of sexuality.** London, New York, Routledge: 2000, p. 253-262.

_____. Writing the Body in Archaeology. In: RAUTMAN, A. E. **Reading the Body. Representations and Remains in the Archaeological Record.** Philadelphia: Unversity of Pennslvanya Press, 2000. p.13-21.

MILLER, A.C. **Gender and power in families.** London: Routledge, 1992.

MILLER, D. (ed.) **Material Cultures. Why some things matter.** London: UCL Press, 1998.

_____. **Stuff.** Cambridge: Polity Press, 2010.

_____.; TILLEY, C. **Ideology, power and prehistory**. New directions in Archaeology. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

_____.; SINANAN, J. **Webcam.** (no prelo)

MOMIGLIANO, A. **Ensayos de historiografia antigua y moderna.** Mexico: Fondo de Cultura Eonómica, 1997 (1976).

_____. **RaÍzes clássicas da historiografia moderna**. São Paulo: EDUSC, 2004.

MENESES, U. T. B. Cultura material no estudo das sociedades antigas. São Paulo, **Revista de História**, n.115, jul.-dez.,p.103-117, 1983.

MONTSERRAT, D. (Ed.), **Changing Bodies, Changing Meanings. Studies on the Human Body in Antiquity.** London and New York: Routledge, 1998.

_____. **Sex and Society in Graeco-Roman Egypt.** London and New York: Kegan Paul International, 1996.

_____.; MESKELL, L. Mortuary archaeology and religious landscape at graeco-roman Deir el-Medina. **JEA,** London, vol. 83, p. 179-97, 1997.

MOORE, H. L. **Feminism and Anthropology**. Cambridge: Polity Press, 1988.

_____. Compreendendo Sexo e Gênero. In: INGOLD, T. (org.) Companion Encyclopedia of Anthropology, London: Routledge, 1997 (tradução de Júlio Assis Simões).

MOSER, S. **Wondrous Curiosities ancient Egypt in the British Museum.** Chicago and London. University of Chicago Press, 2006.

MOSSÉ, C. **La femme dans la Grèce Antique.** Paris: Albin Michel, 1983.

MOYER, I. S. **Egypt and the limits of hellenization**. New York: Cambridge University Press, 2011.

MYNÁROVÁ, J. **Language of Amarna - Language of Diplomacy. Perspective on the Amarna Letters**. Czech Institute of Egyptology. Prague: Faculty of Arts, Charles University, 2007.

NEVETT, L. Gender Relations in the classical greek household: the archaeological evidence. **Annual of British School at Athens***,* v. 90, p. 363-381,1994.

_____ Separation or Seclusion? Towards an archaeological approach to investigating women in the greek household in the fifth to third centuries B.C. In: PERSON, M. & RICHARDS, C. (Ed.) **Architecture and Order. Approach to social space**. London: Routledge, 1994, p. 98-112.

NORA, P. e LE GOFF, J. **História: Novos Problema, Novas Abordagens e Novos Objetos,** Rio de Janeiro: F. Alves, 1979.

NORD, Del. The term Hnr “Harem” or “Musical Performers”? In*:* SIMPSON, W. K; DAVIS, W.M. (Ed.) **Studies in Ancient Egypt, the Aegean, and the Sudan. Essays in honor of Dows Dunham on the occasion of his 90th birthday.** June I, 1980. Department of Egyptian and Ancient Near Eastern Art. Museum of Fine Arts, Boston, 1981, p. 137-145.

NYORD, R., KJOLBY, A. (Ed.) *‘***Being in Ancient Egypt’ Thoughts on agency, materiality and cognition.** Proceedings of the seminar held in Copenhagen, September 29-30, 2006. BAR International Series 2019. Oxford: Archaeopress, 2009.

_____. **Breathing Flesh. Conceptions of the Body in the Ancient Egyptian Coffin Texts.** Copenhagen, CNI Publications, Museum Tusculanum Press, 2009.

OBENGA, T. **L’Égypte, la Grèce et la École d’Alexandrie**. France: Khepera, 2005.

O'BRIEN, A. **Private Tradition, Public State - Women in Demotic Business and Administrative Texts from Ptolemaic and Roman Thebes**. Thesis (Phd) Chicago, University of Chicago, 1999.

O'CONNOR, D.; SILVERMAN, D. **Ancient Egypt Kingship.** Leiden, New York, Köln: BRILL, 1994.

O'CONNOR, D. Ancient Egypt: Egyptological and anthropological perspectives. In: LUSTIG, J. (Ed.) **Anthropology and Egyptology. A developing dialogue**. Sheffield: Sheffield Academic Press, 1997, p. 13-24.

OFFERMAN-ZUCKERBERG, J. **Gender in transition: a new frontier.** New York, Planum Medical Books Co., 1989.

OFTEN, K. et al. **Writing Women History. International Perspectives.** Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press, 1991.

OPPENHEIMER, L. **Letter from Ancient Mesopotamia** Chicago, London, 1967.

ORTNER, S. Theory in Anthropology since the Sixties. In: **Comparative Studies in Society and History.** Cambridge, v. 26. n.1, Cambridge Press, 1984, p. 126-166.

_____. **Making gender: the politics and erotics of culture**. Boston: Beacon Press. 1996.

_____. Specifying agency: The Comaroffs and their critics. Interventions: **The International Journal of Postcolonial Studies**, 3(1), p. 76–84, 2001.

_____. **Anthropology and social theory: Culture, power, and the acting subject.** Durham, NC: Duke University Press, 2006.

O'ROURKE, P. The Female. **ZÄS,** Berlim, v. 134, p. 165-171, 2007.

_____. The Male. **ZÄS,** Berlim, v. 137, p. 45-53, 2010.

OSBORNE, R. “Law, the democratic citizen and the representation of women in Classical Athens”. **Past and Present***,* 155, p.3-33, 1997.

OSTERGARD, U. What is National and Ethnic Identity? In: BILDE, P. et al. **Ethnicity in Hellenistic Egypt.** Aarhus: Aarhus University Press, 1992, p. 16-38.

PANTALACCI, L. (ed.) **La lettre d’archive. Communication administritative et personnelle dans L’Antiquité proche-orientale et égyptienne.** Actes du colloque de l’université de Lyon 2. 9-10 juillet 2004. Le Caire: Institute Français d’Archéologie Orientale, 2008.

PANTEL, P. S. A História das Mulheres na Antiguidade, In: DUBY, G & PERROT, M. **História das Mulheres no Ocidente.** Porto: Afrontamento, 1990, v.1.

PATTERSON, C. B. **The Family in Greek History**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1998.

PARKINSON, Richard. **Voices from Ancient Egypt.** London, British Museum Press, 2006 [1991].

_____. **Cracking Codes: The Rosetta Stone and Decipherment** University of California Press. 1999.

_____. **Reading ancient Egyptian Poetry: among other stories.** Oxford: Wiley-Blackwell, 2009.

_____. “Homosexual” desire and Middle Kingdom Literature. **JEA,** London, v. 81, p. 57-76, 1995.

_____. **Poetry and culture in Middle Kingdom Egypt. A dark side to perfection.** London, New York: Continuum, 2002.

_____. Boasting about hardness: constructions of Middle Kingdom masculinity. In: Graves-Brown, Carolyn. et al. **Sex and Gender in Ancient Egypt.** “Don your wig for a joyful hour”. Swansea, Classical Press of Wales, 2008, p.115-141.

PAYNE, W.E. **Ancient Egypt ethnicity: a case of obscurantism.** Thesis (Master of Arts). Department of Anthropology. California State University, Long Beach, 1988.

PEREIRA, R. G. **"Helenização", "Egipcianização" e "Re-construção da Identidade": Estudo das Interações Culturais entre Estrangeiros e Nativos na Chóra Ptolomaica.** Dissertação de Mestrado, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em História Comparada, UFRJ. Rio de Janeiro, 2005.

PERROT, M. & DUBY, G. **História das Mulheres** (5 vol.) São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

PESTMAN, P.W. **The New Papyrological Primer**. (2nd ed). Leiden: E.J. Brill, 1994.

_____. **Marriage and Matrimonial Property in Ancient Egypt. A contribution to establishing the legal position of the woman**. Leiden, Brill, 1961.

PINCH, G. Childbirth and female figurines at Deir el-Medina and el-Amarna. **Orientalia** v.52, p. 404-14, 1983.

POMEROY, S. (ed). **Women's History and Ancient History.** Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1991.

_____. **Women in the Hellenistic Egypt,** Detroit: Wayne State University Press, 1984.

_____. Technikai kai Mousikai: The Education of Women in the Fourth Century and in the Hellenistic Period, **American Journal of Ancient History,** 2, p. 51-68, 1977.

_____. **Families in Classical and Hellenistic Greece**. Oxford: Clarendon Press, 1997.

_____. **Goddesses, whores, wives and slaves**. **Women in Classical Antiquity**. New York: Schocken Books, 1995.

PORTEN, B. et all. **The Elephantine Papyri in English. Three Millennia of Cross-Cultural Continuity and change**. Leiden, New York, Köln: BRILL, 1996.

PISCITELLI, A. “Recriando a (categoria) mulher?”. In: ALGRANTI, L (org.) A prática feminista e o conceito de gênero. **Textos Didáticos**, Campinas, IFCH-Unicamp, n. 48, 2002, p. 7-42.

_____ “Nas fronteiras do ‘natural’. Perspectivas feministas, gênero e parentesco”. **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 305-323, 1998.

RABINOWITZ, N.S. **Feminist Theory and the classics**. New York: Routledge, 1993.

_____. (Ed.) **Among women: from the homosocial to the homoerotic in the Ancient World**. Austin, Texas, 2002.

RAHMEIER, C. Sociedade, corpo e cultura material. A materialidade e a formação identitária na perspectiva da arqueologia fenomenológica. **OPSIS**, UFG, vol. 7, no 8, 2007, p. 33-42.

RAY, J. “A Threatening Letter: Ostracon Reeder 1”. **Enchoria 14**, 1986, p. 87-93.

_____. Thomas Young et le monde de Champollion. **BSFÉ** Paris, v.119, p. 25-34, 1990.

_____. Literacy and language in Egypt in the Late and Persian Periods. In: BOWMAN, A.K.; WOLF, G. (Ed.) **Literacy and Power in Ancient World**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994, p. 51-66.

REDFORD, D. (Ed.) **The Oxford Encyclopedia of Ancient Egypt**. Oxford, Oxford University Press, 2001.

_____. **The Rosetta Stone and Rebirth of Ancient Egypt.** London: Profile Books Ltd. 2008.

REDE, M. “História a partir das coisas: Tendências recentes nos estudos da cultura material”. São Paulo, **Anais do Museu Paulista** nova série, vol. 4, 1996, p. 265-282.

REEDER, G. **Queer egyptologists of Niankhkhnum and Khnumhotep**. In: Graves-Brown, Carolyn. et al. Sex and Gender in Ancient Egypt. “Don your wig for a joyful hour”. Swansea, Classical Press of Wales, 2008, p. 143-155.

REITER, R. R (Ed.) **Toward an Anthropology of Women.** New York, Monthly Review Press, 1975.

RÉMONDON, R. Problémes du bilinguisme dans l’Égypte lagide (UPZ I, 148). **CdÉ**, Bruxelles, v.39, p. 126-146, 1964.

REYNOLDS, D.F. (Ed.). **Interpreting the self: autobiography in the Arabic literary tradition**. Berkeley and London: University of California Press, 2001.

REVILLOUT, E. **Notice des Papyrus Démotiques Archaïques et autres textes juridiques ou historiques traduits et commentés à ce double point de vue à partir du règne de Bocchoris jusqu'au règne de Ptolémée Soter, avec une introduction, complétant l'histoire des Origines du Droit Égyptien**, Paris 1896.

_____. Papyrus démotiques du Louvre, I-IV. **Corpus Papyrorum Aegypti 1**, Paris 1885-1902.

RIAD, H. Egyptian Influence on Daily Life in Ancient Alexandria. In: **Alexandria and Alexandrianism. Papers delivered at a Symposium Organized by The J. Paul Getty Museum**. The Getty Center for the History of Art and the Humanities. April 22-25, 1993. California: The J Paul Getty Museum, 1996, p. 29-39.

RICOEUR, P. Interpretação e Ideologias. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

_____. História e Verdade. Rio de Janeiro: Forense, 1968.

ROBINS, G. **Women in Ancient Egypt.** Londres: British Museum Press, 1993.

_____. Dress, undress and the representation of fertility and potency in New Kingdom Egyptian Art. In: KAMPEN, N. BOYMEL (Ed.) **Sexuality in Ancient Art.** Cambridge, 1996, p. 27-40.

RODINSON, M. **La fascination de l'Islam.** Paris: Maspero, 1980.

ROHDEN, F. O corpo fazendo a diferença. **MANA,** Rio de Janeiro, v.4, n. 2, p. 127-141, 1998.

_____.**Antropologia, história e gênero.** XXV Encontro Anual da Anpocs. Caxambu, 16-20 de outubro, 2001.

ROSALDO, M. "O uso e o abuso da antropologia: reflexões sobre o feminismo e o entendimento inter-cultural". **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 1, n.1. 1995.

ROSE, J. Conduct books for Women. In: HOBBS, C. **Nineteenth-Century Women learn to write**. Charlestoneville, London: University of Virginia Press, 1995, p. 37-58.

ROSTOVTZEFF, M. I. **The social & economic history of the Hellenistic world.** 3 vols. Oxford: Claredon Press, 1941.

ROTH, A.M. The absence spouse: patterns and taboos in Egyptian tomb decoration. **JARCE,** New York, v.36, p. 37-53, 1999.

_____. Father Earth, Mother Sky. Ancient Egyptian Beliefs about Conception and Fertility. In: RAUTMAN, A. E. **Reading the Body. Representations and Remains in the Archaeological Record.** Philadelphia: Unversity of Pennslvanya Press, 2000, p, 187-201.

ROWLANDSON, J. **Women and society in greek and roman Egypt.** Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

_____. Approaching the Peasantry of greco-roman Egypt: From Rostovtzeff to rhetoric. In: JEFFREYS, D. (Ed.). **Views of Ancient Egypt since Napoleon Bonaparte: imperialism, colonialism and modern appropriations**. London: UCL Press, 2003, p. 147-152.

_____. In: McHARDY, F. MARSHALL, E. **Women's Influence on Classical Civilization.** Routledge, 2004.

RUBIN, G. “El Tráfico de Mujeres: notas sobre la “economia política” del sexo”, **Nueva Antropología,** México, v. VIII, n. 30, p. 95-145, 1986.

SAID, E. **Orientalismo**. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

_____. **Cultura e Imperialismo.** São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

_____. **Orientalismo reconsiderado.** In: SAID, E. Reflexões sobre o exílio. São Paulo: Cia das Letras, 2001, p. 61-78.

SAHLINS, M. D. **Historical metaphors and mythical realities: Structure in the early history of the Sandwich Islands kingdom**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1981.

SALEH, H. **Investigating Ethnic and Gender Identities as expressed on Wooden Funerary Stelae from the Libyan Period (c.1069-715 BCE) in Egypt.** Thesis (Phd) University of Chicago. BAR International Series 1734, Oxford, 2007.

SANDAY, P. **Female Power and Male Dominance: on the origin of sexual inequality.** Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

_____. and GOODENOUGH, R. G. (Ed.). **Beyond the Second Sex: New Directions in the Anthropology of Gender**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1990.

SAUNDERS, C. **Women Writers and Nineteenth-Century Medievalism. Nineteenth-Century Major Lives and Letters.** New York: Palgrave, McMillian, 2009.

SARTRE, M. **El oriente romano**. Trad. de Marco Garcia Quintela. Madrid: Akal, 1994.

SASSON, J. M. (Ed.) **Civilizations of the ancient Near East.** 4 vols. New York, Scribner, London: Simon & Schuster and Prentice-Hall International,1995.

SCHAFER, B. et al. **Religion in Ancient Egypt. Gods, myths and personal practice.** Ithaca & London, Cornell University Press, 1991.

SCHAM, S. Ancient Egypt and the Archaeology of the disenfranchised. In: JEFFREYS, D. (Ed.). **Views of Ancient Egypt since Napoleon Bonaparte: imperialism, colonialism and modern appropriations**. London: UCL Press, 2003, p. 171-177.

SCHAPS, D. M. **Economic Rights of Women in Ancient Greece**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1979.

SCHUKRAFT, B. Homosexualitat im Alten Ägypten. **SAK**, Hamburg, Helmut Buske Verlag, Band 36, p. 297-331, 2007.

SCOTT, J. Gender: a useful category of historical analysis. In: **Gender and the politics of history**. New York: Columbia University Press, 1988. (ou na tradução: "Gênero: uma categoria útil de análise histórica", **Educação e Realidade**, Porto Alegre, 16 (2), jul-dez 1990, p. 5-22)

SHOHAT, E. Des-orientar Cleópatra: um tropo moderno da identidade. **Cadernos Pagu**. Campinas, v. 23, p. 11-54, 2004.

SHORE, A.F. **Demotic.** In: Textes et langages de l'Égypte pharaonique: cent cinquante années de recherches, 1822-1972: hommage à Jean-François Champollion. [Le Caire]: Institut français d'archéologie orientale du Caire, 1972, p.143-150.

SHOWALTER, E. **Speaking of Gender.** New York: Routledge, 1989.

SILVERMAN, D. Texts from the Amarna Period and their Position in the Development of Ancient Egyptian. **LingAeg**. v.1, p. 301-314, 1991.

SIMPSON, W. K. **The literature of ancient Egypt**. **An Anthology of Stories, Instructions, Stelae, Autobiographies, and Poetry.** New Haven and London: Yale University Press, 1973.

SMITH, B. G. **Gênero e História: homens, mulheres e prática histórica.** São Paulo: EDUSC, 2003.

SMITH, H. S.; DAVIES, S. The 'Pewenhor' Documents from The Sacred animal Necropolis at North Saqqara. **JEA,** London, v. 98, p. 139–84, 2012.

_____. ; TAIT, W., “Demotic Letter”. In: **Papyri, Greek and Egyptian**; edited by various hands in honor of Eric Gardner Turner on the occasion of his seventieth birthday (P. Turner). Graeco-Roman Memoirs 68, 1981, p. 75-79, Taf. VI.

SOARES, M. **Erótica sem véu. O corpóreo-sexual na sociedade islâmica clássica (século XII-XIII).** Rio de Janeiro: Multifoco, 2011.

SOIHET, Raquel. **História das Mulheres**. In: Domínios da História. RJ: Campus, 1997, p. 278-283.

_____; DE MATOS, M.I.S. **O corpo feminino em debate.** São Paulo: UNESP, 2003.

SOURVINOU-INWOOD, C. Male and Female, public and private, ancient and modern. In: REEDER, E. (Ed.) **Pandora. Women in Classical Greece.** Princeton: Princeton University Press, 1995, p. 111-121.

STAVES, S. **A Literary History of Women’s Writing in Britain, 1660-1789.** Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

STEARNS, P. **História das relações de gênero**. São Paulo: Contexto, 2007.

STEWART, E. I. Embodiment and the Body in Ancient Egypt. IN: CORBELLI, J.; BOATRIGHT, D.; MALLESON, C. (eds.) **Current Research in Egyptology. Proceedings of the Tenth Annual Symposium.** University of Liverpool, 7-9 January. Oxford: Oxbow Books, 2009, p. 116-127.

STRATHERN, P. **Napoleon in Egypt.** New York: Bantam Books, 2007.

STRATHERN, M. **The Gender of the Gift**. Berkeley, London: University of California Press, 1988.

_____. **O Gênero da Dádiva**. Campinas: Ed. Unicamp, 2006

_____ An awkward relationship: the case of feminism and anthropology. **Signs.** Chicago: Chicago University Press, Vol. 12, n. 2 (Winter), p. 276-292. Reconstructing the Academy, 1987.

_____. **Partial Connections**. Oxford: Rowman and Littlefields Publishers, 2004 [1991]

SVENBRO, J. **Phrasikleia: An Anthropology of Reading in Ancient Greece.** Ithaca: Cornell University Press, 1993.

SWEENEY, D. Offence and Reconciliation in Ancient Egypt. A Study in Late Ramesside Letter No. 46. **Göttinger Miszellen**. Göttingen, v. 158, p. 63-79, 1997.

_____. **Correspondence and Dialogue - pragmatic factors in Late Ramesside letter-writing**. Ägypten und Altes Testament. Band 45. München: Mafred Görg, 2001.

_____. **Gender and Request in New Kingdom Literature**. In: GRAVES-BROWN, C. et al. Sex and Gender in Ancient Egypt. "Don your wig for a joyful hour". Swansea: Classical Press of Wales, 2008, p.191-214

_____. Gender and Oracular Practice in Deir el-Medina. **ZÄS,** Berlim, v. 135, Hefte 2, p. 154-164, 2008.

TAIT, W.J. (Ed.) **Proceedings of the XVIII International Congress of Papyrology (Athens 25-31 May 1986)**, Atenas, 1988, 2 vols.

_____. (Ed.) **Never had the like occurred: Egypt's view of its past.** London: UCL Press, 2003.

TEETER, E. **Egypt and the Egyptians**. Cambridge, New York: Cambridge University Press, 2007.

_____. (Ed.). **Gold of praise: studies in honor of Edward F. Wente**. Chicago, 1999.

_____. The body in Ancient Egypt: Texts and Representation. **BASP 37**, p. 149-70, 2000.

THOMPSON, D. J. Literacy in early Ptolemaic Egypt. In: El-Mosalamy, A.H.S. (ed.) **Proceedings of the XIXth International Congress of Papyrology. Cairo 2-9 September, 1989.** Cairo: Center of Papyrological Studies, 1992, p. 77-90.

_____. Language and Literacy in Early Hellenistic Egypt. In: BILDE, P. et al. **Ethnicity in Hellenistic Egypt.** Aarhus: Aarhus University Press, 1992, p. 39-52.

_____. **Literacy and Power in Ptolemaic Egypt.** In: BOWMAN, A.K.; WOLF, G. (Ed.) Literacy and Power in Ancient World. Cambridge: Cambridge University Press, 1994, p. 67-83

TOIVARI-VIITALA, J. Marriage at Deir el-Medina. In: Eyre, C.J. (Ed.) **Proceedings of 7th International Congress of Egyptologists**. Cambridge 3-9 September, 1995. Orientalia Lovaniensia Analecta 82. Leuven: Peeters, 1998, p. 1157-1163.

_____. **Women at Deir el-Medina. A study of the status and roles of the female inhabitants in the workmen's community during the ramesside period.** Leiden: Nederlands Institut voor Het Nabije Oosten, 2001.

TONG, R.. **Feminist Thought: A comprehensive introduction**. Boulder and London: Westview Press, 1989.

TRIGGER, B. **Ancient Egypt in Cross-cultural perspective.** In: LUSTIG, J. (Ed.)**Anthropology and Egyptology. A developing dialogue**. Sheffield: Sheffield Academic Press, 1997.

TYLDESLEY, J. **Daughters of Isis. Women of Ancient Egypt**. London: Penguin, 1994.

_____. **Hatchepsut. The female Pharaoh**. London: Penguin, 1996.

_____. **Nefertiti Egypt's Sun Queen**. London: Penguin, 1998.

_____. **Cleopatra - Last queen of Egypt.** London: Profile Books, 2008.

UCKO, P.; CHAMPION, T. **The wisdom of Egypt: changing visions through the ages.** London: UCL Press, 2003.

VANDENBROEK, A.K. Agency and Practice Theory. In: BIRX, H.J. (ed.) **21st Century Anthropology. A Reference Handbook, vols. 1 & 2.** Los Angeles and London, Sage Publications, 2011, p. 480-487.

VANDORPE, K. Archives and Letters in Graeco-Roman Egypt. In: PANTALACCI, L. (ed.) **La lettre d'archive. Communication administritative et personnelle dans L'Antiquité proche-orientale et égyptienne.** Actes du colloque de l'université de Lyon 2. 9-10 juillet 2004. Le Caire: Institute Français d'Archéologie Orientale, 2008, p. 155-177.

VARTAVAN, C. **Hathor. Bibliography on Love, Dance, Music and Sex.** Sais Bibliographical Series in Egyptology. N.3. s.d.

VASQUES, M.S. **Crenças Funerárias e identidade cultural no Egito romano: máscaras de múmias. 2 vols.** Tese (Doutora em Arqueologia) Museu de Arqueologia e Etnologia, 2005.

VASUNIA, P. **Hellenizing Egypt.** Thesis (Phd). Department of Classics. Stanford: Stanford University, 1995.

VERHOOGT, A. **Dictating Letters in Greek and Roman Egypt from a Comparative Perspective**. Michigan, 2009.

VLEEMING, S.P. La phase initiale du démotique ancien. **CdÉ,** Bruxelles, v.56, p. 31-48, 1981.

VOKOTOPOULOU, J. (Ed.) **Greek Civilzation. Macedonia, kingdom of Alexander the Great. Catalogue Exhibition.** Marché Bonsecours, Montreal. 7th May - 19th September. 279 p. Athens: Kapon Editions, 1993.

VRISSIMTZIS, N.A. **Love, Sex and Marriage in Ancient Greece: A guide to the Private Life of the Ancient Greeks**. Athens: Nikos A. Vrissimtzis, 1995.

WALBANK, F. W. et al. (Ed.) **The Cambridge Ancient History. v.VII, p. I. The hellenistic world.** 2nd. edition. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

WALBY, S. **Gender Transformations**. London: Routledge, 1997.

WALLERSTEIN, I. **O universalismo europeu, a retórica do poder.** São Paulo: Boitempo, 2007.

WALKER, J. H. **Studies in ancient Egyptian Anatomical Terminology.** The Australian Centre for Egyptology: Studies 4. England: Aris and Phillips, 1996.

WALKER, S.; HIGGS, P. (eds.) **Cleopatra - From History to Myth.** London: British Museum Press, 2001.

_____; ASHTON, S-A. **Cleopatra Reassessed.** British Museum occasional publication 103. London: Chamaleon Press, 2003.

WAGNER, R. **A invenção da cultura.** São Paulo: Cosac Naify, 2010.

WATERSON, B. **Women in Ancient Egypt**. New York: St. Martin's, 1991.

WEEDON, C. **Feminist Practice and Pos-Structuralism Theory.** Oxford: Basil Blackwell, 1987.

WENGROW, D. Forgetting the *Ancien Régime:* republican values and the study of the Ancient Orient. In: JEFFREYS, D. (Ed.). **Views of Ancient Egypt since Napoleon Bonaparte: imperialism, colonialism and modern appropriations**. London: UCL Press, 2003, p. 179-193.

WENTE, E; MELTZER, E. **Letters from Ancient Egypt.** Atlanta: Scholar Press, 1990.

_____; ČERNý, J. **Late Ramesside letters**. Chicago: University of Chicago Press 1967.

WHITEHORNE, J. **Cleopatras.** London, New York: Routledge, 1994.

WHITEHOUSE, H. Egypt in European Thought. In: SASSON, J. M. (Ed.) **Civilizations of the ancient Near East.** 4 vols. New York, Scribner, London: Simon & Schuster and Prentice-Hall International,1995, p. 15-31.

WILFONG, T. G. **Menstrual synchrony and the 'place of women" in ancient Egypt (Hieratic ostracon Oriental Institute Museum 13512)**. In: TEETER, E. (ed). Gold of praise: studies in honor of Edward F. Wente. Studies in Ancient Oriental Civilization(SAOC 58). Chicago: The Oriental Institute, 1999, p. 419-34.

_____. **Friendship and physical desire: the discourse of female homoeroticism in fifith century CE Egypt.** In: RABINOWITZ, N.S. (Ed.) Among women: from the homosocial to the homoerotic in the Ancient World. Austin, Texas, 2002.

_____. **Gender and sexuality**. In: WILKINSON, T. (Ed.). The Egyptian World. London and New York: Routledge, 2007, p. 205-217.

WILKINSON, T. (Ed.). **The Egyptian World**. London and New York: Routledge, 2007.

WINKLER, J.J. **The Constraints of desire: the anthropology of sex and gender in ancient Greece.** New York: Routledge, 1990.

WOODARD, R. D (Ed.). **The cambridge encyclopedia of World's Ancient Languages**. New York: Cambridge University Press, 2004, p. 160-217.

ZAUZICH, K. Th.- **Ägyptische Handschriften**, Teil 2 (Verzeichnis Orientalischer Handschriften in Deutschland 19, 2), Wiesbaden 1971.

_____.**Papyri van der Insel Elephantine** (=Oematische Papyri aus den staatlichen Museen zu Berlin I) , Berlin, Akademie-Verlag, 1978.

_____. MARTIN, C. J., The Demotic Texts, in: PORTEN, B. (ed.): **The Elephantine Papyri in English. Three Millennia of Cross-Cultural Continuity and Change** (Documenta et Monumenta Orientis Antiqui. Studies in Near-Eastern Archaeology and Civilisation 22), 1996, p. 277-385.

_____. Zwei Orakelbitten aus Qasr Ibrim. **Enchoria** 25, p. 178-182,1999.

_____. P. Carlsberg 21 und 22: Zwei Briefe von Bücherfreunden. **In:** FRANDSEN, P. J. RYHOLT, K. (eds.) **A Miscellany of Demotic Texts and Studies, The Carlsberg Papyri 3.** Copenhagen: Carsten Niebuhr Institute of Near Eastern Studies, 2000, p. 53–57.

ZEITLIN, F. **Playing the Other. Gender and Society in Classical Greek Literature**. Chicago: University of Chicago Press, 1996.

Endereços Eletrônicos:

- http://oihistory.blogspot.com/2010_01_01_archive.html
- http://oi.uchicago.edu/
- http://www.stoa.org/diotima/essays/links.shtml
- http://www.britishmuseum.org/explore/highlights/highlight_objects/aes/t/the_rosetta_stone.aspx
- http://oihistory.blogspot.com.br/2008/08/tympanum-within-arch-on-doorway-to.html.
- http://en.wikipedia.org/wiki/File:Bois.jpg
- Demotic Dictionary Project *:* http://oi.uchicago.edu/research/projects/dem/
- Special Collections Library at the Duke University: http://scriptorium.lib.duke.edu/papyrus/texts/homepage.html
- Checklist of Editions of Greek, Latin, Demotic and Coptic Papyri, Ostraca and Tablets: http://scriptorium.lib.duke.edu/papyrus/texts/clist.html
- Carsten Niebuhr Institute em Copenhagen: http://www.iki.ku.dk/cni/papcoll/pap_dem.htm
- Demotische Wortliste: http://www.dwl.aegyptologie.lmu.de/index.php
- Demotic egyptian transliteration and Unicode: http://socrates.berkeley.edu/~pinax/demotic.html[202]
- Coleção da Universidade de Copenhagen: http://pcarlsberg.ku.dk/inventory/demotic/

[202] Último acesso em 12 de julho de 2012.